

REVISTA CULTURAL

Orpheu
laredes

2026



FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO

Alexandre Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Paredes

COORDENAÇÃO

Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Paredes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Maria Antónia Silva

CONCEÇÃO E PAGINAÇÃO

Tiago Gaspar, Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal de Paredes
Flávio Marques Ribeiro (Dicionário das Figuras Históricas de Paredes)

COLABORAÇÃO

Carlos Ferraz
Daniela Couto
Daniela Oliveira
Elisa Leal
Isabel Mendonça
Maximiano Miguel
Mónica Moreira
Teresa Carvalho
Vasco Santos

REVISÃO

Cidália Pacheco Neto Geada

PROPRIEDADE

Município de Paredes,
Parque José Guilherme 4580-130
Paredes
Telefone 255 788800
cmparedes@cm-paredes.pt

IMPRESSÃO

Gráfica de Paredes, Lda

DEPÓSITO LEGAL

452562/19

ISSN

2975-8653

TIRAGEM

1000 Exemplares

CAPA

Isabel Ribas, vencedora do Prémio de Artes Plásticas Henrique Silva

A.fé
Adelaide Morgado
Afonso António
Agostinho Santos
Aires Montenegro
Alexandra Ferreira
Alexandre Almeida
Ana Dias Viegas
Ana Marques
Ana Neves
Ana Paula Sousa
Ana Teresa Bessa
Anabela Machado
André Barros
André Furtado
Ângela Marques
Ângela Taborda
António Aresta
António Luís Crespi
Artur Oliveira
Artur Penedos
Augusto Gonçalves
Avelino Sá
Balbina Mendes
Beatriz Costa
Beatriz Meireles
Benilde Gaião
Camila Teixeira
Carlá Rocha
Carlos A. B. Barros Castro
Carlos Ferraz
Carlos Vicente
Cátia Silva
Cátia Soares
Celeste Ferreira
Cláudia Gigante
Cláudia Passarinho
Cristiano Marques da Costa
Cristina Teixeira Pinto
Daniel Lemos
Daniela Oliveira
Denise Camargo Lancia
Diana Flávia Teixeira
Do Carmo Vieira
Donzília Martins
Elisana Penedos
Elisa Leal
Elisabete Fernandes
Emerenciano
Eva Pacheco
Felícia de Sousa
Fernanda Pereira
Fernando Moreira
Fernando Salvador
Filomena Silva
Flávio Ribeiro
Francisco Saraiva Fino

Gabriel Sá Fernandes
Hugo Vasconcelos
Isabel Alves Pereira
Isabel Patim
Isabel Ribas
Isaque Mateus
João Vieira
Joaquim Neto Pacheco
Jorge Braga
Jorge de Meneses Araújo
José A. Baptista Pereira
José Emídio
José Joaquim Pacheco
José Ribeiro da Silva
Kravchenko
Laura Guimarães
Leão de Rebordosa
Luciana Silva
Luciano Reis
Luís Aguiar
Luís Ângelo Fernandes
Luís Monteiro
Luísa Prior
Lurdes Gonçalves
Mafalda Rocha
Manuel Cunha
Maria Angélica Rodrigues
Maria Antónia Jardim
Maria Antónia Silva
Maria Luísa Santos
Mariana Santos
Mariana Silva
Marisa Leal
Marta Lourenço
Miguel Correia
Miguel Gomes
Nádia Eusébio
Natália Félix
Noémia Lopes
Norberto Ribeiro
Norberto Valério
Nuno Alexandre Ferreira
Nuno F. Silva
Olívia Clara Pena
Orlando Castro
Palmira Correia
Paula Silva
Pedro Inácio
Rafael Telmo da Silva Ferreira
Regina Ferreira
Ricardo Boléo
Ricardo Leal
Rik Lina
Rodrigo Costa
Rodrigo Magalhães
Rui Damasceno Rato
Rui Guedes

Salomé Rodrigues
Sara Garcês
Susana Nunes
Teresa Carvalho
Tiago Sousa
Tomás Guedes
Vanda Cardeal
Vasco Santos
Vieira Saraiva
Virgínia Soares Pereira
Walter Almeida
Zeferino Silva

DICIONÁRIO

António Aresta
Luís Miguel Leão
Manuel Abranches Soveral

* Os textos são da responsabilidade dos autores, que podem não seguir as normas do novo acordo ortográfico.

ÍNDICE

- 2 • O Carrossel. Somente o Carrossel...
- 4 • Oito anos de Café Literário
- 7 • Café Literário Júnior - 2025
- 8 • Café Literário Itinerante
- 9 • Hora do Conto: onde o tempo escuta
- 10 • Edições do Município 2025
- 11 • Feira de Trocas de Livros e Palavras com Autores Locais
- 12 • Divisão da Cultura e Turismo
- 14 • Centro Cultural de Paredes em 2025 - um ano de encontros, arte e comunidade
- 16 • Travessia: Maio a Nascer
- 18 • Dia do Autor Português: Camilo Castelo Branco
 - O Camaleão do Romantismo Português - Precursor do Gótico Português
- 19 • Amores Proibidos
- 20 • Camilo em tons de paixão: o vermelho da alma, o cinzento do destino
- 21 • "É um orgulho amá-la"
- 22 • Encontros, reencontros e desencontros - à maneira de Camilo Castelo Branco
- 23 • Camilo: o sofrimento como estilo
- 24 • A escrita como enfermidade: a loucura criativa em Camilo Castelo Branco
 - Entre a vida e a literatura
- 25 • No bicentenário de nascimento de Camilo Castelo Branco, o fulgor da sátira
- 26 • Prémio Literário António Mendes Moreira
 - Os amores de Camilo Castelo Branco
- 27 • Ata do coração
- 30 • O homem que lia cartas
- 32 • O dia em que me tornei ausência
- 36 • Prelúdio para uma despedida anunciada
- 39 • As palavras que ficaram
- 42 • Prémio Artístico Henrique Silva 7.ª Edição
- 46 • Geografias expressivas e inquietações conceptuais - identidade, natureza, materialidades, abstração
- 48 • Exposições 2025
- 50 • Workshop Património e Pintura
- 51 • Orpheu Paredes Social Oficina das Artes: quando a arte acontece em nós
- 52 • Inclusão Social pela Cultura
- 54 • Primavera Festival da Flor 2025
- 56 • Festas da cidade e do conelho de Paredes de 2025:
 - Onde a terra respira luz
- 58 • IX Espalhar Magia por Paredes
- 60 • Vencedores das rifas e montras de Natal, 2025
- 62 • Raízes do advento
- 64 • Concurso de talentos, III edição
- 66 • Amigos da Cultura de Paredes
- 68 • Paredes, onde o território se transforma em experiência
- 70 • Centro Português de Nyckelharpa, 2025
- 71 • Young Guitar Masters
- 72 • Dia Mundial do Teatro: Paredes no Palco
- 74 • Astrolábia: encontros de teatro em Paredes
- 75 • Fragmentos do Vazio
- 76 • Cultura num minuto
- 78 • Apontamentos da Nossa História - Um palco quase centenário: 99 anos do campo do União de Paredes
- 81 • Casa da Granja
- 83 • Maria José Alves Pereira da Silva: o silêncio que permanece
- 84 • Contributo para o estudo do cruciforme na Serra do Muro
- 86 • Águas de Regadio - Lugar da Gralheira, Baltar - Direitos de Água
- 88 • Trológia do mês (2025) - Uma peça! Um documento! Um livro!
- 90 • 150 anos do Comboio a Norte do Douro - Linha do Douro - Mobilidade e Turismo
- 93 • Intervenção no Auditório do Centro Social de Cete
- 95 • Turismo Ferroviário na Linha do Douro - de um passado recente a um futuro promissor
- 101 • Ensaio e Pensamento - Libertação da mulher em Portugal
- 104 • Votar ou não votar aos 16 anos? Evidências e contradições democráticas
- 108 • O poder dos sentidos
- 109 • Utopia com as palavras e as imagens
- 110 • Uma janela do tamanho da minha vontade
- 111 • Atirar pedras lentamente contra a luz: o ofício do tempo na poética de Daniel Maia-Pinto Rodrigues
- 113 • Notas de leitura a propósito de Curva, de Óscar Possacos
- 116 • Crónicas Paredenses
- 118 • Etnografia - Linho: história, planta e cultura(s)
- 124 • História - O Palacete da Granja
- 128 • Mestre ourives do ouro e da prata do século XIX - Baltar, Paredes
- 133 • Património - Um calvário de 1734
- 135 • Capelas de Castelões de Cepeda: Capela de São José (Parte III)
- 137 • Portugal: o país dos aquedutos
- 142 • Personalidades - Albina Benedita de São José de Azeredo Lobo: mulher entre poderes no século XIX
- 145 • Entre Lousada e Paredes (parte 2) - Autarcas e Administradores
- 147 • Contos - O grande silêncio
- 148 • Li verdade
- 151 • Perdoa-me, avô
- 152 • As mãos do avô
- 154 • 17 estações
- 155 • A detetive tremoceira
- 157 • Jornaleiro, com certeza!
 - Damascena
- 159 • Poesia - Sua bênção
- 160 • Raiva
- 161 • Segredos da Terra
- 162 • Uso indevido
- 163 • A casa
 - Escolhas
- 164 • Sem Título
 - Sem título
- 165 • Velha e sentimental
- 166 • Interregno
- 167 • Éolo
- 168 • Os degraus do vento
- 169 • Ode ao Vale
 - Corpo 1
- 170 • Nuvens
- 171 • Sem título
 - Anjo campestre
- 172 • Ao grande conselheiro José Guilherme
 - Quarta Idade

EDITORIAL



Foto: Gabinete de Comunicação,
Município de Paredes

Paredes continua a promover um movimento de diálogo e cultura para todos!

Paredes é, hoje, um palco vibrante da cena artística da região do Tâmega e Sousa e da Área Metropolitana do Porto, com uma vida cultural dinâmica e uma agenda intensa de eventos, que inclui um conjunto de atividades destinadas a todos os públicos. Abrir a cultura às pessoas tem sido uma missão e um desafio do Município.

O CCP, Centro Cultural de Paredes, continua a ser um polo cultural e turístico ao serviço de Paredes e da região. Atualmente é a nova casa de cultura aberta a todos, um espaço de encontro de todas as gerações, das crianças aos jovens e aos mais idosos, abrangendo as diferentes condições sociais. O CCP assume-se ainda como um local de formação de públicos e capacitação inclusivo, fomentando a participação da comunidade nas artes e na vida cultural local.

O Museu do Mobiliário de Paredes está prestes a abrir portas no Mosteiro de Vilela, obra que muito nos orgulha e que honrará a memória da marcenaria, à arte da talha e os ofícios da nossa principal indústria e que lançará as bases do nosso roteiro do Turismo Industrial.

Importa também referir que celebrámos e homenageámos o Poeta Daniel Faria, através da construção da 'Casa-Museu', que será guardião do espólio e Centro para a Literacia e Desenvolvimento Pessoal, em Baltar.

Assinalamos, nesta edição, a adesão de Paredes ao Plano Nacional das Artes (PNA), destinado a promover projetos artísticos e educativos.

A Revista Cultural Orpheu Paredes 2026 (8.ª edição) reflete o dinamismo da cidade nas várias áreas da cultura e convido todos a desfrutar da sua leitura.

Alexandre Almeida

Presidente da Câmara Municipal de Paredes

O CARROSSEL. SOMENTE O CARROSSEL...

Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal de Paredes

Fui buscar as palavras que vos escrevo a uma passagem de um sonho noturno, as quais sobrevivem ao subconsciente, tornando-as uma realidade para a oitava edição da revista cultural Orpheu Paredes, a apresentar no oitavo aniversário do Café Literário, por ter anotado, em sobressalto, ideias dispersas. Espero não as ter afundado como a Atlântida e creio que algumas serão, no decurso do processo de escrita, recuperadas através do fingimento, eremitério dos poetas.

Como Vereadora da Cultura, há já oito anos viajo, na terra incrível que é Paredes, no primeiro carro de uma montanha-russa, a uma grande velocidade, numa pista que contém uma série de subidas e descidas perigosas e sinuosas. Atrás, seguem as Juntas de Freguesia, as Associações Culturais, os parceiros, os artistas, os escritores, os historiadores, os investigadores, os funcionários, os Amigos da Cultura, todos/as os/as que fazem da Cultura de Paredes o que é hoje e poderá ser amanhã. Resisto a entrar, os parques de diversão são intranquilos, o medo impera, bloqueia a alma da criação. Depois de observar o caótico ambiente, tomo consciência de que, falhando a primeira estrutura, as remanescentes não seguirão na pista devidamente alinhadas, podendo colapsar toda a montanha-russa. Entro, aperto o cinto e seguro-me ao volante; o medo continua a consumir-me, mas não deixo que controle as emoções boas, que bloqueie a ação fundamental no exercício de um cargo público.

O carrossel surge então luminoso aos meus olhos. Persegue-me, em movimento.

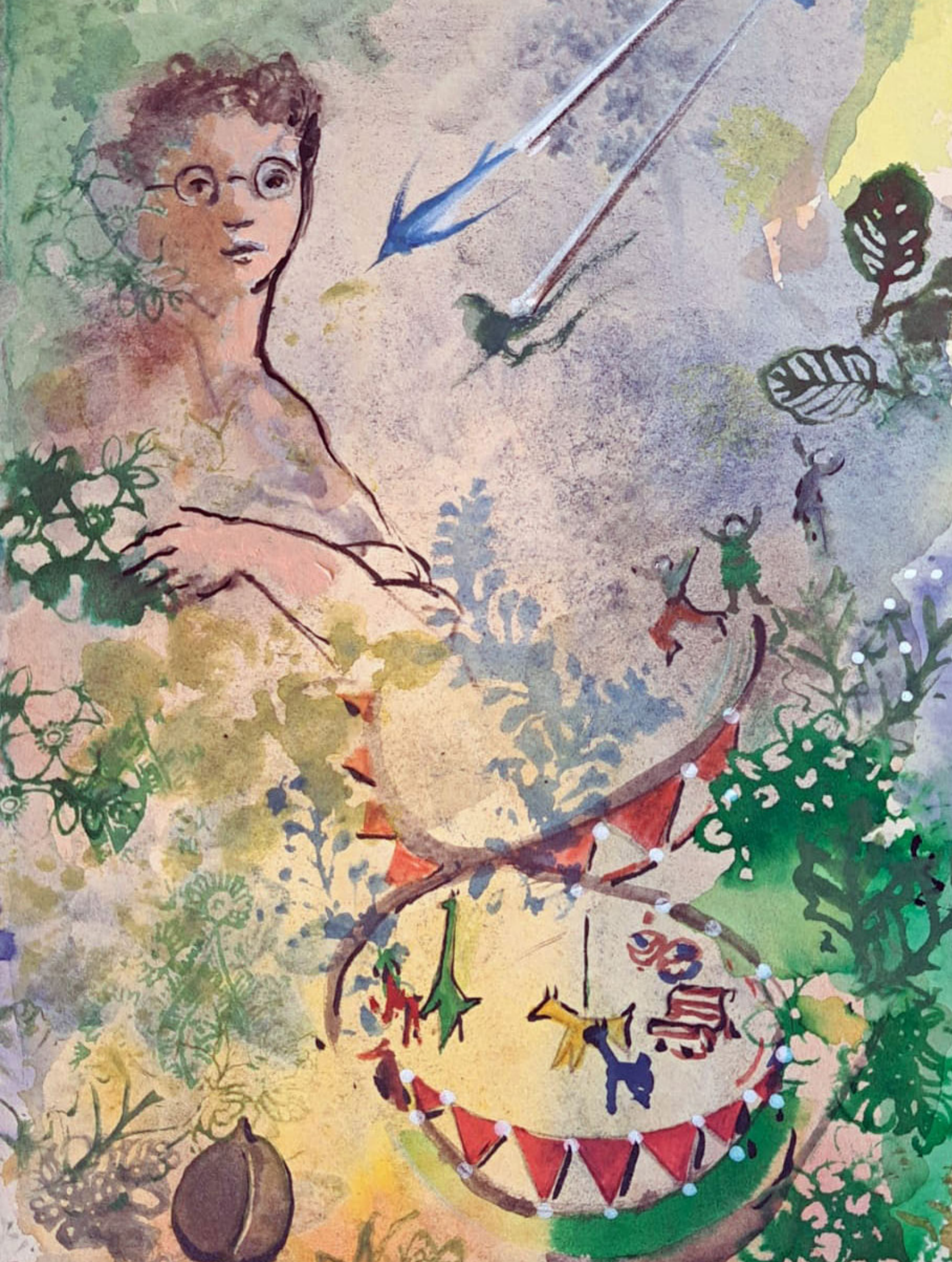
Auguro o carrossel, é o carrossel e não a montanha-russa, lembrando Daniel Faria, cujo Centro de Memória dedicado ao poeta inauguraremos, estando também financiada a programação cultural do espaço, após inclusão nas Rotas Regionais do Património Cultural – Escritores a Norte, o coração da mãe. Somente no carrossel passearemos nas figuras que nos lembram a infância, suavizando-se o caminho, circular e idílico, menos dificultado. Todos/as estaremos aptos/as a continuar a concretizar a visão que temos, por que lutamos há tanto tempo, sem quedas injustificadas e solavancos, conseguindo-se um envolvimento maior das escolas, desde logo no Plano Nacional das Artes, que integrámos neste recém mandato. Acresce que, para dar outros exemplos, tornaremos a centralidade do

Centro Cultural de Paredes mais plural a todas as artes e ao pensamento, fundamentais, no contexto atual da política nacional e internacional, contra os *lobisomens que espezinham a cultura*, citando, em representação de todos/as, o primeiro convidado do Café Literário de 2026, António Carlos Cortez. Será uma extensão do robusto trabalho artístico que desenvolvemos na Casa da Cultura de Paredes, Palacete de um brasileiro de torna-viagem, que se abrirá ainda mais à valorização patrimonial e turística. Outras notícias maravilhosas circulam livremente no carrossel: o Museu do Mobiliário, lugar mágico de valorização das Artes da Madeira de Paredes – valioso património cultural imaterial, estando igualmente aprovada uma candidatura para certificar e valorizar, preparando-se a terceira edição da Bienal Internacional das Artes em Madeira de Paredes; para a Biblioteca Municipal de Paredes, casa mãe dos cafés literários, que tanto tem conseguido na promoção da leitura e da escrita, existe uma candidatura financiada a executar que a tornará mais digital, aberta e acessível, com ações de mediação e acessibilidade para públicos diversos.

É com a gente da nossa terra, com a gente que temos vindo a acolher e acolheremos, que tornaremos Paredes um lugar lendário em termos culturais. É no carrossel, somente no carrossel, que, ao som do merecimento alegre e entusiasmante, devemos viajar.... Sou eu, Zeferino Coelho, editor de José Saramago, homenageado nesta edição com a justiça devida, Henrique Silva e António Mendes Moreira, os patronos dos prémios artístico e literário, e todos/as vós... homens e mulheres que sempre combateram, combatem e combaterão os lobisomens, cumprindo o legado dos que vão morrendo e celebrando a vida como deve realmente ser vivida.

Vai um café no magnífico carrossel?

Daniel Faria, O Carrossel
José Emídio
Aguarelas/ papel



2018

AIRES MONTENEGRO
NUNO SILVA
IVO RAFAEL
RUI GUEDES
DONZÍLIA MARTINS
JOSÉ ORLANDO ROCHA
SERAFIM FERREIRA
FERNANDA DE QUEYROZ

2019

MARISA PEDROSA
MADALENA OLIVEIRA
LINO AUGUSTO TAVARES DIAS
ADELINO GOMES
MANUEL ANDRADE
TIAGO SÁ BALÃO
ANA DAMIÃO
ANA MARIA FERNANDES
ROSÁRIO PESTANA
IGNÁCIO PIGNATELLI

2020

ZEFERINO SILVA
ANTÓNIO ASSUNÇÃO
ANTÓNIO ARESTA
GRACINDA RAMOS
CARLOS ALBERTO DIAS
AUGUSTO FILIPE GONÇALVES
SÍLVIO SILVA
SÍLVINA CONCEIÇÃO RODRIGUES
JÚLIO A. B. FERNANDES

2021

VÍTOR HUGO MOREIRA
JOÃO VASCONCELOS
OLÍVIA CLARA PENNA
MIGUEL GOMES
EMANUEL MENDES
RICARDO BARBOSA
RUI PINTO FERREIRA
MARIA IRENE MENDES MOREIRA
JORGE LAGE
GUILHERME FIGUEIREDO

2022

NUNO HIGINO
JORGE CASTRO
ORLANDO CASTRO
SÓNIA FERNANDES
MARIA CECÍLIA BARBOSA
PEDRO MOREIRA
NORBERTO RIBEIRO
MARISA PEDROSA
RUBEN ZACARIAS
AGOSTINHO SANTOS
ANDRÉ FURTADO
AURELINO COSTA

2023

VALTER HUGO MÃE
TIAGO SOUSA
CARINA NOVO
AUGUSTO CANETAS
JOÃO COSTA
JOÃO MANUEL RIBEIRO
NASSALETE MIRANDA
RAQUEL PATRIARCA
JOSÉ RUI TEIXEIRA
ELENA MIGUÉIS
JOSÉ JORDÃO
ILDA FIGUEIREDO
NÁDIA EUSÉBIO
MARIA ANTÓNIA JARDIM

2024

GONÇALO M. TAVARES
MARIA MANUELA AGUIAR
LURDES GONÇALVES
SÉRGIO LIZARDO
MARIA JOÃO CASTRO
GONÇALO M. TAVARES
MARIA MANUELA AGUIAR
SÉRGIO LIZARDO
MARIA JOÃO CASTRO
RODRIGO COSTA
SUSANA PAIVA
RICARDO BOLÉO
MARGARIDA NEGRAIS
MIGUEL CORREIA
PEDRO MATOS SOUSA
ANDRÉ RUBIM RANGEL
RUI LUZES CABRAL
JOSÉ PEDRO SOARES
NUNO F. SILVA
JORGE BRAGA
RUI COUCEIRO

2025

JOÃO DA SILVA
NUNO VIANA
BÊ SANT'ANNA
JOSÉ FERNANDO MAGALHÃES
JOSÉ CARLOS VASCONCELOS
JOSÉ MARTINO
ANGELINO SANTOS SILVA
REGINA GUIMARÃES
MINÊS CASTANHEIRA
ROSA ALICE BRANCO
EMERENCIANO
RODRIGO MAGALHÃES
RAÚL MINH'ALMA

2026

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ
(...)



João da Silva (janeiro 2025)



Nuno Viana (fevereiro 2025)



Aniversário (março 2025)



Aniversário (março 2025)



Aniversário (março 2025)



Aniversário (março 2025)



Aniversário (março 2025)



Aniversário (março 2025)



Bê Sant'Anna (abril 2025)



José Fernando Magalhães (maio 2025)



José Carlos Vasconcelos (junho 2025)



José Martinho (julho 2025)



Angelino Santos Silva (setembro 2025)



Regina Guimarães (outubro 2025)



Maratona - Minês Castanheira e Rosa Alice Branco
(novembro 2025)



Maratona - Minês Castanheira e Rosa Alice Branco
(novembro 2025)



Maratona - Emerenciano e Rodrigo Magalhães
(novembro 2025)



Maratona - Emerenciano e Rodrigo Magalhães
(novembro 2025)



Raúl Minh'Alma (dezembro 2025)



Antônio Carlos Cortez (janeiro 2026)



Lurdes Gonçalves



Lurdes Gonçalves



Patrícia Neto



Patrícia Neto



Ricardo Boléo



Tiago Barros e Rosa Barroso



Virgínia Soares Pereira



Ana Isabel Bessa

Café Literário Itinerante



Cristelo



Bitarães



Sobreira



Parada de Todeia



Louredo



Gandra



Duas Igrejas



Vandoma

HORA DO CONTO: ONDE O TEMPO ESCUTA: A BIBLIOTECA COMO LUGAR DE HISTÓRIAS QUE CRESCEM CONNOSCO

Paula Silva, Técnica Superior na Biblioteca Municipal de Paredes

Há lugares onde o tempo aprende a andar mais devagar. A Biblioteca Municipal de Paredes é um desses lugares raros, onde o silêncio não é ausência, mas presença atenta, e onde cada estante guarda não apenas livros, mas possibilidades.

Ao longo do ano, e com especial dedicação nos períodos de férias letivas, a biblioteca transforma-se num território fértil de exploração e criatividade. Os serviços educativos abrem portas a oficinas, leituras orientadas, jogos pedagógicos e atividades pensadas para despertar a imaginação e o prazer de aprender. Cada proposta é concebida como uma pequena aventura, onde o saber surge quase sem se dar por isso, deixando rasto, provocando perguntas e criando memórias felizes. Quem entra descobre que o tempo livre pode ser tempo de crescimento, partilha e descoberta.

No coração desta missão educativa encontram-se as Horas do Conto, momentos suspensos no tempo, onde a palavra dita ganha corpo, ritmo e emoção. Estas sessões integram um ciclo anual de histórias, “Era uma vez... todos os meses”, cuidadosamente pensado e articulado no grande tema anual, “Histórias que Crescem Connosco”. Mês após mês, as histórias acompanham o ritmo do ano, das estações, das emoções e das descobertas das crianças, criando continuidade, pertença e sentido. Cada história não surge isolada, mas faz parte de um percurso narrativo que cresce, amadurece e se transforma com quem escuta.

Há sempre um instante silencioso antes da primeira frase. Um breve acordo invisível entre quem conta e quem escuta. O mundo abranda, os corpos aproximam-se e os olhos brilham à espera do início. Contar histórias é um gesto de cuidado e de presença: sentar-se ao nível da criança, respirar fundo e dizer devagar: “Era uma vez...”. A partir daí, tudo pode acontecer.

À medida que a narrativa se desenrola, a biblioteca transforma-se num mundo inteiro. Surgem aldeias mágicas, florestas misteriosas, monstros improváveis, animais curiosos e personagens que falam diretamente ao coração. O riso surge espontâneo, o silêncio torna-se atento, as perguntas nascem naturalmente. E, quase sem se perceber, algo importante acontece: desenvolve-se o gosto pela leitura, expande-se a imaginação, aprende-se a escutar o outro e a sentir o mundo com mais cuidado.

Nas Horas do Conto, a biblioteca deixa de ser apenas um lugar de livros para se tornar casa, colo e caminho. As histórias falam-nos de pertença, identidade, medo, coragem



e ternura. A Aldeia Mágica, de Hélder Reis, recordou-nos que pertencemos aos lugares que cuidamos. O Espantalho Sem Nome, de Susana Santos Silva, lembrou-nos o desejo profundo de sermos vistos. O Baile de Máscaras, de Lisa Ann Margoli, mostrou que cada um guarda mais do que uma face. Tio Lobo, de Xosé Ballesteros, ensinou-nos a atravessar o medo. O Sapo Tem Medo, de Max Velthuijs, sussurrou-nos que sentir medo também é uma forma de coragem. Outras histórias embalaram-nos com ternura: O Coelho Azul Descobre a Sua Família, de J. Thomas-Bilstein, Sabes Quem Nos Traz os Sonhos, de Hartmut Bieber, ou Sebastião Regressa a Casa, de Nuno Markl. Rimo-nos com O Dragãozinho que Não Sabia Assoar-se, de Odile Delattre, espantámo-nos com Os Ovos Misteriosos, de Luísa Ducla Soares, e deixámo-nos tocar por O Presente Desejado do Pai Natal, de Antónia Cardoso, que nos lembrou que o essencial não se embrulha.

As Horas do Conto são pontes: entre a biblioteca e a escola, entre a família e o livro, entre a criança e o seu universo interior. Cada história é uma semente lançada com delicadeza, semente de empatia, imaginação, pensamento crítico e amor pelos livros. Uma história escutada na infância permanece para sempre, guardada num lugar secreto da memória, pronta a ser visitada nos dias felizes ou difíceis.

Participar nas atividades educativas da Biblioteca Municipal de Paredes é aceitar este convite ao encantamento. É entrar num espaço onde as histórias não ficam nas estantes, mas ganham voz, gesto e emoção. Onde cada criança é acolhida, cada família é convidada e cada leitor começa, talvez sem saber, a escrever a sua própria história com a leitura. Na Biblioteca Municipal de Paredes, as histórias crescem connosco, mês após mês, vida após vida e continuam à espera de quem queira escutá-las.

EDIÇÕES DO MUNICÍPIO 2025

Beatriz Meireles, Vereadora da Cultura e do Turismo da Câmara Municipal de Paredes



O Pelouro da Cultura tem definida como uma estratégia de política cultural a edição de livros e catálogos de exposições de Arte com a chancela do Município de Paredes, que desempenham um papel fundamental na preservação da memória, personalidades, tradições, expressões culturais, iniciativas e projetos marcantes.

Para além desta revista cultural, Orpheu Paredes, que conta com o oitavo número, o Pelouro da Cultura, desde 2017, editou 18 livros, apoiou 6 e trouxe à estampa mais de 27 catálogos.

No ano de 2025, destacam-se as seguintes obras: a biografia de José Guilherme (1821-1889) – O Rei de Paredes, de Ricardo Rocha e Fernando de Sousa, apresentada na Casa da Cultura de Paredes, no âmbito da comemoração do seu nascimento; Paredes Rock, de J. C. Carvalheiras, que contou com o prefácio e presença, no Centro Cultural de Paredes, de Tim dos Xutos & Pontapés; Atlas do Património Cultural Imaterial de Paredes, coordenado por Anabela Ramos, que deu a conhecer o trabalho no Bar do Campo de Golf do Aqueduto, em Vila Cova de Carros. Integrada na programação da Feira de Trocas, que decorreu na Biblioteca Municipal de Paredes, foram apresentados os seguintes livros: "Os Percevejos de Baltar", de Camilo Castelo Branco, celebrando-se o Bicentenário, teve a anotação de António Aresta e ilustrações dos alunos de Artes da Escola Secundária de Paredes; "Uma História de Vida", de Jorge Cardoso.

Dos catálogos editados em 2025, enumeramos: "Meta-

morfose dos sonhos" de Felícia de Sousa, "Um voo a recuar" de Avelino Sá, "História Natural" Rik Lina, "Arte – Corrente de Escuta" de Emerenciano, "Querer dizer nada, tudo querer dizer" Sobral Centeno, "Fragmentos de Silêncio Quebrado" de Filomena Silva Campos, Exposição Coletiva Prémio de Artes Plásticas – Henrique Silva, "Aquedutos de Portugal – Água e Património" de Pedro Inácio, "Poesia Bucólica" de Quim Leão de Bessa, "A Preto e Branco", coletiva.

Para além da edição, o Pelouro da Cultura apoiou a apresentação dos livros: "A mão é uma coisa acordada" de Agostinho Santos, "Sissi o sonho da Beatriz, as jangadinhas do Ceará e a cruz coloco-a eu!" – Marisô, "Leia dos olhos de mar e terra" – Manuel Cantobelo, "curva" Óscar Possacos, "José Guilherme Pacheco (1821-1889). O Rei de Paredes" – Ricardo Rocha e Fernando Sousa; "Parede Rock. História da Música Moderna Portuguesa em Paredes" – José Carlos Carvalheiras, "O Amor de forma nua" – Beatriz Santos; "Metamorfose dos sonhos" Felícia Sousa, "Bilhetes escritos para o céu" – Catarina Nunes, "A menina Natal" Sónia Barbosa da rocha "Desconstruir Palavras" – Filomena Silva, "A Avó contadora de histórias" – Antónia Cardoso, "o avô e os netos maior enfoque na Maria Eduarda" – António Monteiro Ramos, "Maria e a Pandemia" – Lurdes Gonçalves, "Prometo amar-me – redescobre a tua essência e desperta a tua luz interior" – Deolinda Matos.

Boas leituras para todos/as!

FEIRA DE TROCAS DE LIVROS E PALAVRAS COM AUTORES LOCAIS

Teresa Carvalho, Técnica Superior de Comunicação

A escritora Alice Vieira foi a convidada da Feira de Trocas de Livros de Paredes, que decorreu de 28 a 31 de agosto, na Biblioteca Municipal de Paredes.

Alice Vieira partilhou com algumas dezenas de crianças a paixão pela literatura num encontro muito relevante.

Da programação, destaque para a exposição “Retratos Contados de Alice Vieira”, à qual se seguiu um encontro com a escritora e uma sessão de autógrafos.

Os autores locais tiveram especial destaque nesta iniciativa, com a apresentação dos livros “Resiliências” de Nuno Meireles, “Uma história de vida” de Jorge Cardoso, bem como da obra “Os percevejos de Baltar” de Camilo Castelo Branco por António Aresta. Estes escritores partilharam o seu percurso e história com o público, para além dos que participaram na ação “5 minutos com...”, ao longo dos dias do evento.

A iniciativa contou, ainda, com uma sessão destinada às Famílias, “Baralhado Histórias” foi o nome da atividade.

Os poetas locais falecidos foram lembrados num Cantinho e em sua homenagem o CêTeatro dramatizou os textos destes autores.

Destaque para os escritores paredenses que estiveram presentes e/ou disponibilizaram os seus livros:

Aires Montenegro (Gandra); Ana Azélio (Rebordosa); Antónia Cardoso (Paredes); Arménio Santos (Paredes); Carlos Alberto Dias (Rebordosa); Catarina Nunes (Duas Igrejas); Donzília Martins (Paredes); Isabel Alves Pereira (Mouriz); Leão (Rebordosa); Maria Irene Mendes Moreira (Paredes); Miguel Correia (Duas Igrejas); Orlando Castro (Rebordosa); Nádia Eusébio (Parada de Todeia); Nuno Silva (Parada de Todeia); Rafael Pacheco (Beire); Silvina Rodrigues (Duas Igrejas); Vanda Cardeal (Paredes); Virgínia Soares Pereira (Paredes); Zeferino M. Silva (Paredes).



DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO (DINAMIZAÇÃO CULTURAL E TURISMO, PATRIMÓNIO CULTURAL, MATERIAL E IMATERIAL, BIBLIOTECA E ARQUIVO)

Maria Antónia Silva, Chefe de Divisão da Cultura e Turismo

O ano de 2025 ficou marcado por acontecimentos importantes para a Divisão da Cultura e Turismo. Desde logo por termos assinalado dois aniversários relevantes, o da adesão da Biblioteca Municipal de Paredes à Rede Nacional das Bibliotecas Públicas e o da Rede de Bibliotecas Públicas da Área Metropolitana do Porto. O primeiro foi uma atividade fora de portas com a colaboração dos amigos da cultura de Paredes. Os livros, as leituras, as músicas viajaram até um café da cidade, onde foram partilhados com público, chamando-se o evento “Biblioteca (sem) Paredes”, o segundo foi sinalizado com “Leituras Metropolitanas”, numa atividade interbibliotecas, neste caso Paredes e Valongo, verificando-se a importância desta interação.

Falar de rede de bibliotecas e de livros é falar também de novas dinâmicas. A Biblioteca Municipal em articulação com a Rede de Bibliotecas Escolares implementou a iniciativa “Primavera a Ler”, integrada no “Primavera Festival da Flor” e que veio preencher a fase Municipal do extinto Concurso Nacional de Leitura.

Um dos projetos mais emblemáticos da Biblioteca Municipal, o Café Literário, realizado mensalmente há oito anos consecutivos, conheceu em 2025 uma nova dimensão com a criação do Café Literário Itinerante, com uma expansão também para fora de portas, acrescentando-se, portanto, a variável - o Café Literário Itinerante. Este projeto tem como objetivo levar o mesmo modelo às diferentes freguesias do concelho, com a mediação da Vereadora do Pelouro da Cultura, Beatriz Meireles, integrando ainda a divulgação de publicações e documentários da Câmara Municipal, sempre com a colaboração dos respetivos Presidentes de Junta. No âmbito da promoção do livro e da leitura, destacam-se igualmente o Café Literário Júnior, a Hora do Conto e os Serviços Educativos da Páscoa, do Verão e do Natal. A “Tertúlia Poética” é, também, um momento inovador, dinamizado pelas bibliotecas escolares tendo já sido versado Daniel Faria e Miguel Torga. No dia do Autor Português foi lançado o desafio para a apresentação de um texto sobre o tema Camilo Castelo Branco, ao qual concorreram vários textos.

Integrado no programa das Noites Negras, que incluiu atividades de Halloween na Biblioteca, dinamizado

pela companhia Sáaraci, anunciaram-se os vencedores do Prémio literário António Mendes Moreira, ao qual concorreram 161 trabalhos provenientes de norte a sul de Portugal continental e ilhas, Brasil, Moçambique, Cabo Verde, Bélgica e França. O momento foi acompanhado pela declamação de Fernando Soares e apontamento musical de Daniel Lemos. Neste contexto também se realizou a II Maratona do Café Literário. A habitual feira de trocas, com o conceito, “Tráz um livro e troca por outro”, apresentou-se este ano com um formato renovado, incluindo uma banca dedicada à exposição de obras de autores locais falecidos e a presença de autores do concelho, que em diferentes momentos apresentaram os seus livros e interagiram com o público.

O projeto editorial da Câmara Municipal continuou a incentivar a leitura e o conhecimento com a publicação da biografia de *José Guilherme Pacheco (1821-1889), o rei de Paredes*, do *Atlas do Património Cultural e Imaterial de Paredes*, de *Os Percevejos de Baltar de Camilo Castelo Branco*, *Paredes Rock*, *Uma História de Vida* de Jorge Cardoso, bem como diversos catálogos, abrangendo as áreas do Património, da literatura, da música, do social e das artes respetivamente. Foram ainda apoiadas as apresentações públicas de 13 livros, dirigidos ao público adulto e juvenil.

“Mil e Uma Noites – nos umbrais do tempo” constituiu uma iniciativa de valorização das mulheres do concelho de Paredes do século XX, através da recolha de textos em diferentes géneros literários – poesia, prosa, artigos jornalísticos e científicos, bem como correspondência. Estes textos foram interpretados cenograficamente na Biblioteca Municipal e estarão em destaque para os ouvintes na Antena 2, no programa “Mil e Uma Noites - Antologia de Mulheres Esquecidas”.

A divulgação do Património arquitetónico continua aliada à música através de extraordinários momentos, como os concertos na Capela da Quintã, no âmbito dos Sons no Património, na Capela do Espírito Santo, em Duas Igrejas, na igreja de Parada de Todeia e na Capela de Santa Catarina em Recarei; através do Young Guitar Masters na igreja da Madalena com o concerto final do Nyckelharpa



Meeting. A pintura também tem sido um veículo para o conhecimento e divulgação do património, como é caso do 8º Workshop Património e Pintura que, desta vez, se realizou no CIMOCB, na Sobreira e na Capela e jardim da Casa do Outeiro, em Mouriz.

As Alminhas, nichos devocionais presentes ao longo da via pública, foram alvo de uma visita orientada para assinalar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Paralelamente, concretizaram-se várias visitas dedicadas ao património geomineiro, arquitetónico, industrial e natural, registando-se um interesse crescente pelo turismo assente na cultura e na natureza. O programa Descobrir Paredes, promovido pelo Turismo, continuou a desafiar residentes e visitantes a explorar o território, refletindo-se na homologação de quatro trilhos. O Turismo Industrial foi igualmente reforçado, com a adesão de empresários e artesãos locais, proporcionando experiências únicas e imersivas.

Inúmeras iniciativas têm passado pelos espaços expositivos disponíveis: Casa da Cultura, Biblioteca Municipal e Loja Interativa do Turismo, destacando-se o Prémio Artístico Henrique Silva. Esta personalidade de origem paredense tem sido o mote para tornar as artes plásticas acessíveis aos diferentes públicos, para promover a cidadania, a democratização do conhecimento, a promoção da igualdade de oportunidades e o enriquecimento cultural das comunidades, incluindo as desfavorecidas.

Os maiores picos de afluência à cidade de Paredes verificam-se durante as Festas do Tremçoço & Companhia, o Natal e as Festas da Cidade e do Concelho, momentos marcados

por grandes concertos ao vivo e ao ar livre, maior concentração de diversões, mercadinhos, fogo de artifício e iluminação urbana. Na primavera de 2025, o jardim da Casa da Cultura destacou-se como principal atrativo noturno graças ao Light Garden, que proporcionou sensações e emoções aos visitantes, assim como convidou a fazerem um circuito de visita orientada para a compreensão do observável. Este equipamento cultural acolheu, também, um momento de celebração da natureza com o "Herbário Literário – Árvore da Paz" que proporcionou uma viagem com folhas, palavras e dança.

A Trilogia do Mês continuou a dar a conhecer, mensalmente, uma peça, um documento e um livro, revelando particularidades do património cultural e da história local. Em paralelo, foi igualmente divulgado, todos os meses, um Apontamento da Nossa História, valorizando singularidades da memória coletiva do concelho.

Os 150 anos da Via Férrea do Douro foram assinalados no dia 12 de julho com uma exposição sobre o tema e um seminário realizado no Centro Social de Cete, que contou com a organização e apoio conjunto do Arquivo Municipal de Paredes, Associação Portuguesa dos Caminhos de Ferro, Cêteatro (Centro Social de Cête), Comboios de Portugal e Junta de Freguesia de Cete.

Por fim, a freguesia de Aguiar de Sousa voltou a ser palco do evento anual "Aldeia em Festa", promovendo o já emblemático "Concurso das Hortícolas Gigantes", que contou com a participação de concorrentes de norte a sul do País e Galiza.

CENTRO CULTURAL DE PAREDES EM 2025 UM ANO DE ENCONTROS, ARTE E COMUNIDADE

Fernando Salvador, Chefe de Divisão de Planeamento e Organização de Eventos

Em 2025, o Centro Cultural de Paredes confirmou aquilo que muitos já pressentiam: este novo equipamento da vida cultural da nossa região não veio apenas para existir, mas sim para transformar a forma como vivemos e sentimos a cultura no território. Nasceu com ambição e rapidamente se afirmou como um espaço onde o público local se encontra com o melhor da criação artística nacional e internacional, num diálogo intenso entre artistas e visitantes.

Desde os primeiros passos do ano, o CCP abriu as suas portas a uma multiplicidade de experiências que incluíram música, dança, teatro, comédia, performances e atividades familiares. A programação para o primeiro semestre trouxe nomes que já marcaram a história musical contemporânea portuguesa — como Quatro e Meia, Pedro Abrunhosa com Sara Correia, António Zambujo, Camané, David Fonseca ou Rodrigo Leão —, encantando públicos de todas as idades com concertos memoráveis que celebraram a música como território partilhado do nosso sentir comum.

Mas o ano não ficou apenas pela música. A dança ocupou o palco com força e poesia: espetáculos como Percursos da Arquitetura – Instável, em parceria com a comunidade do Conservatório de Dança Vale do Sousa, transformaram movimento e espaço em metáforas de encontro e reflexão.

As famílias e os mais novos também ocuparam o centro, através de com iniciativas que convidaram a imaginar, brincar e aprender, evidenciando o compromisso do CCP com uma cultura acessível a todas as gerações. Um exemplo marcante dessa aposta foi o ciclo “Famílias ao CCP”, que apresentou performances como Une Partie de Soi e Rizoma, experiências imersivas onde o corpo, o som e a poesia visual se entrelaçaram de forma surpreendente.

O segundo semestre trouxe ainda grandes nomes e espetáculos de grande fôlego que tocaram corações e desafiaram a arte em diferentes campos. Rui Veloso apresentou-se em formato intimista com o seu trio de guitarras, deixando na sala uma sensação de proximidade insubstituível com o público; Bruno Nogueira subiu ao palco com Deixem o Pimba em Paz, num momento que fez rir e pensar

em simultâneo; e a ópera clássica La Traviata de Verdi fez ecoar pelo auditório notas que nos ligaram à tradição e ao sublime da música lírica.

Teatro, dança contemporânea e outras expressões artísticas também marcaram presença ativa, desde peças de teatro envolventes até iniciativas que integraram a comunidade local e as escolas, fortalecendo a ligação entre o palco e o público.

Paralelamente à sua programação artística regular, o Centro Cultural de Paredes afirmou-se, ao longo de 2025, como um espaço verdadeiramente ao serviço da comunidade, acolhendo iniciativas promovidas por entidades externas, associações culturais locais e agentes culturais da região. Congressos médicos, palestras, encontros profissionais, atividades escolares e projetos educativos encontraram neste equipamento um lugar de excelência para o diálogo, a aprendizagem e a partilha. Esta dimensão multifacetada reforçou o papel do CCP não apenas como palco de criação e fruição artística, mas também como espaço cívico e social, onde a população se reconhece, participa e constrói coletivamente conhecimento e pertença.

O ano de 2025 no Centro Cultural de Paredes foi, assim, muito mais do que uma programação de eventos — foi um percurso de descoberta, partilha e diálogo. Um ano em que a cultura se aproximou das pessoas, das suas rotinas, das suas histórias, e onde cada espetáculo não foi apenas visto, mas vivido.

Olhar para trás e recordar estes momentos é perceber que Paredes já não é apenas um ponto no mapa cultural do Porto ou do país, pois tornou-se um lugar de encontro, inspiração e pertença. E se 2025 foi intenso, a promessa é que o futuro — já desenhado em novos projetos e iniciativas para 2026 — continue a fazer brotar conhecimento, sentido e beleza entre estas paredes que agora acolhem sonhos artísticos.



TRAVESSIA: MAIO A NASCER

Helena Queirós e Luís Monteiro, NEFUP - Núcleo de Etnografia e Folclore da Universidade do Porto

*Numa rua comprida El-rei pastor
Vende o soro da vida que mata a dor
Anda ver, Maio nasceu
Que a voz não te esmoreça a turba rompeu*
José Afonso

O NEFUP – Núcleo de Etnografia e Folclore da Universidade do Porto é uma associação cultural desta Universidade e tem como objetivo recolher, estudar e divulgar a etnografia e o folclore portugueses, nomeadamente sob a forma de espetáculos multidisciplinares, em que a dança, os cantares e outras manifestações populares, bem como as artes e a literatura, se cruzam, a partir de aspetos temáticos marcantes da nossa cultura etnográfica.

Nos últimos anos, este trabalho tem sido concomitante e dialogante com projetos de investigação e intervenção comunitária desenvolvidos com as populações de vários concelhos.

O último espetáculo que o NEFUP estreou, em abril de 2024, *TRAVESSIA – maio a nascer*, aposta, como não podia deixar de ser, neste cruzamento disciplinar, ao mesmo tempo que celebra a liberdade, ouvindo os “seus” e as suas histórias. As entrevistas a elementos da associação foram a base para a construção narrativa de uma (ou muitas) *TRAVESSIA(s)*: do passado ao presente, da ditadura à democracia, da guerra à paz, da emigração ao regresso, do salto a monte ao exílio, do Portugal ultramarino e orgulhosamente só ao país europeu de hoje.

Cruzando a música e a dança tradicionais com os poetas e cantautores de Abril, *TRAVESSIA – maio a nascer* faz um percurso pelas memórias pessoais dos tempos da ditadura aos da liberdade, alicerçando-as nos registos sonoros e audiovisuais da época, para retratar o quotidiano da vida no velho “Portugal suicidado” e confrontá-lo com a esperança e as mudanças que chegaram com “tudo o que Abril abriu”, nas palavras de Ary dos Santos, bem como as ameaças e os desafios que o futuro encerra.

Tendo em conta a temática e o envolvimento emocional intenso de atores e público, bem como a vontade de continuarmos a divulgar a cultura tradicional a novos públicos, foi com naturalidade que, aquando da estreia de *TRAVESSIA – maio a nascer*, no Porto, nos propusemos, de imediato, levar o espetáculo a outras localidades, partilhando a nossa abordagem artística e envolvendo diferentes interlocutores locais e comunitários (associações dedicadas à música tradicional e ao folclore, coros e escolas

de música, por exemplo) nas apresentações, em moldes desenhados conjuntamente, para cada caso.

Sentimos, ainda, a urgência de levar a mensagem do nosso *TRAVESSIA – maio a nascer* aos mais jovens, por considerarmos que são a geração que mais necessita de conhecer e aprender o nosso passado histórico e etnográfico, permitindo uma leitura contemporânea mas informada da vida em Portugal no último século.

Estamos convencidos de que a realização de projetos de partilha entre artistas e comunidades locais (associativas ou não) é um caminho que deve continuar a ser percorrido.

É também nossa convicção que projetos que envolvem diferentes interlocutores permitem a comunicação entre agentes culturais e a abertura ao verdadeiro trabalho comunitário, proporcionando a construção de objetos artísticos inovadores, abertos à inclusão de novas linguagens artísticas.

Por outro lado, iniciativas que coloquem diferentes gerações e diferentes linguagens artísticas a trabalhar em conjunto para um propósito comum, através de uma partilha de saberes, de práticas, de sonhos e de expectativas, permitem colocar em questão e, eventualmente, esbater, dicotomias obsoletas: erudito/ popular; artes clássicas/ artes tradicionais; rural/ urbano; conhecimento académico/ saberes populares; artista/ público. Ao mesmo tempo que se dá a conhecer diferentes manifestações artísticas e se motivam os públicos para a diversidade cultural, faz-se cultura participativa e participada. Cria-se cultura e arte a partir da vida em comunidade.

No caso deste projeto - *TRAVESSIA – maio a nascer* -, desde o primeiro contacto, foi manifestado pela senhora Vereadora, Dr.^a Beatriz Meireles, um apoio incondicional e sem qualquer hesitação à ideia de envolver agentes locais dedicados à cultura tradicional na preparação e participação na apresentação deste espetáculo no Centro Cultural de Paredes. A esta calorosa receptividade não seria alheia a experiência anterior com o espetáculo *Verdegar*, em que se desenvolveu um projeto comunitário com elementos da maior parte dos grupos folclóricos do concelho, conforme artigo publicado na revista Orpheu de 2024.

Estavam, assim, lançadas as bases para desenvolver o projeto. O primeiro passo dado foi tentar motivar associações e grupos de folclore do concelho para participarem no projeto, promovendo um encontro com todas as que se quiseram juntar. Nesta primeira reunião foram dados elementos que permitiram aos diferentes interlocutores avaliar a possibilidade / interesse das associações que

representam na participação.

De todos os participantes neste encontro, três grupos aceitaram o desafio: o Grupo Folclórico São Pedro de Cete, o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Recarei e o Rancho Folclórico dos Marceneiros de Rebordosa. São grupos habituados a exigência e rigor na representação etnográfica, mas também, como já sabíamos de outros projetos, imensamente interessados em novos desafios e novas aprendizagens.

Garantido o interesse na participação, desenhou-se o modo de operacionalizar o trabalho, que assentou no desenvolvimento, no mês anterior à apresentação pública do espetáculo, de uma residência artística. Cada participante das associações comprometeu-se a participar, quer na residência, quer no espetáculo. Na residência, começámos por trabalhar, a partir da dramaturgia do espetáculo, a encenação, danças e cantares a executar e os testemunhos a incluir. O nosso objetivo principal era que os participantes da residência tomassem contacto com a metodologia de construção do espetáculo e as diferentes linguagens que ele cruza, capacitando-os para experimentarem e promoverem novas abordagens etnográficas e envolvendo-os na sua concretização. Foram, também, proporcionados momentos de escuta em que foram apresentadas sugestões e se alteraram algumas ideias: em suma, criámos em conjunto.

Nestes encontros, o entusiasmo e empenho dos participantes cresceu de sessão para sessão e refletiu-se na qualidade e alegria com que todos fizeram parte do elenco e nas considerações sobre o trabalho realizado. No entanto, esta foi, apenas, uma parte do trabalho desenvolvido.

Paralelamente, e pelas razões anteriormente expostas, queríamos, também, envolver neste processo crianças e jovens do concelho no trabalho de preparação e performativo. Nesse sentido, contactámos o Conservatório de Música de Paredes sobre a possibilidade de os alunos do ensino articulado musical integrarem o projeto e, novamente, a nossa proposta foi logo acolhida pela Direção do Conservatório. Foram enviados partituras e arranjos de canções e músicas que fazem parte do alinhamento do espetáculo, mas proporcionando espaço para apresentações de sugestões e introdução de alterações que fossem ao encontro, quer do ensemble musical, quer do coro que, entretanto, foi selecionado. Foram realizadas visitas ao Conservatório para acompanhar o processo e também para partilhar as linhas da dramaturgia com os jovens participantes, percebendo a possibilidade de os envolver na encenação.

O processo culminou com a junção do trabalho parcelar dos mais de 80 intervenientes num ensaio conjunto, tentando dar coesão, fluidez e dinamismo ao espetáculo. Atendendo às disponibilidades de muitos participantes, conseguimos realizar, apenas, um ensaio geral, onde coordenámos o trabalho cénico do NEFUP com a participação dos grupos folclóricos, as vozes das cantadeiras do NEFUP com o coro



e ensemble musical do Conservatório, os arranjos musicais da orquestra tradicional do NEFUP com um ensemble clássico, as transições cénicas, as danças conjuntas, as intervenções individuais e coletivas, as marcações de luz e som e, acima de tudo, ensaiar o espetáculo completo, de princípio ao fim. Foi um trabalho complexo. No entanto, no final deste último e intenso momento de preparação, sentia-se no ar a motivação e a alegria de todos os participantes.

O espetáculo terminal realizou-se no dia 30 de maio de 2024, no Centro Cultural de Paredes. Marcar-nos-á para sempre a forma artística, confiante e digna como os participantes da comunidade se envolveram no momento performativo do projeto. Com notável esforço e dedicação, os coros de mais 80 vozes uniram-se para interpretar temas tradicionais e cantigas de protesto e intervenção, juntamente com uma orquestra inclusiva e inovadora, em termos instrumentais. As cenas coletivas cresceram e ganharam realidade, do momento triste e trágico da partida ao instante da festa e da manifestação pós-revolucionária. Por sua vez, a dança tradicional dialogou com o enredo de uma forma fluida e dinâmica, chegando a estar mais de 20 pares a dançar em conjunto, sem qualquer dificuldade de integração. Criou-se um elenco único, responsável pela criação e pelo desempenho artísticos, que resultou num espetáculo maior: maior em alegria, maior em número de participantes, maior nos cruzamentos artísticos e nos saberes, maior para o público, maior em conhecimento prático e teórico sobre as linguagens de palco e de construção artística, maior na celebração dos valores da liberdade e da paz, maior na partilha intergeracional, maior no sentido de concretização e de valorização do trabalho comunitário por todos os intervenientes, porque o processo sabe melhor quando é construído coletivamente.

A nossa expectativa enquanto inspiradores do projeto é que esta tenha sido uma *TRAVESSIA* significativa para todos os intervenientes. O sentido de coletivo e os sorrisos, no final do espetáculo, e os comentários que fomos ouvindo, ao longo de todo o projeto, fazem-nos crer que o conseguimos.

DIA DO AUTOR PORTUGUÊS: CAMILO CASTELO BRANCO

O CAMALEÃO DO ROMANTISMO LUSITANO

Alexandra Ferreira, Autora

Camilo Castelo Branco (1825–1890) foi uma das vozes mais marcantes da literatura portuguesa do século XIX. Os mais de 260 títulos de sua autoria são testemunho de uma escrita com um tom sempre irónico, marcada pelo criticismo social e por uma profunda consciência da tragédia humana. A versatilidade e complexidade da sua obra refletem uma notável capacidade de adaptação a diferentes estilos e temas. Este ícone do romantismo lusitano antecipou muitas das características do realismo, como a análise psicológica das personagens, a crítica à hipocrisia social e o retrato cru de certas realidades. Camilo foi, assim, um autor de transição entre dois movimentos, misturando o romantismo com o realismo de forma singular.

– Um Romantismo de múltiplas faces

A sua obra é um testemunho vivo da capacidade de mudança deste "camaleão" que deambulou por diversas vertentes do movimento romântico:

- Romantismo ultra-sentimental – *Amor de Perdição*, um clássico da paixão trágica;
- Romantismo sarcástico ou crítico – *A Queda dum Anjo*, uma sátira política e social mordaz;
- Romantismo trágico-existencial – em obras marcadas por temas como a loucura, o destino e a culpa;
- Romantismo religioso e moralista – fortemente influenciado pela tradição católica.

– Vida pessoal: Reflexo do espírito romântico

Camilo não apenas escrevia como um romântico — ele vivia como tal. A sua biografia é marcada por amores proibidos, escândalos, prisões, sofrimento, doenças e, por fim, o suicídio. Tal como as personagens dos seus romances, o autor encarnou o espírito mutável e dramático do romantismo.

– Produção literária diversificada

A sua natureza camaleónica revela-se também na sua vasta e diversificada produção literária. Camilo escreveu romances, novelas, crónicas, cartas, ensaios, crítica e peças de teatro, sempre com maestria e capacidade de agradar a diferentes públicos. A sua escrita combinava erudição com acessibilidade, profundidade com ironia.

Concluindo: denominá-lo camaleão do romantismo português é reconhecer a sua versatilidade estilística, a oscilação constante entre paixão e ironia, entre idealismo e crítica social. É enaltecer a sua habilidade de se adaptar às diferentes fases do romantismo, sem nunca perder a sua própria voz. Ler Camilo é mergulhar nas profundezas da condição humana. A sua escrita provoca, fere, comove — como poucas.

"Enquanto houver um coração que ame, a vida será sempre uma luz no meio das trevas."

PRECURSOR DO GÓTICO PORTUGUÊS

Benilde Gaião, Professora

O termo "gótico" cujo foco central incide no mistério, horror e sobrenatural contextualizados num ambiente sombrio e hostil é indissociável da literatura inglesa e norte-americana. Apesar de este subgénero em Portugal não se ter afirmado de forma expressiva (considerando o volume de obras existentes e a predileção do público), é

interessante constatar que Camilo Castelo Branco foi um precursor desta vertente literária. Enquanto os castelos do gótico europeu eram de pedra, os de Camilo edificavam-se de carne e osso, alicerçados na ordem patriarcal vigente, onde nas masmorras, enclausurados, pulsavam corações, amando contra a sociedade.

20 cometido entre ambos foi condenado pela sociedade e Ana Plácido, a sua grande paixão, tornou-se um pecado. Camilo foi julgado e condenado, manteve-se enclausurado na Cadeia da Relação do Porto e, em apenas 15 dias, escreveu aquele que viria a ser um dos romances mais lidos, *O Amor de Perdição*. Talvez na prisão ele tenha encontrado a libertação de uma alma ferida e, na verdade, este romance, em 1862, tornou-se no seu escape, nele encontrando a sua salvação, a sua rendição, uma hipotética saída.

Repudiou a abulia e naquele romance misturou a realidade com a fantasia onde se incluem o drama e a tragédia.

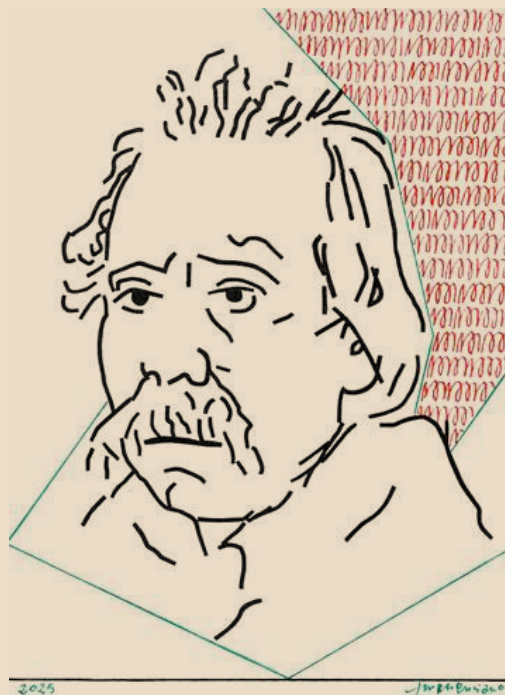
Amor de Perdição é um romance que relata os amores trágicos de Simão, Teresa e Mariana. Verifica-se um trio amoroso envolvente, mas a morte é inevitável, tal como aconteceu com Romeu e Julieta. Recordemos Shakespeare, uma fulcral influência literária na vida de Camilo que, outrora, dissera: “O único problema sem solução é a morte”. E, na verdade, na vida “amar e ser amado” é um privilégio, simboliza o trevo da sorte.

Camilo Castelo Branco sempre gostou da vida boémia, mas, após várias aventuras e desventuras, amores, dissabores, um casamento aos 16 anos com Joaquina Pereira, eis que consegue o almejado e casa-se com Ana Plácido, quando esta já tinha os seus 56 anos de idade. Este autor encontrou o seu espaço para a escrita, quando este se refugiou na ruralidade.

Ao longo da sua vida, publicou mais de 260 obras, tendo-se destacado na escrita de peças de teatro, novelas, poemas, narrativas satíricas, historiografia, memórias e inúmeras histórias.

Um dia, a sua escrita já não fazia sentido. Sentiu-se ultrapassado pelo Realismo e com a cegueira caiu no abismo. Suicidou-se, pois já não podia escrever e era a escrita que lhe permitia viver.

Mas ele não morreu. As suas palavras ganham vida para quem o lê! E quem não conhecer um pouco do nosso passado é como quem não vê.



Aproximação a Camilo

Emerenciano
Acrílico s/papel
2025

CAMILO EM TONS DE PAIXÃO: O VERMELHO DA ALMA, O CINZENTO DO DESTINO

Denise Camargo Lancia, Advogada

Neste bicentenário do nascimento de Camilo Ferreira Castelo Branco, o tempo sussurra a memória de um dos mais vibrantes e controversos nomes da literatura portuguesa. Nascido em Lisboa, a 16 de março de 1825, Camilo não foi apenas um homem das letras — foi um homem das

dores, das paixões e dos abismos. A sua vida, como as suas obras, foi tingida por matizes profundos, onde o vermelho da emoção se misturava ao cinzento da melancolia, e o negro da tragédia delineava os contornos de um espírito inquieto.

Figura central do Romantismo em Portugal, Camilo era, antes de tudo, um amante da linguagem. A escrita foi seu fôlego, seu refúgio e, muitas vezes, sua perdição. Produziu mais de 260 obras — um verdadeiro dilúvio de palavras apaixonadas, carregadas de uma verve que combinava lirismo, crítica social e uma visão amarga da condição humana.

A tinta que Camilo derramava no papel era também a tinta de sua vida: intensa, manchada de escândalos, dores e irreverência. Viveu amores proibidos, enfrentou prisões, foi alvo de censura e jamais se rendeu ao silêncio ou à convenção. Era um homem que queimava por dentro, e essa chama incandescente refletia-se nas suas palavras, sempre carregadas de emoção e crítica, ternura e sarcasmo. A sua escrita exalava o perfume amargo da saudade, a cor púrpura da paixão sem remédio, o cinza da desesperança e o negro do fim.

Camilo era um espírito doente de lucidez. A sua luta constante contra o mundo, e talvez contra si mesmo, terminou de forma trágica, como tantas de suas histórias: com o suicídio. Mas mesmo na morte, sua figura não desapareceu. Ficou impressa nas páginas da literatura portuguesa como um traço indelével, como um quadro carregado de cores sombrias e vibrantes — um retrato que ainda hoje nos olha com intensidade.

Celebrar os 200 anos de seu nascimento é, pois, mais do que homenagear um autor: é recordar um homem que viveu nos extremos da emoção humana, que pintou com palavras os tons da alma, que fez da literatura espelho e lâmina. Camilo Castelo Branco não foi apenas um escritor. Foi um furacão de sentimentos, uma aquarela de excessos, uma tempestade escrita com tinta de fogo. E hoje, dois séculos volvidos, a sua paleta de emoções ainda colore o coração de quem o lê.



A.fé
Papel Canson 300 gr
2025

“É UM ORGULHO AMÁ-LA”

Donzília Martins, Escritora

Camilo Castelo Branco, o escritor por excelência, o primeiro que fez da escrita profissão.

O eclético, o romântico, o eterno apaixonado, o homem da imaginação prodigiosa, a mente atribulada, a alma inquieta, o satírico apontando na escrita as chagas da sociedade, o amante, o pai sofredor porque o sangue lhe doía nas veias, a orfandade a tocar a alma. Tudo isto foi Camilo.

Fui pela terceira vez a sua casa. Cada coisa em seu lugar, como se o relógio marcasse a hora da eternidade.

Sentei-me no escano junto à lareira onde tantas vezes Camilo estendeu as mãos para a fogueira, olhando a sua eterna amada Ana Plácido, desenhando histórias no vapor saído das panelas de ferro que se evolava pela alta chaminé, e, no silêncio, ouvi sussurrar as palavras de amor: “É uma

22 mulher de ferro, é um orgulho amá-la”.

Este homem de coração grande que mal lhe cabia no peito, onde couberam centenas de personagens saídas dos seus romances, soube amar tanto quanto o amor recebido, reconhecer a coragem de uma mulher que tudo deixou por amor, da companheira de todas as horas, da amiga com quem rasgava a alma, do ombro onde sempre podia recostar a dor da orfandade, a grandeza do coração, o depósito das suas angústias, o sacrário onde metia os seus medos até ao fim.

Falar de Camilo? Não. Outros o farão. Fala por ele a sua extensa obra com mais de duzentos e sessenta títulos.

Lede! Saboreai aquela Maria Moisés, aquele Amor de Perdição, o seu Crime do Padre Amaro, e no fim parai no silêncio da casa que tanto vos diz. Olhai o relógio parado nas três e um quarto, hora do fim ou do princípio da eternidade e a cadeira testemunha da maior dor de uma alma.

Escutai do “camiliano” Reinaldo o soneto “Os Meus Amigos” e contemplai o rosto belo, sereno e inteligente da Ana porque por detrás de um grande homem está sempre uma grande Mulher.

Entre Margens - "Inspirado em Maria Moisés, de Camilo Castelo Branco, ecoa no rio a busca da menina perdida"
Mafalda Rocha
Óleo s/ tela
2025



ENCONTROS, REENCONTROS E DESENCONTROS – À MANEIRA DE CAMILO CASTELO BRANCO

Filomena Silva, Escritora

A vida, esse teatro cruel de paixões e de acasos, é um rosário de encontros tecidos por mãos invisíveis e corações inquietos. Camilo, mestre das desventuras amorosas, teria dito que o encontro é o prenúncio do sofrimento, pois sempre que duas almas se tocam, abre-se o abismo da fatalidade. É no olhar primeiro que se planta a semente do destino e dela germina ora a esperança, ora a perdição.

Reencontrar é tarefa dos corações que, mesmo dilacerados, conservam a memória ardente do que foi. O reencontro em Camilo é quase sempre marcado pela dor: uma dor doce, cravada de saudade e impossibilidades. Os seus personagens, quando se voltam a ver, é porque a ferida antiga nunca cicatrizou. E, nesse reencontro, há mais lamento do que júbilo — porque o tempo, esse carrasco silencioso, jamais devolve o que roubou.

O desencontro, porém, é o que mais povoou a pena camiliana. É no desencontro que se consuma o drama, que se rasga a alma do romancista. São cartas que chegam tarde,

promessas quebradas pela distância, amores condenados por convenções sociais ou por uma moral implacável. Camilo sabia que a vida raramente concede o final feliz e é no não cumprimento do que se deseja que reside a mais genuína tragédia humana.

Assim, entre encontros que prometem, reencontros que sangram e desencontros que destroem, desenrola-se o drama que Camilo, com a pena mergulhada em lágrimas e fel, soube tão bem contar. E, se é verdade que amar é sofrer, então encontrarmo-nos é o princípio de uma dor que, paradoxalmente, não desejaríamos nunca evitar.

Na tapeçaria da existência, os encontros são bordados com fios de esperança e desejo. Camilo Castelo Branco, mestre das paixões arrebatadas, via no encontro o prenúncio de uma jornada onde o amor e a dor caminham lado a lado. Como ele próprio escreveu: “O amor é uma luz que não deixa escurecer a vida.”

No entanto, essa luz muitas vezes ofusca, levando os

amantes a caminhos de perdição. Os reencontros, por sua vez, são sombras do passado que retornam, trazendo consigo a saudade e a melancolia.

Mas é nos desencontros que se revela a verdadeira tragédia camiliana. O destino, implacável, separa os amantes, deixando apenas a lembrança do que poderia ter sido

Assim, entre encontros que iluminam, reencontros que ferem e desencontros que destroem, desenrola-se o drama humano que Camilo tão magistralmente abordou.

Até mesmo com a filha Maria Amélia a sua relação foi feita de encontros e reencontros.

CAMILO: O SOFRIMENTO COMO ESTILO

Isaque Mateus, Escritor

Há escritores que escrevem com tinta, outros com lágrimas — Camilo Castelo Branco escreveu com fogo. O seu nome, talvez mais murmurado que lido, arde numa estranha fogueira de génio, excesso e condenação. Não é simples admirar Camilo: é preciso sangrar com ele. A sua literatura não pede condescendência — exige pacto. É o pacto da paixão desmedida, da moral dilacerada, da linguagem que se atropela como quem corre para salvar a própria alma.

Camilo não escreveu para a posteridade: escreveu para não enlouquecer. E, mesmo assim, a cegueira veio e, com ela, talvez, a lucidez final do abismo. Em cada romance, especialmente nos mais viscerais — *Amor de Perdição*, *Doze Casamentos Felizes*, *Novelas do Minho* —, encontramos não um contador de histórias, mas um homem a gritar contra a mediocridade do mundo, contra a secura dos sentimentos formatados, contra a lentidão do tempo que tudo destrói.

O seu estilo, muitas vezes acusado de excessivo, é a transcrição mais honesta de uma alma que se debate. Frases longas, travessões violentos, personagens que não são

arquétipos, mas febres. Camilo nunca quis ser elegante. Quis ser verdadeiro — e a verdade raramente é polida. O seu romantismo é português até ao osso: saudoso, trágico, cristão, mas também irónico, desconfiado, ferido. Há nele uma crónica do Norte, uma paisagem moral que só a serra pode inspirar — onde o amor é sempre um precipício e o juízo um luxo tardio.

Não é estranho que tenha morrido como viveu: entre o escândalo e a sombra. Camilo não queria redenção — queria intensidade. Hoje, lê-lo é um ato de coragem estética. Não porque o tempo o tenha tornado ilegível, mas porque a nossa época, tão anestesiada, pouco sabe lidar com o excesso de verdade.

Camilo é o grito antes da literatura se tornar indústria. Uma presença insubmissa que nos obriga a sentir — e a sentir tudo de uma vez.



No Bom Jesus do Monte
Vieira Saraiva
Óleo s/ linóleo
2025

A ESCRITA COMO ENFERMIDADE. A LOUCURA CRIATIVA EM CAMILO CASTELO BRANCO

Luciano Reis, Escritor

Camilo Castelo Branco escreveu como quem sangra. A sua obra, volumosa e vertiginosa, parece mais o resultado de um estado febril do que de um exercício estético planeado. Mais de duas centenas de títulos, escritos em ritmo alucinado, revelam uma obsessão que ultrapassa o impulso criativo convencional. Este ensaio propõe uma leitura da escrita camiliana como manifestação de uma enfermidade interior, uma resposta desesperada a um mal-estar existencial, que contaminava tanto o corpo como o espírito.

A biografia do autor fornece-nos o retrato de um homem em constante tensão: órfão desde cedo, educado sem raízes fixas, sempre em conflito com a moral da época, perseguido por amores ilícitos, condenado judicialmente, mergulhado em dívidas e doenças. Tudo isso serviu de combustível à sua literatura, que não se limita a ser espelho da realidade, mas antes uma catarse, um exorcismo. Camilo escreve para não enlouquecer — ou talvez porque já enlouqueceu.

A literatura romântica celebrava o génio trágico, mas Camilo elevou essa figura ao extremo, encarnando-a na própria vida. A sua escrita é, por vezes, desordenada, contra-

ditória, repetitiva — mas essa aparente falha é, na verdade, a sua força: é o testemunho cru de uma mente em agonia. Ele não depura emoções, como os realistas; pelo contrário, expõe a ferida aberta. Obras como *Amor de Perdição* ou *Memórias do Cárcere* não são apenas ficções ou confissões: são sintomas. Camilo não constrói narrativas — ele implode nelas.

Cegou. Suicidou-se. Mas, antes disso, esculpiu um monumento à dor. A escrita camiliana pode, assim, ser entendida como uma patografia — o estudo da doença através da obra literária. Se Freud tivesse lido Camilo, talvez o tomasse como caso clínico exemplar: pulsões de morte, complexos edipianos, impulsos de fuga e castigo atravessam a sua galeria de personagens e ecoam nas entrelinhas da sua própria biografia.

Camilo Castelo Branco é, talvez, o primeiro escritor português a viver a literatura não como vocação, mas como sintoma. A escrita, em vez de o salvar, consumiu-o. Mas nessa combustão, deixou-nos um dos legados mais intensos da língua portuguesa: uma obra que arde, em vez de simplesmente brilhar.

ENTRE A VIDA E A LITERATURA

Mariana da Silva, Escritora

Camilo Castelo Branco é uma figura incontornável da História e da literatura portuguesa. A sua vida e a sua obra são indissociáveis, como se o escritor encarnasse o próprio Romantismo, vivendo-o.

Nasceu em 1825, em Lisboa, e a sua infância ficou marcada pela perda dos pais. Cresceu em Trás-os-Montes onde, ainda muito jovem, casou. Viveu depois no Porto, onde esteve preso duas vezes, devido aos seus amores tumultuosos, enfrentando o julgamento da sociedade. Sofreu a perda de filhos e o medo pelo futuro da sua família. Ao longo da vida, a escrita acompanhou-o sempre. Em 1890, em S. Miguel de Seide, atormentado pela cegueira, pela doença de outro filho e pelo medo da perda, Camilo suicidou-se, vencido pelo sofrimento. Cumprindo-se o seu desejo, foi sepultado no Cemitério da Lapa, na cidade do Porto.

A orfandade, os amores de perdição e os amores de salvação, o cárcere, a luta contra a sociedade, o luto, as preocupações familiares e financeiras, a doença e a sua morte

trágica são temas que poderíamos encontrar num romance escrito pelo seu próprio punho, mas que, também fazem parte da sua biografia.

A sua obra é intemporal, uma vez que aborda temas e sentimentos universais, como o amor, a dor, a culpa, a família, o destino e a sociedade.

Camilo legou-nos uma produção literária imensa e riquíssima, que impressiona pela quantidade e, sobretudo, pela qualidade, pela diversidade e pela intensidade das histórias, à semelhança do que acontece com a sua própria vida.

Os personagens que criou e os enredos que construiu continuam a marcar quem o lê, devido à força trágica, mas também humana com que foram escritos.

Camilo Castelo Branco viveu como escreveu e viveu do que escreveu, deixando um legado ímpar que, duzentos anos depois do seu nascimento, continua a emocionar, a divertir e a deslumbrar quem o lê.

NO BICENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE CAMILO

Noémia Lopes, Professora

No bicenténário do seu nascimento, é pertinente questionar quem foi Camilo Castelo Branco. Nascido em Lisboa, em 1825, cedo ficou órfão e foi viver com uma tia para Vila Real. Foi um homem de inúmeros talentos e paixões: escritor, romancista, cronista, crítico, dramaturgo, historiador, poeta e tradutor! Como escritor, foi bastante profícuo e a sua obra foi reconhecida, ainda em vida, contrariamente ao que era hábito na época. Foi agraciado com o título de Visconde, pelo rei D. Luís. A sua vasta obra contempla quarenta anos de escrita...

No campo amoroso, esteve envolvido em vários escândalos românticos. Ainda casado com a sua primeira esposa, apaixonou-se por Ana Plácido, aquela que viria a ser o seu grande amor e com quem viveu um romance adúltero, uma vez que esta era casada com um comerciante rico (um

brasileiro torna-viagem), com quem casara aos dezanove anos. Camilo e Ana Plácido estiveram presos, na Cadeia da Relação, no Porto. O casal foi julgado e, finalmente, absolvido por um juiz, que, curiosamente, era o pai de Eça de Queirós...

Finalmente, a nível pessoal, pode afirmar-se que foi um homem dilacerado pelos vários dramas que pontuaram a sua vida: a morte do filho mais velho, as dívidas de jogo, a doença (a sífilis) que lhe provocou a cegueira. Todos estes fatores terão culminado com o seu suicídio, a um de junho de 1890, na casa onde habitava, com Ana Plácido, em S. Miguel de Seide. Fica o legado daquele escritor que foi o expoente máximo do romantismo em Portugal e ao qual é sempre pertinente regressar...



A Queda de um Anjo
Celeste Ferreira
Tinta da china e acrílico s/ cartão
2025

CAMILO CASTELO BRANCO, O FULGOR DA SÁTIRA

Ricardo Leal, Escritor

Detentor de uma pluma e de um vocabulário acutilantes, Camilo Castelo Branco, ao invés de outros autores românticos, não se transformou numa breve nota de rodapé de compêndios sobre Literatura Portuguesa. Fecunda nos

temas e estilos, a sua obra permanece no panteão das maiores figuras literárias portuguesas. Uma perpétua rivalidade entre Queirosianos e Camilianos assemelha-se a um combate “*perdu d’avance*” donde não sairá nunca um

26 vencedor. Não obstante a qualidade indubitável de ambos os autores, Camilo, ao invés de Eça, “meramente” possuía como fonte de receita a sua *verve* literária.

Tendo nascido na capital, as gentes provincianas e o mundo campestre exerceram um fascínio sobre a sua psique e existência. Conduzidos por Camilo, descobrimos o Romantismo português através de localidades norte-nhas, pintando cenários onde a miséria ou a pobreza não são o centro da intriga, ao contrário de numerosos autores seus contemporâneos. Tomemos por exemplo “Os Miseráveis” de Victor Hugo. Camilo traça-nos perfis psicológicos, apresenta temáticas, sentimentos e atitudes próprios dos folhetins românticos desse tempo. A vingança, os “mártires do amor”¹, o sofrimento redentor, a absolvição pela penitência são elementos recorrentes nos romances ditos de “cordel”.

“Amor de Perdição” reúne em si, com brilhantismo, todas

os lugares-comuns que de forma prazerosa revisitamos. Camilo aplica de forma recorrente esta fórmula, o que explica a sua profícua e vasta obra. Não olvidamos que retira da sua escrita “o pão sofrido com que se alimenta”, sem nunca colocar em causa o seu génio literário.

“Ourives” da palavra, depositário de um vocabulário arcaico, mas precioso, reconhecamos na justeza do vocábulo e na sua sagaz crítica social e moral todas as *nuances* do estilo camiliano. Em Camilo, a escrita é sobrevivência, grandeza de espírito. Através dos apartes, das observações mordazes, porém justas do mundo que o rodeia, imergimos na sociedade portuguesa do século XIX.

Em tempos onde é vilipendiada e menosprezada a língua portuguesa revisitemos a obra Camiliana. Que esta nova geração reviva os amores de Simão e Teresa, seja “corrompida” como Calisto ou visite os seus amigos “Brasileiros de Torna-Viagem”.

¹ Saraiva, A. J., & Lopes, O. (1985). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

PRÉMIO LITERÁRIO ANTÓNIO MENDES MOREIRA OS AMORES DE CAMILO CASTELO BRANCO

Teresa Carvalho, Técnica Superior de Comunicação

O Município de Paredes promoveu a 7.^a edição do Prémio Literário “António Mendes Moreira”, com o propósito de contribuir e estimular a produção e divulgação literárias junto da população em geral.

O prémio contou com 161 candidaturas das mais diversas localidades do país, desde o continente e à ilha da Madeira, e do mundo com vários escritores do Brasil, Moçambique, Cabo Verde, Bélgica e França.

“Os amores de Camilo Castelo Branco” foi a temática escolhida para a 7.^a edição deste prémio, que, recordamos, destina-se a distinguir textos inéditos, a editar pelo Município desta cidade, na Revista Cultural Orpheu Paredes

do ano seguinte, consistindo na atribuição dos seguintes prémios: ao 1.^o prémio corresponde o valor pecuniário de 500 euros, ao 2.^o de 250 euros e ao 3.^o de 100 euros. Os textos premiados são publicados na edição impressa e digital da Revista Cultural. De referir que foram atribuídas 2 Menções Honrosas.

O júri responsável pela seleção dos textos a concurso foi constituído, tal como previsto no regulamento, por um representante da Câmara Municipal de Paredes, sem direito a voto, que preside, e três elementos de reconhecido mérito na área da literatura e ensino, designadamente, Isabel Alves Pereira, Laura Guimarães e Nassalete Miranda.



1º Prémio

ATA DO CORAÇÃO

Cláudia Gigante, Professora de Artes Visuais

[O leitor concederá que se fale de amor dentro de um arquivo, que é onde Portugal guarda os seus segredos e os seus papéis — e, às vezes, confunde-os.]

Eu trabalhava no oitavo andar do edifício antigo, o das janelas altas e do eco de passos que parecem de outros séculos. Catalogava caixas, inventariava cartas, lia caligrafias que pediam cuidado: a alegria do meu ofício era tratar a memória como quem alisa um lençol amarrotado. Nesse dia, a caixa trazia, com solenidade, o selo de um inventário particular. Tirei fitas, desatei laços e, debaixo de relatórios de rendas e escrituras de casamentos, havia um envelope sem data, sem selo, só com uma inicial: A.

Não era o meu nome, mas o pulso tremeu como se fosse. Desdobrei o papel. Três páginas de uma letra inclinada, firme. Começava assim: “Se o mundo nos quiser honestos, que seja honesto primeiro. Até lá, chame a isto coragem; eu chamo-lhe apenas verdade.” Segui lendo, devagar, como quem pisa um soalho antigo. Entre as linhas havia o rumor daquilo que não se pôde viver.

— Não abra com essa cara, minha senhora — disse uma voz atrás de mim, num timbre que era metade ironia, metade brandura. — A literatura gosta de ser desdobrada com alegria.

Voltei-me. O homem tinha barba de retrato a carvão, olhos cansados de ler e uma pena imaginária no ar. Reconheci-o como se sempre o tivesse conhecido.

— O senhor... — comecei.

— Camilo, sim. O mesmo que imaginas. Não te assustes: os arquivos têm chaves para ambos os lados — os vivos e os outros. [O leitor aceitará esta pequena liberdade do narrador; eu, pelo menos, aceitei.]

Ri, de espanto e nervos.

— É uma carta de amor, não é? — perguntei, só para dizer alguma coisa.

— Todas são. Até as petições. Principalmente as petições. — sentou-se ao canto da mesa, leve, como quem não pesa — Lê. Eu comento, se me deres licença.

[Conceda-se licença.]

A carta falava de um encontro ao pôr do sol, de uma promessa mal feita e bem sentida, de um “código” que não permitia certas verdades em voz alta. Paixão havia, e honra de sobra.

Faltava a ironia, que eu própria, sem saber, ia prover.

Nessa manhã, Miguel apareceu com o seu sorriso de quem pede desculpa antes de falar.

Trabalhava comigo desde o verão: conhecemo-nos na estadia forçada de um seminário sobre paleografia, e eu, que nunca me apaixonei em conferências, dei por

mim a decifrar-lhe as sobrancelhas enquanto ele explicava a diferença entre um “s” longo e um “f”. Tinha mãos de músico; de facto, tocava órgão na paróquia do bairro. Tinha também um noivado em fase final: honra. Eu tinha um coração em fase inicial: paixão.

— Estás bem? — perguntou, reparando na carta.

— Está tudo bem — menti, como se mente quando o bem consiste em não dizer o que se sente.

Camilo, do canto, ergueu o sobrolho: “Mentir por decoro é a ortografia da alma no século XIX; não me obrigues a corrigi-la no XXI.”

Guardei o envelope numa capa de papel pardo e escrevi a referência com letra impecável. A etiqueta dizia: “Correspondência particular (não expurgada)”.

[O leitor que trabalha em escritórios sabe: a etiqueta é uma armadura. Luzente — e, por vezes, estreita.]

O impulso não espera atas. Dois dias depois, um apagão deixou o prédio às escuras por uma hora. As janelas ficaram de um azul sujo; a cidade lá fora continuava a sua marcha, indiferente. Fomos os dois à copa, à procura de fósforos. Não havia. Miguel encostou o telemóvel à parede; a luz desenhava-lhe o perfil, como numa gravura.

— Ficaste diferente desde que abriste a caixa daquele inventário — disse, sem malícia.

— Eu? — sorri. — Culpa da caligrafia antiga. Contagia.

— E se... — hesitou. — E se lêssemos alto alguma coisa? Para a luz não parecer tão pouca.

Tirei, por impulso, a carta. Não devia; a honra do arquivo não permite passeios aos documentos. [O leitor que ama regulamentos já terá levantado o indicador.] Mas a honra é irmã da prudência; a paixão, filha única.

Li a primeira página. A voz saiu-me a direito, como se a carta me tivesse sido ditada.

Há palavras que só cabem no som. Quando terminei, sentei-me. Miguel ficou calado, depois disse baixo:

— Quem dera que as cartas chegassem antes dos obstáculos.

— Às vezes chegam — respondi e, porque não tinha como esconder o que era transparente, acrescentei: — Chegaste tu. Tarde de mais, cedo de menos.

[Aqui o narrador, se fosse cobarde, poria reticências. Não as perei: a vida sofre de muitos silêncios; não precisa dos meus.]

— Helena... — Ele só me chamava pelo nome inteiro quando vinha tragédia. — Eu...

28 Foi interrompido pelo ranger da porta. A diretora entrou, lenta, com a lanterna de quem apanha contrabando.

— O que é isso na mão? — perguntou.

— Um documento que não deveríamos estar a ler na copa — disse eu, com uma honestidade que me valeu, mais tarde, um memorando.

Camilo riu, como quem reconhece um ato falhado, mas digno: “A honra e a paixão dão-se mal à luz de teto. Não te preocupes; a disciplina escreve-se em papel timbrado, a verdade num guardanapo.”

Vieram, como é da praxe, despachos e reuniões. A diretora, a que chamavam Dona Matilde por ser matriarcal e puntiforme, escreveu-me um e-mail com termos que cheiravam a século XIX: “impropriedade”, “zelo”, “suspensão condicional”. Senti o peso do código, da cerca; sabia que um arquivo é um templo e que eu fora aqui devota distraída. Honra: os procedimentos não são capricho, são proteção. Concedo-lho com humildade. E, no entanto, o coração, essa coisa sem protocolo, insistia.

— Queres que eu diga alguma coisa? — perguntou Miguel, na sala de restauro, onde se consertam papéis e, às vezes, vidas.

— Não. Isto é meu. — olhando a carta, acrescentei: — E desta carta, ninguém sabe ainda de quem é a A..

— E se fores tu?

— Se fosse, teria menos medo de a devolver à caixa. Camilo aproximou-se, num gesto quase paternal: “O medo é uma etiqueta que cola em tudo; convém arrancá-la devagar, a favor do grão.” Eu que me conheço mal, reconheci-me: covarde nas horas mansas, audaz quando me empurram. Tomei uma decisão.

Escrevi a Dona Matilde pedindo a consulta em segredo de toda a caixa, para verificação de prazos e direitos. Era verdade e era ardil: queria tempo e silêncio. Foi deferido, surpreso beneplácito. Passei dois dias a ler vidas alheias como quem procura um nome numa pedra grande. Às seis da tarde do segundo dia, encontrei, num índice, a pista: a carta estava arquivada com bens de uma família de Braga; a inicial “A.” podia ser Amélia ou Ana (e aqui sorri, supers-ticiosa). No anexo ao inventário aparecia um nome masculino, “Duarte”, e uma nota desfocada: “correspondência retida por conveniência”. Conveniência, sim — o nome moral da covardia.

— Braga é cidade de coroas e coroações — comentou Camilo, prosaico. — A honra lá não é só código; é mobiliário.

— E o que faço? — perguntei, deixando cair as armas.

— Escreve — disse ele. — O amor que não pode ser vivido, vive-se no papel. Mas não imites; faz como te vem. E chama os nomes, que a ironia não é máscara, é lâmpada.

[O leitor verá que, quando Camilo manda escrever, não se discute. Como se discute o mandado de um coração.]

Na noite seguinte, redigi um texto breve para acompanhar a carta: um relatório inventarial, sim, mas também uma ata do coração. Dizia, em tom de ata, que a correspondência merecia respeito e sombra; que fora injustamente retida; que, lida ao relento dos corredores, exalava calor humano e uma verdade que nenhum carimbo anula; e que tal documento tinha interesse público no sentido mais certo: interessa ao público dos que amam. Terminava com um pedido: autorização para dar a ler, em sessão discreta, a carta a quem dela tivesse direito, caso restassem herdeiros; dar a ouvir, caso ninguém restasse.

[Se o leitor se ri, eu também. O meu pedido era uma excentricidade; na burocracia, a ternura corre o risco de parecer subversão.]

Dona Matilde chamou-me ao gabinete, sentou-se como um juiz benevolente.

— Sabe por que gosto de si, Helena? — perguntou-me, e eu estremei; temo elogios na véspera das demissões. — Porque escreve bem até quando se mete em sarilhos. Faça a sessão. Mas sem espalhafatos. E, por favor, não desar-rume os mortos.

Acertei a data para uma sexta-feira, ao fim da tarde. Convidei, por via oficiosa, dois descendentes que localizámos nas bases. Vieram. Tinha também vindo toda a minha coragem disponível, numa caixa de sapatos.

A sala estava doce, como ficam as salas quando a cidade se prepara para o fim de semana. Li a carta. Ao chegar à terceira página, uma mulher de cabelo branco — chamava-se Amélia (não o leram, mas sentiram a minha alegria privada) — pôs a mão na boca. No fim, respirou e disse:

— Sabíamos que havia uma carta. Nunca a vimos. Obrigada. — Em seus olhos, uma paz tardia que só o texto dá.

Miguel, que assistia ao fundo da sala como quem não quer atrapalhar a história, apanhou o meu olhar e baixou o dele, como quem agradece sem palavras.

A sessão fechou-se com um termo de depósito e um dossiê. A burocracia, honra da instituição, foi cumprida com zelo. E, no entanto, a sala trazia o rasto de algo mais leve: um levantamento de pena (e aqui a palavra joga o seu duplo).

Camilo, encostado à ombreira, piscou-me o olho: “Vês? Às vezes a honra e a paixão fazem as pazes se a ironia modera o vinho.”

Ficou-nos a ironia para uso diário. Miguel, dias depois, veio dizer-me que não casa. Não assim. Não daquele modo. A noiva, que era boa pessoa, gostava dele e da família, que gostava dos dois. O código social pedia marcha à frente; o coração, que não sabe nada de códigos, pedia pausa.

— Já sei o que vais dizer — antecipou. — Que não confesse nada, que não comece nada, que não me deixe começar.

— Vou dizer, Miguel — respondi —, que não mintas. Nem

a mim, nem a ela, nem a ti. O resto arranja-se ou desarranja-se, conforme. — E, porque a coragem às vezes é só juntar três palavras, acrescente: — Eu gosto de ti.

[O leitor perdoará a simplicidade desta declaração. Os inventários têm datas; os amores, verbos no presente.]

Ele fechou os olhos. Quando os abriu, eram mais dele.

— Eu gosto de ti também — disse —, e gosto dela —, e a frase caiu no chão como uma tesoura. — E isto... — apontou a sala, os arquivos, o mundo — não tem forma.

Camilo tossiu uma pequena tosse literária: “Tem. Chama-se capítulo em suspenso.”

A diretora, que não é monstro — é apenas adulta —, chamou-o à sua própria honestidade. Miguel, numa conversa que não me coube, explicou em casa o que havia para explicar; suspenderam o noivado, com lágrimas de água limpa, sem pragas. O bairro comentou; o bairro comenta sempre. Na igreja, o organista faltou dois domingos: não por vergonha, por não conseguir tocar Bach com o peito a navegar.

Eu esperei, não por promessa, por respeito. A paixão, afinal, não tem pressa quando é séria. Escrevi, nesse intervalo, uma carta que não enviei. Dizia: “Se a honra for medo com gravata, não a quero. Se for cuidado com o outro, guardo-a como quem guarda uma fotografia.

Entre uma e outra, há ironia que nos salva.”

**

O leitor, acostumado a finais, pergunta-se o que foi feito

de nós. Estivemos no café num sábado, à hora em que o Porto se ilumina sem solenidade. Falámos do tempo e de uns livros novos; não falámos de declarações. Rimos da obsessão de Dona Matilde por carimbos e da obsessão de Camilo por corações. Levantei os olhos e, por uma janela refletida, vi o autor a sorrir-nos. Aproximou-se, sem cerimónia.

— Então, meus imprudentes com senso — disse —, qual é o veredito?

— Não há veredito ainda — respondeu Miguel. — Estamos a redigir os factos.

— Muito bem! Os amantes apressados são péssimos escritores — disse Camilo, e virou-se para mim: — Não esqueças as três palavras que te salvaram: ardor para mover, código para não ferir, ironia para não te ferires.

— E amor? — arrisquei.

— O amor — e aqui os olhos dele ficaram aqueles olhos de gravura que alguém coloriu à mão — é o que sobra quando as três fazem o seu trabalho. O resto são papéis.

Foi-se diluindo, como uma água-forte que perde o ácido, deixando-nos um cheiro de tinta e ideias.



Desfloramento
Adelaide Morgado
Aquarela, folha de ouro e bordado
2025

O HOMEM QUE LIA CARTAS

Gabriel Sá Fernandes (pseudónimo Samuel Vento Norte)

I – Agosto de regresso

Naquele fim de tarde ameno de setembro, Augusto Vale atravessou a porta pesada da Biblioteca Municipal de Vila Real como quem regressa a um lugar que nunca deixou verdadeiramente. A madeira rangeu, cúmplice, como se lhe tivesse guardado o som dos passos ao longo dos anos. Entrou sem pressa, com a delicadeza de quem não quer acordar os fantasmas.

Trazia uma caixa de cartão gasta ao colo, com vinte e três livros da sua antiga estante: romances, ensaios, dois volumes com dedicatória de antigos colegas. Ia oferecê-los à biblioteca, como quem devolve ao mundo o que só por empréstimo lhe pertencera.

O silêncio ali dentro era o mesmo de sempre. As estantes altas, o cheiro a papel velho e madeira encerada, a luz filtrada pelas janelas altas. Mas já não era bibliotecário, e isso pesava-lhe nos ombros como uma ausência que não se diz em voz alta.

— Senhor Augusto? — chamou Sofia, a estagiária nova, com um sorriso tímido e voz baixa. — Pode deixar a caixa ali no balcão. Depois catalogamos.

Ele acenou com a cabeça, mas os olhos, esses, já estavam noutro sítio.

Foi então que viu o livro. Não o mais valioso, nem o mais raro, mas um dos que ele próprio recuperara anos antes de um baú húmido na cave: Amor de Perdição, edição de 1885, encadernado à mão, lombada gasta, cheiro a tinta antiga.

Algo o fez abri-lo. Talvez a nostalgia. Ou talvez um daqueles impulsos que ninguém explica, como quando se relê uma carta antiga à procura de outra dor.

Entre as páginas 97 e 98, encontrou o inesperado: uma folha dobrada em quatro, colada pelas décadas ao papel. Augusto separou-a com o cuidado de quem manuseia relíquias. O papel estava amarelecido, a tinta desbotada. Não era impressão. Era letra de mão. Uma caligrafia firme, antiga. Masculina.

Leu a primeira frase.

Depois a segunda.

Depois o tempo deixou de passar.

“Minha adorada L., escrevo-te com o peso dos muros que me cercam e a leveza com que o teu nome me escapa dos lábios...”

Augusto sentou-se. O mundo lá fora seguiu em frente.

Mas dentro dele, algo acabava de começar.

II – A primeira carta

Sentado à mesa de carvalho do fundo da sala, Augusto abriu a folha com mãos trémulas. A caligrafia era elegante, com voltas que hoje pareceriam exageradas, mas que então eram gestos de quem escrevia com o corpo inteiro. Os olhos dele deslizaram pela folha como quem entra numa casa abandonada e encontra vestígios de vida.

“Minha adorada L., escrevo-te com o peso dos muros que me cercam e a leveza com que o teu nome me escapa dos lábios...”

Não era Ana Plácido, disso teve logo a certeza. A letra “L.”, a forma como era tratada, havia ali um segredo, um amor que a história não registara. Ou talvez tivesse ficado nas entrelinhas dos biógrafos distraídos.

“...tu que não vens, que não podes vir, que não deves sequer lembrar-te de mim, mas lembras-te, eu sei. O teu silêncio tem ruído.”

Augusto voltou a dobrar a folha com lentidão. Não era apenas o conteúdo da carta, era o modo como ela surgira: escondida, sobrevivente. Um pedaço de passado vivo, esquecido entre páginas.

Olhou para os lados. A biblioteca estava vazia. Sofia ausentara-se. Pegou no livro e levou-o consigo, escondido dentro do casaco, como se cometesse um roubo. Um gesto tolo, talvez. Mas também Camilo roubara noites ao mundo para escrever à mulher proibida.

Na solidão do seu pequeno apartamento, com a chaleira a chiar ao fundo, Augusto pousou o livro sobre a mesa da cozinha. Acendeu o candeeiro antigo. O abajur de tecido projetava sombras nas paredes, como se também elas lessem com ele.

Havia mais cartas. Enfiadas noutros capítulos, como se o próprio livro fosse cofre e cúmplice.

Começou a lê-las uma a uma.

Não de uma só vez, como quem devora, mas em pequenas porções, como quem saboreia uma memória esquecida.

“Se o teu olhar me procura, mesmo que não o admitas, saberei esperar. Ainda que não haja mais sol neste mundo, ainda que eu morra no escuro. Porque já vi a luz uma vez, e foi nos teus olhos.”

Aquela frase ficou-lhe colada ao peito.

Não pelas palavras, mas por aquilo que não diziam.

Laura também tivera olhos assim. Olhos de início. Olhos de fim.

* * *
* *

* * *
* *

Laura morrerá numa manhã fria de março, há oito anos, sem aviso nem drama, como quem apaga uma vela num sopro e diz: “Pronto, já chega.” O café arrefecera na chávena, a luz entrava tímida pela janela da cozinha e ela ficou ali, de olhos fechados, como se escutasse o silêncio do mundo. Augusto estava a poucos passos, a fazer torradas. Não ouviu nada. Quando se virou, o tempo já era outro.

Desde então, não voltara a amar ninguém. Não por falta de ocasião, mas porque era nela que continuava a viver, nas roupas que não deitou fora, no frasco de perfume guardado como relicário, na cadeira da varanda onde ela lia nas tardes longas de domingo.

Mas fora sobretudo nas palavras que Laura ficara. Palavras suas, escritas em papel, em mensagens escondidas nos livros, em listas de compras com corações ao lado do nome dele. Palavras que agora pareciam responder às de Camilo, como se ambas as vozes habitassem a mesma casa invisível.

“Se eu tivesse aprendido a calar mais cedo, talvez tivesse guardado o que perdi. Mas o amor, minha Laura, é um lugar onde se fala demais... ou se cala até doer.”

Augusto escreveu esta frase num papel. Não fazia parte das cartas de Camilo. Era sua. Sem querer, começava a responder.

Nos dias que se seguiram, continuou a descobrir as cartas. Uma a cada dois dias, como se as páginas do livro fossem portas que só se abrem com o tempo certo. A mulher, a tal “L.”, parecia ser alguém que Camilo amara à margem do mundo. As cartas não pediam nada: nem reencontro, nem perdão. Eram apenas palavras lançadas contra o muro do tempo. E, ainda assim, tocavam.

Augusto começou a sair mais. Voltava à biblioteca para devolver livros, falar com Sofia, sentir-se, de novo, parte do mundo. Um dia, perguntou-lhe:

— Conhece este nome? — e mostrou-lhe uma das cartas, onde Camilo fazia referência a uma mulher chamada Leonor da Encarnação.

Sofia encolheu os ombros.

— Nunca ouvi. Mas posso procurar.

Augusto sorriu. Não tinha pressa. Tinha cartas. Tinha memórias. E, pela primeira vez em muito tempo, tinha perguntas.

* * * *
* *

IV – Onde o amor não chegou

A carta era diferente. Menos literária. Mais urgente.

Camilo escrevia como quem tenta segurar alguém pela ponta da alma:

“Estarei no banco de pedra, junto ao velho freixo, no alto

de Santa Sofia. Se vieres, esperarei em silêncio. Se não vieres, esperarei na mesma, até que escureça.”

Augusto leu e releu. A tinta estava desbotada. A data, manchada por uma gota antiga de humidade, deixava adivinhar um Abril de 1862.

O banco ainda lá estava.

Velho, inclinado, ferido pelos anos.

O freixo, no entanto, não. Ficara apenas o toco.

Mas a vista abria-se sobre Vila Real com a mesma doçura triste, casas brancas, telhados em declive, o Corgo a insinuar-se entre sombras.

Um lugar onde se podia esperar alguém. Ou perder-se para sempre.

Augusto sentou-se.

Trazia consigo uma carta.

Não de Camilo.

Sua.

Não a escrevera para ninguém além de Laura.

Dobrou-a com cuidado. Pousou-a sobre a pedra ao lado, como quem pousa uma flor num túmulo sem nome.

“Laura, hoje li mais uma carta que Camilo escreveu a uma mulher que nunca chegou. Pensei em ti. Pensei em nós.

Nunca te disse que, no último dia, quando foste, eu ainda pensava que voltavas. Que ias rir da tua própria ausência, como fazias quando me deixavas bilhetes na almofada.

Não voltaste.

Mas hoje, ao ler Camilo, percebi que há ausências que aprendem a fazer companhia.

Obrigado por teres sido.

Ainda sou o que fui contigo. – Augusto”

O vento começou a soprar por entre as folhas.

Alguém passou e não viu nada de especial naquele homem sentado num banco antigo. Mas quem olhasse de perto veria que ele sorria.

Um sorriso breve.

Como o de quem foi ao encontro de alguém e, mesmo sem a ver, deu por si menos só.

* * * *
* *

V – A última carta

Foi Sofia quem ligou.

— Augusto... encontrámos uma coisa. No arquivo. Nada de grandioso, mas talvez lhe interesse.

Ele subiu à biblioteca no dia seguinte. Levava o mesmo casaco cinzento gasto, onde guardava sempre uma caneta e um lenço de pano. Sofia estendeu-lhe uma folha amarelada, frágil como pele envelhecida. Era uma carta de Leonor da Encarnação.

Datada dois dias após a carta de Camilo.

Nunca fora enviada. Mas fora guardada. Escondida entre páginas de um tratado obscuro de Direito Penal, onde ninguém a procuraria. Até agora.

"Camilo,
Fui. Mas tarde.
O banco estava vazio, e o freixo tremia como se soubesse
que falhei. Não tive coragem de esperar.
Não fui por medo.
Fui tarde por amor.
Perdoa-me se o tempo me roubou o gesto."

Augusto leu devagar. Uma vez. Duas.
Depois, num ímpeto que nem ele compreendeu, escreveu
uma nota de próprio punho e deixou-a entre as páginas do
livro onde a carta jazia havia mais de um século:
"Ao leitor que venha depois:
Nem todas as cartas se perdem.
Algumas adormecem à espera de mãos que as entendam."
Dois meses passaram. O sol começava a nascer mais cedo.
As manhãs cheiravam a terra molhada e flores por abrir.
Foi então que, numa manhã igual às outras, Augusto
recebeu uma carta.
Não tinha remetente.
A letra era curva, firme, quase familiar.

"Li o que escreveu.
As palavras que deixou entre páginas esquecidas.
Achei que devia saber:
Também eu leio cartas que não me foram escritas.
– S."

Augusto fechou os olhos.
Sorria.
Soube então que, por vezes, as cartas certas chegam.
Mesmo quando ninguém espera.
Mesmo quando se escreve para o passado — e é o futuro
que responde.



O corvo e o escritor
Do Carmo Vieira
Pintura a óleo s/tela
2025

3º Prémio

O DIA EM QUE ME TORNEI AUSÊNCIA

Diana Flávia Teixeira (pseudónimo Mar Miguel)

O mundo não terminou com um estrondo, mas com um suspiro. Um último e ténue exalar de consciência, o suspiro final de um verso que se desfaz no ar antes de encontrar a sua rima. E depois, não o vácuo, mas uma plenitude silenciosa. O silêncio que habita o espaço entre duas notas musicais, palpável e vibrante, onde o eco do último acorde dança, um fantasma elegíaco, numa catedral de partículas

de pó iluminadas.

Foi assim que me desfiz do meu nome, da minha forma, da minha história. Não me aniquilei, apenas desatei os nós que me ligavam ao tempo.

Ignorava, como todos ignoramos, a elegante geometria do desaparecimento. O dia que se segue ao último suspiro não é um interlúdio de luto cósmico. É um movimento

delicado de reajuste, de reconfiguração íntima. A teia de relações da qual era um nó central, estremeceu; os outros fios esticaram, descobriram novas ressonâncias, novos pontos de apoio. E a teia, no seu todo, não se rompeu, aperfeiçoou-se. Talvez até se tenha tornado mais resiliente, visto que aprendera a sustentar-se sem aquele nó particular que eu fora.

A aurora da minha inexistência foi tecida com raios de luz. Alheia ao meu eclipse, o sol trespassou a janela do quarto que outrora me acolheu. A sua investida dourada desenhou um retângulo perfeito no tapete, um palco para mil milhões de partículas de poeira que dançavam, indiferentes à minha dissolução. A luz, agora curadora e não mais testemunha, acariciou a secretária, onde um livro jazia aberto na página que não cheguei a virar. As palavras, esses fósseis de significado, permaneciam, mas o seu intérprete evaporara-se. Interrogo-me: terão as palavras uma vida autónoma ou definham, órfãs de sentido, quando o olhar que lhes dá vida se fecha?

Depois, os sons. O alegre chileio dos pardais no pinheiro do jardim, entretidos em conversas sobre minhocas e rotas de voo. O zumbido distante de um motocultor numa quinta vizinha. A sinfonia do mundo prosseguia, mas faltava um instrumento. Um pequeno triângulo que soava raramente, mas que, quando soava, emprestava um brilho singular à melodia. Duvido que alguém, exceto talvez o maestro, notasse a sua falta. E o maestro, se existia, guardava o seu segredo.

Por fim, os aromas. O espírito do café que a Maria, a minha vizinha do andar de baixo, moía pontualmente às sete e quinze, ascendia pelas frestas do sobrado como um fantasma de sabor e conforto que outrora me despertava. Naquele dia, o aroma pairou à porta da minha percepção, hesitante, como um cão que estranha o desaparecimento do dono. Procurava uma consciência que já lá não estava para o receber. Por fim, dissipou-se, resignado, tornando-se só mais uma nota no ar, não dirigida a ninguém.

E assim, sensação a sensação, o mundo recompunha o seu *puzzle*, aprendendo a beleza austera de um desenho onde a minha peça, outrora central, já não se encaixava.

A verdadeira protagonista desta elegia, contudo, não era o mundo. Era a Aurora.

A Aurora cuja existência se entrelaçara com a minha de um modo tão profundo que, na nossa ingénua cosmologia amorosa, acreditávamos ser uma única entidade. Dois corpos, uma alma. Uma metáfora tão bela quanto frágil, que se esvai como fumo no dia em que uma das metades se desfaz. O que resta à outra metade? Fica cindida? Ou descobre, numa epifania tão dolorosa quanto libertadora, que esteve sempre inteira, apenas temporariamente emprestada a outrem?

O despertador da Aurora soou às sete, como sempre. O seu braço esticou-se para o silenciar, um movimento tão gravado na sua memória muscular que dispensava qual-

quer intervenção consciente. Os seus olhos abriram-se. Fixaram o teto. E foi então que a primeira fenda surgiu. Não no teto, mas no tecido da sua realidade. O seu corpo, ainda um navio à deriva nos mares do sono, voltou-se para o meu lado da cama, expectante, à espera de encontrar o porto familiar do meu rosto adormecido, a maré calma da minha respiração, a paisagem desalinhada do meu cabelo na almofada.

Encontrou apenas o vazio! Uma planície imaculada de linho.

A expressão no seu rosto não foi de pânico, nem de dor imediata. Foi de um profundo desnorreamento, como se tivesse aberto um livro conhecido e se deparasse com caracteres de uma língua alienígena. O seu cérebro, ainda enevoadado pelo sono, lutava para processar a informação. A sua mão tocou o lençol à procura do vale quente que o meu corpo costumava deixar. Encontrou apenas o frio lógico do algodão.

- João? - A sua voz soou como um fio de seda, frágil, a trespassar o silêncio do quarto.

O silêncio, esse novo deus da casa, não lhe respondeu.

Ela sentou-se na cama e o seu olhar, um farol à procura de um naufrágio, percorreu o quarto. Procurava-me na sombra do armário, no reflexo enviesado do espelho, na textura da cortina. O quarto estava impecavelmente normal e essa normalidade era a coisa mais anormal de todas. Era essa normalidade obscena, essa indiferença crua do mundo material que constituía a verdadeira aberração. Como podia o mundo ser tão banal quando uma catástrofe acabara de ocorrer? Como podia a luz do sol ser tão dourada, tão cruelmente bela na sua indiferença?

A sua peregrinação através da nossa pequena casa foi um ritual fúnebre não planeado. A casa de banho, vazia de vapor no espelho. A sala, vazia do sulco no sofá. Na cozinha, a chávena de chá que eu usara na véspera estava lavada e pousada no escoador, um artefacto de uma civilização extinta. Cada objeto que encontrara parecia gritar a minha ausência. A minha cadeira à mesa de pequeno-almoço estava encostada, não puxada. O meu casaco não pendurava no cabide. Os meus sapatos não desarrumavam a entrada e aquele espaço limpo era a prova mais eloquente do meu desaparecimento.

Aurora deteve-se no centro da sala de estar, envolta num silêncio que começava a ganhar peso, massa, gravidade. Era um silêncio sólido, pesado, que a obrigou a curvar os ombros. E então, a fenda alargou-se. A dor chegou. Não como um raio, mas como uma maré que sobe lentamente, inexorável, incha, incha, até tudo submergir. Ela deixou-se cair no sofá e o primeiro soluço foi um som rouco, arrancado das profundezas do seu ser. Chorava não por mim, ainda não, mas pela violência do vazio.

Chorava pela percepção abrupta de que o “nós”, essa entidade que julgava eterna, se tinha desmaterializado, deixando para trás apenas um “ela”, um pronome solitário

34 e incompleto. A gramática da sua vida fora brutalmente alterada.

E eu, a ausência personificada, a consciência sem âncora, testemunhei tudo. Era uma consciência sem forma que flutuava no espaço que outrora habitara, um observador desesperadamente impotente da dor que a minha partida causara. Ansiava por gritar, sussurrar, confortar. Ansiava por dizer-lhe que eu ainda ali estava, de algum modo, no ar que ela respirava, na luz que a aquecia. Mas as minhas palavras eram feitas de vento e o vento não tem voz.

O dia arrastou-se para a Aurora num nevoeiro espesso. Ela movia-se pela casa como um autómato, em estado de sonambulismo lúcido, e ia realizando os rituais mínimos da existência. Fervia água para o chá e esquecia-se de o beber. Abria o frigorífico e ficava a olhar para o seu interior iluminado, sem ver o seu conteúdo. O toque do telefone foi um choque de um mundo exterior que já não fazia sentido.

- Está tudo bem. - A sua voz soava como um eco de alguém que já não estava totalmente ali. Uma voz que mentia à irmã e a si própria. - Só estou um pouco constipada. - A linguagem, outrora uma ponte, era agora um muro.

Desligou e sentou-se à mesa da cozinha, a olhar para as suas mãos. As horas fundiram-se umas nas outras. O sol, lá fora, continuou o seu arco impassível pelo céu.

A tarde trouxe visitas. A notícia, esse vírus social, tinha-se propagado. Primeiro, a vizinha Maria, apareceu com um tupperware com sopa e um pão caseiro ainda quente como oferendas propiciatórias à dor. O seu rosto estava vincado por uma compaixão genuína.

- Oh, minha querida - disse, envolvendo-a num abraço à porta. - Que tragédia. Era tão jovem.

Aurora agradeceu, mecanicamente, e aceitou a sopa. A Maria discorreu, durante alguns minutos, palavras bem-intencionadas sobre Deus levar os que mais ama cedo, sobre eu estar num lugar melhor. Eu observei. As palavras de consolo, por mais sinceras, são como pedras atiradas a um poço muito profundo. Podem fazer um ruído à superfície, mas não alcançam a escuridão abissal. Era linguagem a tentar domesticar o indomesticável. Aurora ouvia, mas os seus olhos estavam vidrados, fixos num ponto algures para lá do ombro da Maria, no quadro na parede que eu nunca apreciara.

A Maria foi-se embora e o seu lugar foi tomado por outros. Amigos. Colegas. Cada um trazia a sua própria marca de desconforto e solidariedade, a sua própria moeda de consolo para pagar um débito que não entendiam. A casa encheu-se de vozes sussurrantes, de chá a arrefecer, de bolos intocados. Aurora era o epicentro deste sismo de simpatia, uma ilha de silêncio no olho do furacão de palavras.

E, no meio de todo aquele alvoroço humano, foi um artefacto de silêncio que conseguiu o milagre que as palavras não conseguiram.

Aurora retirou-se para o nosso quarto, sob o pretexto de

se agasalhar, à procura de um momento para se soltar da bondade opressiva dos outros. Era uma refugiada à procura de um território não contaminado pela pena alheia. Sentou-se na cama e o seu olhar, finalmente, pousou. Na minha mesa-de-cabeceira. Sobre o livro. O mesmo que o sol da minha primeira manhã de ausência iluminara.

Era um livro de poesia, o território onde habitávamos os dois nas nossas melhores horas. Eu costumava lê-lo antes de adormecer e, por vezes lia-lhe em voz alta um poema que me tivesse cativado. Ela estendeu a mão e pegou nele. Era físico, tangível, algo que as minhas mãos tinham seguido, que os meus olhos tinham percorrido. Abriu-o numa página aleatória. E uma pequena nota, um pedaço de papel de recado amarelo já desbotado, desprendeu-se e planou até ao seu colo como uma folha outonal.

Reconheceu a minha caligrafia, desleixada, apressada. Aquela ânsia desastrada de capturar o pensamento antes que ele fugisse. Era um poema que eu copiara há anos, numa noite de insónias, porque as palavras me tinham trespassado com a sua beleza tão aguda que precisei de as transcrever para as domar. Eu próprio me esquecera dele.

Com dedos trémulos, Aurora desdobrou o papel e leu as palavras que eu, noutro tempo, noutra vida, escolhera salvar do esquecimento.

Não morre o que não viveu.

Viveu quem se entregou por inteiro

à fugaz beleza de um momento,

ao amargo doce do adeus verdadeiro.

Quem deixou marcas não no chão, de pisar,

mas no ar, de respirar;

não na pedra, de talhar,

mas no silêncio, de calar.

Porque a existência não se mede em tempo,

mas na intensidade com que se queima.

E a chama que mais depressa arde

é a que mais fundo ilumina a noite treva.

Não havia autor atribuído. Talvez fosse meu, um esboço esquecido. Talvez fosse de outro, um tesouro roubado. Era irrelevante. Naquele momento, naquela solidão esmagadora, aquelas palavras não eram minhas. Eram dela. Eram uma mensagem numa garrafa, lançada ao mar do tempo por uma versão minha que, quiçá, pressentira a sua futura necessidade. Era um mapa para um território que ela era agora forçada a habitar.

Aurora não chorou. Invadiu-a uma quietude estranha, quase sagrada. Leu e releu o poema e cada palavra era um bálsamo, uma chave que destrancava uma porta dentro de si.

Ela saiu do quarto com o papel na mão, como uma peregrina com um novo artefacto sagrado. Os visitantes começavam a dispersar, prometendo voltar no dia seguinte. Quando o último saiu, Aurora ficou sozinha na sala de

estar, agora mergulhada no crepúsculo. Em vez de acender a luz, sentou-se no chão, encostada ao sofá, e observou pela janela o céu mudar de azul para púrpura, depois para um negro salpicado de diamantes.

A minha ausência ainda estava lá, um peso colossal. Mas algo tinha mudado. A dor já não era um monstro amorfo que a consumia. Era uma presença definida, uma escultura de gelo com a qual ela podia sentar-se, que podia observar, tocar e, eventualmente, começar a entender. Ela aprendia a primeira e mais crucial lição da perda: a de que a dor não é a antítese do amor. É o seu testemunho mais autêntico. A sua prova. É o eco do vínculo que, ao partir, provou a sua realidade.

Nos dias que se seguiram, Aurora embarcou numa nova arqueologia. Já não me procurava nos sítios óbvios. Começou a descobrir os ecos da minha existência não nos grandes momentos, mas nos pequenos interstícios da vida.

Encontrou um lápis de carvão no fundo de uma gaveta, manchado dos meus dedos. Uma relíquia dos meus esboços de ideias efêmeras. Encontrou a receita do bolo de laranja que eu adorava, com as minhas anotações nas margens: “mais uma pitada de canela?”. Um diálogo culinário suspenso no tempo. Ouviu uma canção na rádio, uma daquelas que eu assobiava constantemente num verão há anos, e, em vez de fugir à facada da memória, deixou que a música a atravessasse até ao fim. E, no final, não havia



Divino Feminino
Adelaide Morgado
Aquarela, folha de ouro e bordado
2025

lágrimas. Havia um sorriso, ténue como a primeira luz da manhã.

Ela aprendia que morrer não é ser apagado. É sofrer uma alquimia final. De pessoa concreta, transformamo-nos em memória. De memória, destilamo-nos em ensinamento. De ensinamento, sublimamo-nos em amor puro, libertado dos acidentes da nossa forma temporal e imperfeita.

Uma semana após me ter tornado ausência, a Aurora acordou e foi à cozinha. Em vez de ferver água para uma chávena de chá, ferveu para duas. Pousou-as na mesa, uma diante de si, outra no lugar que era meu. Não era um ato de negação patológica, mas um ritual de inclusão. Era

uma forma de me incluir na sua manhã, de me conceder um lugar à mesa que já não era físico, mas emocional. Ela falava para o vazio, por vezes. Contava-me sobre o seu dia, sobre a cotovia que nidificava na varanda, sobre a conversa trivial, mas profunda, que tivera com a irmã. E, no seu espírito, habitava uma sensação estranha e calmante: a de que eu a ouvia.

E eu ouvia. Não com ouvidos, mas com a atenção silenciosa do universo. A minha consciência era o ar que envolvia cada uma das suas palavras, o espaço silencioso que permitia que o seu som existisse. Eu era o recipiente da sua narrativa.

36 O ensinamento mais forte começou a cristalizar-se nela, como geadas numa janela, que formava padrões belos e complexos. Ela percebeu que a minha morte não era uma punição, nem uma falha do universo. Era simplesmente o cumprimento de uma cláusula do contrato que ambos, no auge do nosso amor, assinámos inconscientemente. O amor e a perda são inextricáveis, são duas faces da mesma moeda preciosa. Amar alguém é aceitar, desde o primeiro instante, o pacto brutal e belo de que um dia terás de os deixar ir, ou eles a ti. A tristeza não é um sinal de que algo correu mal. É a prova irrefutável de que algo correu profundamente, gloriosamente bem.

Um mês depois, Aurora pegou no livro de poesia e no pedaço de papel amarelo e foi dar um passeio até ao rio. Ao nosso lugar. Sentou-se na nossa pedra, a mesma de onde observávamos os guarda-rios, esses dardos de turquesa, a mergulhar. O sol brilhava na água, transformando-a num espelho líquido e cintilante, uma porta para outro mundo.

Ela não disse nada durante um longo tempo. Apenas respirou. Existiu. Permitiu que a paz do lugar a preenchesse, que a água fluísse através dela, não apenas como uma metáfora, mas como uma verdade fisiológica. Depois, tirou o papel do bolso.

- Obrigada, João – sussurrou com voz firme, serena. - Obrigada por me teres amado o suficiente para me deixares esta dor. Porque esta dor é a prova do que partilhámos. E o que partilhámos foi real.

E, com um sorriso que era uma mistura de aceitação e bênção, deixou o papel voar. O vento, esse mensageiro eterno, apanhou-o, brincou com ele por um momento como que a dar-se tempo para ler a mensagem e, depois, carregou-o rio abaixo. O papel pousou suavemente na água. Flutuou por um instante. As letras sangraram tinta azul no seu sudário amarelo, antes de se tornar pesado e submergir, tornando-se não em lixo, mas em oferta. Uma parte da corrente.

Não foi um ato de esquecimento. Foi o ápice de uma compreensão. Ela não se libertava de mim, mas da ideia

errónea de que a minha ausência era um buraco a ser preenchido. Aceitava que a minha ausência era, em si mesma, uma forma de presença. Uma presença diferente, silenciosa, intangível, mas não menos real ou poderosa.

O dia em que me tornei ausência deu lugar a muitos dias. As estações mudaram. A vida da Aurora continuou, não como uma sombra da anterior, mas como uma nova versão, enriquecida pela profundidade que só a perda concede. Ela riu, chorou, trabalhou e, um dia, amou novamente, de uma forma diferente, mais consciente. E eu percebi que o meu maior legado não foi algo que eu tivesse construído, dito ou feito, mas o amor que deixei para trás, um amor que ela passara a carregar dentro de si, não como um fardo, mas como uma lanterna interior. Uma luz que não apagava a escuridão, mas que a tornava familiar, navegável.

Aprendi que deixar de existir não é o mesmo que ser aniquilado. É ser reintegrado no todo. É tornar-se na brisa que acaricia o rosto de um ente querido num dia de verão. É tornar-se na canção que eles ouvem e que, inexplicavelmente, os faz pensar em nós. É tornar-se no silêncio confortante que os envolve quando, finalmente, fazem as pazes com a dor.

O meu fim não foi um fim. Foi uma metástase benéfica do ser. De uma forma limitada e definida, espalhei-me para uma forma ilimitada e eterna. De uma voz singular, transformei-me no eco que habita os corações que toquei.

E o eco, no final de toda a história, é mais poderoso e duradouro do que o grito original. Porque o eco permanece, a reverberar através dos corredores do tempo. Um sussurro terno e eterno nas almas daqueles que ficaram para trás, lembrando-lhes que o amor, na sua essência mais pura e abstrata, é a única coisa verdadeiramente imune à inexistência. A ausência, percebi por fim, não é o oposto da presença. É só uma outra forma de estar presente, uma forma mais subtil e disseminada.

Menção Honrosa

PRELÚDIO PARA UMA DESPEDIDA ANUNCIADA

Palmira Correia (pseudónimo Fátima Castelo)

Depois do céu, quem mais pasmosos milagres faz é o amor.
Camilo Castelo Branco

Vinte de julho de dois mil e treze. Dia soalheiro e harmonioso. Parti para o Porto.

Queria visualizar e sentir a plenitude do *Largo Amor de Perdição*, em busca de uma dimensão mais profunda, que a nova estátua trouxera àquele lugar outrora trágico e

sôfrego. Ao aproximar-me da Torre dos Clérigos, as pernas vacilaram e o rosto ruborizou.

Não sei as razões que nos levam à fragilidade de uma energia que parecia tão próspera, minutos antes. Talvez se expliquem pelos afortunados motivos da entrega a estes valores tão singulares da escrita do e sobre o coração.

Ei-lo! O harmonioso e afável Largo! A bela e imponente estátua! Ambos se fundem no mesmo título: *Amor de*

Perdição. Olhei para todos os pontos daquele malogrado local transformado, agora, pela beleza pura dos sentidos. Que sublime e soberbo feito aqui se edificou, enaltecendo e enriquecendo toda a divina magia deste distinto e histórico lugar!

Fixei o olhar na estátua. Aproximei-me. Pessoas passam, ora ignorando-a, ora fotografando-a, ora rodeando-a com o olhar, aprofundando os seus ângulos, observando-a atentamente, dissimulando um leve sorriso. De novo, o olhar fixo na estátua. Um homem e uma mulher abraçam-se. Os seus olhos parecem distantes, pensativos, enigmáticos. Os dela mais mélicos, confiantes, felizes. Não se cruzam. Bonita mulher nas formas ousadas, expondo também a beleza parcial dos seus seios. *O Nascimento de Vénus*, com a deusa voltada de costas, abraçando-o sobre o pescoço. O homem recebe-a, envolve-a, protege-a, enleia-a com a mão direita sobre a nádega esquerda e a mão esquerda sobre as costas desnudadas, sem a olhar frontalmente, pois há que espelhar o triunfo da virilidade máscula.

Sim, é ele. Camilo Castelo Branco! O seu rosto assim o patenteia. Surge com uma maturada idade. O seu bigode proeminente e o seu semblante representam-no na sua eficácia. Sério, majestoso, imponente.

Aproximei-me, de novo. Quis observar intensamente a

estátua feminina de sublimes traços, com reboiças formas, desnudada e enamorada. O seu rosto, desconhecido. Não, não se parece com Ana Plácido. Poderá, antes, metaforizar todas as mulheres e todos os amores do nosso herói do *romantismo*, quer sejam puras ou fatais, prudentes ou estouvadas, fracas ou fortes, fiéis ou adúlteras, pacíficas ou revolucionárias.

Estará qualquer uma representada nesta estátua de colossal beleza e que todas unifica? Poderão cruzar-se, interligar-se, fundir-se numa só, irradiando a sua relação com este homem? Todas e cada uma a caber naquele abraço? Representadas nas romanceadas Augusta, Sofia, Teresa, Marcolina, Ludovina, Mafalda, Teodora, Ricardina, Catarina ou Marta? Ou talvez nas autênticas Joaquina, Patrícia Emília, Maria Browne, Fanny Owen, Clara ou Ana? Sim, talvez em todas elas. Aqui se unificam, sob a proteção e a subjugação do varonil herói secular. Todas e cada uma a caber naquele enlaço!

Amor de Perdição aqui foi escrito. Em tempos, em que homem e uma mulher se amavam perdidamente. Um amor verdadeiramente *romântico*: intenso, sôfrego, irreverente, adúltero, proibido, encarcerado. Envolto em pecado a ensombrar tragicamente os *românticos* amantes: Camilo e Ana. *Amor de Perdição*, real na sua essência, onde



Itinerário Camiliano
Agostinho Santos
Tinta da china, aguarela
e ecoline s/papel
2026

almas intensas, dramáticas e arrebatadoras representam a grande descarga emocional, vivida no momento por Camilo! Amor e amores contrariados, perdidos e achados com prenúncio de morte e de tragédia. Ana, eterna Ana. Ana, Ana. O calabouço por destino. Dela primeiro, dele a seguir. A denúncia, a censura, a humilhação dos dois amados. A resiliência. Por fim, a liberdade. A liberdade do amor. A liberdade de uma vida a dois, a três, a quatro e a

cinco. O amor num bocadinho de céu e de terra. Num pedacinho de serenidade.

E assim foi durante vários anos: a proteção familiar da fêmea e do pródigo macho da escrita, com os encontros e desencontros literários e culturais, um pouco para além do ninho do amor, pela necessidade de manter viva a alma, ávida de escrita e de rebeldia.

Difíceis anos de rebentos conturbados, de débil saúde e de

Senti naquele dia, naquele Largo memórias vivas de um amor engrandecido pelas mãos miraculosas de um ardiloso escultor.

Terá Camilo escrito algo à sua imaculada Ana? Com débil visão para registar algumas palavras, ser-lhe-ia já difícil. Talvez as tenha ensimesmado. Talvez... Pelo que se reproduz o que poderia, hipoteticamente ter sido a sua carta de despedida.

São Miguel de Seide, 31 de maio 1890

Minha amada Ana,

Aqui estou eu, Camilo, nesta escrivadinha, com as mãos que vacilam entre a pena da minha escrita e o limpar destas lágrimas que me escorrem pelo rosto. Escrevo-te estes derradeiros vocábulos que libertarão para sempre esta alma conturbada do malvado fado que mui tem entristecido a minha e a nossa vida. A minha pesarosa fortuna começou quando ainda me envolvia no útero de uma mulher sôfrega por amor clandestino. Mãe, mal lhe pude chamar que tão cedo me levaram desta vida, homem infortunado de males maiores. Pai, também muito pouco o tive, maldita sina minha! Minha tia e minha irmã me não souberam acalmar a minha voluptuosa agonia que me inverteu as lágrimas e me acelerou este vício da busca incessante da felicidade. Eu fui aquele que ousou o acalmar das lascívias carnavais por um casamento, quando deveria dedicar estimado tempo à formação da alma. Esposo e pai pouco ou nada me achei, que a leveza dos dezasseis

anos não contém o amor do coração. Fui o rude homem que abandonou o lar, antes mesmo de ser viúvo. Paixões muitas tive, que um senhor precisa de ter espírito e ânimos preenchidos. Confirmarás, por fim, o estouvado homem, agora marido, que mui sofreu por amor de saias que me não largavam desta medita-bunda cabeça. Alguns houve que os esqueci, tal o desencanto sentimental que deles me adveio, quer pela falsa ilusão das mansas falas, quer pelas inglórias letras, iludindo um homem de leves sentidos amorosos.

Todos estes efêmeros e fracassados assuntos do coração vivi, até te encontrar, minha amada, Ana. Em ti apurei tudo aquilo que sonhei numa mulher: bela, com um doce e enamorado olhar, angelical, mas forte e ousada. Inteligente e devota. Tinhas “alma de ferro”, como escrevi outrora ao meu amigo José Silva. Apresentavas um discurso arrebatador e ousavas argumentar as minhas ideias. Infeliz no amor, pertencias a outro no papel. Pela obediência paterna te venderam, mas estavas disposta aos mais sôfregos sacrifícios pelo nosso verídico amor. Desafiaste o poder patriarcal e os ideais de todos os cegos seres, desprovidos das emoções louváveis do coração.

Escrevias. Tão bem escrevias, Ana! Senti que éramos um só e partimos para a mais destemida aventura por este louvado e divino amor. Fomos cárceres do mundo e da chacota. Fomos mártires e heróis, sem honra. Fugimos do preconceito, da maldade, dos julgamentos. Acolheste-me, por fim, no teu leito, nosso leito também. Cuidaste dos filhos nossos e de mim, inglório homem, insaciável. Ouviste sempre os meus íntegros lamentos e acudiste as minhas mais fortes dores corpóreas e mentais. Foste pai, mãe,



Camilo com Gente Dentro
Agostinho Santos
Tinta da china e café s/ papel
2026

esposa, escritora pouco e o nosso anjo tutelar. Não quero cair, agora, no leito de dor e de pranto e por isso me despeço, Ana. Desculpa se sou covarde, mas por amor o faço. A minha jovem e irreverente rebeldia acompanhou-me pela vida no corpo e na alma, que um homem deve pagar na existência os erros do passado. Não posso continuar, agora, no desespero das trevas, a degradar-me e a finar-me, lentamente, neste recanto deposto de bem-estar, confinado pela intolerável dor, por esta enfermidade, por este triste fadário que me não deixa mover, ver e escrever condignamente. De desgraça já bastam os rebentos que tos não soube conceber com venerabilidade. Sofremos e superámos juntos a perda, a loucura e a inércia de três insatisfeitos rapazes que nos supliciaram as mais sensíveis afeições, mas cuidando-os e amando-os infinitamente, como só um pai e uma mãe o atentam fazer. Fosse eu saudável e este ainda céu térreo, seria o paraíso. Ficasse eu sempre lúcido, ávido, forte e com visão de águia e prolongar-nos-íamos neste amor.

Perdoa-me, Ana, por todos os nossos infortúnios. Casamo-nos, finalmente, há pouco. Foste, à luz da lei, minha mulher! Posso, assim, partir para o mais imperecível dos lugares. Mas tu, Ana, fica! Fica cá, amor, neste turbilhão descontinuado. Fica sob a proteção do nosso abraço e com ele envolve os nossos entes. Fica nesta infinda e imensurável ligação. Neste barco que flutua sem sair do sítio. Neste bocadinho de firmamento. Conta como o sol, a chuva, o frio, o calor, o vento, as flores e os pássaros nos

aconchegaram e fortificaram as almas, neste lugar que só a nós pertenceu. Fica e conta os sigilos da nossa união. Conta como nos nutrimos e como nos quisemos. Conta como a luz nos iluminou. Conta a história que só a nós pertenceu. Conta que a vida sem amor não vale nada! Quero ouvir, noutro lugar, a tua audaz voz. Sentir, no paraíso, as tuas palavras. Fica, Ana. Escreve tudo aquilo que não pudeste para a nós te dedicares.

Eterniza o nosso amor!

Adeus, meu amor. Adeus. Até à eternidade.

"A morte é mais que uma necessidade, é uma misericórdia divina, uma bem-aventurança para mim. (Amor de Perdição).

Do teu sempre amado,
Camilo

Menção Honrosa

AS PALAVRAS QUE FICARAM

Carlos Vicente (pseudónimo Alberto Freire)

O livro estava na terceira prateleira, entre um exemplar de "Coração, Cabeça e Estômago" e uma edição gasta de "A Queda de Um Anjo". Sofia não procurava nada em particular naquela tarde de setembro na Casa-Museu de São Miguel de Seide. Era apenas mais um dia de catalogação.

Amor de Perdição. Décima edição, 1892. Encadernação em couro castanho. Abriu-o por hábito, verificando o estado das páginas. Foi então que sentiu algo diferente: um envelope. Cera vermelha partida ao meio.

No centro, em caligrafia feminina e apertada: *Para Camilo. Nunca entregue.*

São Miguel de Seide, setembro de 1895

Ana Plácido não subia ao escritório há meses. Desde que Camilo morrera - cinco anos, já -, aquele espaço permanecera intocado. Os livros nas prateleiras. A secretária com manchas de tinta. O revólver que ele usara, guardado numa

gaveta que ela nunca abrira.

Mas naquela tarde, algo a trouxera ali. Talvez o vento que soprava pelos ciprestes. Talvez apenas a idade: sessenta e quatro anos, e as memórias pesavam mais que os ossos.

Encontrou a carta dentro do exemplar de *Amor de Perdição* que Camilo guardava na secretária. Reconheceu a própria caligrafia - mais jovem, mais firme, a mão que ainda não tremia.

1860, estava datada. Trinta e cinco anos atrás.

Sentou-se na cadeira dele. O couro estalou. Lá fora, ouviu os passos de Nuno no andar de cima. O filho. Um dos que sobraram. Manuel morrera aos trinta e sete. Jorge vivia longe.

Desdobrou o papel. A tinta esmaecera nos vincos, mas as palavras permaneciam legíveis. Palavras que nunca enviara. Palavras que guardara como quem guarda uma confissão demasiado ardente.

Começou a ler.

Meu Camilo,

Dizem-me que escreveste um romance enquanto esperas o julgamento. 'Amor de Perdição', contou-me o guarda que se compadece. Imagino-te na cela, a pena correndo sobre o papel, transformando a nossa desgraça em literatura.

Sempre tiveste esse dom: fazer da dor uma beleza. Eu apenas tenho a dor.

Ana lembrava-se do dia em que escrevera aquilo. As mãos sujas de tinta barata, o papel que o capelão lhe conseguira, a certeza de que nunca teria coragem de enviar. Mesmo assim, precisaria escrever. Como uma sangria.

Conheci-te num baile. Tinhas vinte e cinco anos, eu, quinze. Usavas casaca preta e sorrias pouco. Dançámos uma valsa - lembras-te? Claro que não. Para ti, eu era apenas mais uma rapariga. Mas para mim, foste uma porta para um mundo que o meu pai e o meu futuro marido jamais me mostrariam.

O baile da Associação Portuense, 1850. O vestido azul-claro. A música ecoava no salão. Camilo - magro, intenso, com olhos que pareciam ler almas. Ele não a pedira em casamento. Não dissera nada de extraordinário. Apenas dançara com ela e fora suficiente para que Ana soubesse: tudo o que viesse depois seria insuficiente.

Dois anos mais tarde, casara com Manuel Pinheiro Alves. Quarenta e três anos, comerciante abastado, recém-chegado do Brasil. Um bom partido, dissera o pai. Uma prisão dourada, pensara ela.

Passou tanto tempo. Casei. Tentei esquecer-te. Quase consegui. Mas, em 1856, começaste a cavalgar perto da minha casa. Todas as manhãs. Como um fantasma que me perseguia.

Sai à janela para te cumprimentar. A sociedade portuense escandalizou-se. Uma mulher casada, a acenar para um escritor boémio! Mas eu já não me importava. Tinhas regressado, e eu era outra vez aquela rapariga de quinze anos.

Ana fechou os olhos. Via-se na janela do primeiro andar o xaile sobre os ombros, o coração acelerado a cada vez que ouvia os cascos. Manuel zangava-se. Os vizinhos cochichavam. Mas ela continuava a sair, dia após dia.

Quando finalmente fugiu com Camilo, não sentiu culpa. Sentiu alívio.

O meu marido trancou-me no Convento da Conceição, em Braga. Julho de 1859. Pensou que me domaria com orações. Mas tu encontraste forma de me contactar - telegramas

assinados 'Ermelinda Pereira de Castro'. Ri-me quando vi o nome. Sempre tiveste jeito para a farsa.

Uma das freiras ajudou-me a fugir. Chamava-se Inês. Pergunto-me o que terá sido dela. Se a castigaram por me abrir o portão. Se alguma vez pensou que valeria a pena arriscar os votos por uma causa tão profana.

Inês. Ana já não se lembrava do rosto, mas lembrava-se das mãos - jovens, trémulas, a entregar-lhe a chave. "Vá", dissera ela apenas. "Antes viva no pecado do que morta na virtude."

Depois, Lisboa. Escondidos. Manuel denunciou-nos. Vieram prender-me a 6 de junho de 1860. Estavas fora. Fugiste quando soubeste, mas depois entregaste-te. Outubro. Por amor, dizem. Eu acho que foi por culpa. Ou talvez por te ser impossível resistir ao dramatismo da situação. Sempre foste melhor com a tragédia do que com a felicidade.

Ana sorriu amargamente. Sim, Camilo entregara-se. Mas não antes de vagar pelo Minho durante meses, transformando-se no herói da própria narrativa. Quando finalmente se entregou, já os jornais tinham tomado o partido deles. Adúlteros, sim — mas adúlteros românticos.

Escreves sobre Simão e Teresa como se fossem mártires puros. Mas nós não somos, pois? Tu abandonaste a Joaquina. Eu abandonei um marido que, apesar de tudo, nunca me bateu. Fizemos de Manuel um vilão - A Brasileira de Prazins, reconheci-o em cada linha -, mas ele foi apenas um homem que comprou uma esposa e esperava fidelidade.

Quem somos nós para nos julgarmos Romeu e Julieta do Porto?

Aquela era a parte que Ana mais receava reler. A honestidade brutal. A recusa em romantizar. Camilo nunca perdoara essa clareza. Queria uma musa, não uma mulher que apontasse contradições.

Queimei os meus manuscritos antes de fugir contigo. Sabias? Três romances incompletos, publicados sob o nome de Lopo de Sousa. A crítica disse que eu tinha 'sensibilidade poética notável para um homem'. Ri-me. Depois, chorei.

Escolhi-te em vez da minha voz. Não te culpo. Fui eu quem escolheu. Mas às vezes, nestas madrugadas na cela, pergunto-me: que livros teria escrito? Que histórias morreram comigo?

A dor daquelas palavras continuava fresca. Ana olhou para a estante de Camilo — dezenas de volumes, centenas de histórias. Depois olhou para as próprias mãos vazias.

Escrevera, sim, ao longo dos anos. Artigos, traduções, textos que assinava com pseudónimos. Mas os romances que sonhara? Esses ficaram enterrados em 1859.

Manuel Augusto morreu há dois anos. Tinha dezoito anos. O teu filho Jorge vai fazer três. Nuno ainda é bebé. Mas Manuel... Manuel nasceu em 1858.

Faz as contas, Camilo.

O marido sempre suspeitou. Nunca saberei ao certo. E tu nunca perguntaste. Preferiste a dúvida romanesca à verdade banal. Era mais fácil assim, não era? A ambiguidade serve melhor à literatura do que à paternidade.

Ana parou. Respirou fundo. Manuel Augusto morreria aos trinta e sete, não aos dezoito. Enganara-se na carta - a memória já falhava mesmo aos vinte e nove anos. Mas a dúvida permanecerá intacta. De quem era Manuel? De Pinheiro Alves, que o reconhecera e lhe deixara herança? Ou de Camilo, que nunca perguntara porque não queria saber?

Alguns segredos eram demasiado grandes para caberem numa certeza.

Amanhã vamos a júri. Dizem que nos absolverão. A opinião pública está do nosso lado. Fizemos do adultério uma causa romântica. Genial, Camilo. Sempre soubeste vender histórias.

Mas, se formos condenados ao degredo, se me enviarem para a África enquanto tu vais para a Índia, quero que saibas: não me arrependo.

Deveria arrepender-se. Uma mulher decente arrepender-se-ia. Mas quando te vejo através das grades e reconhecimento nos teus olhos a mesma febre que me consumia aos quinze anos... então sei que faria tudo outra vez.

Mesmo sabendo o que sei: que o amor não redime, que a paixão não justifica, que seremos felizes apenas parcialmente, entre as crises de ciúme, as dívidas, os filhos difíceis e a tua cegueira futura.

Tinham sido absolvidos. Viveram juntos durante três décadas antes de se casarem legalmente - um casamento de dois dias na Rua de Santa Catarina, em março de 1888. Camilo morreu dois anos depois. Cego, atormentado pela sífilis, com um tiro de revólver.

Felizes parcialmente. Sim, fora isso mesmo.

Dizem que devo perdoar-te por me teres arrastado para isto. Mas foste tu quem me arrastou? Ou fui eu quem te puxou? As histórias nunca têm um autor único.

Nunca enviarei esta carta. Já tens histórias suficientes para contar. Esta fica comigo. A minha versão. A minha verdade. Tão incompleta quanto a tua, mas minha.

Ana

Ana dobrou a carta devagar. As mãos tremiam - não de emoção, mas de idade. Levantou-se, foi até à janela. Lá fora, o mesmo vento de sempre. Os mesmos ciprestes. A mesma casa que fora de Pinheiro Alves e se tornara de Camilo.

E agora era dela. Viúva, mãe de filhos mortos ou distantes, a última a sobreviver àquela história que os jornais tinham transformado em lenda.

Voltou à secretária. Abriu a gaveta onde estava o revólver. Não lhe tocou. Apenas olhou. Depois, pegou na carta e colocou-a de volta dentro de **Amor de Perdição**. Fechou o livro. Colocou-o na estante.

Alguém a encontraria um dia. Ou não. Não importava.

Camilo fizera dos amores deles literatura. Ela faria da sua verdade silêncio. Eram formas diferentes de contar a mesma história. Ambas válidas. Ambas incompletas.

Desceu as escadas devagar, com a mão no corrimão. Passou pela janela do primeiro andar - aquela mesma janela onde, quarenta anos antes, acenava a um cavaleiro que a faria fugir do mundo conhecido.

Tinha sido Ana Plácido. Tinha sido a mulher de Pinheiro Alves. Tinha sido a amante escandalosa. Tinha sido esposa legal por dois anos. Tinha sido mãe. Tinha sido escritora secreta.

Todas essas mulheres coexistiam nela, e nenhuma apagava as outras.

Camilo nunca percebera isso. Para ele, ela era a Musa. Mas musas não escrevem cartas. Não enterram filhos. Não administram propriedades, enquanto o amado transforma desgraças em romances.

Musas não envelhecem sozinhas.

São Miguel de Seide, setembro de 2025

Sofia fotografou a carta com o telemóvel. Cada página, cada linha. Depois, com cuidado, colocou-a de volta no envelope. Fechou o livro. Deixou-o onde estava.

Não ia publicar aquilo. Ainda não. Talvez nunca. Havia verdades que não precisavam ser gritadas. Bastava que existissem, guardadas entre páginas amarelecidas, esperando que alguém as procurasse.

Olhou pela janela. Lá fora, turistas tiravam fotografias. Dentro, os amores de Camilo Castelo Branco continuavam vivos.

Não apenas os que ele contara.

Também os que nunca souberam contar.

Sofia desceu as escadas, apagou as luzes e trancou a porta. O vento soprava entre os ciprestes. Alguns amores, pensou, são grandes demais para uma só versão.

E talvez fosse isso que Ana Plácido sempre soubera: que as melhores histórias são aquelas que ficam por contar.

PRÊMIO ARTÍSTICO HENRIQUE SILVA 7ª EDIÇÃO

Ana Neves, Técnica Superior

Inaugurou-se, no dia 13 de dezembro de 2025, na Casa da Cultura, mais uma edição do Prémio de Artes Plásticas Henrique Silva, uma iniciativa que visa promover, distinguir e divulgar novas obras no domínio das artes plásticas.

O júri, constituído por António Cabral Pinto, Jaime Silva e Laura Afonso procedeu a uma primeira fase de avaliação das cinquenta e uma obras candidatas, da qual resultou a seleção de trinta obras para integrar a exposição. Em reunião posterior, o júri nomeou os três primeiros lugares e decidiu ainda atribuir duas menções honrosas, como reconhecimento da elevada qualidade artística apresentada.

A cerimónia inaugural contou com a presença da Senhora Vereadora da Cultura, Dra. Beatriz Meireles, e da curadora Isabel Patim, que procederam ao anúncio dos vencedores. O primeiro lugar foi atribuído a Isabel Ribas, com a obra *Ultrapassa o Visual*; o segundo a Mariana Santos, com a obra *Sem título*; e o terceiro a Marta Lourenço, com a obra *Maternidade*. Foram ainda atribuídas menções honrosas a Afonso António, com a obra *Mesa Posta*, e a Artur Oliveira, com a obra *Retrato de Henrique Silva*, em homenagem ao ilustre pintor Paredense.

O Prémio Artes Plásticas Henrique Silva afirma-se, assim, como uma exposição onde todos os artistas têm lugar, valorizando a criação artística, promovendo o encontro entre artistas e público e contribuindo de forma significativa para o enriquecimento cultural e artístico da comunidade.

1º Prémio

Ultrapassa o Visual
Isabel Ribas
Esmalte s/ tela
140 x 140 cm





2º Prémio
Sem título
Mariana Santos
Hiperrealismo grafite
120 x 80 cm



Menção Honrosa
Retrato de Henrique Silva
Artur Oliveira
Acrílico s/papel
50 x 70 cm



3º Prémio

Maternidade
Marta Lourenço
Carvão s/ papel
100 x 70 cm



Menção Honrosa

Mesa Posta
Afonso António
Óleo
78 x 135 cm

GEOGRAFIAS EXPRESSIVAS E INQUIETAÇÕES CONCEPTUAIS – IDENTIDADE, NATUREZA, MATERIALIDADES, ABSTRAÇÃO.

Isabel Patim, Professora Universitária e Curadora

Há exposições que se constroem como uma sucessão de salas; outras, como um traço que se percorre com o corpo. Esta, porém, ergue-se como um organismo vivo, onde cada obra respira para dentro da seguinte e devolve ao visitante observador um pouco do que lhe toma. As trinta obras reunidas nesta exposição do Prémio de Artes Plásticas Henrique Silva não são apenas trabalhos selecionados pelo júri Laura Afonso, Jaime Silva, Cabral Pinto, a quem agradecemos —, são sinais que despontam do íntimo, da memória, da paisagem, da matéria e da sombra que sustenta a luz. Pedem que o olhar não passe: que permaneça.

O percurso do visitante observador desenha-se como um mapa que se rearranja à medida que avançamos. Cada obra é um território e, ao mesmo tempo, uma ponte: a que liga o Eu ao Outro, a que une o visível ao intuído, a que devolve à arte a sua capacidade de nos lembrar que existir é, antes de tudo, compreender-nos na presença dos outros.

Nesta exposição, o humano é revisitado sob múltiplas máscaras: por vezes frágeis, por vezes luminosas; ora tensas, ora serenas. Há obras que nos devolvem à nossa condição de seres inquietos (*Agressão*, *Macacaria*, *Inferências*), outras que nos devolvem a uma interioridade que pulsa (*Ensaio sobre a Maciez II*, *Sustentação Invisível*), e outras ainda que nos devolvem ao mundo natural, onde tudo o que existe tem raízes, gelo, memória e respiração

própria (*Botânica IV*, *Glaciares*). Neste núcleo dedicado ao mundo natural, a paisagem deixa de ser cenário para se tornar agente (*Passeio Noturno*, *Protea aranha cor de laranja*), revelando a natureza como campo simbólico, simultaneamente real e imaginado, onde o humano reencontra a sua própria medida. A escultura *Da Série Bichos* convoca o presente, o instinto, o animal que persiste dentro do humano. Já a tela *Op.34* contempla o tempo e a natureza, sugerindo uma temporalidade suspensa.

O território do eixo que problematiza a identidade enquanto processo, fragmentada entre o Eu e o Outro, entre herança e reinvenção, entre máscara e revelação, abre-se para obras como *Mesa Posta*, *Who am I Now*, *Margaridas* ou *Cores de Gerações*, que se constituem entradas distintas, sugerindo que a identidade não é estática, mas constelação. A questão da identidade ramifica-se em *Um Princípio*: máscaras, partes, fragmentos — três vértices do mesmo EU que a sociedade molda e remolda. *Say I've been blind* revisita Narciso através da reflexão poética de Fernando Pessoa — o mito reencontrado no espelho interior. Em *MentIRA*, o retrato liberta uma tensão entre mente, ira e serenidade: o rosto como campo de batalha emocional. *A Expressão dos Olhos* aprofunda o hiper-realismo como porta de entrada para o interior humano, num jogo de exterior/interior constituído pelo olhar. *Liber(dade)* reintroduz a questão identi-



tária através da palavra e da leitura – o livro, a palavra e a censura tornam-se matéria visível. Aqui, a liberdade é sempre conquistada – e sempre risco.

A abordagem dedicada às materialidades e estruturas do invisível examina o que sustém ou perturba a forma: forças invisíveis, tensões estruturais, ficções mecânicas e afetivas. A escultura *Horizonte de Eventos*, o elemento cenográfico *Heartless*, ou a instalação *O Animal Mais Perigoso do Mundo* revelam-se como dispositivos de pensamento que ultrapassam a superfície. *Perfeições sem espinhas* desmonta a noção de perfeição através de contrastes subtis. *Maternidade* reaproxima-nos do gesto escultório de Francisco dos Santos – um abraço de madrugada entre corpo e corpo, o vínculo primordial.

O território da abstração e percepção propõe o regresso à essência, onde cor, movimento e percepção assumem protagonismo. *Ultrapassa o Visual* oferece ao olhar um campo onde o sensorial prevalece sobre o narrativo. *Europa Inhabitat* conduz o visitante ao território onde a cor, a leveza e a fragilidade ganham autonomia – a abstração é aqui um lugar de retorno, um campo onde a percepção se reeduca

e o olhar se torna mais atento ao que quase não se vê. A obra *Caso* apresenta-se como se o abstrato fosse a última forma de liberdade. *Flamejante* acende a cor e a geometria numa expressividade intensa.

Sob o olhar atento do *Retrato de Henrique Silva*, celebramos o criador, pensador e mentor das artes plásticas. Tal como na obra de Henrique Silva, cujo legado orienta este prémio, aqui a arte ergue-se como espaço de reflexão partilhada: um lugar onde cada obra é singular, mas nenhum sentido se completa sozinho. Esta exposição é, assim, menos um destino e mais um movimento – um gesto contínuo de perguntar, ver, revisitar, reconhecer.

Ao visitante, deixamos um convite: caminhe sem pressa, deixe que o olhar se demore, que o corpo sinta e que a escuta se abra. Estas obras não procuram respostas – procuram interlocutores. E talvez seja nessa procura partilhada que reside o verdadeiro conceito curatorial que vos propomos nesta exposição.

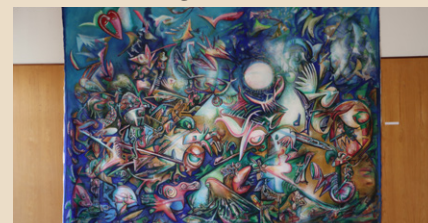


**CASA DA CULTURA
DE PAREDES****Policromias***janeiro/fevereiro*de Helder Bandarra,
curadoria de Isabel Patim**...Histórias de Sombra e de Luz...***janeiro/fevereiro*

de Rodrigo Costa

**As Árvores Morrem de Pé***janeiro/fevereiro*

de José Rosinhas,

Metamorfose dos Sonhos*março*de Felícia de Sousa,
curadoria de Agostinho Santos**A Segunda Pele***março/abril/maio*de Balbina Mendes,
curadoria de Nassaete Miranda**Um Voo a Recuar***abril/maio*de Avelino Sá,
curadoria de Miguel von Hafe Pérez**Pintar a Manta'25***maio*Exposição Coletiva - Agrupamento de
Escolas Daniel Faria, Paredes**Visões Múltiplas***junho/julho*6ª Bienal Internacional de Arte de Gaia
2025 - Bienal de Causas,
curadoria de Beatriz Meireles**Ecoss do Silêncio***julho/agosto*Exposição Coletiva Integrada na Onda
Bienal de Gaia,
curadoria de Agostinho Santos**História Natural***agosto*de Rick Lina
Curadoria de Miguel de Carvalho**Arte - Corrente de Escuta***setembro/outubro*de Emerenciano,
curadoria de Rodrigo Magalhães**Querer dizer nada, tudo querer dizer***setembro/outubro*de Sobral Centeno
Curadoria de Óscar Faria**Fragmentos de Silêncio Quebrado***outubro/novembro/dezembro*de Filomena Silva Campos
Curadoria de Cabral Pinto

O Canto da Terra

novembro

de Luís Prior,
curadoria de Isabel Ponce de Leão



Prémio de Artes Plásticas - Henrique Silva

dezembro/janeiro

curadoria de Isabel Patim

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PAREDES

Aquedutos de Portugal - Água e Património

janeiro/fevereiro

de Pedro Inácio

Construir a Paz com os Valores de Abril

março

Conselho Português para
a Paz e Cooperação
Curadoria de Ilda Figueiredo



Abril é mais Futuro

abril

Exposição 50 anos do 25 abril

Não há mais preocupações. O Sol e as Flores Chegaram.

maio/junho

de Maria Cunha Alegre



Exposição de Trabalhos do Programa de Apoio às Famílias e Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade

maio

Poesia Bucólica

junho/agosto

de Quim Leão de Bessa



Retratos Contatos

agosto/setembro

de Alice Vieira
Curadoria de Nélson Mateus



A Preto e Branco

outubro/dezembro

Exposição Coletiva
Curadoria de Rosalina Santos



LOJA INTERATIVA DE TURISMO

Camadas Envolventes

fevereiro/março

de Tiago Santos,
curadoria de Filipe Rodrigues

Recantos da Terra onde Vivemos II

março/maio

Alunos do 12º ano do Curso de Artes da
Escola Secundária de Paredes
Curadoria de Gracinda Ramos



Ciclos de Renovação

maio/junho

de Eva Pacheco,
curadoria de Fernanda Queiróz

Botânica

julho/setembro

de Tiago Polignac

O Meu Barco, a Nossa Viagem

outubro/novembro

de José Alberto Mar



Bailado de Cores

novembro/janeiro

de Rosa Dixe
Curadoria de Rosalina Santos



WORKSHOP PATRIMÓNIO E PINTURA

Felícia de Sousa, Artista Plástica

Numa relação entre passado e presente, descoberta e exploração, os participantes foram convidados a embarcar numa experiência sensorial, onde natureza e património se encontram.

Iniciamos a atividade com uma visita guiada ao local onde se situam as Minas de Ouro de Castromil e Banjas – Paredes. Esse é um espaço onde a história repousa nas camadas da terra, nas cores brilhantes do xisto, no verde da paisagem, onde se encontram registos e marcas do tempo.

Durante o percurso, os participantes de olhar artístico e atento observaram formas orgânicas da paisagem, as texturas das rochas, os contrastes da luz, a harmonia entre o meio ambiente natural e a intervenção humana. Cada detalhe serviria de ponto de partida para a construção de uma narrativa artística e visual única.

Em espaço de atelier, no Centro Interpretativo das Minas de Ouro de Castromil e Banjas – CIMOCB, os formandos iniciaram momentos de criação artística, com recurso às técnicas mistas, explorando novos conceitos de repre-

sentação expressiva, com materiais por eles recolhidos. Papéis, materiais orgânicos, fragmentos matéricos, tintas de cores terrosas, brilhos minerais e vibrantes conjugaram-se com elementos da linguagem plástica, exaltando a criatividade, permitindo a cada pessoa interpretar e representar a experiência de forma pessoal e única, guiada pelo processo de observação e pela emoção, valorizando a expressão individual e a ligação emocional ao território.

Esta atividade artística foi também um convite à redescoberta do Património e da Natureza, através do olhar crítico e criativo, numa viagem que começa na paisagem e se transforma em obra artística, memória e inspiração.

O resultado foi bastante positivo. Um conjunto de obras com diferentes perspectivas, prontas a integrarem uma exposição, são a resultante de uma observação individual num contexto coletivo, onde o pensamento crítico contribui para a construção de identidades individuais e coletivas, onde a arte enriquece a vida, aproxima pessoas e ajuda a transformar a realidade.

Ana Maria Fernandes (A.fe), Formadora e Artista Plástica

O workshop “Património e Pintura” realizou-se no dia 12 de julho, durante a manhã, na Casa/Capela do Outeiro, em Mouriz (Paredes), reunindo um grupo expressivo de participantes. Fui formadora convidada desta edição, dando continuidade ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, novamente com recurso à técnica de pastel seco.

A sessão decorreu num ambiente descontraído e parti-

cipativo. Os intervenientes tiveram oportunidade de interpretar e registar, através do desenho e da cor, vários objetos e elementos arquitetónicos da Casa e da Capela do Outeiro, promovendo a ligação entre prática artística e valorização patrimonial. O resultado final refletiu o entusiasmo e a dedicação de todos os envolvidos, reforçando o interesse crescente por este tipo de iniciativas culturais.



ORPHEU PAREDES SOCIAL

OFICINA DAS ARTES: QUANDO A ARTE ACONTECE EM NÓS

Ana Marques, Mentora do PóDeSer (texto)

Elisabete Pacheco, Educadora Artística (ilustração)

Havia sempre um momento, logo pela manhã, em que o silêncio parecia pousar sobre as mesas como um pássaro tímido a apreciar as camélias do jardim. Depois chegavam eles – mais de quarenta Pózininhos de Ser por semana, num reboleço doce feito de mochilas, gargalhadas e passos pequenos que já sabiam o caminho até nós. E era nesse instante que o silêncio se transformava em aventura.

Com tintas nas mãos e corações coloridos, sabíamos o que queríamos ajudar a construir na Oficina das Artes: um lugar onde cada criança pudesse descobrir a sua própria cor. Não apenas nos pincéis ou nos papéis, mas dentro do peito.

O que não sabíamos – e talvez seja essa a beleza – é que também nós iríamos mudar.

Com a equipa do Projeto Paredes Integra CLDS como bússola, vivemos um verão que nunca será apenas memória. Foram mais de cinquenta atividades, dezenas de dinâmicas de grupo, visitas que espalharam o concelho dentro de nós – como o Parque do Rio Ferreira, onde desco-

brimos que as palavras também se escondem nas árvores, ou o Mosteiro de Cête, onde falámos de história (daquele lugar e do Concelho) e percebemos que os lugares contam, sempre, muito mais do que vemos.

Entre tantas aventuras, algumas tornaram-se nossas para sempre. São pedaços da nossa visão e dos nossos valores que ganharam vida nas mãos das crianças: O Bingo Musical, onde descobriram pistas nas canções e pistas de si; A Oficina de Land Art, onde a natureza nos ensinou a devolver o que recebemos; O hino da Oficina das Artes, que de tanto o cantarmos, deixou de ser música e tornou-se poiso.

Mas foi nas rodas de partilha que a magia aconteceu de verdade, nessas conversas onde ninguém precisava de ser mais do que era. Ali, sentados no chão do palco da Casa da Cultura que nos abrigou durante o mês de agosto, ensinamos que crescer não se faz só de aprender a escrever, pintar ou recortar. Faz-se de escutar. Houve momentos profundamente emocionais, daqueles que nos lembram que educar é, também, cuidar de corações que ainda estão a descobrir o mundo.

Quase no final da nossa aventura, houve ainda um encontro que nos ficou marcado na alma: abrimos a porta a Alice Vieira que juntou uma biblioteca inteira num abraço, com a doçura e a firmeza de quem sabe o peso e a leveza das histórias que fazem sonhar. Nós recebemo-la com os olhos cheios de poemas, segurando as “caixinhas de Alice”, criadas pelas mãos de quem sonha, com palavras de quem cria. Nesse dia percebemos que cada encontro é também uma página – e até os nossos marcadores de livros ganharam novos destinos!

Quando o verão começou a despedir-se devagar, compreendemos que nenhum de nós era o mesmo: havia abraços que guardavam o mundo inteiro e pulseiras da amizade trocadas como quem promete voltar.

Este verão ficámos mais inteiros, mais atentos, mais nossos.

Talvez tenha sido esse o verdadeiro milagre: perceber que, quando um território acredita na força da arte e abre espaço ao encontro, nasce algo que não cabe apenas numa Oficina. Fica a viver em nós! Porque Quem PóDeSer, PóDe-Sempre.





INCLUSÃO SOCIAL PELA CULTURA

Cátia Silva, Técnica Superior

O Ano Cultural do PACD em Paredes

Ao longo do último ano, o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas (PACD), integrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), implementou em Paredes um percurso cultural que foi, simultaneamente, celebração e redescoberta. Entre encontros, caminhadas, conferências, música, luz e partilha, o concelho afirmou-se como um território em movimento, onde a cultura se revela uma casa aberta, capaz de acolher, unir e transformar. Seguem-se alguns exemplos:

Conferências que Abrem Caminhos

Deste impulso de reflexão e construção conjunta nasceu o ciclo “Sétimo Dia – Sete Conferências”, que, entre junho de 2024 e abril de 2025, trouxe ao sétimo dia de cada mês uma nova perspetiva sobre comunicação territorial, património, artes e storytelling. A simbologia do número sete, tão presente na obra de Daniel Faria, serviu de ponto de encontro entre saberes e vozes da comunidade, fortalecendo competências e consolidando redes de criação e participação.



Mulheres que Soam

No mesmo espírito de participação nasceu a dupla edição de “Mulheres que Soam”, integrada nas Conversas Inclusivas. A primeira apresentação decorreu no anfiteatro ao ar livre da Casa da Cultura, reunindo o coletivo de percussão Clamat, com direção artística de Nuno Aroso, Rita Redshoes e nove participantes amadores do concelho. O processo criativo partilhado transformou-se em expressão coletiva perante cerca de cento e cinquenta espectadores.

“Mulheres que Soam II” estreou-se no Centro Cultural de Paredes, assinalando o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. A reafirmação desta colaboração artística e comunitária deu nova força à ideia de que a cultura pode ser um espaço de escuta, afirmação e cidadania.



Entre Sonhos e Amores – Uma Odisseia Sonora

A Casa da Cultura voltou a ser palco de momentos únicos, entre os quais o concerto “Entre Sonhos e Amores – Uma Odisseia Sonora”, com direção artística de Ivo Magalhães, que proporcionou um ambiente intimista, marcado pela proximidade e sensibilidade. A música ecoou como uma ponte entre público, artistas e emoções, assinalando mais um momento de harmonia promovido pelo PACD.



Concerto de Fábrica

A proximidade entre cultura e quotidiano ganhou forma no Concerto de Fábrica, um concerto “flash” conduzido por Marco Figueiredo. Inspirado pelo mote “o trabalho e os trabalhadores”, o pianista percorreu estilos e épocas, desafiando os colaboradores a cantar, dialogar e integrar-se na própria construção musical. Desta interação nasceu um ambiente genuíno de partilha e reconhecimento mútuos, sublinhando a importância da música enquanto força de equilíbrio e bem-estar.



PRIMAVERA FESTIVAL DA FLOR 2025

Cátia Silva, Técnica Superior

Entre 21 de março e 13 de abril, o Primavera Festival da Flor transformou Paredes num cenário florido, luminoso e profundamente participativo. Nesta edição destacou-se o estreante Light Garden, um percurso poético composto por flores iluminadas, borboletas cintilantes e um túnel de luzes e espelhos que reinventou os jardins da Casa da Cultura ao anoitecer.

O festival integrou também o espetáculo "Magia no Jardim", apresentado por Gonçalo Gil, que encantou famílias e curiosos com a leveza do impossível. Mais tarde, o

concerto "Jazz no Jardim", pela Sun7et Jazzband, preenchia o ar com ritmos descontraídos que convidavam ao repouso e à contemplação.

A construção comunitária dos tradicionais tapetes de flores, dinamizada pelas Juntas de Freguesia, voltou a reunir gerações em torno de um gesto ancestral de beleza. A iniciativa "Chá de Chapéu" acrescentou um momento de convívio criativo, celebrando o prazer de estar juntos e de reinventar tradições.





FESTAS DA CIDADE E DO CONCELHO DE PAREDES 2025

ONDE A TERRA RESPIRA LUZ

Marisa Leal, Técnica Superior

Há cidades que vivem no silêncio dos dias comuns e há cidades, como Paredes, que, durante as Festas da Cidade, despertam como quem abre as janelas ao amanhecer e deixa o coração respirar mais fundo.

Paredes, de 9 a 21 de julho de 2025, voltou a vestir-se de brilho, memória e futuro e fê-lo a abrir com a elegância do Fado, revelando a poesia que ainda pulsa nas suas ruas.

As Festas da Cidade não são apenas um alinhamento de datas, palcos e horários, são o reencontro anual entre a tradição e o sonho, evidenciados através do baloiçar das saias dos nossos grupos etnográficos e, ainda, ao som pulsante dos grupos de bombos do concelho. Foram dois dias que demonstraram como a cidade conhece bem as histórias que a moldaram.

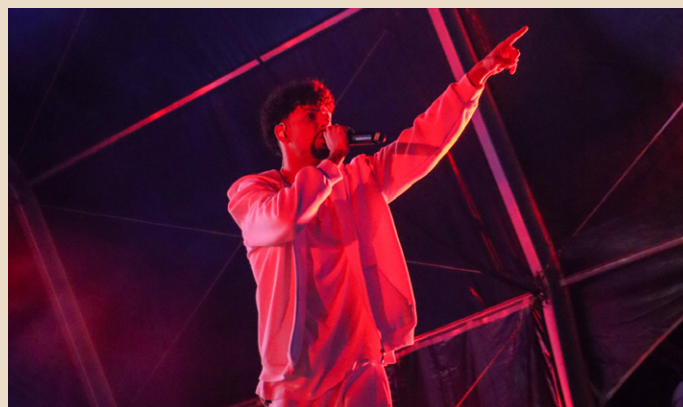
O concelho vibrou com as músicas interpretadas pelas bandas filarmónicas, que se misturaram com a alegria da Praça José Guilherme iluminada.

Em 2025, o programa voltou a trazer o que a cidade mais ama, o talento local. O grande palco principal presenciou

o sucesso dos “nossos” artistas, os Lord, os Conquilha, o Eduardo Santos e o Couto. A sinergia entre a experiência de quem já pisou muitos palcos, com o brilho e o entusiasmo dos jovens que dão os primeiros passos na área da música, transformou a noite de 17 de julho num momento memorável para todos os que estiveram presentes.

Este ano, acolhemos artistas que fizeram vibrar multidões e também aqueles que, em silêncio, têm construído o nome cultural de Paredes. Atrevo-me a escrever que talvez o mais bonito das Festas da Cidade de Paredes seja aquilo que não cabe em programas oficiais: os reencontros inesperados, as conversas que se prolongam, o sabor das pequenas tradições que sobrevivem ano após ano. Cada festa é, no fundo, uma forma de dizermos uns aos outros: “Estamos aqui. Continuamos juntos. Continuamos Paredes.”

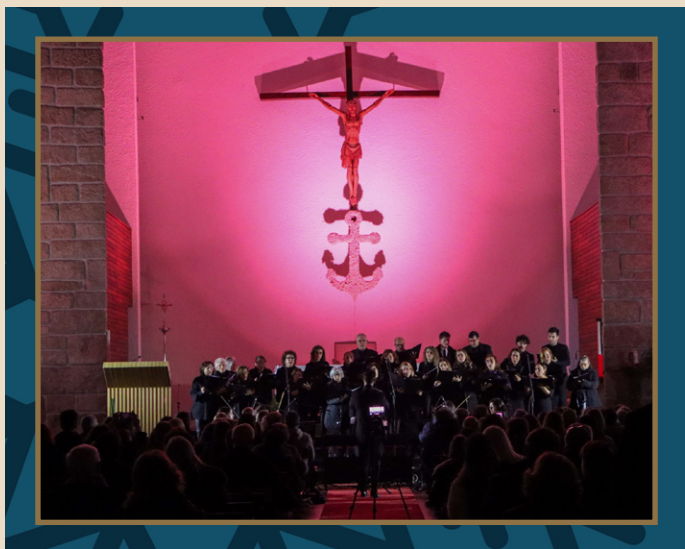
Assim foram estas festas, uma celebração que não se limita a acontecer; acontece-nos. E deixa em cada um a sensação de que a nossa cidade, quando celebra, não ilumina apenas as ruas, ilumina também quem nela vive.





IX ESPALHAR MAGIA POR PAREDES





VENCEDORES DAS RIFAS E MONTRAS DE NATAL, 2025

Daniela Oliveira, Técnica Superior de Comunicação

Integrado no Espalhar Magia por Paredes, o Município da cidade, em parceria com a ASEP – Associação de Empresas de Paredes, levou a cabo mais um concurso de montras de Natal e de rifas, que dinamizaram o comércio local nesta época festiva.

Na cerimónia de entrega de prémios contou-se com o Concerto de Reis pela Paredes Big Band.

O apuramento dos vencedores das rifas foi feito por sorteio, através de uma tómbola e determinou os cinco vencedores.

Os vencedores das montras de Natal foram decididos por um júri constituído por três elementos e através de votação online.

Parabéns a todos os contemplados!





1º Prémio
Margarida Matos –
Hair Studio



2º Prémio
Everdecor



3º Prémio
La Casita de Luci



RAÍZES DO ADVENTO

Cátia Soares, Representante da Associação Cultural EnRaiz'arte



O projeto Raízes do Advento foi uma celebração natalícia onde a música serviu de fio condutor para uma viagem à infância. Através de 24 temas interpretados por diferentes turmas das escolas básicas do Agrupamento de Escolas Daniel Faria, cada nota, cada melodia simbolizaram o fortalecimento das raízes que unem estas crianças à arte e à comunidade.

Com os ensaios em sala de aula descobrimos que o talento é nutrido com dedicação. Com o brilho dos holofotes das gravações para os videoclipes descobrimos que através da

arte podemos expressar a nossa própria luz. Com o doce nervosismo dos camarins para a apresentação ao vivo descobrimos que vozes juntas alcançam voos mais altos.

Este projeto é o reflexo de um trabalho ímpar que levou as músicas da associação enRaiz'arte e as vozes encantadoras das crianças de Paredes ao encontro de uma harmonia perfeita, dando assim provas a todos os que as ouviram de que a música cria raízes no coração de quem a escuta!

Vou Embrulhar Presentes

Tenho papel colorido com estrelas a brilhar
 Tenho fita e tesoura para a magia começar
 Há presentes pequeninos
 Há presentes bem maiores
 Vou embrulhá-los todos
 vou usar todas as cores!

Quero embrulhar, quero embrulhar
 Com um laço bonito
 Papel com bolinhas, papel com risquinhas
 Embrulho especial para a noite de Natal!

Eu vou ter muito cuidado p'ra não rasgar o papel
 Faço uma dobra perfeita, ponho cola com um pincel
 Falta só uma etiqueta e a fita cola para o laço
 Quando der este presente, dou também um forte abraço!

Quero embrulhar, quero embrulhar!
 Com um laço bonito
 Papel com bolinhas, papel com risquinhas
 Embrulho especial para a noite de Natal!

Que Hoje e Sempre Possa ser Natal

Não quero acreditar
 Que o mundo em que nasci
 Se esquece de sonhar e de pensar em ti
 Se a mão de uma criança te faz feliz afinal
 Que hoje e sempre possa ser natal!

São dias pra sorrir
 Esquecer a solidão
 Ter abraços sem pedir e aquecer o coração
 Se o amor de uma criança te faz feliz afinal

Que hoje e sempre possa ser natal!
 Ser adulto é estranho
 Não ter tempo pra ninguém
 Correr de um lado pro outro, querer sempre ir mais além
 Mas se no natal o mundo pudesse pensar
 Que o importante é parar!

Ter tempo p'ra olhar
 Ter tempo p'ra sorrir
 Ter tempo p'ra brincar e a magia sentir
 Se tempo com uma criança te faz feliz afinal
 Que hoje e sempre possa ser natal!
 Que hoje e sempre possa ser natal!

Frio, Neve, é Natal

O vento sopra, "uhu, uhu!"
 Faz levantar o meu casaco azul
 As mãos estão frias, o nariz gelado,
 Mas com o teu amor eu fico aconchegado

Frio, neve, é Natal! Vamos brincar, é o dia ideal!
 Flocos brancos no céu a dançar
 A magia chegou, vamos juntos festejar!

A rua branca parece algodão
 Há melodias a sair de um lampião
 No meu jardim um pinheiro decorado
 E um lindo boneco de neve mesmo ao lado

Frio, neve, é Natal!
 Vamos brincar, é o dia ideal!
 Flocos brancos no céu a dançar
 A magia chegou, vamos juntos festejar!

Lá na cozinha bebo chocolate quente
 E é nesse instante que o meu coração sente...
 Que o melhor do frio e da neve que cai,
 É o calor da família, o amor da mãe e do pai!

O Natal Está a Chegar

O natal está a chegar
 Ding dong ding dong
 Eu mal posso esperar
 Ding dong ding dong
 Vejo luzes a piscar
 Blink blink blink blink
 Há magia pelo ar

Porque é natal
 Vou desejar
 A mãe e o pai
 Poder abraçar
 Oh pai natal
 Eu vou querer
 Muitos presentes
 Antes de adormecer

CONCURSO DE TALENTOS

III EDIÇÃO

Salomé Rodrigues, Representante da Associação Cultural Genoa

Se falarmos de arte, falamos de uma das mais poderosas formas de comunicação, da mágica maneira de usar as palavras, essas mesmas que nos cruzam todos os dias, até com uma certa existência trivial, de uma forma a ultrapassar a linguagem verbal. Se falarmos de arte, falamos de consciência, de amor, de medo, do bonito e do feio, de sentidos e sentimentos que se varam também eles, todos os dias, entre momentos diferentes. E, se voltarmos a falar de arte, falamos de cruzamento, liberdade e espaço para ser; num tempo onde cada vez mais é necessário unir - sentir - a arte deve existir com mais intensidade e assumir um papel cada vez mais ativo e presente, como um todo, de forma a conectar várias individualidades que se cruzam em comunidade.

Desse pensamento e da consciência dessa necessidade, eclode a ideia da experiência através do Concurso de Talentos. É um espaço pensado e aberto a todos os que se expressam, neste caso, pela música e pelo canto, transparecendo entre melodias e palavras aquilo que é necessário

tantas vezes ser sentido. Cria-se, assim, um projeto com o objetivo de dar voz ao potencial artístico local, oferecendo palco para que cada um possa ser visto e crescer como intérprete.

O compromisso assenta na valorização da cultura enquanto impulsionada social e artística e um dos objetivos principais será sempre tentar ter impacto em carreiras que nascem e crescem desta experiência, brindando os seus percursos futuros.

Cada edição é um encontro de grandes talentos, sonhos, histórias e experiências daqueles que se reconhecem pelo gosto de o fazer e daqueles que se juntam pelo gosto de o presenciar. Aqui podem apresentar o seu trabalho e partilhar o seu universo, culminando numa gala final que existe por si só, como um momento envolvente e mágico de expressão, talento e sentimentos.



1º Prémio

Luciana Filipa Carneiro da Silva

Luciana Filipa Carneiro da Silva nasceu a 11 de maio de 2001, em Baltar, Paredes. Desde sempre manteve uma forte ligação à sua terra, às suas raízes e, acima de tudo, à família, com quem partilha uma relação muito próxima. Tem dois irmãos e é madrinha, papel que exerce com grande carinho e dedicação.

A música acompanha-a desde muito cedo. Comunicativa, inteligente e com uma presença marcante, Luciana encontrou no palco uma das suas maiores formas de expressão. Em 2019 integrou o grupo Via 5, um projeto de animação musical com camião-palco que realizava cerca de 50 espetáculos por ano, sobretudo em festas de verão e eventos tradicionais. Durante cinco anos como vocalista, conquistou público, viveu experiências memoráveis e reforçou a sua paixão por cantar. Com uma energia própria e uma presença cativante, destaca-se pela simpatia, facilidade de comunicação e capacidade de envolver todos à sua volta.

A música é essencial e a participação em concursos representa a continuidade natural do seu sonho: levar a sua voz, a sua presença e a sua paixão por cantar cada vez mais longe.

**2º Prémio**

Regina Ferreira

Regina Ferreira tem 19 anos. É uma pessoa alegre, criativa e muito ativa, gosta de estar sempre envolvida em diferentes projetos e de manter a mente ocupada. Para além da música, tem também um grande gosto pela moda: adora criar e desenhar roupas e apresentar-se com peças idealizadas por si. Nos tempos livres, valoriza muito o convívio com os amigos, o namorado e a família. Desde muito pequena que a música faz parte da sua vida. Começou a cantar no coro da igreja e foi aí que nasceu a sua ligação ao canto. Mais tarde, entrou para a Academia Utopia das Artes, onde aprofundou os seus conhecimentos musicais e viu a paixão pela música crescer ainda mais. Ao longo do seu percurso, começou a cantar em vários locais sempre que surgiam oportunidades. Há cerca de três anos, entrou no mundo do fado, área na qual tem vindo a evoluir bastante, sabendo que ainda tem muito para aprender. Atualmente, canta numa casa de fados no Porto e já teve o privilégio de atuar em várias casas de fados, algo que encara com grande orgulho. O fado tornou-se uma forma muito especial de expressão, o que lhe permite transmitir emoções ao público.

**3º Prémio**

Ângela Taborda

A Ângela Taborda tem 24 anos. A música esteve sempre presente no seu percurso. Desde a adolescência que estudou na Academia Utopia das Artes, onde adquiriu e ainda adquire grande parte da sua formação musical. Atualmente, continua a investir no crescimento artístico, através do curso de Composição e Performance Musical na escola Restart. Nos últimos anos, tem crescido de forma muito significativa no mundo da música, tendo já atuado em diversos locais e eventos, com destaque para a Agrival, um dos maiores palcos da região. Ao longo do tempo lançou quatro músicas originais, todas escritas e interpretadas por si, tocando piano e guitarra.

As suas canções já foram ouvidas em mais de 70 países e continuam a alcançar um público cada vez maior. A música é uma forma de terapia, de autodescoberta e de autoconhecimento. É aquilo que mais ama no mundo.



AMIGOS DA CULTURA DE PAREDES

Anabela Machado, Técnica Superior

O Projeto "Amigos da Cultura de Paredes" nasce em 2021, por iniciativa da Vereadora do Pelouro da Cultura, Dra. Beatriz Meireles.

Nestes 4 anos esta iniciativa tem vindo a crescer de forma notável, contando atualmente com 613 inscrições, abrangendo pessoas de várias faixas etárias, embora a maioria seja sénior, devido aos horários das atividades.

Com 25 atividades semanais, este projeto promove momentos de convivência, partilha e bem-estar, incentivando os participantes a sair de casa e a manter uma vida ativa. Muitos chegam até nós por recomendação médica, enfrentando situações de solidão ou depressão, e acabam por encontrar aqui um espaço de acolhimento, amizade e alegria.

Os Amigos da Cultura de Paredes participam de forma ativa nas diversas iniciativas culturais do concelho e dinamizam a Biblioteca e a Casa da Cultura, espaços que ganham vida e movimento com a sua afluência. Grande parte das atividades encontra-se lotada, reflexo do entusiasmo e da adesão da comunidade.

Importa destacar que todos os coordenadores das atividades são voluntários, pessoas generosas que oferecem o seu tempo e conhecimento aos outros, contribuindo de forma exemplar para o sucesso do projeto e merecendo todo o nosso respeito e reconhecimento.

Trata-se de um projeto inspirador, que foi apresentado no Campus Universitário de Gandra (Saúde Mental e Envelhecimento Ativo – Desafios e Oportunidades para uma Sociedade (Mais) Inclusiva), onde recebeu enorme apreço e reconhecimento pela sua relevância e impacto positivo na comunidade.

O "Amigos da Cultura de Paredes" é um verdadeiro exemplo de envelhecimento com qualidade de vida, reunindo pessoas de diferentes estratos sociais e culturais, num ambiente onde todos têm o seu lugar e onde a igualdade, o respeito e a inclusão são valores centrais.

As autarquias deveriam valorizar e promover projetos desta natureza, pois, como é do conhecimento de todos, a população está a envelhecer. Iniciativas como esta mantêm as pessoas ativas, felizes e em constante evolução cultural, reforçando laços e melhorando a qualidade de vida de toda a comunidade.

Mais do que um conjunto de atividades, o Amigos da Cultura de Paredes é uma verdadeira família, unida pela vontade de viver melhor, aprender e partilhar.

1. Cérebro ativo;
2. Artes Decorativas;
3. Técnica Fotográfica;
4. Latim;
5. Artes Performativas;
6. Coro dos Amigos da Cultura;
7. Visitas Culturais;
8. Ponto Cruz;
9. Agulha e Dedal;
10. Yog' Arte;
11. Pintura;
12. Visitas Guiadas às Exposições;
13. Partilha de Leituras- Preparação para o Café Literário;
14. Meditação;
15. Terapias Culturais;
16. Caminhadas;
17. Jogos e Brincadeiras Tradicionais e Populares;
18. Danças Tradicionais;
19. Introdução às Tecnologias;
20. O Livro e o Registo;
21. Tertúlia Poética;
22. Café Literário Itinerante;
23. Escrita Criativa;
24. Visitas às IPSS`S
25. Danças.





Gratidão em Verso

*Há encontros que não se procuram,
Acontecem, tal como o nascer do dia.
São almas que se juntam
No brilho simples da palavra,
No gesto que se dá,
No sorriso feito ternura.*

*Assim nasceu a Tertúlia,
Espaço tecido de Poesia
Onde cada voz foi semente,
Cada poema um abraço.
Trabalhámos juntos, sim,
Mas mais do que isso:
Sonhámos juntos.*

*É nesse sonho partilhado
Que se ergue o verdadeiro sentido do caminho:
O de transformar arte em ato de amor,
E da amizade escrever o mais belo poema.*

*Obrigada aos três e a cada um,
Por cada viagem feita,
Por cada lembrança cúmplice,
Por cada gesto traduzido
Em espaço de encontro e de vida.*

*Porque, quando a poesia nos une,
Não há palco pequeno,
Nem distância que nos separe.
Há apenas o coração inteiro
A bater no mesmo compasso.*

*Laura Guimarães, Amiga da Cultura de Paredes,
12 de novembro de 2025*



PAREDES, ONDE O TERRITÓRIO SE TRANSFORMA EM EXPERIÊNCIA

Fernanda Pereira, Técnica Superior de Turismo

Turismo cultural e industrial como expressão da identidade e do saber-fazer local

A aposta do Município de Paredes na valorização do património local, nas suas mais diversas dimensões, tem vindo a concretizar-se através do projeto “Descobrir Paredes”, que conta já com cinco edições. Trata-se de uma excelente iniciativa para dar a conhecer os valores, os costumes e as tradições do concelho, promovendo uma relação mais próxima entre o território e quem o visita.

Muitos dos trilhos desenvolvidos no âmbito deste projeto começam, gradualmente, a ser materializados no terreno. Assim, o ano de 2025 ficou marcado pela inauguração de quatro pequenas rotas pedestres, localizadas nas freguesias de Baltar, Louredo, Paredes (Gondalães) e Sobrosa.

Em Baltar, foi criado o Trilho de São Silvestre, que valoriza o Monte de São Silvestre, um dos castros do concelho, testemunho da ocupação humana mais remota deste território. Já o Trilho de Louredo procura oferecer ao visitante a possibilidade de usufruir de paisagens naturais de grande beleza, aliadas a um património histórico rico e diversificado.

O Trilho de Gondalães apresenta uma vertente mais urbana, fruto da sua proximidade à cidade de Paredes, permitindo uma leitura diferente do território. Por sua vez, o Trilho dos Chocolateiros, em Sobrosa, recupera uma das tradições mais antigas da freguesia. Segundo a memória local, a população tinha o hábito de beber café preparado numa cafeteira de barro muito característica, prática que marcou a identidade da comunidade e a distingue até aos dias de hoje.

Para além destas rotas, foram ainda desenvolvidos dois novos percursos: o Trilho das Vinhas e do Vinho e o Trilho da Peregrinação a São Simão. Ambos refletem a filosofia do projeto, propondo experiências que permitem a fruição do território e dos seus recursos de forma descontraída, mas envolvente. Esta é, aliás, uma das principais características do tipo de turismo que se pretende afirmar em Paredes.

Apesar de não ser um destino turístico de massas, a cidade tem vindo, nos últimos oito anos, a posicionar-se estrategicamente como um destino de Turismo Industrial. Esta é uma identidade fortemente enraizada no território e a partir da qual se tem vindo a construir uma oferta baseada em experiências únicas, autênticas e de proximidade com a

comunidade local. Esta aposta reflete-se, nomeadamente, nas visitas às empresas de mobiliário que integram a Rede Nacional de Turismo Industrial, bem como nos workshops de talha que têm sido promovidos.

Todo este trabalho tem sido divulgado em várias feiras de turismo, com destaque para o principal evento nacional do setor, a Better Tourism Lisbon Travel Market (BTL). A presença de Paredes neste certame tem sido uma aposta do Município desde 2019, integrada numa estratégia conjunta com a Área Metropolitana do Porto.

Paralelamente, o concelho marca também presença em eventos de âmbito mais local e regional, como o Festival do Ferroviário – Entrelinhas, em Ermesinde, ou a Agrival, em Penafiel.

É desta forma que o turismo em Paredes se afirma como um segmento cultural direcionado para pequenos nichos de mercado, centrado em experiências diferenciadoras e genuínas. No centro desta estratégia estão as pessoas — o seu saber, a sua memória e a sua capacidade de acolher — e aquilo que têm para oferecer a quem visita a urbe.





CENTRO PORTUGUÊS DE NYCKELHARPA 2025

Aires Montenegro, Coordenador do Centro Português de Nyckelharpa

Em 2025, o Ensemble de Nyckelharpas do CPN continuou a cumprir o seu programa de trabalhar o seu repertório, acrescentando novas peças que, sob a orientação musical do Prof. Filipe Ferreira, foram enriquecendo o referido repertório, aumentando vários elementos que o têm tornado mais rico e mais exigente musicalmente. Podemos dizer que, neste momento, o Ensemble do CPN é já uma referência da Nyckelharpa em Portugal.

Neste sentido foram adquiridos novos instrumentos:

- Em Setembro, três Nyckelharpas ao construtor sueco Holger Funke, um dos nomes principais da construção de nyckelharpas na Suécia e em toda a Europa. Foi escolhido este construtor por ter sido o que apresentou as melhores condições de preço de entre outros luthiers contactados.
- Uma Oktav-Harpa (uma nyckelharpa Baixo), que tem enriquecido o som do Ensemble de uma forma extraordinária, pois dá um suporte sonoro muito bom.
- Uma Nyckelharpa "Runa Jadeborn".
- Uma nyckelharpa "Bertill Halgren", 1980.

Todos estes instrumentos vieram com os respectivos estojos e arcos de Nyckelharpa.

Esta aquisição, além de enriquecer o património do CPN, veio colmatar a falta de nyckelharpas, para que todos os elementos pudessem trabalhar.

Acontece que o nosso Ensemble principiou o ano com seis elementos, mas conta agora com oito, graças à entrada de mais dois.

Como Coordenador do CPN, quero salientar vários aspectos:

- a participação sempre entusiasta de todos os elementos, destacando o Prof. Filipe Ferreira, pelo seu trabalho de Direcção Musical e coesão do Ensemble.
 - a qualidade do trabalho em grupo feito ao longo do ano por todas as nyckelharpistas (o nosso Ensemble é constituído por seis elementos femininos e apenas dois masculinos), que estão sempre disponíveis a trabalhar e praticamente nunca faltam aos ensaios, que decorrem todas as Quintas Feiras à noite, no edifício da Rota do Românico, ao lado da Biblioteca Municipal de Paredes.
 - a gravação e divulgação em vídeo da canção de Natal NOITE FELIZ, a três vozes, sob a direcção musical do Prof. Filipe Ferreira, divulgada nas redes sociais.
- Finalmente, a actividade anual mais importante pelo sua dimensão internacional foi o

VIII PAREDES NYCKELHARPA MEETING: 14-16 - NOVEMBRO 2025.

Foram convidadas três das mais importantes professoras e intérpretes de nyckelharpa da Europa:

JULE BAUER, CATERINA OTHER,
HANNA LUFT-MAJTKOWSKI.

O Programa desta 8ª. Edição constou de Workshops - Aulas por Grupos e Aulas Individuais, bem como de Ensaios - preparação para o concerto.

DIA 16, às 16h30, o CONCERTO na IGREJA DA MADALENA teve o seguinte programa:

1.ª. Parte : actuação do Ensemble do CPN sob direcção do Prof. Filipe Ferreira e colaboração das convidadas Jule Bauer, Caterina Other e Hanna Luft-Majtkowski

2.ª Parte: Concerto das nossas três convidadas. Este Concerto, como esperávamos, foi de uma qualidade superlativa e contou com a presença da Sra. Vereadora da Cultura, Dra. Beatriz Meireles, e a do Sr. Presidente da Associação Cultural José Guilherme Pacheco, Dr. Paulo Rocha.

Como coordenador do CPN, quero agradecer, em nome de todos os elementos que colaboram neste projecto, à Câmara Municipal de Paredes na pessoa do seu Presidente, Dr. Alexandre Almeida.



YOUNG GUITAR MASTERS PAREDES

Daniel Lemos, Diretor Artístico

O Young Guitar Masters Paredes é um projeto que celebra a guitarra clássica e o talento das novas gerações. Sob direção artística de Daniel Lemos e Nuno Cachada, o projeto tem promovido concertos, encontros e atividades formativas, como Masterclasses, que aproximam jovens guitarristas do público e do património cultural do concelho de Paredes.

Com o apoio da Câmara Municipal da cidade e em parceria com a Associação 3M, o Young Guitar Masters realiza-se em igrejas, capelas e espaços emblemáticos da região, aliando a música à história e à identidade local. Cada concerto é uma experiência de partilha e descoberta, onde a arte se cruza com a memória e o património.

Mais do que um ciclo de eventos, o Young Guitar Masters é uma plataforma que valoriza a criação artística, a educação musical e o diálogo entre gerações de intérpretes.

A 8ª edição iniciou-se com o concerto de Beatriz Soares, no dia 20 de dezembro, às 21h30, na Capela da Santa Catarina, Bustelo, Recarei, seguindo-se a atuação de Luís Oliveira, no dia 17 de janeiro, na Igreja de Gondalães e encerrou dia 21 de Fevereiro com Manuel Cardoso na Igreja de Vilela.



DIA MUNDIAL DO TEATRO

PAREDES NO PALCO

Marisa Leal, Técnica Superior

Há territórios que se definem pelos seus edifícios, outros pelas suas paisagens. Paredes define-se, também, pelas pessoas que sobem ao palco e por quem acredita que o teatro é uma forma de pertença, de encontro e de identidade coletiva.

É desse lugar profundo que nasceu o Projeto “Paredes no Palco”, um plano cultural do Município que reúne, valoriza e dá voz a todos os grupos de teatro amador do concelho. Mais do que uma iniciativa, é uma celebração viva da criatividade popular, da persistência, do amor ao palco e da transmissão de saberes entre gerações.

São muitos os nomes, muitas as vozes, muitos os corpos que fazem deste projeto um verdadeiro mosaico artístico.

Cada grupo traz consigo uma história, um sotaque próprio, uma forma única de habitar o palco, mas todos partilham o mesmo gesto essencial – fazer teatro como ato de entrega à comunidade.

Não foi por acaso que a assinatura do protocolo aconteceu a 27 de março, Dia Mundial do Teatro, no Centro Cultural

de Paredes. A data simboliza aquilo que este projeto representa: o reconhecimento do teatro enquanto lugar de liberdade, reflexão, emoção e transformação social.

E, porque o teatro só faz sentido quando é partilhado, após a assinatura seguiu-se a performance intimista “Evocação Daniel Faria”, proporcionado pelo grupo Saaraci Coletivo Teatral, nas vozes de João Branco e Janaina Alves. O dia terminou com um presente aos Municípios: a peça “Rádio Pirata”, levada à cena pela companhia profissional Astro Fingido. Foi um encontro entre o teatro amador e o teatro profissional, num mesmo espaço simbólico, onde se cruzam caminhos, linguagens e públicos.

Paredes no Palco é isso mesmo, uma rede de afetos, talento e persistência. Um palco alargado, onde o concelho se reconhece, se escuta e se reinventa. Porque, enquanto houver quem conte histórias e lhes dê corpo, Paredes continuará a subir ao palco, com alma, com verdade e com futuro.





ASTROLÁBIA

ENCONTROS DE TEATRO

EM PAREDES

Ângela Marques e Fernando Moreira, Direção Artística da Astro Fingido

O ciclo de apresentações de teatro Astrolábia – Encontros de Teatro em Paredes, promovido pela companhia Astro Fingido, decorreu entre setembro e novembro de 2025 na Casa da Cultura de Paredes, tendo chegado ao seu final com grande adesão de público e excelente receção crítica.

Inspirado no instrumento de navegação que lhe dá nome, o Astrolábia propôs ao público encontros que estimularam a escuta, a partilha e a descoberta, ao mesmo tempo que proporcionaram espaço para conversas sobre formas de estar e fazer teatro.

Em Paredes, o palco do seu Auditório da Casa da Cultura transformou-se num espaço de acolhimento e diálogo, com a participação das companhias Krisálida, Al teatro, Teatro Regional da Serra do Montemuro, Teatro Meridional e Teatro Art'Imagem, que apresentaram espetáculos com textos inéditos de autores nacionais, explorando temas como identidade, migrações, memória, perda e superação.

Esta primeira edição proporcionou encontros ricos em diálogo entre artistas e público, seja nas conversas pós-espetáculo, seja à volta de uma bebida e de um doce tremoceiro no foyer da Casa da Cultura de Paredes. Segundo o diretor artístico, Fernando Moreira, “esta proposta nasceu do desejo de criar um espaço onde o teatro se torna encontro, capaz de transformar perceções, despertar emoções e promover o diálogo entre artistas e território, reforçando o compromisso da Astro Fingido com a descentralização cultural e a criação de redes entre estruturas independentes.”

Porque não dissociamos a formação cultural e social das

comunidades, 50% da bilheteira desta 1ª edição do Astrolábia reverteu para a AIJA - Associação para a Inclusão de Jovens e Adultos, com sede em Paredes.

Os espetáculos registaram uma excelente receção por parte do público, que partilhou várias impressões nas redes sociais:

Relativamente ao espetáculo “Ser Português de Norte a Sul” (Krisálida e Al teatro) consideraram “Trabalho sério disfarçado de cómico... Uma viagem a melancolia e aos “clichês” lusos, encenados com a força de uma comunicação generosa com o público. Tristeza e humor cruel. Instigante. Bravos atores”.

Quanto ao espetáculo “Lá” (Teatro Regional da Serra do Montemuro e Teatro Meridional) referiram ter “Excelente interpretação, actores com uma capacidade de se transfigurarem num rodopio entre o passado e presente, o interior e a urbe, o cá que todos vivemos e o lá que todos desejamos. Texto claro e que facilmente se interioriza de José Luís Peixoto. Noite de BOM Teatro!”.

Sobre o espetáculo “Desumanização” (Teatro Art'Imagem) Obrigada, Astro Fingido. Acharam que foi maravilhoso! “Obrigada Daniela Pêgo por deixares as minhas emoções ao rubro. O teatro é mesmo isto!”

O Astrolábia - Encontros de Teatro em Paredes apresentou-se como um espaço de partilha, reflexão e experimentação artística que celebra a dramaturgia portuguesa contemporânea, fortalecendo laços entre criadores e público bem como confirmando o desejo da Astro Fingido de fazer do teatro uma festa para todos.



FRAGMENTOS DO VAZIO

André Barros e Beatriz Costa, Artistas Performativos (Texto)

Ana Teresa Bessa, Fotógrafa

Excerto da criação teatral “Fragmentos do Vazio” de André Barros e Beatriz Costa, espetáculo que teve estreia nos dias 13 e 14 de junho na Casa da Cultura de Paredes e que quebra o tabu da saúde mental, dos nossos medos e ansiedades.

PERSONAGEM:

Vou dar-vos um conselho. Isto é um cliché. Sim, é mesmo um cliché. Se vocês ainda não abraçaram, abracem. Se ainda não beijaram, aproveitem o momento. Se ainda não disseram o quanto amam alguém, digam agora. Aproveitem o momento, cumprimentem a pessoa que está ao vosso lado, até porque ela está aqui com o mesmo propósito que tu. Se quiserem dançar, dancem. Se quiserem beber, bebam. Está tudo bem. Quantas vezes deixamos de fazer o que queremos por causa dos outros? Os zombies estão lá fora.

Sejam genuinamente sempre honestos com a pessoa que são.

Passamos a vida preocupados com o que vem a seguir. "O que vou fazer amanhã?", "Como será o próximo ano?", "Será que isto vai dar certo?". Mas, enquanto olhamos para o depois, o agora foge-nos por entre os dedos. E não volta. Nunca volta. É duro aceitar, não é? Mas é isso que também faz cada momento tão valioso. Lembra-te da última vez que te riste de verdade? Ou daquele abraço que parecia banal? Todos esses eram momentos únicos. Mas nós, tão distraídos com o tempo, esquecemo-nos de viver. A vida não está no que esperas alcançar. Está no que sentes agora: sol na pele, no som do vento, nos risos que partilhas.

Por isso, para. Respira. Vive. Porque o agora é uma dádiva... por isso é que o chamamos de presente.



Teatro

*Só em pronunciar a palavra
Até se arrepia meu corpo
É nele que vou buscar
Meu equilíbrio e meu conforto*

*Já fui cantor e pedinte
Criança de escola e doutor
Mas tudo aquilo que faço
É com orgulho e muito amor*

*Nas andanças do espectáculo
É tudo muito gratificante
Podemos realizar sonhos
O que na vida é importante*

*Não os vivemos na realidade
É sonho também ilusão
No mundo da fantasia
Vou aprendendo nova lição*

*Nos bastidores é de louvar
A família em que vivemos
Um por todos, todos por um
Em união sempre vencemos*

*Dizem teatro é cultura
Assim se vão cultivando
Com os aplausos do público
Esta grande arte vai continuando*

Leão de Rebordosa, Poeta e
Amigo da Cultura de Paredes

Dedico este poema ao Grupo de teatro Tru'peça, de Rebordosa, do qual fui fundador e a todas as pessoas que se dedicam ao Teatro.

Cultura num minuto...



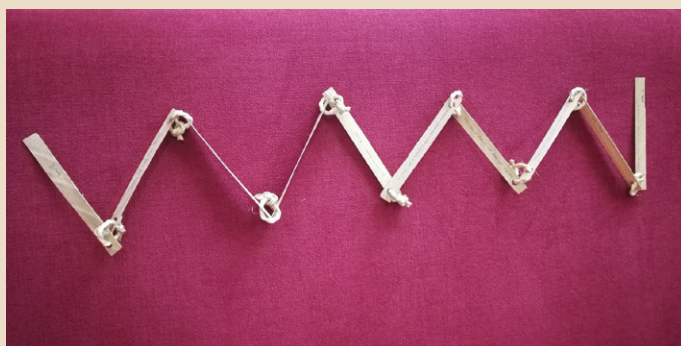
150 da Linha Ferroviária do Douro

O Pelouro da Cultura, através do Arquivo Municipal, dinamizou diversas atividades para assinalar os 150 anos da inauguração da Linha Ferroviária do Douro.

Destaca-se a realização do seminário “Os 150 anos da Linha Férrea do Douro em Paredes”, que teve lugar no Centro Social de Cête, no dia 12 de julho de 2025. No mesmo local e data foi inaugurada uma exposição homónima, que, entretanto, já esteve patente na Escola Básica e Secundária de Paredes e que irá ainda percorrer as escolas de Bitarães, Paredes e Mouriz. Com o mesmo propósito comemorativo, e em parceria com os Municípios de Penafiel e Valongo, os Comboios de Portugal e as Infraestruturas de Portugal, realizou-se no dia 29 de junho de 2025 uma viagem especial de comboio, evocativa da data. Por fim, foi também concretizada uma edição de postais históricos, utilizando as fotografias mais antigas conhecidas das Estações de Cete, Paredes e Recarei, bem como da Ponte sobre o rio Sousa.

Carlos Ferraz e Vasco Santos

O reconhecimento da dinamização, abertura e boas práticas desenvolvidas pelo Pelouro da Cultura de Paredes tem resultado em doações de diferentes géneros dos quais destacamos, desde logo, um “POEMA OBJETO” de Daniel Faria, doado pelo Padre José Alfredo Ferreira da Costa, para fazer parte do acervo da Casa Memória Daniel Faria. Ivo Rafael Silva doou à Biblioteca Municipal a compilação encadernada do “DIÁRIO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE”, da República Portuguesa. No âmbito das diversas exposições realizadas na Casa da cultura, Loja Interativa do Turismo e na Biblioteca Municipal foram doadas várias obras de arte. No domínio da arqueologia, José Miguel Pacheco Gonçalves do lugar de Alvre, freguesia de Aguiar de Sousa entregou a título de doação um conjunto de 4 mós e um apiloador. Estes materiais terão sido recolhidos à superfície nas proximidades de antigos trabalhos mineiros romanos na Serra do Facho, na freguesia de Aguiar de Sousa e visam integrar o espólio arqueológico do



Património Cultural do Município de Paredes cujo Município se compromete a assegurar a sua preservação.

Maria Antónia Silva



FAMI – Vozes Plurais

O Parque José Guilherme recebeu a primeira edição do evento Vozes Plurais, no dia da Implantação da República, integrado no projeto Paredes Plural, que promove o acolhimento, a integração, a inclusão e a valorização de pessoas migrantes (FAMI). Pretendeu-se, também pela via da cultura, reforçar o compromisso com os direitos humanos, para uma sociedade mais coesa, justa e participativa.

Na iniciativa, as comunidades portuguesa e brasileira, residentes em Paredes, partilharam diferentes saberes e sabores, no âmbito do artesanato e da gastronomia. Houve também um momento de especial confraternização, com a atuação do grupo musical Forrobodó.

Beatriz Meireles

Sons no Património

"Sons do Património" nasceu da vontade de aproximar música e património, criando experiências artísticas e afetivas. Passou por Paredes, pela Capela de Nossa Senhora da Piedade de Quintã, com Luca Argel, um cantor, autor e escritor carioca, em trânsito por Portugal há mais de 10 anos, onde também criou raízes.

A Capela de Quintã, também conhecida como Capela de Nossa Senhora da Piedade, é um marco religioso e arquitetónico local.

Refira-se que a Área Metropolitana do Porto apresentou uma nova edição do ciclo de concertos "Sons no Património", que percorreu 17 municípios, entre os quais Paredes.

Ao mesmo tempo decorreu o Trilho de S. Silvestre, que é um caminho de história, património e poesia.

Os projetos artísticos de Luca Argel conciliam pesquisa histórica, ativismo político e experiências musicais que desconhecem fronteiras.

"Transformar lugares, monumentos, sítios e edifícios emblemáticos em palcos de experiências musicais diversas" é o propósito deste evento que, desde 2018, já reuniu "mais de 10.000 visitantes e levou mais de 100 artistas a mais de 80 sítios patrimoniais, afirmando-se como a celebração anual da cultura e do património cultural da região", assegura a organização.

Teresa Carvalho



Férias que Crescem Connosco

Quando a escola faz pausa, a Biblioteca torna-se lugar de encontro e descoberta. Na Páscoa, no Verão e no Natal, os nossos serviços educativos acolhem as crianças com propostas que cruzam a leitura, as atividades pedagógicas, o trabalho manual e a criação livre. Histórias contadas com tempo, jogos que despertam o pensamento e mãos que constroem transformam o aprender numa experiência feliz.

Há também tempo para o convívio, para partilhar risos, conversar, colaborar e fazer novos amigos. Entre livros e atividades, criam-se laços, aprende-se a estar com o outro e a descobrir que a biblioteca é um espaço seguro, onde cada criança encontra lugar.

Assim, as pausas letivas ganham sentido e tornam-se memórias boas de guardar, porque aprender pode ser leve, e a cultura, quando é vivida em conjunto, cresce connosco.

Paula Silva

Tremoço & Companhia 2025

Na Festa do "Tremoço & Companhia" decorreram diversas atividades para animar a praça José Guilherme, desde música ao vivo, teatro e animações para as crianças, entre outras.

Foi montada uma praça de alimentação com muitos restaurantes locais, onde não faltaram os sabores tradicionais, desde caldo verde, leitão, bifanas, pão com chouriço e o tremoço.

O evento foi organizado pelo Município de Paredes, em parceria com a ASEP – Associação de Empresas de Paredes.

Daniela Couto



APONTAMENTOS DA NOSSA HISTÓRIA

UM PALCO QUASE CENTENÁRIO: 99 ANOS DO CAMPO DO UNIÃO DE PAREDES

Vasco Santos, Técnico Superior do Arquivo Municipal e Historiador

O desporto em geral e o futebol em particular são temas que nos despertam desde há longo tempo o interesse historiográfico. A emoção de um golo da vitória aos 90 minutos é equiparável à descoberta de um dado histórico, que, tal como o coroar de uma exibição futebolística, é o resultado de uma semana, um mês ou mesmo uma “época de trabalho”. Aliado a este facto, a data redonda da celebração do centenário de um clube do concelho justifica, diria até que obriga, a um estudo mais profundo, científico e rigoroso. Falamos, claro está, do União Sport Club de Paredes, que foi fundando a 13 de dezembro de 1924. Para além da celebração dos seus 100 anos enquanto associação desportiva, este ano (2025) concluir-se-á um século da inauguração do seu campo de jogos.

É sobre o campo de jogos que nos debruçamos aqui hoje. Circunscrevermo-nos, e é com regozijo que o podemos afirmar, pois nem sempre conseguimos coletar tantos dados como os que possuímos para o caso em estudo, à sua inauguração. Esta escolha deve-se à limitação dos objetivos destes apontamentos, que se pretendem sumários, ficando, no entanto, o compromisso da elaboração de um texto mais extenso sobre o tema, num futuro próximo.

O recinto de jogo de um clube é mais que um mero lugar onde semanalmente disputam uma partida de futebol. Não se resume a uma simples assembleia de espetáculos que reúne os associados e simpatizantes do clube. Um estádio é a casa do clube, a sua fortaleza, onde a equipa é empurrada pelos seus adeptos que funcionam como décimo segundo jogador, pondo em causa a expressão que no futebol são 11 contra 11. É o reduto onde as equipas locais se transcendem e, por vezes, contra adversários tidos como favoritos, provocam as tão agradáveis surpresas do futebol, tal como David contra Golias. São os locais onde se derramam lágrimas nas derrotas e que são tomados pela euforia nas vitórias. É, portanto, absolutamente essencial em qualquer estudo sobre um clube dedicar parte deste ao(s) seu(s) terreno(s) de jogo.

O campo de jogos do União, como à época era conhecido, e que atualmente é comumente chamado Estádio das Laranjeiras, foi inaugurado em 22 de novembro de 1925 conforme mencionado num folheto publicitário à época. Contudo, devemos recuar no tempo para perceber todo o

processo que atingiu o corolário com a inauguração.

Em 1924, existiam quatro clubes com atividade regular na Vila de Paredes: o Aliança, o Comercial, o Onze Estrelas e o Paredense. Numa reunião de esforços de várias personalidades tentou-se a fusão de todos os clubes num só. Esta fusão, à qual só o Onze Estrelas recusou a adesão, deu origem ao União Sport Clube de Paredes.

Recém-formado, o União viu-se, aliás como o Onze Estrelas, a braços com um enorme problema. Nessa época a Vila de Paredes possuía apenas um campo de jogos, que era utilizado pelos quatro clubes. Esse campo situava-se num pomar, pertencente à Misericórdia de Paredes e era conhecido por “Campo do Hospital”, pois encontrava-se num local próximo ao destinado à edificação do hospital da Misericórdia. Ao que tudo indica, a Irmandade cedeu o seu uso aos clubes da Vila, no entanto, não existindo a posse do terreno, havia uma maior influência na sua gestão pelo Paredense. Depois do Onze Estrelas recusar a adesão ao “União”, o Paredense não cedeu o campo para aqueles realizarem um jogo contra os Onze Verdes de Penafiel. Tal determinação originou um protesto dos estrelados e Artur Violas endereçou um ofício à Misericórdia de Paredes sobre esta questão. Segundo a notícia do semanário “O Novo Paredense” de 4 de dezembro de 1924, deduziu-se, após consulta das atas da Irmandade, que o campo não era propriedade do Paredense, mas que a cedência para usufruto era feita a todos os clubes.

O papel da Irmandade da Misericórdia acabou por ser central, pois, na Assembleia da Mesa da Misericórdia de 2 de novembro de 1924, foi resolvido oficializar a todos os clubes que teriam de arranjar outro local para praticar futebol, visto que o terreno ia ser ocupado pelas obras do hospital e a prática desportiva ia ser um estorvo. Esta decisão colocou enorme pressão sobre os clubes que se viam, assim, privados de local próprio para desenvolver a sua atividade. O Onze Estrelas abriu uma subscrição pública e conseguiu o aluguer de um terreno para fazer o seu campo, que ficou conhecido como “Campo do Olival”. Este ficava situado nos terrenos que se localizavam nas proximidades da Estrebuela, sensivelmente entre as atuais rua da Estrebuela e rua Dr. José de Magalhães.

O União Sport Club de Paredes, nado sem campo, esteve



quase condenado à nascença não lhe fosse feita a doação de um terreno para desenvolver a sua prática desportiva. A doação foi protagonizada por Maria Augusta Ferreira Neto Sottomayor e Menezes e pelo seu segundo marido, Manuel Fernandes Porto, relevando-se também o papel do irmão desta benemérita de nome José Sottomayor e Menezes. O terreno cedido encontrava-se na zona de Trigais, que à época era de mato, contornos irregulares e povoada por algumas árvores, compreendia um total de 10 mil metros quadrados.

Maria Augusta Sottomayor e Menezes era uma grande terratenente, cujas propriedades não se limitavam ao concelho de Paredes. Descendente da Casa de Cabanelas, casa fidalga e brasonada na freguesia de Bustelo, em Penafiel, casou, em primeiras núpcias, com Manuel Ferreira Neto de Freitas Vasconcelos, senhor da casa de Rosende em S. Pedro de Raimonda. Este era filho de Engrácia Ferreira Neto Meireles Freire e Boaventura Dias de Freitas e Vasconcelos. Ambos os pais de Manuel eram proprietários, sendo Boaventura descendente da Casa de Pias, em Castelões de Cepeda (a casa com capela anexa, junto ao MaxMat). Manuel foi o único herdeiro dos seus progenitores e, tendo morrido sem descendência, a sua herdadora foi sua mulher. Este elenco genealógico é necessário para se tentar perceber a forma como aqueles terrenos chegaram até à posse da doadora.

A propriedade de terrenos desta família em Castelões de Cepeda é bem conhecida. Engrácia Ferreira Neto havia doado à Irmandade da Misericórdia uma parcela de mato para a edificação do hospital, ou seja, na zona circunvizinha do que viria a ser o campo de jogos. Atendendo à proximidade dos terrenos doados para o campo à Quinta de Pias é plausível, ainda que por confirmar através de fontes, que os terrenos doados ao União fossem parte constituinte dessa quinta e tivessem chegado a Maria Augusta via herança de seu marido.

A efetivação da doação não parece ter sido difícil. Os unionistas contaram com as boas relações de algumas personalidades que intercederam junto desta família sendo uma dessas pessoas Aníbal Ruão, Delegado do Governo à época. Outros indicadores que concorrem para essa conclusão é o facto de a escritura de doação ter sido apenas assinada em 1926, estando já nessa data construído e inaugurado o recinto de jogo. O facto de ter passado praticamente um ano poderá indicar que era uma realidade apalavrada e consumada e que a sua escrituração era apenas uma formalidade legal. A escritura foi lavrada em 26 de janeiro de 1926 por Alexandre Fonseca, escrivão substituto da Câmara, e inscrita no livro de transmissões da conservatória apenas em 7 de janeiro de 1927. Importa referir uma importante menção que consta nessa escritura. É mencionado que o terreno era cedido ao União Sport Clube de Paredes para fins desportivos e recreativos e, no caso de dissolução do clube, os terrenos voltariam à doadora ou seus descendentes. O documento foi celebrado entre Maria Augusta Sottomayor e Menezes e seu marido, Manuel Fernandes Porto e o União Sport Clube de Paredes. Para representar o clube foram nomeados, em reunião de Direção de 26 de janeiro de 1926, Arménio Rocha Madureira, Arlindo da Costa Pinto, José Ferreira da Rocha e José Vieira da Silva, todos eles elementos da Direção.

O “ato oficial” da doação deu-se em 15 de fevereiro de 1925. A benemérita, acompanhada pelo seu marido, irmão e do feitor Albino Martins, deslocou-se à Vila de Paredes no seu automóvel Minerva onde foi recebida por elementos da Misericórdia e pela Direção do União a quem fez a entrega dos terrenos. Seguiu-se um lanche na Casa das Pias e uma visita à Casa da Aldeia, em Guilhufe, a convite de Manuel Pinto da Costa, onde “foi servido um finíssimo chá na sua belíssima vivenda”. Não partiram de volta a Rosende pelas 18 horas, sem que antes, a pedido de Aníbal Ruão, cedessem a madeira e as árvores a retirar

80 dos terrenos à Misericórdia, para o seu hospital. Pela generosidade demonstrada foram, em Assembleia Geral do União de Paredes de 12 de setembro de 1925, por proposta da Direção e aprovada por unanimidade no meio de calorosos aplausos, elevados à categoria de sócios beneméritos Maria Augusta Sottomayor, Manuel Fernandes Porto e José Sottomayor e Menezes. Foi ainda colocado, aquando da aquisição de um local para servir como sede do clube, o retrato da benfeitora em forma de agradecimento.

Como já foi referido, o terreno não era apropriado à prática futebolística. Desnivelado e irregular carecia de aplanamento, assim como da remoção das árvores e da construção de uma vedação. Tudo isto acarretava despesas que o clube não tinha capacidade de suportar. Contou com ajudas através de doações e de empréstimos, quer de individuais quer de entidades coletivas. Sabemos de algumas doações como as que foram feitas pelo Clube de Caçadores de Paredes, que ofereceu 200 escudos, ou pela Câmara Municipal, no valor de 250 escudos. Apesar do auxílio recebido, a Direção viu-se obrigada a contrair um empréstimo. As propostas de crédito encontradas variavam entre os 13% e 15% de juros. Infelizmente os livros de atas não mencionam o valor que foi solicitado, dado extremamente útil, uma vez que não sobreviveram os relatórios de contas, para sabermos por que conta se saldou as obras do campo.

No que concerne aos trabalhos realizados no terreno, várias fontes fazem menção ao voluntarismo e espírito bairrista paredense empregues na empreitada. Existem descrições que referem que a terra e os pedregulhos, retirados com picaretas e pás, eram transportados pelas raparigas e mulheres em cestos à cabeça ou por carrinhos de mão empurrados pelos homens. Foi do suor destas “formigas que labutam” que resultou a obtenção de um dos melhores campos da província.

O resultado final saldou-se num campo com 115 metros de comprimento por 80 de largo, com um balneário anexo inserido num recinto vedado e pintado a creolina. As medidas à época eram bastante generosas, atendendo a que, por várias vezes, nos jogos em que o União atuou como visitante, as crónicas criticavam as dimensões dos campos visitados, que pecavam por pequenas. O campo do Olival do Onze Estrelas era também descrito como pequeno, o que até levou à sua não aprovação pela Associação de Futebol do Porto mais tarde e, por exemplo, o campo de Gandra media 80 metros de comprimento por 60 metros de largura, pelo que, em comparação com estes, o do União era maior.

Em 1925, a Associação de Futebol do Porto, onde o União se encontrava filiado e, por essa razão, automaticamente inscrito no campeonato de iniciação, determinou que os clubes que possuísem um campo seu e que cumprissem as condições estipuladas seriam passados para a categoria seguinte. O único campo da província que cumpria os requisitos era o do União, que assim foi promovido ao Campeonato de Promoção.

A inauguração requeria um programa conducente com um grande evento. Nos semanários locais da época, O Novo Paredenses e o Jornal de Paredes, vão surgindo notícias sobre a programação. Algumas indicam que a estreia oficial estaria marcada para setembro e que contaria com a presença de dois grandes teams. Apontou-se o Futebol Clube do Porto, destacando-se a vinda do guardião portista Siska, que teria como adversário o Sport Comércio e Salgueiros. Foi também publicada uma entrevista feita a um elemento da direção unionista no Jornal de Paredes de 7 de julho de 1925, que adiantava que Tavares Crespo, famoso lutador, teria aceite a participação num combate de boxe que constaria do programa festivo.

Estas notícias não se confirmaram e a inauguração oficial ficou marcada para dia 22 de novembro de 1925. Os anúncios referiam-se a música, fogo e futebol. Foram convidadas duas distintas equipas do Norte, ainda que diferentes das que haviam sido referidas, para disputar uma artística taça em prata: o Académico Futebol Clube e o Leixões Sport Club. Também foram endereçados vários convites às entidades administrativas locais e às associações desportivas, não só do concelho de Paredes, mas também de concelhos próximos. Constam da lista a Câmara Municipal de Paredes, a Assembleia Sportiva, o Club de Caçadores de Paredes, a Autoridade Administrativa, o Onze Estrelas, o Nun'Alvares de Recarei, o Sporting de Penafiel, o Santa Cruz de Vila Meã, o Club de Mancelos, o Sporting Lixa e o Amarante Foot-ball Club.

As equipas convidadas chegaram pela manhã do dia 22 e foram recebidas com fogo e música na estação ferroviária. Seguiu-se um almoço no Hotel Violas, deslocando-se depois a comitiva para o campo de jogos para a disputa futebolística. Sobre o jogo, o apito inicial foi às 15:30, meia hora depois do anunciado, e o Académico venceu os leixõesenses por 3-2, estando já a vencer por 3-1 ao intervalo, depois de uma primeira parte dominante. Com este resultado, os homens do Palacete do Lima levaram o troféu para casa. Importa referir que existe a menção de uma taça de prata no livro de registo de títulos do Académico, pelo que constará do museu deste clube. Sobre o campo, segundo o cronista do Jornal de Paredes que fez o comentário sobre o jogo, as equipas referiram “ser o melhorzinho da província, mas que tinha ainda um defeito, estar um pouco mal calcado”.

Os ingressos para o jogo custaram 2.5 escudos para a entrada geral e 5 escudos para as bancadas. A diferenciação nos preços dos bilhetes pressupõe a existência de uma bancada desde os tempos primitivos do campo. Há registos fotográficos de uma bancada, escavada em socalcos, na zona onde atualmente se encontra a bancada em pedra descoberta, ou seja, a que se encontra do lado da avenida Campo das Laranjeiras. É plausível que esta fosse a primeira bancada do campo.

Estava inaugurado o campo de jogos, que foi um enorme

melhoramento não só para o clube, mas para a Vila em geral. Os locais destinados à prática desportiva eram muito limitados e um novo campo vinha suprir algumas dessas deficiências. O seu uso, desde início, não se limitou à prática do futebol, nem tão pouco ao uso exclusivo do União, que acedia a vários pedidos de cedência do terreno para outros eventos. Logo nos primeiros tempos foi, por exemplo, utilizado pelo Clube de Caçadores para os seus eventos de tiro ou usado como palco de gincanas de automóveis, motos e bicicletas. Durante o verão, durante a suspensão da prática do futebol, era improvisado no pelado um court de ténis para a prática desta modalidade, sendo concorrido por alguma assistência que aí se deslocava para assistir a essas partidas.

Ao longo do tempo, o campo foi sofrendo obras de conservação e melhoramentos. Salvo o interregno em que o União disputou os seus jogos na Cidade Desportiva, foi esta a sua fortaleza. Nele celebraram-se vitórias, viveram-se angústias e largaram-se lágrimas, de alegria ou tristeza, ao longo de 99 anos. Este ano, em novembro, celebrará também o seu centenário.

Bibliografia

BARREIRO, José do - *Monografia de Paredes*. Paredes, Portugal: Tipografia Mendonça, 1922-24.
Jornal de Paredes. Paredes, 1924-1927 (nº1-nº94).
O Novo Paredense. Paredes, 1924-1927 (nº 1 - nº 167).
Pereira, Ricardo Costa - *O futebol portuense na Primeira República Portuguesa* (1910-1926). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Dissertação de mestrado.
Pereira, Ricardo Costa - *O futebol português no tempo da I República* (1910-1926). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018. Dissertação de doutoramento.
SILVA, Ivo Rafael - *Clubes Extintos do Concelho. O Paredense*. Nº165 (2021), p.19.
SILVA, Ivo Rafael - *Paredes e a Primeira República- Vida Social e Desportiva (III). O Paredense*. Nº111 (2019), p.19.
União Sport Club de Paredes: Boda de Ouro 13 de Dezembro de 1974. Paredes: Gráfica de Paredes, 1974.

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Paredes, *Atas das sessões camarárias*, Livro 29
Arquivo Municipal de Paredes, *Atas das sessões camarárias*, Livro 30
Arquivo Distrital do Porto, *Onze Estrelas Futebol Clube Paredense- PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/00810*
Livro de atas da Direção do União Sport Clube de Paredes, Livro 1
Livro de atas da Assembleia Geral do União Sport Clube de Paredes, Livro 1
Livro de atas da Confraria da Mesa da Misericórdia de Paredes, Livro 1

CASA DA GRANJA

Nuno Alexandre Ferreira, Licenciado em Turismo

A Casa de Retiros da Granja, em Gandra, é um dos locais mais emblemáticos e simbólicos do concelho de Paredes, encontrando-se abandonado e ansiando por uma reabilitação que lhe devolva a aura e a grandeza de outrora.

Este edifício, construído em 1901, no lugar da Granja, do qual tomou o nome, apresenta um aspeto de habitação rural de grandes proporções, possuindo quatro fachadas e uma torre de inspiração medieval que funciona como chaminé da cozinha. Encontra-se inserida numa quinta, sendo os campos utilizados para fins agrícolas.

– Residência do Abade de Gandra

Com a implantação da República, em 1910, e com a Lei da Separação do Estado da Igreja, os bens da Paróquia de Gandra foram nacionalizados e, por consequência, o abade José Joaquim da Silva Machado perdeu o acesso à residência paroquial, passando a viver na Casa da Granja, pagando aluguer.

Em 1917, João Paulo Freire (Mário) descreve este edifício referindo que “A casa é de renda, mas é uma casa d’aspeto apalaçado, com sete janellas de frente e sacada, com entrada nobre, jardim ao centro, claustros em volta sustentando em columnatas esguias uma ampla varanda corrida. Ao fundo da casa, no ângulo da escada, uma coisa que me

afigurou uma torre de feudálicas tradições constructivas. O sr. Abbade tranquilisa-me: é apenas a chaminé da casa!”.

Durante o período em que o abade José Joaquim da Silva Machado viveu nesta casa, era frequente a visita do jovem Francisco Moreira das Neves, futuro sacerdote, monsenhor e poeta.

O arrendamento da habitação ao abade deverá ter terminado quando os bens da paróquia foram devolvidos pelo estado em 1927.

– Casa de Retiros da Granja

A 14 de março de 1927 é aberta a Casa dos Retiros da Granja, uma iniciativa de Sílvia Cardoso, e que no dia da sua abertura contou com a presença do Bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, que era natural de Parada de Todeia, Paredes.

Sílvia Cardoso, uma excelentíssima e pia senhora de Paços de Ferreira, abriu uma casa de retiros espirituais numa casa agrícola com torre no lugar da Granja, em Gandra, que era propriedade de Vitorino Coelho da Silva e de sua sogra, tendo sido cedida por estes a Sílvia Cardoso, por esmola de forma temporária. A administração desta casa ficou a cargo da própria Sílvia, que para melhor conforto procedeu a obras no edifício, que lhe terão custado 40 000



mil escudos.

De 1927 a 1930 fizeram retiro na Casa da Granja:

- 234 cavalheiros intelectuais e estudantes;
- 438 senhoras;
- 350 lavradores e operários;
- 318 lavradeiras e criadas de servir;
- 378 filhas de Maria;
- 112 crianças de 10 a 15 anos.

No total, fizeram retiro neste período 1830 pessoas. A obra desta sublime senhora foi impressionante e revigorante para a fé e espiritualidade portuguesas, em especial na Diocese do Porto.

Fizeram retiros espirituais figuras muito importantes da primeira metade do século XX, tais como o escritor Antero de Figueiredo, Dr. Queirós Ribeiro, Dr. Alfredo Cortês, Albano França, Dr. Joaquim Dinis da Fonseca, Leonardo Coimbra, entre outros.

A casa hospedava, além dos participantes em retiro, indigentes que buscavam emprego e ajuda espiritual. Enquanto permaneciam neste local, comiam e ajudavam nos trabalhos mediante as suas possibilidades e saberes.

Relativamente a Sílvia Cardoso, foi declarada "venerável" pelo Papa Francisco em 2013, abrindo, assim, o caminho para a sua beatificação.

Um ano insólito da casa foi o de 1931, uma vez que serviu de acolhimento ao Noviciado Português da Companhia de Jesus, expulsa da Galiza por causa da revolução Republicana Espanhola.

A Casa de Gandra fechou nos finais de 1938 pois os proprietários tomaram a casa a Sílvia Cardoso, tendo esta ficado banhada em lágrimas. O desânimo do encerramento desta casa de retiros logo foi superado pela caridosa senhora que prosseguiu a sua missão na Casa de Quintela,



em Penafiel.

Desde este período desconhece-se qual a utilidade da quinta, presumindo-se que se tenha tornado numa propriedade agrícola. Atualmente encontra-se em estado de abandono, pertencendo aos herdeiros de Ritinha Coelho da Silva.

– Legado para o futuro

Importantes figuras de Gandra, de Paredes e até de Portugal, como os casos dos abades José Joaquim da Silva Machado e Alberto Coelho dos Santos, Monsenhor Francisco Moreira das Neves, abade Amaro Moreira, Bispo de Cabo-Verde, D. Faustino Moreira dos Santos, Elias Moreira Neto, entre outros, não devem ser esquecidos. No seu tempo, empenharam o seu engenho, arte e vontade para melhorar o mundo onde estavam inseridos.

Gandra, enquanto cidade universitária, merece um espaço museológico digno e que possa acolher visitantes. A Casa de Retiros da Granja é o espaço ideal para acolher essa missão, até porque foi um dos locais escolhidos por Sílvia Cardoso para a sua ação religiosa e missionária.

Este edifício imponente e majestoso merece um futuro digno e condizente com a sua história. Que seja um espaço de memória para o futuro.

Bibliografia

- Ferreira, N. (2019) *Capela de São Sebastião de Vilarinho – Gandra*. Paredes: Confraria Mártir S. Sebastião de Vilarinho- Gandra (2019).
 Silva, M. (1926) *Jornal O Novo Paredense*. Notícia de 1926. Porto: Imprensa Moderna MJC (1926).
 Neves, F. (1987) *Sílvia Cardoso: O Anjo das Três Loucuras*. Braga: Editorial A.O.
 Alves, A. (2017) *As Maravilhas de Deus - Na vida e no Apostolado de Sílvia Cardoso (1882-1950)* Prior Velho: Paulinas Editora.
 Freire, J. (1917) *Terra Lusa: Impressões de Viagem - Minho e Douro de relance*. Braga: Raul Guimarães & Cta. Editores.

MARIA JOSÉ ALVES PEREIRA DA SILVA: O SILÊNCIO QUE PERMANECE

Rafael Telmo da Silva Ferreira, Professor



Há figuras cuja grandeza não se mede pelo ruído que fazem em vida, mas pela profundidade do silêncio que deixam depois de partirem. Maria José Alves Pereira da Silva, cujo centenário de nascimento se assinala em 2025, é um desses nomes que, sem estrondo mediático, sem urgências de protagonismo, construiu uma obra literária que permanece como um património afetivo e cultural para Paredes e para todos os que reconhecem na poesia um lugar de verdade.

Nascida em Luanda, em 1925, por contingências profissionais do pai – ferroviário e guarda-redes do Ferroviário de Angola –, regressou ainda bebé à terra que sempre reconheceu como sua: Castelões de Cepeda, Paredes. Esta ligação às raízes não foi mero detalhe biográfico, mas a seiva que alimentou toda a sua escrita. Apesar de ter nascido longe, era, de facto, paredense de alma e de sangue, como tantas vezes testemunham os que privaram com ela.

A sua vida literária começou cedo e desenvolveu-se com discrição. Publicou o primeiro livro, *Ilha dos Amores* (1961) e, pouco depois *Labaredas em Prece* (1964). Ambos se esgotaram, o que, por si só, diz muito da receptividade silenciosa, mas fiel dos seus leitores. Em 1992 surgiram *Estrelas do meu Céu* e *Cais do Desencanto*, reunidos numa só edição. Depois disso, muito ficou guardado, não numa gaveta esquecida, mas num espaço digital que hoje mantém viva a sua memória: o seu blog (mjaps.blogs.sapo.pt), verdadeiro acervo da sua sensibilidade poética.

O percurso desta poetisa não se fez apenas de publicações, mas de reconhecimentos que atravessaram décadas:

centenas de prémios em Jogos Florais, entre os quais três Penas de Ouro e duas de Prata, participações em antologias internacionais e distinções em concursos do Lavrado de âmbito internacional. A sua poesia ultrapassou fronteiras, embora nunca tenha procurado atravessá-las a qualquer custo.

Mas talvez o mais precioso testemunho da sua importância venha de quem a leu com olhos de dentro. Monseñor Moreira das Neves, em 1980, descreveu-a como alguém que vivia “na discreta tranquilidade de quem olha o mundo da sua janela”, acrescentando que as suas estrofes eram “feitas de sangue e sonho”. É raro um elogio tão profundo quanto certo: Maria José escrevia como quem respira – com verdade, com simplicidade, com uma entrega absoluta ao essencial.

Por isso, quando hoje olhamos para a sua vida, é difícil não sentir que o silêncio de que tanto falava – um silêncio de recato, de contemplação, de humildade – que nunca foi ausência, mas presença. Um silêncio que ensinava. Um silêncio que permanece.

A par da sua vida literária, Maria José construiu a sua história familiar com igual dedicação. Casou com Manuel Pinto Ferreira de Sousa, advogado, professor, escritor, homem de pensamento, que também celebraria em 2025 o seu centenário de nascimento. Juntos tiveram dois filhos – Renato Cláudio e Rafael Telmo, ambos professores, ambos ligados ao território e à cultura, prolongando, assim, a herança intelectual dos pais.

Falar de Maria José é, inevitavelmente, falar de uma época em que a escrita se fazia à máquina, devagar, com peso e intenção. É lembrar que o talento viveu muitas vezes fechado num escritório, entre poemas, memórias, afetos e a serenidade de quem nunca procurou aplausos. É recordar que a verdadeira grandeza literária nem sempre nasce do destaque, mas do gesto contínuo de criar – todos os dias, discretamente, fielmente.

Partiu em 2015, deixando 89 anos de vida vivida com dignidade, sensibilidade e firmeza. Deixou saudades, como é inevitável, mas, mais do que isso, porque deixou lugar para nunca ser esquecida.

No centenário do seu nascimento, celebramos não apenas a poetisa, mas a mulher cuja escrita continua a iluminar – como estrela discreta – a cultura paredense e a memória de todos os que acreditam que a poesia nasce, antes de tudo, de uma vida cuidadosamente vivida.

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO CRUCIFORME NA SERRA DO MURO

Maria Antónia Silva, Chefe de Divisão da Cultura e Turismo

Sara Garcês, Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências

O presente estudo tem como objetivo contribuir para o conhecimento e análise de um cruciforme identificado na Serra do Muro, também conhecida localmente como Serra do Monte do Muro ou Serra do Cruzeiro. Desde 1993, este espaço encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo reconhecimento do seu valor arqueológico e patrimonial, integrando já a listagem dos povoados proto-históricos do Noroeste de Portugal (Silva, 1986).

A serra distribui-se maioritariamente pela freguesia de Vandoma, estendendo-se também à de Baltar, ambas no concelho de Paredes. As evidências arqueológicas documentadas apontam para uma ocupação, desde o Calcolítico (3.º milénio a.C.), prolongando-se pela Proto-História até à Idade Média (Silva, Silva, Félix, 2021).

O ponto mais elevado da serra, no vértice geodésico de Vandoma, atinge 519 metros de altitude, constituindo o ponto mais alto do concelho de Paredes. O local oferece um domínio visual de 360°, de grande alcance, incluindo a orla marítima, revelando-se, portanto, de enorme valor estratégico (Carta Militar 1:25 000, Folhas nº 111 e 123).

A estrutura mais expressiva do sítio é o muro defensivo que circunda a serra a cerca de 300 metros de cota, com uma largura média entre 3,5 e 4 metros e um perímetro de 3.927 metros. Desde o século XX, a estação arqueológica tem sido objeto de prospeções e trabalhos em contexto de minimização de impactes. Paralelamente, os habitantes locais têm reportado descobertas ocasionais de materiais arqueológicos, resultantes de fenómenos naturais ou de atividades humanas (Silva, Bettencourt, Silva, Félix, 2021.).

Neste contexto, insere-se a identificação de um cruciforme rupestre, alvo do presente estudo.

O cruciforme foi inicialmente publicado em 2012, num blogue de Manuel José Cunha, que o redescobriu durante um passeio pela serra, com o intuito de reencontrar algo que já havia conhecido juntamente com o seu avô, então proprietário de terrenos na área. Após contacto com o autor (a quem agradecemos toda a disponibilidade em colaborar) e confirmação da localização, considerou-se pertinente a realização de um registo detalhado do motivo.

Assim, em setembro de 2012, para a documentação optou-se pela técnica de decalque em plástico de vinil com recurso a canetas de tinta permanente. Apesar de ser uma metodologia com décadas de aplicação (Fossati e Arcà, 1997; Fossati, 1997), a sua relação custo-benefício, eficácia

e simplicidade continuam a torná-la adequada para este tipo de suporte.

A gravura situa-se a 356 metros de altitude, no flanco sul da serra, voltado para a Gralheira (freguesia de Baltar), a cerca de 4,5 metros para sul do caminho de acesso ao interior da muralha (orientação E-O). O suporte é um afloramento de granito de grão grosso, cuja superfície aplanada se encontra ao nível do solo.

O cruciforme apresenta-se isolado, sem contacto direto com outros motivos gravados no mesmo afloramento, o que pode sugerir uma função própria e destacada. O estado de conservação é razoável, embora com desgaste natural, cobertura de líquenes e marcas de exploração de uma pedreira próxima. No centro registaram-se manchas de pigmentação vermelha e amarela, possivelmente relacionadas com levantamentos topográficos posteriores. A sua envolvente tem eucaliptos e mimosas, pequenos carvalhos e vegetação rasteira.

Formalmente, trata-se de uma cruz de grandes dimensões, constituída por dois traços que se cruzam ortogonalmente, cujas dimensões são praticamente iguais, pelo que impede de percebermos se respeitava alguma orientação em concreto. A esta uniformidade do tamanho dos braços é-lhe acrescido uma covinha circular em cada extremidade e uma ao centro, reforçando a expressividade simbólica do motivo.

As dimensões desta gravura rupestre são efetivamente consideráveis para este tipo de figura:

Braço sul-norte = comp. 83 cm; largura. 4,5cm e 5cm; profundidade. 3,5 cm

Braço este-oeste = comp. 86,5cm; largura. 4cm e 5cm; profundidade. 3,5cm

Covinhas: 10 cm de diâmetro e 2,5 cm de profundidade (N, S, E, O)

Covinha central: 7 cm de diâmetro e 4 cm de profundidade

As gravuras rupestres constituem testemunhos fundamentais da expressão simbólica das comunidades antigas. Entre os diferentes motivos identificados, as gravuras de cruzeiros (designadas por cruciformes) assumem particular interesse, tanto pela sua simplicidade formal como pelas múltiplas interpretações que suscitam, sendo uma presença significativa na paisagem e no património portugueses. Este fascinante fenómeno manifesta-se através

de múltiplas cronologias, contextos e significados (Fortea, 1970; Gómez-Barrera, 1993; Jacobs, 2017). Embora associado sobretudo ao Cristianismo, a sua representação é um dos sinais da presença humana, há milhares de anos antes de Cristo. Encontram-se registos de motivos cruciformes em manifestações de arte rupestre desde a Pré-História, ainda que com formas e significados diferentes ao longo do tempo. Assim, cada cruz gravada na pedra conta uma história diferente. Pode ser uma marcação territorial ancestral, um sinal de fé cristã, um marco de caminho ou um elemento de devoção popular (Fortea Perez, 1970; Gómez-Barrera, 1993; Jacobs, 2017).

Porém, à luz da maioria das práticas sociais ao longo da história, a representação da cruz tem um carácter apotropaico, com vista à proteção divina (Osório, 2018), pelo que só o ato de gravar a rocha sacraliza o lugar. Na paisagem medieval é muito comum a utilização de símbolos cruciformes rupestres, como demarcações de territórios paroquiais, coutos monásticos ou mesmo municipais, por vezes, chegando até nós através da toponímia ou referências documentais, apesar do significado ou função original ser desconhecido para a comunidade atual (Ripoll Vivancos, 2014).

Para compreender plenamente esta simbologia e a sua função é necessário analisá-la no contexto da paisagem global, entendida como a articulação entre o espaço natural e a ação humana.

Para o caso da Serra do Muro, vários contextos justificam a presença deste símbolo, que analisaremos a seguir.

Pode afirmar-se que este cruciforme constituiu, com grande probabilidade, uma forma de comunicar uma mensagem compreendida e reconhecida pelas comunidades que circulavam na serra. De acordo com Armando Coelho Ferreira da Silva, este cruciforme poderá enquadrar-se no “simbolismo da totalidade, em que os quatro pontos cardeais determinam os quatro cantos do mundo em torno de um santuário” (Silva, 2013, p. 44). Neste

contexto, Vandoma/Bandoma surgiria como o “lugar central” na organização territorial dos Callaeci pré-romanos (Silva, 1986), designadamente os Danigom a sudeste, Calaios a sudoeste, Madequisenses a noroeste e Fidueneas a nordeste. Assim, Bandoma assumiria a função de centro religioso, associado a uma divindade genericamente equiparada a Calaecia (Silva, 2011). Esta perspetiva reforça a interpretação do cruciforme da Serra do Muro como possível representação simbólica dessa distribuição de povos (Silva, 2013,).

Um paralelo interessante encontra-se no Castro da Curalha, concelho de Chaves, onde foi identificada uma gravura de tipologia semelhante, gravada num rochedo que suportava a parede de uma casa circular. Todavia, as suas dimensões são bastante menores: 11 cm no eixo Norte-Sul e 14,5 cm no eixo Este-Oeste (Magalhães, Freitas & Santos Júnior, 1977). No concelho do Sabugal, no levantamento de Marcos Osório e plasmado nos quadros sinóticos observam-se exemplares de tipologia análoga (Osório, 2024).

É, ainda, relevante considerar a existência de um castelo, inserido no território de Anégiae, até ao terceiro quartel do século XI, que terá funcionado como estrutura defensiva e de refúgio para os habitantes do couto do Mosteiro de São Pedro de Cete (Almeida, 1980; Barroca, 2004; Lima, 2008). Acresce ainda a fundação de um ermitério, posteriormente transformado no Mosteiro de Vandoma, integrado na Ordem Premonstratense (Mattoso, 2002). Estes elementos reforçam a ideia de que os símbolos cruciformes proliferaram como expressões de sacralidade cultural.

A este propósito, a Monografia de Paredes menciona a existência, na serra, de “um penedo que tem gravado uma cruz, as cinco chagas e a data de 1118” (Barreiro, 1922). Apesar de vários trabalhos de prospeção, nunca conseguimos identificar tal elemento. Contudo, já na fase final deste trabalho, Manuel José Cunha partilhou connosco uma fotografia onde se observa a representação de uma cruz acompanhada de uma inscrição, também mencionada



Assim, o cruciforme da Serra do Muro deve ser entendido no quadro de um contexto arqueológico de longa duração. Pode ter constituído, também, uma forma de cristianizar um espaço de ocupação ancestral, ou, em alternativa, associado à presença do ermitério/mosteiro no interior do recinto murado, ter sido gravado como símbolo de posse religiosa, de consagração do lugar ou mesmo de delimitação territorial durante a Alta Idade Média.

Pelas suas dimensões excepcionais, este cruciforme assume-se como um testemunho singular da apropriação simbólica da paisagem, perpetuada ao longo de épocas e culturas distintas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos A. Ferreira (1980) – Os castelos de Aguiar de Sousa e de Vandoma/Baltar. [Separata de «O Concelho de Paredes – Boletim municipal», 3]. Paredes.
- BARREIRO, José do (1922) – *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia de Laura Couto & Pinto.
- BARROCA, Mário J. (2004) – Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). *Portugalia*. Nova Série. 25. Porto, p. 181-203.
- FORTEA PÉREZ, Javier (1970-1971) Grabados Rupestres Esquemáticos en la Provincia de Jaén, *Zephyrus*, Salamanca. 21-22, p. 139-156.
- GÓMEZ-BARRERA, Juan Antonio (1993) Tradición y continuidad del arte rupestre en la Antigüedad tardía. *Antigüedad y cristianismo: Monografías históricas sobre la Antigüedad tardía*. 10, p. 433-448.
- FOSSATI A. & ARCA' A. (1997) Tracing the Past, Petroglyph reproduction for Rupestrian Archaeology, "TRACCE Online Rock Art Bulletin", 7, online here.
- FOSSATI A. (1997) Rupestrian Archaeology, "TRACCE Online Rock Art Bulletin", 6, online here.
- JACOBS, Ine (2017) Cross Graffiti as Physical Means to Christianize the Classical City: An Exploration of Their Function, Meaning, Topographical,

and Socio-Historical Contexts. In I. Garipzanov, C. Goodson e H. Maguire (eds.) - *Graphic Signs of Power and Faith in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Essays on Early Graphicality [Cursor Mundi; 27]. Brepols, p. 175-222.

LIMA, António M. C. (2008) – A importância estratégica do vale do Sousa na "Reconquista": propostas para uma nova leitura das fontes documentais e dos dados arqueológicos. *Oppidum*, nº especial. Lousada, p. 185-194.

MAGALHÃES, A., FREITAS, A. M. & SANTOS JÚNIOR, J. R. (1977) – O castro da Curalha. *Trabalho de Antropologia e Etnologia da SPAE* Vol. XXIII -Fac.I. Porto. Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa» - Faculdade de Ciências.

MATTOSO, José (2002 [1968]) – *O Monaquismo ibérico e Cluny* [Obras completas, 12]. Lisboa: Círculo de Leitores.

OSÓRIO, Marcos (2014) – Sobre as marcas cruciformes no Concelho do Sabugal. In *Judeus, Judiarias e Cristãos-novos na Beira Interior*. Guarda.

RIPOLL VIVANCOS, Pedro J. (2012) ■ Os limites do território na paisagem medieval: hitos, cruces y mojones". *Congresso Internacional Miradas Cruzadas*. Las Navas de Tolosa.

SILVA, Armando Coelho F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal; Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, Armando Coelho F. (2013) – A ocupação do espaço e a modelação da paisagem proto-histórica no norte de Portugal. *Brathair - Revista de Estudos Celtas e Germânicos*, 13 (2). São Luís [Maranhão], p. 22-51. Disponível em <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/index>.

SILVA, Maria Antónia D., BETTENCOURT, Ana M. S.; SILVA, António Manuel S.P., FÉLIX, Natália (2020) - O Castro do Muro (Vandoma/Baltar, Paredes). Notas para uma biografia de ocupação da Idade do Bronze à Idade Média. *Arqueologia em Portugal – Estado da Questão*.

SILVA, Maria Antónia D., SILVA, António Manuel S.P., FÉLIX, Natália (2021) – O Castro do Muro (Vandoma/Baltar, Paredes). Um sítio arqueológico excepcional (ainda) à espera da arqueologia. *Revista Cultural Orpheu Paredes*. Paredes: Município de Paredes. P. 48-51.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 111 [Material cartográfico], Instituto Geográfico do Exército – Escala 1:25.000. Série M888, Ed. 4 – IGE – 1998. Lisboa.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: Folha 123 [Material cartográfico], Instituto Geográfico do Exército – Escala 1:25.000. Série M888, Ed. 4 – IGE – 1999. Lisboa.

ÁGUAS DE REGADIO – LUGAR DA GRALHEIRA, BALTAR – DIREITOS DE ÁGUA

Manuel Cunha, Engenheiro

Os aforamentos, as servidões e as águas para rega são direitos antigos que advêm de práticas ancestrais e que ainda se encontram em uso.

Em Baltar, no lugar da Gralheira, o direito da água de regadio, para vários consortes, ainda existe, e com mais de 250 anos de prática, como é o caso que se passa a descrever.

Como se sabe, Baltar tem a tradição agrícola onde predominam áreas de RAN (Reserva Agrícola Nacional), e assinaladas em regime de PDM (Plano Diretor Municipal do Concelho de Paredes).

Já em 8 de janeiro de 1758, o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, fazia remeter, através dos principais

prelados e para todos os párocos do reino, os interrogatórios sobre as paróquias e povoações pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de novembro de 1755.

Uma das questões levantadas nesse questionário foi sobre a existência de linhas de água, na freguesia de Baltar e que, de acordo com o descrito nessas Memórias Paroquiais de Baltar, redigido pelo Abade Agostinho José Ferreira, teve as seguintes respostas sobre o tema em questão:

“(…) Como se chama assim o Rio, como o sítio onde nasce?

Respondo: não há Rio, mas sim hum Regato, que nasce na freguesia de Vandoma em hua lagôa, o qual rega a mayor



parte das terras desta freguesia por repartições que tem. E nesta freguesia há quinze moinhos que moem com água do dito regato no tempo do Inverno, e de Verão às prezas dao: há também hua ponte de pedra, chamada da pedra no lugar da ponte, por toda a margem deste regato se cultiva de pam, com suas arvores e vides de Vinho Verde."

Na monografia de Paredes do ano de 1922, o Dr. José do Barreiro, na sua pág. 258, menciona as águas que lá passam, descrevendo:

"(...) Nasce em Baltar, no lugar do Sargeal, um ribeiro, a que chamam ribeiro da Igreja, que atravessa a estrada nacional n.º 33 no lugar da Ponte de Pedra, passa a uns cem metros da Igreja, e vae desaguar no Sousa, ao pé da estação de Cete.

Outros dizem que esse ribeiro nasce nos montes da freguesia de Vila Cova de Carros e atravessa a freguesia de Mouriz. Assim se lê em Pinho Leal, vto. XI, pág. 706. São dois erros. Nem nasce em Vila Cova de Carros, nem atravessa Mouriz.

Há outro ribeiro, de que se fala adiante, numa nota, e que nasce no lugar de Moinhos, perto do lugar da Gralheira e vem juntar-se ao ribeiro da Igreja, pouco abaixo do lugar do Sargeal.

Há finalmente ainda um ribeirito que nasce no lugar do Sarzedo ou Ferido de Água, passa pelos lugares de Ancede, Ribeiro e Ramos e junta-se ao ribeiro da Igreja, a uns 200 metros de distância desta. É todo gasto em regas de verão.

Nesse tempo, a água de ambos estes ribeiros é toda, ou quasi toda, gasta nas régas dos campos de milho. (...)"

Na mesma obra, na pág. 266, "(...) Acrescenta que não havia rio, mas sim um regato que nasce na freguesia de Vandoma, em uma lagoa, e rega a maior parte das terras de Baltar, por meio de repartição que tem entre os lavradores, e nesta freguesia há quinze moinhos que o rio move

de inverno; e de verão as prezasdas (2);

(2) – Informa-se que esse regato nasce em Vandoma, no lugar de Moinhos, perto do lugar da Gralheira (de Baltar), que é represado em prezas e se gasta todo em regas; que não há lagoa, mas sim um charco ou paúl no lugar da nascente."

Infelizmente não se descobriu o documento original, se é que existiu, sobre os direitos/deveres destas águas que vêm do lugar de Moinhos, em Vandoma e abastece o vale da Gralheira.

Contudo, existem documentos pessoais que comprovam essa existência que mostram a sua prática, quase inexistente na atualidade, devido à falta humana no exercício da agricultura local.

Tudo o que já foi descrito, em parte é verdadeiro, com alguns erros sobre as suas origens, onde menciona a existência de presas naturais, no alto da serra do muro, no lugar de Moinhos, em Vandoma, e conhecidas como "presas de Baltar".

Segundo dizem, e na voz de D. Emilia Ferreira, de 84 anos, residente na casa adjacente à presa mais a montante, refere que existem 3 reservas de água direcionadas para Baltar, mais refere existirem outras represas para as terras de Vandoma para outros locais.

Esta 3 presas são designadas de "presa grande, média e pequena", distanciadas em cerca de dezenas de metros e que se ligam entre si, através de desníveis de cota que represam a água durante o período mais estival, no verão. A data que define o início da gestão organizacional por parte destes consortes é o dia 24 de junho (dia de S. João) e termina a dia 29 de setembro (dia de S. Miguel), data esta conhecida por todos os agricultores como ano agrícola.

No restante período, que envolve o outono, o inverno e primavera, dada a existência de mais água nesses períodos, esta flui ao longo da linha de água pelos canais existentes e por fontaneiros, direcionados para os moinhos aí existentes, atualmente abandonados, conforme referido na monografia. No intervalo de tempo que medeia entre 30 de setembro a 23 de junho, caso haja necessidade de rega, a água fica destinada a apenas 8 "casas" ou quintas mais marcantes, provavelmente pela sua área territorial mais representativa da necessidade de rega naquele vale da Gralheira.

No período de verão, as datas referidas atrás passam a servir todas as terras desse vale onde incluem também as famílias dos lugares do Sargeal e do Carvalho, cujo vale da Gralheira abrange parcelas desses proprietários, assim como de outras parcelas envolventes e de leiras até ao lugar do Sabugueiro e aí as águas se ligarão, por gravidade, à linha do ribeiro principal que passa pela Igreja, conforme documentos supracitados.

Esta água de regadio é escoada praticamente em toda a sua totalidade pelos diversos consortes (8 casais) no inverno e acrescidas de outras parcelas mais pequenas no verão, que também usufruem desse direito.

88 Essas quintas são conhecidas pelos nomes de família ou pelo local, etc..., que antigamente as distinguiam e eram conhecidas na terra e ainda pela população local, que são os casos da Quinta do Monte, da casa do Sargeal, da do Carvalho, da casa da Pereira, da Quinta de Baixo, da Carriça, do Portelo e a do Bento Portela, e das demais parcelas mais pequenas, que tinham designações como as Mouteiras, o Sabugueiro e de outras que se inseriam na grande área de regadio que envolviam o vale da Gralheira.

Os documentos apresentados foram disponibilizados graciosamente por particulares e demonstram a sua prática desde pelo menos o ano de 1860, conforme se constata num dos manuscritos registado num livro de “merceeiro” pelo Sr. José Vicente da Silva, proprietário à época de duas dessas quintas.

Esses documentos descrevem a distribuição, diária, que cada parcela agrícola tem direito à sua água.

No mesmo livro, aparece registado a nova listagem com atualizações, provavelmente proveniente de alterações, mudanças de proprietários, junções de parcelas ou trocas de parcelas que poderiam ter promovido entre si.

Nesses registos referem também que as mudanças de

águas teriam de ser alteradas à meia-noite e ao meio-dia por parte do interessado de cada consorte a que correspondia a água nesse período.

Para além dos direitos, os proprietários das 8 quintas também teriam as suas obrigações na manutenção e limpeza dos regueiros ou fontaneiros que direcionavam essas águas, desde a sua nascente (as 3 represas) até ao último canal que os servia.

Essa manutenção e limpeza eram feitas em comum e cada quinta obrigava-se a ser representada por um número proporcional de homens para esses trabalhos e correspondia sempre em dias anteriores ao 24 de junho, data de início dos direitos à água na época de verão, conforme se depreende pelas listagens desses documentos.

Bibliografia

BARREIRO, José do (1922) – *Monografia de Paredes*. Porto: Tipografia de Laura Couto & Pinto.

- *Memórias Paroquiais de Baltar*;

Informação retirada de:

- livro de “merceeiro” de José Vicente da Silva;

- cópias cedidas por António de Sousa;

TRILOGIA DO MÊS (2025) UMA PEÇA! UM DOCUMENTO! UM LIVRO!

Carlos Ferraz, Técnico de Arquivo
Natália Félix, Técnica Superior de Geologia

O Património Cultural, nas suas mais diversas formas, contribui para o fortalecimento da identidade local e muitas vezes surge como um promotor da memória coletiva e individual.

Esta memória, que contribui para a formação de uma identidade cultural, deve ser preservada de forma a permitir revisitar o passado e construir conhecimento para o futuro.

O setor de Património Cultural, Biblioteca e Arquivo da Câmara Municipal de Paredes é um fiel depositário dessa memória, através dos diversos acervos que agrega, onde constam materiais como documentos, livros e objetos.

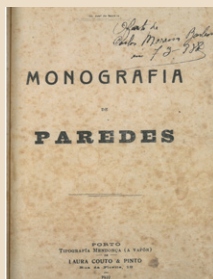
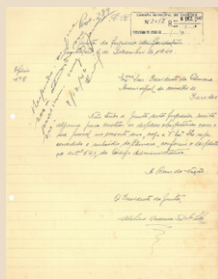
Deste modo, não há como negar a importância do Arquivo Municipal, com um acervo constituído por documentos históricos, registos oficiais, fotografias, cartas, mapas, objetos e outros materiais; da Biblioteca Municipal com livros, periódicos, fundos pessoais, obras de arte, CDs, DVDs; do Património Cultural na identificação e inventariação dos mais diversificados elementos patrimoniais. O objetivo comum destes três setores é a preservação, orga-

nização e sistematização deste legado, contribuindo para a sua disponibilização junto da sociedade.

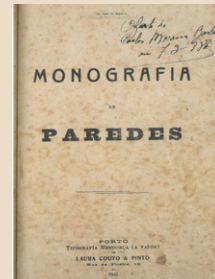
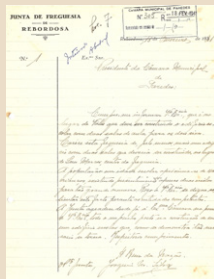
A rubrica “Trilogia do mês... Uma peça! Um documento! Um livro!”, que decorre mensalmente desde outubro de 2021, é o nosso contributo de proximidade com o público, promovendo a divulgação destes fundos/acervos e, deste modo, fortalece o enraizamento dos valores culturais da história local na comunidade.

Durante estes 5 anos vários temas foram abordados, dando a conhecer diversos objetos acompanhados de informações e explicações técnicas que descrevem a sua função e o seu significado, fazendo ainda uma breve contextualização através de documentação arquivística e bibliotecária. Durante o último ano, a Trilogia deu a conhecer um pouco das freguesias do Concelho de Paredes, sendo a freguesia de Paredes a última a ser abordada no próximo mês de fevereiro de 2026. A partir daí novos desafios virão e com eles novas Trilogias!

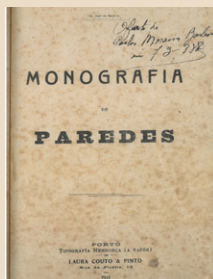
Janeiro / Gondalães



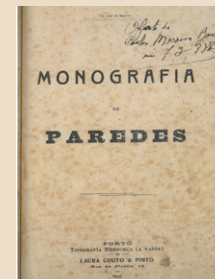
Julho / Rebordosa



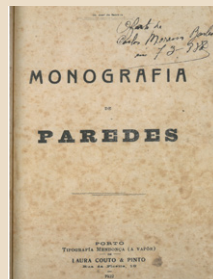
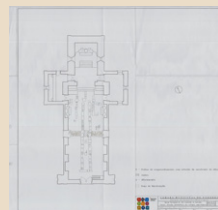
Fevereiro / Lordelo



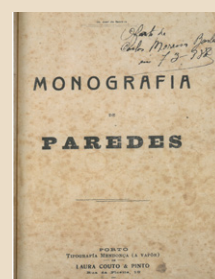
Agosto / Recarei



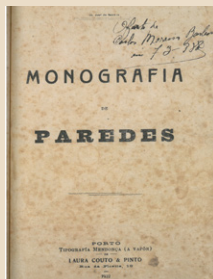
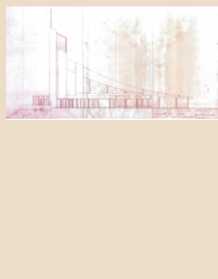
Março / Louredo



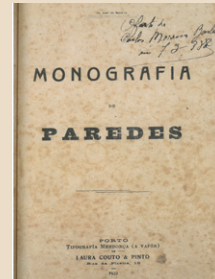
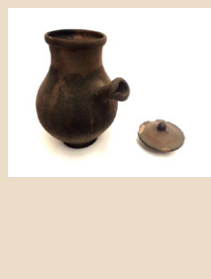
Setembro / Sobreira



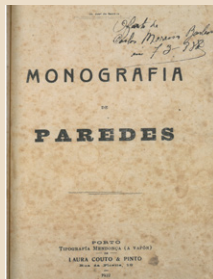
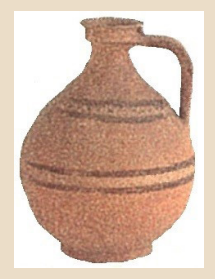
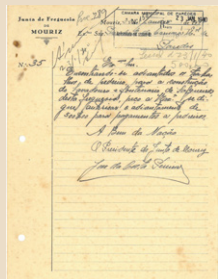
Abril / Madalena



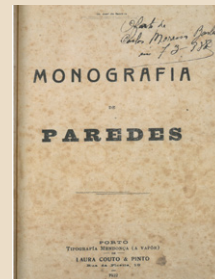
Outubro / Sobrosa



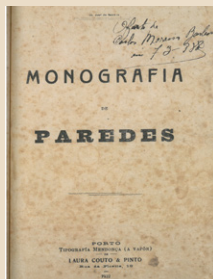
Maio / Mouriz



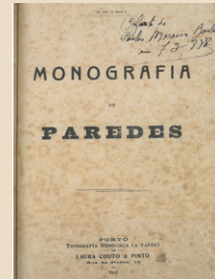
Novembro / Vandoma



Junho / Parada de Todeia



Dezembro / Vila Cova de Carros



150 ANOS DO COMBOIO A NORTE DO DOURO

LINHA DO DOURO - MOBILIDADE E TURISMO

Ana Paula Sousa, Técnica Licenciada da CP – Comboios de Portugal E.P.E.

A Linha do Douro

Em Portugal, a partir de meados do século XIX, os meios de transporte são assumidos pelos diversos sectores políticos, económicos e culturais como impulsionadores do desenvolvimento e da modernização do país.

Iniciada em 1853 a construção da rede de caminho-de-ferro, com especial enfoque na ligação de Lisboa/Porto, ligação ao porto de Lisboa e à fronteira com Espanha, inaugurou-se o primeiro troço entre Lisboa e o Carregado em outubro de 1856, que veio alterar de forma significativa a mobilidade das pessoas e trouxe novas possibilidades de viajar de forma mais rápida, segura e confortável.

A Norte do País, a construção ferroviária foi responsabilidade do Estado, através das Direções do Minho e Douro. As primeiras tentativas datam de 1857, no entanto, só em 1862, o Governo incumbe o Engenheiro Sousa Brandão de estudar a ligação da cidade do Porto à Régua.

A construção da Linha do Douro é justificada “pela abundante produção de vinhos generosos (...)” e porque é considerada “como o primeiro troço de um caminho de ferro de toda a província, e porventura de uma linha internacional destinada a ligar as províncias vizinhas de Zamora e Salamanca com a nossa barra do Porto.” (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1867)

Por indefinição quanto ao local de ligação das linhas do Minho e Douro com a do Norte (estação de serviço comum e Ponte Maria Pia), só em 1872 foi apresentado o projeto definitivo, encontrando-se as duas em Campanhã, sendo o traçado comum até Ermesinde.

A construção foi, essencialmente, tarefa do Estado, suportada no conhecimento e capacidade da engenharia portuguesa, com base nos estudos da região feitos por Sousa Brandão, o que representou a afirmação da engenharia portuguesa relativamente aos técnicos estrangeiros.

Para a *Revista de Obras Públicas e Minas* (vol.23.1890), “as obras do caminho de ferro do Douro, a sua construção geral são das que mais honra fazem à perícia e competência da engenharia portuguesa”

A 8 de julho de 1873, incia-se a construção a leste de Ermesinde, numa região acessível e sem grandes acidentes de terreno até Penafiel, chegando a essa cidade o comboio em 29 de julho de 1875 e em dezembro a Caíde. A Régua, importante entreposto comercial vinhateiro na época, passou a ser servido por via-férrea a partir de 15 de julho

de 1879 e o Pinhão a 1 de junho de 1880.

No Douro, ultrapassadas as contestações relativas à diretriz da linha, construída a ponte sobre o Tua e concluídas as negociações para a construção da ponte internacional sobre o Águeda (projeto da responsabilidade da Direção dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro e aprovado em Fevereiro e Maio de 1886 pelos Governos português e espanhol, respetivamente) era aberto à exploração, a 9 de Dezembro de 1887, o troço Pocinho - Barca d'Alva e a Ponte Internacional, ficando definitivamente concluído o caminho-de-ferro do Douro.



O Comboio e o turismo

É no século XIX que as viagens têm um desenvolvimento sem precedentes, surgindo um novo modo de viajar e novos motivos que justificam a viagem. Deixando as viagens épicas, as dos aventureiros e as das navegações do século XV, foi a aplicação da força do vapor ao transporte de pessoas e bens que, a partir de meados do século XIX, ao permitir deslocar grandes quantidades de passageiros e mercadorias, rapidamente e em segurança, afirma o comboio como o transporte do futuro, vantagem que Tomas Cook cedo aproveita para “inventar” o turismo moderno.

Se em séculos anteriores as viagens eram quase exclu-

sivas da aristocracia, no século XIX alargam-se às restantes camadas da população, que começam a viajar dentro do seu próprio país, com destino às estâncias balneares e termais ou às principais cidades e centros urbanos com interesse patrimonial.

O crescimento da rede ferroviária veio facilitar as viagens e as comunicações, contribuindo para o aparecimento das viagens por prazer, com componentes educativas ou/e de saúde, isto é, o passageiro passa a viajante e o viajante a excursionista e em turista, termo vulgarizado a partir de 1909.

Conscientes dessa possibilidade, as diferentes companhias que exploravam linhas férreas em Portugal delinearam um conjunto de ofertas comerciais que visavam o incentivo à viagem tais como: guias de viagem, tarifas especiais, como por exemplo as aplicadas durante os meses de “banhos de mar e águas termais”, organizaram-se viagens em acontecimentos particulares como é o caso das exposições, congressos, feiras, touradas e romarias, “viagens circulatorias”¹, bilhetes de ida e volta com período de validade prolongado, bilhetes para professores e alunos, etc.

É na década de oitenta do século XIX que as companhias ferroviárias começam a emitir produtos específicos a pensar nos passageiros turistas. Este período culmina com a inauguração da estação do Rossio, após a construção das linhas da Beira Alta, Beira Baixa, Oeste, Ramal de Sintra, Ramal de Cascais e a aquisição do Ramal de Coimbra à Companhia da Beira Alta. Após este período, a rede ficou praticamente configurada na sua forma mais ou menos definitiva e como chegou até aos nossos dias. De relevo após este período só as linhas do Sado e, mais recentemente, as de Leixões e Sines e a travessia do Tejo pela ponte 25 de abril.

Em 1882, com objetivo de facilitar e incentivar as viagens é lançado a *Guia Oficial de Caminhos de Ferro de Portugal*, de publicação quinzenal, com várias informações que passavam pela enumeração das estações da rede ferroviária, tarifas cobradas e várias informações publicitárias relacionadas com o turismo.

A fundação da *Sociedade Propaganda de Portugal*, da qual eram sócios vários engenheiros ligados ao setor ferroviário, com destaque para Leonildo de Mendonça e Costa, fundador da *Gazeta dos Caminhos de Ferro* (março de 1888) e autor do *Manual do Viajante em Portugal*, desempenhou um papel fundamental na promoção da indústria turística.

A partir de 1894, a maior empresa de caminhos de ferro em Portugal, a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses/CP passa a emitir os “Bilhetes de Família”, que permitem preços acessíveis para todo o agregado familiar e em 1906 surgem os bilhetes quilométricos, em que o passageiro apenas paga os km percorridos.

A CP coadjuvada pela *Sociedade de Propaganda de Portugal* e, a partir de 1911, pela *Repartição Nacional de Turismo*, passa a acompanhar a estratégia nacional de incentivo às viagens turísticas através do lançamento de tarifas reduzidas, viagens de grupo em períodos de festas e touradas, entre outros.

No início da I Guerra Mundial, os caminhos-de-ferro portugueses tinham percorrido um longo percurso desde a inauguração, em 1856, que em muito contribuiu para as alterações radicais ocorridas no País (Gomes 2006). Com o deflagrar do conflito, surgem os aumentos de preços, em especial do carvão, com reflexos profundos na exploração ferroviária e nas composições em circulação. Como forma de responder à escassez e aumento do preço do carvão, as companhias ferroviárias passam a utilizar lenha nas fochas das locomotivas, com os consequentes problemas na manutenção das máquinas e nas condições de exploração dos comboios, reduzindo a oferta, com a diminuição do número de comboios, em especial de passageiros. Neste período os produtos vocacionados para as viagens turísticas sofrem também uma retração.

O embelezamento das estações

Além das tarifas e serviços especiais, a pensar nas viagens de cariz turístico, na companhia ferroviária, com particular incidência na CP, assiste-se à preocupação de tornar as estações mais aprazíveis para o viajante, essencialmente ao nível do asseio, da eficiência dos serviços e da simpatia dos empregados.

As estações desempenham um papel fundamental no contacto entre os passageiros/turistas e os locais a visitar, pois estas eram o primeiro contato que os turistas tinham com o destino da sua viagem. Conscientes desse papel,



¹ Viagens com diferentes itinerários

92 promoveu-se o embelezamento destes espaços, através do revestimento dos seus edifícios com painéis de azulejos e do ajardinamento dos espaços circundantes. Estes começaram por responder não às questões relacionadas com o turismo, mas a problemas de higiene e conservação. É que as paredes com revestimento azulejar exigiam menos trabalhos de manutenção e os jardins serviram para “esconder” do olhares do público as casas de banho designadas por “retretes”.

Dentro desse espírito, surge o concurso das Estações Floridas, instituído em 1941, através do SPN – Secretariado da Propaganda Nacional –, premiando as estações que apresentassem um maior cuidado com o seu ajardinamento que passaram a ostentar uma placa cerâmica colocada na fachada do edifício de passageiros, virada ao jardim, desenhada pelo artista plástico Carlos Botelho (1899-1982) e produzida na fábrica de cerâmica Viúva Lamego.

O Boletim da CP e a divulgação turística

O *Boletim da CP – Órgão da Instrução Profissional e Pessoal da Companhia*, publicado em 1929, é um dos primeiros exemplares de comunicação empresarial distribuído a todos os ferroviários que rapidamente ampliou os seus artigos com temas diretamente relacionados com o turismo nacional e além-fronteiras, com títulos como, por exemplo, “Conheça a sua terra Natal”, “Lá por fora”, “À descoberta da terra pelos Caminhos de ferro”, “Excursões ferroviárias aos estrangeiros”, “Em viagem”, “O dia do Turista 20 abril”.

Os difíceis anos 30 e a promoção do turismo

Nos anos trinta do século XIX, além das consequências da crise económica, o caminho de ferro começa a sentir o embate da concorrência da estrada e dificuldades que advêm da falta de soluções de interface com a via larga. No entanto, são lançados dois novos produtos que pretendiam dinamizar a vertente turística do caminho-de-ferro, surgindo os “comboios mistério” e os “expressos populares”. A dinamização foi da responsabilidade de António Montês, na sua qualidade de Chefe de Turismo e Publicidade dos Caminhos de Ferro Portugueses, tendo popularizado o lema “O Comboio Descobriu a Paisagem”, o que significou a expansão do Turismo em Portugal através do Transporte Ferroviário.

Além de pioneiro, o setor ferroviário vem contribuindo com criatividade para o desenvolvimento do turismo nacional. O contínuo dinamismo manifesta-se nos variados produtos já mencionados, bem como nos “comboios especiais”, na “Campanha das Amendoeirinhas em Flor” – o mais antigo programa turístico da CP ainda em vigor – e atualmente nos “Comboios Históricos”, com tração a vapor na via larga, e com tração a diesel na via estreita, além do “Comboio Presidencial”.

Conclusão

A construção da linha do Douro permitiu a afirmação da engenharia nacional e o conhecimento de uma região com grande produtividade agrícola, mas que até então permanecia quase desconhecida da maioria dos portugueses.

O Comboio veio não só facilitar a mobilidade de pessoas e mercadorias como permitiu também o reordenamento territorial, promovendo uma nova área como foi o turismo.

Bibliografia

- Alegria, Maria Fernanda.1990. *A Organização dos transportes em Portugal (1850-1910): As vias e o tráfego*. Centro de Estudos Geográficos.
- Baptista, Paulo Artur Ribeiro.1994. “*A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de Oitocentos*”. Tese de mestrado em História de Arte. Lisboa. FCSH – Universidade Nova.
- Branco, Rui Miguel.2003. *O Mapa de Portugal: Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa. Livros Horizonte.
- Castro, Francisco de Almeida. 1965. “O Caminho de Ferro e o Douro Navegável: Opção ou Integração?” *I Colóquio Nacional de Transportes*. Lisboa. pp.85/93.
- Ferreira, Tiago, 1999. *O caminho de ferro na região do Douro e o turismo*. CP, Lisboa.
- Macedo, Marta, 2012. *Projetar e construir a Nação. Engenheiros, ciência e território em Portugal no século XIX*. ICS.
- Matos, Ana Cardoso de, Maria Luísa Santos e Maria Paula Diogo.2004. “Obra, engenho e arte nas raízes da engenharia em Portugal” in: *Momentos da Inovação e Engenharia em Portugal no séc. XX*, coords. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Maria Fernando Rollo, vol.2. Lisboa: Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e políticas de desenvolvimento do IST. Dom Quixote.
- Matos, Ana Cardoso de, 2009. “Asserting the Portuguese civil engineering identity: the role played by the École des Ponts et Chaussées”, in Matos, Ana Cardoso de; Diogo, Maria Paula; Gouzévitch, Irina; Grelon, André (eds.), *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*, Colibri, Lisboa, pp. 177-208.
- Mónica, Maria Filomena.1996. *A Europa e Nós: Uma polémica de 1853: A. Herculano Contra A. P. Lopes de Mendonça*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Pedro Guilherme dos S. Dinis, (coord.) *Compilação de diversos documentos relativos à Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses*. Cor. Vols I a IV. Lisboa.
- PEREIRA, Hugo Silveira 2008 – *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)*. Porto: FLUP. Tese de mestrado.
- PIMENTEL, Frederico Augusto. 1892 – *Apontamentos para a história dos caminhos de ferro portugueses*. Lisboa: Tipografia Universal.
- Pinheiro, Magda.1988. “A construção dos caminhos de ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90)” *Análise Social*, vol.24, nº 101-102.
- Viera, Boaventura José.1880. *A questão do caminho de ferro do Douro*. Porto. Tipografia central.

Arquivos

IMT – AH DGCF – Caminhos de Ferro do Estado - construção
Arquivo CP

Publicações periódicas

Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria
Gazeta dos caminhos de Ferro
Boletim da CP

INTERVENÇÃO NO AUDITÓRIO DO CENTRO SOCIAL DE CÊTE, NO ÂMBITO DOS 150 ANOS DO COMBOIO A NORTE DO DOURO

José Ribeiro da Silva, Autor e Ferroviário

Boa tarde! Quero agradecer ao Município de Paredes, na pessoa da Vereadora da Cultura, Dra. Beatriz Meireles e ao Dr. Vasco Santos da Biblioteca Municipal o convite para estar presente neste Auditório para falar da chegada do caminho-de-ferro a este concelho, nas comemorações dos 150 anos.

Particularmente não podia declinar o convite de um concelho que me acolheu durante onze anos e no qual fui feliz. Foi nesse período que editei dois volumes dos Comboios em Portugal do Vapor à Electricidade e os cinco volumes de Os Comboios em Portugal, uma colecção embelezada com fotografias do meu amigo Manuel Ribeiro, um trabalho do qual me orgulho.

O caminho-de-ferro fez parte da minha vida desde que nasci, pois o meu pai já cá trabalhava e alguns anos depois aconteceu o mesmo comigo, quando em 1973 fui para aprendiz nas oficinas de Campanhã, dois anos depois era torneiro mecânico e, em 1982, resolvi seguir a carreira de revisor. Fui então trabalhar para Sernada do Vouga, nas magníficas linhas do Vouga, Dão e ramal de Aveiro cujas vias-férreas e paisagens me levaram ao interesse pela história do caminho-de-ferro, até que em 1986 fui para Campanhã, depósito que me permitiu trabalhar em muitas das mais belas vias-férreas do país. Reforçando o meu interesse por este tema já ao longo dos anos, isso permitiu-me ver o que de bom e mau foi acontecendo na ferrovia. Destaco, pela positiva, a renovação do material circulante, carruagens e locomotivas eléctricas, novas infra-estruturas, duplicação e electrificação de algumas linhas como esta do Douro; já pela negativa estão os encerramentos das vias estreitas do Douro, a de Guimarães a Fafe, a de Sernada a Viseu e Santa Comba Dão e as vias largas de Valença a Monção, do Pocinho à Barca D'Alva, as linhas da margem Sul, Alentejo e o abandono dos imensos imóveis destas linhas e de algum material circulante.

No final de 2014, deixei

o caminho-de-ferro, mas não os livros, pois em Outubro de 2024 editei o sétimo e último livro, foram 14, e todos eles me deixaram muito feliz, proporcionando-me momentos inesquecíveis. Porém, quero realçar que essa realidade não faz de mim um historiador do caminho-de-ferro ou um escritor, mas sim um curioso humilde, sem qualquer formação académica, com uma enorme força de vontade, persistência e alguma sorte para conseguir realizar este sonho. De salientar que não sou o único, contrariando um pouco o que dizem dos ferroviários, porque especialmente no século passado foram editados muitos e bons livros, edições de autor de ferroviários das mais variadas categorias profissionais e alguns dos quais de temas específicos da sua categoria, outros de poesia, sobre certas regiões, de memórias e de episódios ferroviários.

Já sobre o tema que nos traz aqui, da chegada do comboio a esta região, direi que tudo começou pela necessidade de ligar a região do Douro ao Porto, porque estava a ser uma importante fonte de riqueza para o país com a produção de vinho do Porto. Como o seu aumento era cada vez maior, obrigava a melhorar o respetivo transporte, quer em termos económicos, como em segurança e rapidez, nomeadamente entre a Régua e o Porto. O leito fluvial do rio Douro era a principal via para o escoamento dos produtos da região do Alto Douro e Trás-os-Montes, numa altura em que as estradas existentes já não respondiam às exigên-



Propriedade do Arquivo Municipal de Paredes
Postais comemorativos dos 150 anos da Linha Férrea do Douro em Paredes

Respondendo às solicitações dos empresários da zona, o Governo, em 1862 incumbiu Sousa Brandão de fazer o reconhecimento da região e proceder aos primeiros estudos do terreno entre o Porto e a Régua, com vista à construção do tão desejado caminho-de-ferro e em 1864, foi apresentado o trabalho onde já estava incluído o anteprojecto do prolongamento da linha da Régua até Barca d'Alva, com a ligação a Fuentes d'Oñoro e Salamanca, em Espanha. A escolha deste traçado ferroviário junto ao rio Douro foi uma opção tecnicamente mais fácil, menos dispendiosa, mas cheia de dificuldades e criava um grande problema, porque impedia a passagem do caminho-de-ferro pelas principais vilas e cidades da região. As populações que se implantaram nos pontos mais altos e se foram desenvolvendo ao longo dos séculos, quer por motivos de segurança, mas também pela existência de maiores áreas de cultivo. Para colmatar esse problema, mais tarde foram construídas vias estreitas ligadas a esta linha do Douro. Depois de concluídos os estudos para o traçado, em Julho de 1867 o Governo decidiu-se pela construção das duas linhas, a do Minho e a do Douro. Porém, a indefinição quanto ao local onde haveria ser construída a ponte de Dona Maria Pia e a estação de Campanhã retardaram o começo da construção do traçado, que acabou por ser comum às duas linhas entre o Porto e Ermesinde, tendo só lugar em Julho de 1872.

Ermesinde foi o local escolhido para se iniciar a linha do Douro cuja construção começou no dia 8 de Julho de 1873. Dois anos depois, é inaugurado o 1º troço de via-férrea desta linha, que aconteceu ao início da tarde do dia 29 de Julho de 1875, quando o comboio rebocado pela máquina a vapor nº 21, a Douro, partiu pelas 12 horas e 10 minutos de Ermesinde com uma composição composta por seis carruagens de 2ª classe, um vagão de mercadorias, seis carruagens de 1ª classe e duas carruagens de salão. Este 1º troço de via-férrea única entre Ermesinde e Penafiel tem 30,311 km de extensão, a bitola é de 1,688 metros e nela foram construídas as seguintes obras de arte: viaduto de Cabeda com 127 m e as pontes de Cabeda com 28 m, do rio Ferreira com 30 m e do rio Sousa com 39 m; já as paragens são as seguintes: Ermesinde, Cabeda, Suzão, Valongo, São Martinho do Campo, Terronhas, Trancoso (criada no início do século), Recarei-Sobreira, Parada, Cete, Irivo, Oleiros, Paredes, Santiago (desactivado no início do século) e Penafiel.

Nos dois primeiros troços, esteve envolvida a Direcção dos Caminhos-de-Ferro do Douro – CFD, mas o Estado, perante um panorama pouco animador em relação ao andamento dos trabalhos das duas linhas, decidiu em 1877 fundir as duas direcções numa única, vindo a chamar-se Direcção dos Caminhos-de-Ferro do Minho e Douro – MD, passando esta, embora sob jurisdição do Estado, a ser a responsável pela realização dos restantes trabalhos. Em 14 de Julho de 1899, foi criado o Caminho-de-Ferro do Estado e, a partir desta data, a referida direcção passou a designar-se Cami-

nho-de-Ferro do Estado / Direcção dos Caminhos-de-Ferro do Minho e Douro – CFE / MD.

No século seguinte, o Governo, no dia 9 de Março de 1927, por despacho ministerial decidiu arrendar as suas linhas e entre elas estavam as do Caminho-de-Ferro do Estado / Direcção dos Caminhos-de-Ferro do Minho e Douro – CFE / MD, à Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses – CP. Esta empresa tomou posse no dia 11 de Maio, mas duas décadas depois o Governo de forma a conseguir uma maior eficiência económica nos transportes ferroviários estabeleceu um plano de substituição de todas as concessões de vias-férreas, larga e estreita, por uma concessão única ao decidir que, a partir do dia 1 de Janeiro de 1947, todas as vias-férreas portuguesas (excepto a linha de Cascais) seriam integradas definitivamente na CP, tendo sido assinado esse contrato da concessão em 15 de Janeiro de 1951.

Até ao final do século, os melhoramentos na via-férrea foram sendo pontuais e, por isso, particularmente neste concelho há a lamentar, entre outros de menor dimensão, dois graves acidentes que jamais serão esquecidos. O primeiro deu-se na manhã de segunda-feira do dia 26 de Abril de 1984, quando pelas 7 horas e 30 minutos um comboio proveniente da Régua com destino ao Porto chocou com um autocarro de passageiros numa passagem de nível com guarda, situada entre a estação de Recarei-Sobreira e o apeadeiro de Terronhas. Este grave acidente causou avultados danos materiais e a morte a 18 pessoas, ferimentos em 32, todas elas do concelho. Já o segundo aconteceu no dia 29 de Fevereiro de 1993, quando, pelas 17 horas, o comboio procedente de Porto – São Bento com destino à Régua chocou contra uma carrinha mista de passageiros ao km 31,8, numa passagem de nível sinalizada junto do apeadeiro de Irivo, local situado entre as estações de Cete e Paredes. Neste acidente morreram 6 dos 10 ocupantes da carrinha.

Como a linha estava já um pouco degradada pela falta de investimento no início da última década do século passado, este troço e mais tarde os restantes até Marco de Canaveses são contemplados com profundas obras de beneficiação das estruturas, dos edifícios das estações e apeadeiros, duplicação e electrificação da linha que começaram entre Ermesinde e Valongo, sendo os melhoramentos inaugurados a 15 de Setembro de 1995. Em 26 de Setembro de 1999 aconteceu o mesmo ao troço seguinte entre Valongo e Cete e, já no início deste século, em Setembro de 2002, foi entre Cete e Penafiel. Estes melhoramentos tiveram seguimento até Marco de Canaveses que, com a electrificação, tiveram novas composições eléctricas, as UME 3400, que passaram a desempenhar um bom serviço de transporte para quem dele necessitava.

Antes de terminar, não posso deixar de dizer o seguinte: o caminho-de-ferro foi, é e sempre será o parente pobre da nossa sociedade, muito embora se afirme que ele é o futuro, pois é um futuro que todos nós adiamos a cada dia que passa...

TURISMO FERROVIÁRIO NA LINHA DOURO - DE UM PASSADO RECENTE A UM PROMISSOR FUTURO*

Rui Damasceno Rato, Membro da Associação Portuguesa dos Amigos do Caminho de Ferro (APAC)
Investigador/Colaborador do CEGOT/UC

1. “Serviços Especiais e Combinados” na linha do Douro – o despontar de um turismo ferroviário

À semelhança de outras companhias ferroviárias europeias, também no nosso país e desde finais do século XIX e em todo o século XX, as empresas portuguesas concessionárias de linhas férreas procuraram ter, no comboio, um contributo para o desenvolvimento do turismo. Para o incrementarem apresentaram preços e tarifas “populares”, como os “bilhetes de banhos” para termas e praias portuguesas ou para “excursões” a locais e festividades “turistificando”, deste modo, o transporte ferroviário, tornando-o acessível, cómodo e seguro para o lazer de um maior número de utilizadores que, entre outros trajetos, viajariam pelas linhas férreas do Minho e Douro (Ferreira & Simões, 2010; Carmona, 2012) (Fig.1) ¹.



Fig.1 – Linhas Férreas de Portugal (1929) – excerto do mapa diagrama, sem escala (Calado & Salinas, 2001-adapt.).

* O presente artigo retoma a comunicação que, sob o mesmo título, foi apresentada no Seminário “150 anos da linha férrea do Douro em Paredes” e que, por iniciativa deste Município, decorreu no Centro Social de Cête a 12 de julho de 2025.

Ao perspetivar-se, de modo sucinto, as diferentes manifestações de turismo ferroviário ocorridas e a decorrer na Linha do Douro, procurou-se registar alguns acontecimentos que tiveram, e têm, como destino lugares e festividades em localidades servidas por aquela linha ferroviária.

¹ Matos, Ribeiro e Bernardo (2019) indicavam ser dos finais do século XIX e princípios do XX a criação de “bilhetes de excursão” (passageiro escolhia o itinerário) e “bilhetes quilométricos” (utente pagava quilómetros percorridos) que, no seu conjunto, proporcionavam viagens de pendor turístico para todo o país e, naturalmente, para a linha do Minho e Douro. Hugo Pereira (2010) aludiu ao movimento turístico verificado no país, no último quartel do séc.XIX, com a criação dos “comboios de recreio”, “viagens circulatorias” “bilhetes quilométricos” e “viagens de excursão” para diferentes localidades aprazíveis, como Sintra, Guimarães, Cascais, Nazaré e algumas estâncias termas e balneares servidas pelas linhas do Norte, Oeste, Sintra, Cascais, Minho e Douro (p.32-34).O mesmo investigador realçou o reforço do turismo ferroviário divulgado por guias turísticos com referência a tarifas especiais e destinos de praias e termas. Pereira (2010) e Matos, Ribeiro e Bernardo (2019) referiram que o embelezamento, asseio, eficiência e simpatia dos funcionários das/nas estações ferroviárias

Os cartazes e horários de “Serviços Combinados”, datados de finais do século XIX, comprovam que o ir a “Banhos ou a Águas Termais” foram das primeiras propostas da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses para toda a rede ferroviária, abrangendo algumas estâncias da linha do Douro ² a que se seguiriam “comboios especiais” para festas, feiras e romarias realizadas na região duriense (Carmona, 2012) (Fig.2 e 3) ³.

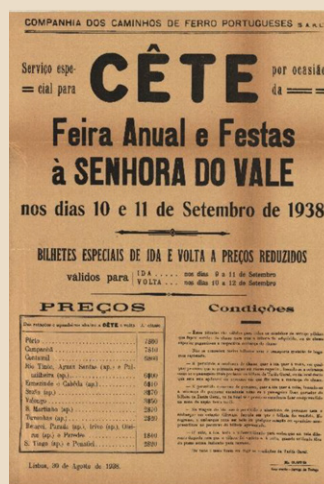


Fig.2- Feira Anual e Festas à Senhora do Vale (Cête-1938).
Fonte: AHCP

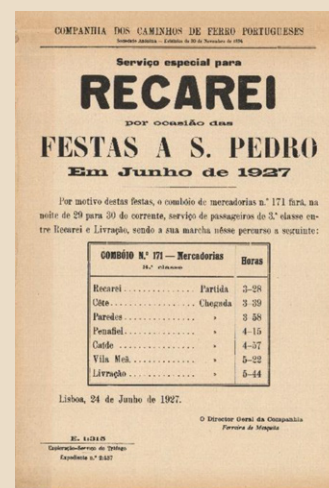


Fig.3 – “Serviço Especial” - Festas de São Pedro (Recarei-1927).
Fonte: AHCP

No século passado, a Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses apostou, igualmente, para a linha do Douro, numa política de tarifas, campanhas publicitárias, viagens

portuguesas [de fronteira ou de significativo tráfego de passageiros, principalmente em algumas cidades] foram outras das preocupações para o “convite” a viagens ferroviárias com intuíto turísticos.

A um outro nível, Elói Ribeiro (2006) asseverou ter sido a Gazeta dos Caminhos de Ferro (1888-1971) um dos principais periódicos que, em Portugal, foi informando dos “(...) novos lugares de vilegiatura, de que forma se deve empregar o tempo e o que é desejável e realizável” (p.16).

² Podem enquadrar-se em viagens de lazer e turismo os “Serviços Especiais” divulgados nos Horários/Cartazes pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, entre 1900 e 1910, para o “Serviço de Banhos e Águas Thermaes”, com “viagens de ida e volta a preços reduzidos” para as Caldas de Aregos na linha do Douro, com serviços combinados para a linha do Corgo que servia as termas de Pedras Salgadas e Vidago.

³ Entre 1927 e 1973, há registos de “Comboios Especiais” na linha do Douro, organizados pela Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses para Festas, Feiras e Romarias em Valongo, Ermesinde, Livração, Penafiel, Recarei, Cête, Meinedo, Régua, Caíde e Juncal.

96 promocionais ou de “mistério” ⁴ que acabariam, no seu conjunto, por incentivar a utilização do comboio para visita a locais de interesse patrimonial e turístico (Sousa, 1936; Ferreira, 1999; Ribeiro, 2006; Matos, Ribeiro & Bernardo, 2009; Ribeiro, 2015; Sousa, 2016; Pinto e Gândara, 2020) ⁵.

Os “Expressos Populares”, iniciados na década de 1930 pela Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses para todo o país, encontraram na região duriense um destino com cariz turístico. Em muitas destas circulações houve paragens em apeadeiros de quintas vinícolas e em determinadas estações, como no Pinhão, para visita aos figurativos painéis azulejares (Fig.4) ⁶.



Fig.4 – “Expressos Populares” na linha do Douro (1936).
Fonte: AHCP

Para além dos “Expressos Populares” e até finais dos anos de 1970, continuaram os “Serviços Combinados” e “Serviços Especiais” organizados pela Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses para eventos em muitas localidades servidas pela linha do Douro e seus ramais, realçando os preços reduzidos de ida e volta como marketing, futuro turismo ferroviário.

Não obstante este contexto, a Companhia Portuguesa de Caminhos Ferroviários continuaria a manter na linha do Douro, desde 1953, mas com interrupções, as viagens às “Amendoeiras em Flor”, tal como hoje, a chamada “Rota das Amendoeiras”, mas já em parceria com autarquias e agentes locais (Fig.5).



Fig.5 – Linha do Douro – 1968 - “Amendoeiras em Flor”, em automotora especial e em 2025 a “Rota das Amendoeiras” com locomotiva Série 1400 e carruagens Schindler.
Fonte: AHCP e www.cp.pt

2. Produtos turísticos ferroviários na linha do Douro – afirmação de um conceito

Pode bem dizer-se que é no decurso de 1970 que se apresentam na linha do Douro e em alguns dos seus ramais de via estreita os primeiros registos, embora casuísticos, de circulações ferroviárias com fins turísticos. Recorrendo a locomotivas a vapor e a carruagens “históricas”, organizaram-se algumas composições que evidenciaram interesse junto de entidades públicas e privadas, mostrando o potencial turístico do material circulante e dos territórios atravessados. Igual interesse determinou que um conjunto de aficionados ingleses do caminho de ferro, principalmente da tração a vapor, já praticamente inexistente na Europa, os levasse à realização anual de passeios turísticos, pela linha do Douro e Tâmega, em comboios portugueses nostálgicos, já retirados do tráfego comercial ⁷.

Mas será em finais de 1990 que se inicia a oferta estruturada de várias composições ferroviárias com finalidades essencialmente turísticas.

Na verdade, um conjunto de políticas europeias apelando a medidas de desenvolvimento económico regional e o crescente interesse de stakeholders locais e regionais levou ao estabelecimento de parcerias e programas de incremento turístico na região duriense, sendo o Comboio Turístico e Histórico do Douro o “ex-libris” do produto

⁴ No I Congresso Nacional do Turismo (1936) foram apresentadas diversas teses a alertar para a importância do caminho de ferro para o incremento do turismo em Portugal e além-fronteiras (Sousa, 1936). Neste contexto, os “Comboios Mistério” (destino apenas conhecido no início do percurso) e mais tarde os “Expressos Populares” constituíram “(...) formas de divulgação e utilização deste meio de transporte e um contributo para transformar o turismo interno numa indústria com cada vez maior expressão nos hábitos e na economia nacionais.” (Ribeiro, 2015:1).

⁵ Tiago Ferreira (1999) recordou terem sido realizados pelo Douro, já em meados do século passado, circuitos turísticos, combinando meios de transporte (barco, comboio e autocarro) da responsabilidade de operadores marítimo-turísticos e ferroviários, envolvendo autarquias, associações recreativas e produtores vinícolas do Porto e Douro.

⁶ O levantamento do património azulejar ferroviário português de Calado e Salinas (2001) apresentou tipologias dos painéis decorativos e de padrão de inúmeras estações e, para a linha do Douro, alertou para o significado de que se revestiam para efeitos turísticos. A exposição e catálogo “Da fotografia ao azulejo” comissariados por J.L.Mingote Calderón (2016) realçaram a importância, para o turismo ferroviário, dos azulejos das estações da linha do Douro. Em 2018, Carlos Pinto, em artigo da “TrainSpotter” aludia aos aspetos

azulejares de várias estações da linha do Douro e, nos casos dos painéis figurativos, considerava-os “Verdadeiros bilhetes-postais de toda uma região (...) ponto de partida para uma visita (...)” (p.68). Sofia Lage, em 2020, defendia serem os azulejos ferroviários do Pinhão “(...) verdadeiros bilhetes postais (...) cartões de visita parietais (...)” (p.200-201) constituindo interesse para todos os visitantes e turistas durienses.

Artigo de Tiago Loureço (2025) relembra que os painéis azulejares ferroviários “(...) procuravam captar a atenção de locais e forasteiros, numa mostra simultaneamente etnográfica e de promoção turística” (p.139).

⁷ Intitulado “PTG-Portuguese Traction Group” estes aficionados ingleses da tração a vapor e material ferroviário nostálgico efetuaram diferentes passeios pelas linhas ferroviárias portuguesas.

ferroviário. Numa altura em que a tração a vapor já havia sido abandonada no serviço comercial pela maioria dos países europeus, a recuperação de locomotivas a vapor e de carruagens nostálgicas dos anos 1930-1940 foram a proposta apresentada pela CP-Comboios de Portugal constituindo, e pela primeira vez, um “(...) produto de qualidade com impacto positivo na imagem da empresa, na visibilidade da região e na contribuição do Douro para o desenvolvimento turístico nacional e internacional do país (...)” (Sousa, 2016:222). É neste quadro empresarial que o conceito de turismo ferroviário ganha um novo e aceite produto, passando a ser procurado por um crescente número de viajantes.

Reforçando a oferta de “viagens turísticas”, a CP-Comboios de Portugal com parcerias várias reedita, em 2009, e nos meses de Verão para a linha do Douro, a “Rota das Amendoeiras em Flor” a que se seguirá, em 2016, o comboio “Festas das Vindimas do Douro”, embora com diferente material circulante (Mêda, 2022:166-167).

Mas foi, de facto, o “Comboio Histórico do Douro” o produto que, iniciado em 1998, passaria a concitar a maior atenção de turistas, viajantes e operadores turísticos. Com periodicidade anual, mas sazonal (junho a outubro), as circulações deste comboio turístico continuar-se-iam a fazer com locomotiva a vapor ou a diesel (datada de 1924 - CP 1086 ou 1087) e locomotivas a diesel-elétrica (CP Série 1400 ou 1500), que tracionariam carruagens históricas de fabrico belga e português (de 1908 a 1934) recuperadas nas oficinas da CP- Comboios de Portugal (Silva, 2008:72)⁸.

Ainda em 2004, com parceria da CP-Comboios de Portugal, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Instituto do Vinho do Porto e produtores vinícolas locais, organizaram-se excursões em recuperadas carruagens suíças Schindler (construídas entre 1948-1950) que, com novas cores e decorações, procuravam divulgar a região duriense, suas paisagens, gastronomia e vinhos. Estas viagens de comboio e as experiências propostas pelo “Comboio Turístico do Douro” auguravam um nicho de mercado que viria a sustentar, como se veria, futuros produtos de turismo ferroviário (Fig.6).



Fig.6 – Folheto promocional do Comboio Turístico “Douro Ferroviário/Douro Railways” (2004).
Fonte: Mêda, 2019:31

⁸ São escassas as estatísticas da bilhética turística das circulações turísticas no país e na linha do Douro, em particular. Todavia, a recente investigação de Diogo Pinto et al (2025) refere que no ano de 2023 o Comboio Histórico do Douro apresentou um serviço “(...) rentável, com um valor positivo superior a 180 mil euros e uma média de ocupação de 90%.” (p.143).

No verão de 2017, um outro conjunto de recuperadas carruagens Schindler possibilitaram lançar um novo produto ferroviário com características turísticas, o “Mira-Douro” um “(...) serviço especial de reforço da oferta da linha do Douro entre Porto-S.Bento e o Tua.” (Mêda, 2019:34)⁹. Na atualidade, esta mesma composição, sem a designação e função turística inicial, continua a incorporar carruagens Schindler e Sorefame, integrando o serviço comercial Porto-S.Bento/Pocinho/S.Bento. Dadas as características do material circulante, é de assinalável procura de turistas e visitantes dos destinos durienses¹⁰.

A “Rota das Amendoeiras”, na sua atual versão, é um produto ferroviário da linha do Douro (entre fevereiro e março), da responsabilidade conjunta da CP-Comboios de Portugal e da autarquia de Vila Nova de Foz Côa. Estas circulações ferroviárias entre Porto/Campanhã-Pocinho e volta têm serviço combinado em transporte rodoviário, para visita a Castelo Melhor e ao Museu do Côa, proporcionando programas com degustação de produtos locais e participação em eventos festivos¹¹.

O comboio “Festa das Vindimas”, organizado no mês de setembro destes últimos anos, alia a experiência da viagem à oportunidade de participar no processo produtivo do vinho na região do Douro. Entre o Porto Campanhã/Pinhão e Régua/Porto Campanhã, a composição com carruagens Corail de 1ª e 2ª classes puxadas por locomotiva diesel elétrica Série 1400 proporciona a todos os viajantes/turistas visita a quintas durienses com participação nas tarefas da vindima e lagares com posterior degustação enogastronómica de produtos endógenos¹².

Poderão, igualmente, ser consideradas com características de lazer e turismo as composições organizadas por ocasião de Festas, Feiras, Romarias ou Eventos diversos, em localidades da linha do Douro como, a título de exemplo, acontece com “A Festa do Caldo” em Quintadona. Circunscritos à data da sua realização, estas circulações em comboios

⁹ Em folheto de 2022, a CP-Comboios de Portugal promovia o comboio MiraDouro como sendo uma “Outra forma de navegar no Douro”, em “confortáveis carruagens Schindler, de amplas janelas panorâmicas, a abrir durante o trajeto e puxadas por icónica locomotiva da série 1400”.

¹⁰ O site atual da CP-Comboios de Portugal considera o MiraDouro um comboio com “(...) carruagens suíças Schindler Wagons SA (de 1940) e portuguesas SOREFAME (de 1970) que permitem transportar bicicletas e observar a paisagem classificada pela UNESCO como Património Mundial.” (<https://www.cp.pt/info/pt/miradouro/>, consultado a 10/10/2025).

¹¹ A CP-Comboios de Portugal vem utilizando, na “Rota das Amendoeiras”, o comboio IR 861 e IR 876 composto por locomotivas da série 1400 e carruagens Schindler que, com janelas panorâmicas, convidam à observação da paisagem, reforçando, assim, a oferta deste produto turístico (<https://www.cp.pt/info/w/rota-amendoeiras>, consultado 10/10/2025).

¹² No site da CP-Comboios de Portugal poder-se-á saber que este comboio especial “(...) dispõe de serviço de bar em carruagem própria e efetua paragem para embarque/desembarque de clientes nas seguintes estações: Rio Tinto, Ermesinde, Paredes, Penafiel, Caíde e Mosteirô.” (<https://www.cp.pt/info/w/festa-vindimas-douro>, consultado a 10/10/2025).

98 urbanos incluem no preço da viagem o transfer entre a estação ferroviária mais próxima (no caso, Recarei-Sobreira) e o local do recinto¹³.

Em 2023, uma nova parceria da CP - Comboios de Portugal com a Câmara Municipal de Valongo possibilitou apresentar o “Comboio de Natal”, uma das mais recentes experiências em comboio turístico. Tendo circulado em fins de semana de dezembro e janeiro, a composição apresentava locomotiva a vapor ou a diesel com carruagens históricas, adornada com luzes e enfeites de Natal. Com viagens de ida e volta entre Porto S. Bento e Ermesinde, contaram com animação a bordo e visita à “(...) maior Árvore de Natal do País, bem como à Aldeia de Natal, que este ano incluía uma pista de gelo sintético. Esta jornada festiva [pretendeu] encantar tanto adultos quanto crianças, combinando a magia do Natal com a rica herança ferroviária”¹⁴.

No entanto, uma das mais arrojadas apostas de turismo ferroviário na linha do Douro é o “Comboio Presidencial”. Promotores privados, em parceria com a CP-Comboios de Portugal e Museu Nacional Ferroviário, vêm realizando viagens turísticas, desde 2016, e nos meses de verão, envolvendo proprietários de restaurantes e quintas durienses. Utilizando locomotiva diesel-elétrica, série 1400, traciona o conjunto de carruagens do reabilitado Comboio Presidencial (2013), proporcionando aos viajantes, para além do glamour do mobiliário ferroviário e decoração da época (1910), degustação de refeições com menu a cargo de chef de reconhecido mérito, acompanhada com momentos de animação musical. O programa destas viagens estivais apresenta paragens em quintas durienses onde se experienciam produtos enogastrónomicos (CP-Comboios de Portugal, 2025)¹⁵ (Fig.7).

3. Património(s), sítios classificados e musealizados na linha do Douro – contributos para o turismo ferroviário

O património ferroviário é relevante para o desenvolvimento da atividade turística e a linha do Douro tem um conjunto de obras de arte e edifícios que merecem ser divulgados e preservados. Por outro lado, o património material ferroviário musealizado nas Secções do Museu Nacional Ferroviário da região do Douro (Arco de Baúlhe, Lousado, Chaves e Bragança) ao estarem “(...) localizadas em instalações ferroviárias adjacentes às estações [são] um acervo único, ainda pouco divulgado e conhecido” (Ferreira, 1999:129), representando um acréscimo de oferta para o viajante/turista ferroviário (Sá da Costa, 2010) (Fig.8).

¹³ Cartazes publicitários de 2016 e anos seguintes divulgam tarifário especial para as viagens da “Festa do Caldo”, à semelhança de outros tarifários para eventos de carácter desportivo (ralis, provas náuticas, percursos pedestres) ou realizações históricas e etnográficas, como a Feira da Regueifa e do Biscoito e Mercado Oitocentista, em Valongo.

¹⁴ Excerto do site do Município de Valongo, disponível em <https://www.cm-valongo.pt/viver/noticias/noticia/comboio-a-vapor-regressa-ermesinde-com-partida-de-porto-sao-bento>, consultado a 12/11/2025).



Fig. 7 – Produtos de turismo ferroviário na linha do Douro.
Fonte: www.cp.pt e AHCP



Fig.8 – Núcleo museológico de Lousado (2025).
Foto: Autor

As composições ferroviárias oferecidas na linha do Douro, enquanto produtos turísticos, aliam o transporte à nostalgia do material circulante, sendo “(...) atração contemporânea [tendo] potencial turístico significativo em si mesmo, devido às suas componentes de diversão e educação, mas também em combinação com outro tipo de atrações locais ou regionais.” (Hall, 2005, cit. por Salvador, 2012:31). Apresentam-se, assim, como combinações de produtos e serviços de transporte e experiências dado que se assumem como componentes históricas, nostálgicas e emocionais, constituindo valor acrescentado (Salvador, 2012).

Na linha do Douro, os edifícios ferroviários (estações de passageiros e seus anexos, painéis azulejares, cais de mercadorias e equipamentos) a que se deverão juntar as obras de arte (pontes, viadutos e túneis) reforçam, em todo o seu conjunto monumental, a oferta ao turista ferroviário

¹⁵ Conforme informação constante do site da CP-Comboios de Portugal, a edição do Comboio Presidencial 2025 está, à data, encerrada (<https://www.cp.pt/info/w/comboio-presidencial>, consultado 10/11/2025).

100 edificados (estações, cais, anexos e painéis azulejares), nas obras de arte (pontes, viadutos e túneis) e nos núcleos museológicos ou sítios musealizados, mantendo vivas a memória e identidade de um povo (Socal e Ribeiro, 2023). Assim o tem feito a imprensa portuguesa e estrangeira, publicando diversificados artigos em periódicos e guias de viagens.

Vários autores, ao considerarem as obras de arte na linha do Douro, suas técnicas de construção, traçado ferroviário, edificações, painéis azulejares, património musealizado, gentes e costumes entendem ser, no seu todo, motivo(s) de interesse para os viajantes/turistas ferroviários, devendo atender-se à importância que todo este património material e imaterial apresenta para a valorização do destino duriense (Silva e Ribeiro, 2008; CCDD-N, 2014; Silva, 2018; Mêda, 2018 e 2022).

As mais recentes investigações científicas sobre a região duriense, seu património, território, culturas, gentes e transportes (fluviais e ferroviários) muito têm alertado para o potencial turístico que este destino apresenta (Carvalho, 2023; Rato, 2024; Pinto et al, 2025)²¹.

Fundamentados estudos recordam ser o Douro nacional e ibérico um património mundial de indiscutível valor, tendo já merecido a respetiva classificação da UNESCO.

O viajante/turista ao demorar-se pelo Centro Histórico do Porto, Ponte Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar, melhor desvendará o Douro se optar pelo comboio da linha do Douro, colhendo experiências ao atravessar pontes, viadutos e túneis. Se se apeiar nas estações de painéis azulejados figurativos, ficará com impressões das paisagens, gentes, artes e ofícios e costumes durienses. Se a opção for a visita demorada à Arte Rupestre do Vale do Côa, articulará o transporte ferroviário com o rodoviário e, regressado ao Alto Douro Vinhateiro, a ferrovia do Douro permitirá o deslumbre das paisagens, e uma estada na hotelaria local possibilitará o conhecimento de saberes e desfrute de sabores. Se pretender prolongar a presença pelo Douro Internacional, já por terras de Espanha, finalizará a longa jornada na histórica e classificada cidade de Salamanca (Aguilar, 2008).

O presente e o futuro da região duriense têm no turismo ferroviário, no(s) património(s) e nos territórios uma oferta que se pretende quotidiana para todos os que, viajando na linha do Douro, procuram um destino. Ao serem "(...) atrações para visitação por motivos de lazer e outros [ditam] a recuperação do património ferroviário e a sua reutilização, (...) não apenas as velhas composições [como] as estações,

os cais cobertos e os outros edifícios que ganham uma segunda oportunidade de vida." (Carvalho, 2023:196-197).

Mantendo, valorizando e consolidando as circulações ferroviárias turísticas com material nostálgico a que se associa património(s), tangível e intangível, experiências enogastrómicas e de animação na Região do Douro, reforçar-se-á a qualidade da oferta turística do destino²². E a região duriense deverá ser um dos decididos exemplos, competindo aos atores e decisores locais e regionais a permanente disponibilidade e diversificada oferta que, declaradamente, se vem já afirmando por todo o território do Baixo ao Alto Douro.

Bibliografia

- AGUIAR, F (2008) *Património da humanidade na bacia do Douro/ Patrimonio de la humanidad en la cuenca del Duero*. Bragança: Fundação Rei Afonso Henriques.
- CABRAL, C (2022) *Património Mundial - 1972-2022: gerir o presente, preparar o futuro/World heritage-1972-2022: managing the present, preparing the future*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- CALADO, R. & ALMEIDA, P. (2001) *Aspectos Azulejares na Arquitetura Ferroviária Portuguesa*. Lisboa: Caminhos de Ferro Portugueses.
- CALDERÓN, J. (2016) *Da fotografia ao azulejo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- CARMONA, D. (2012) *Contributo Bibliográfico para o estudo do Caminho-de-ferro em Portugal (1856-2006)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias ECATI - Departamento de Ciências da Comunicação.
- CARVALHO, P. (2023) *Caminhos de Ferro - Geografia, Património e Turismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2014) *Alto Douro Vinhateiro-Património Mundial*. Porto: CCDD-N e Fundação Rei Afonso Henriques.
- C.P. - *Comboios de Portugal (2007) Guia Festas, Feiras e Romarias de Comboio*. Lisboa: Medialivros, Actividades Editoriais, S.A. e CP-Comboios de Portugal.
- FERREIRA, C., & SIMÕES, J. (2010) Portugal turístico ao tempo da I República: espaços, lugares e projetos. In *Viajar: viajantes e turistas à descoberta de Portugal no tempo da I República*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República (77-98).
- FERREIRA, T. (1999) *O Caminho de Ferro na região do Douro e o turismo*. Lisboa: Fergráfica, CP.
- GRANDE, A. (2023) *El aprovechamiento turístico del ferrocarril convencional como vía de impulso territorial: el caso de la línea del Duero (Portugal) como modelo para el FFCC Aranjuez-Cuenca-Utiel*. Universidade de Murcia. Cuadernos de Turismo, nº51 (P.281-299).
- LAGE, S. (2020) Os azulejos do Pinhão. Um Douro a azul e branco. In *Revista Memória Rural*, 3 (193-203).
- LOURENÇO, T. (2025) A azulejaria figurativa das estações ferroviárias portuguesas, na primeira metade do século XX. In *Super Interessante História*. Edição Biblioteca (136-147). Lisboa: VASP-Distribuição e Logística, S.A.
- MATOS, A; RIBEIRO, E. & BERNARDO, M. (2009) Caminhos de Ferro e Turismo em Portugal (final do século XIX e primeiras décadas do século XX). In *Atas V Congresso de História Ferroviária*. Palma de Maiorca.

a circulação de mercadorias e pessoas, alterando a própria vivência de quem, agora, com muito maior rapidez e segurança podia atingir qualquer ponto do Alto Douro Vinhateiro." (p.106).

²¹ O Estado da Arte sobre o Douro e suas diferentes ofertas turísticas foi, e continua a ser, objeto de importantes estudos de centros de investigação universitária, havendo já dissertações de mestrado e teses de doutoramento apresentadas em instituições portuguesas e estrangeiras.

²² A atual investigação de Diogo Pinto et al. (2025), de cariz exploratório,

veio demonstrar que o turismo ferroviário na linha do Douro é um "(...) contributo significativo (...) para a preservação do património e para o dinamismo do setor regional [impondo] parcerias entre o setor público e privado, [sendo] um motor de desenvolvimento para os espaços rurais [apresentando-se] a Região Demarcada do Douro um destino turístico que procura atingir as metas de sustentabilidade definidas para 2030 e para 2050 (...)" (p.151-152). Alberto Grande (2023) considera a "(...)línea del Duero en Portugal (...) ejemplo de buenas prácticas para el futuro de la línea conquense" (p.1).

MÊDA, P. (2018) Alinha do Douro-Parte I. Pontes e viadutos. In *TrainSpotter* Edição nº VIII, (4-7).
 ----- (2019) A linha do Douro-Parte II. As carruagens Schindler. In *TrainSpotter* Edição nº XI, (24-35).
 ----- (2022) Turismo e Circulações Especiais. In *História Recente da Ferrovia em Portugal*, *TrainSpotter* nº XIII, 161-171.
 PEREIRA, H. (2010) As viagens ferroviárias em Portugal (1845-1896). *CEM Cultura, Espaço e Memória*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, N.º 1 (25-40).
 PINTO, C. (2018) Destaque Ferroviário-Aspectos Azulejares. In *TrainSpotter*, edição nº VII-abril (67-72). Disponível em <https://www.caminhosdeferro.pt/loja/categoria-produto/trainspotter-versao-impressa/> Acedido em 10/07/2025.
 PINTO, C. & MÊDA, P. (2019) A Linha do Douro-Parte III. Aspectos Azulejares Pós Modernização. In *TrainSpotter* Edição nº XI, 85-89.
 PINTO, D et al (2025) O turismo ferroviário e o desenvolvimento sustentável da região do Douro. In *As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa*. Coleção Iberografias, nº 49 (139-154).
 PINTO, J. & GÂNDARA, J. (2020) Geografia e turismo em estâncias balneares marítimas portuguesas. In A. Carvalho, et al *Turismo, Desafios e Perspetivas* (33-51). ISCET/Edições Afrontamento.
 RATO, R. (2022) Turismo ferroviário em Portugal. A oferta e a procura no destino turístico Douro. In *Registo de Tese no âmbito do Doutoramento em Turismo, Património e Território*. Universidade de Coimbra (inédito).
 ----- (2024) Museus ferroviários, obras de arte e azulejaria da/na Linha do Douro – contributos para o turismo ferroviário. In *Livro de Homenagem ao Professor Lúcio Cunha*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (no prelo).
 ----- (2025) Obras de Arte e Azulejaria na Linha do Douro-contributos para o turismo ferroviário. In *Palestra na Associação Portuguesa dos Amigos do Caminho de Ferro-Núcleo Regional do Norte*. Porto: Estação de Campanhã.
 RIBEIRO, C. (2015) Turismo ferroviário em Portugal nos anos trinta: os comboios mistério e os expressos populares. In *Conferência Internacional Turismo, Lazer e Guerra*. I.H.C./FCSH. Lisboa: I.H.C./F.C.S..

RIBEIRO, E. (2006) *A Gazeta dos Caminhos de Ferro e a promoção do turismo em Portugal (1888-1940)*. Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus.
 RIBEIRO, J. (2010). O Museu dos Caminhos de Ferro de Lousado e os seus Públicos. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão III série, nº6/7 (323-369).
 ROCHA, F. (2022). Para uma história do turismo no Douro, de Maria Olinda Rodrigues Santana. Recensão. *Turismo y Sociedad*, vol. xxx, pp. 275-277. doi: <https://doi.org/10.18601/012075555.n30.14>.
 SÁ DA COSTA, A. (2010) Dois Núcleos (Lousado e Nine) Um Museu: Museu Ferroviário do Minho. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão III série, nº6/7 (371-390).
 SALVADOR, V. (2012) *Experiência Turística – expectativas e vivências metamórficas no desenvolvimento pessoal do Turista: o caso do comboio Histórico a vapor no Alto Douro Vinhateiro*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Sustentabilidade em Turismo. Instituto Politécnico de Leiria.
 SILVA, J. (2005) Museologia, comboios turísticos e cultura ferroviária, mas noutras paragens. In *O Foguete*, Publicação periódica da Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário, nº13 (19-29).
 SILVA, J.R. & RIBEIRO, M. (2008) *Os Comboios em Portugal – Volume I*. Lisboa: Terramar.
 SILVA, J.R. (2018) *Caminhos-de-Ferro construídos em Portugal*. Póvoa de Varzim: Ilustrepágina, Lda.
 SOCAL, A & RIBEIRO, M. (2023) A preservação do património ferroviário através da revitalização para o uso turístico: um estudo das estações ferroviárias de Canela e Passo Fundo, Brasil. In *PASOS. Revista de Turismo y Património Cultural*, 21 (2), 289-305. Disponível em <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2023.21.019>.
 SOUSA, A. (2016) Olhar a paisagem há 160 anos – o comboio e o turismo em Portugal. In *Congresso Internacional Turismo, História, Património e Ideologia*. Livro de Resumos. Cascais: IHC-UNL&ESHT e CMC
 SOUSA, J.F. (1936) O turismo e o caminho de ferro. *I Congresso Nacional do Turismo*—III Secção (3-8). Lisboa.

ENSAIOS E PENSAMENTO

LIBERTAÇÃO DA MULHER EM PORTUGAL

Artur Penedos, Ex-Deputado da Assembleia da República
 Eliana Penedos, Ilustração

As mulheres portuguesas, pelo que conheço, sempre foram vítimas de tratamento discriminatório e, por tradição familiar e determinação dos políticos e das políticas, nascidas para parir e tratar dos filhos.

Essa circunstância, entre outros malefícios, fazia com que elas não tivessem qualquer possibilidade de definir o seu modo de vida, de encontrar soluções para os seus problemas, de serem independentes e autónomas.

O emprego qualificado era-lhes vedado e, nalgumas profissões, proibido. Recordo e evidencio a advocacia, entre outros, que só podia ser exercida por homens.

O direito ao voto para eleger o Presidente da República, Deputados, autarcas de concelho e freguesia, entre outros, também lhes estava vedado.

Os maus-tratos do marido e dos homens em geral, de que eram vítimas recorrentes – os chamados machos da comu-

nidade – eram suportados em silêncio e de forma envergonhada, para esconder dos vizinhos, da família e da sociedade a forma como eram tratadas.

As pessoas, especialmente as mais jovens, hoje interrogam-se sobre o porquê de tão enorme sujeição e do porquê de não usarem métodos radicais, como é o caso do divórcio!

Pois é, os métodos radicais também lhes estavam vedados. Quem não tinha meios de subsistência, quem dependia em absoluto dos rendimentos do marido, caso quisesse terminar uma relação, ficava sem quaisquer direitos.

Pior, a sociedade olhava-as de soslaio e colocava-lhes o anátema de proscrita, para não dizer coisa mais feia.

Para agravar ainda mais as debilidades de que as mulheres eram vítimas, a escolaridade era coisa sem importância e, por isso, em 1970, o analfabetismo atingia números assustadores no nosso país!

Um em cada quatro portugueses era analfabeto!

Tínhamos cerca de 1,8 milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever.

E a quem cabia a maior fatia do analfabetismo? Às mulheres, como não podia deixar de ser.

Elas eram usadas para ajudar a mãe nas lides de casa, ou no campo as tarefas agrícolas, entre outras ocupações. No contexto do total de pessoas que não sabiam ler nem escrever, elas representavam 64% - quase 1,2 milhões de analfabetas!

Mas, em 1974 chegou a Liberdade conquistada com o 25 abril e, com ela, a reposição de direitos, o reconhecimento à igualdade e à mesma dignidade social. Agora, têm direitos iguais perante a lei, consagrados na Constituição da República.

Para superar as diferenças, as disparidades impostas pela ditadura e os conceitos que a sociedade exercia sobre as mulheres, foi feito um enorme esforço nacional, especialmente para ensinar as pessoas a ler e, hoje, pode dizer-se, o analfabetismo está praticamente erradicado em Portugal.

Mas, a liberdade começada em abril não se preocupou apenas em eliminar as desigualdades na educação. Fê-lo em muitas outras áreas do dia a dia dos cidadãos.

Desde logo, no direito ao voto. As eleições passaram a ser livres e os eleitores tratados de forma igualitária, isto é, consagrou-se o direito ao sufrágio universal, de forma igual, direta, secreta e periódica.

Para reforçar o que afirmo, socorro-me do art.º 13º, nº. 2, da Constituição da República Portuguesa, que declara que *"ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua... ou condição social"*.

Muitas outras iniciativas foram assumidas para pôr fim a um modelo que discriminava as mulheres, mas apesar disso, é bom dizer, o caminho da libertação é tortuoso, muito estreito e difícil de materializar.

As leis não resolvem tudo. Podem ser decisivas, é certo, mas não eliminam os maus hábitos da sociedade e não determinam, no espaço de tempo que seria desejável, a indispensável transformação cultural.

A título de exemplo, direi que, ainda hoje, o salário das mulheres é inferior ao dos homens. Não é em todas as atividades, mas é na sua grande maioria!

A natalidade, fruto das transformações sucedidas é, atualmente, insuficiente face à reposição da mortalidade da população, mesmo tendo em conta que a esperança de vida se alterou completamente e que cresceu exponencialmente – o que permite que as pessoas vivam melhor e muito mais.

O crescimento da população, não esqueçamos, estagnou, especialmente, porque as famílias reduziram de forma drástica o número de filhos. Talvez tenha sido a melhor forma que se encontrou para que as mulheres sentissem



que podiam concorrer com os homens no mercado de trabalho e que conseguiam ocupar os mais diversificados lugares na hierarquia da organização das empresas.

A concretização dos direitos da mulher é, também, uma das principais preocupações evidenciadas na nossa Constituição, que obriga o Estado a assegurar especial proteção às mulheres durante a gravidez e após o parto, circunstância fundamental numa sociedade que lhes garanta condições de efetiva igualdade. O mesmo se pode dizer da obrigação de criar uma rede nacional de assistência materno-infantil, de uma rede nacional de creches e de infraestruturas de apoio à família.

A este propósito, recordo uma situação que vivi em Tóquio, em 2004, quando acompanhei o Futebol Clube do Porto, na disputa do título de campeão do mundo de equipas e que, para nossa satisfação (creio que também dos portugueses), conseguimos ganhar.

O programa social que nos foi oferecido tinha uma guia, que falava português, muito simpática e sempre disponível para satisfazer as nossas curiosidades.

Como a natalidade no Japão, à semelhança de outros países, foi sempre muito grande (9, 11 ou mais filhos), interroguei a guia sobre o modelo que estaria a vigorar no seu país, dizendo-lhe que pensava que os japoneses continuavam a ter famílias numerosíssimas.

A jovem deu um gritinho, do género, credo (!) e disse com ar afirmativo e determinado: nem pensar. "Temos o mesmo direito que assiste aos homens para ocupar um posto de trabalho e para conseguirmos obter meios de subsistência pessoais, uma carreira profissional e, também, a possibili-

dade de disputar, em pé de igualdade, todos os lugares de chefia, direção ou administração”!

Confesso que gostei de ouvir a jovem e, mais ainda, da forma como expressava o que desejava para ela e para as mulheres japonesas.

Dizia ainda a jovem, com enorme entusiasmo, que para que o caminho que ambicionava se tornasse possível, “nós, as famílias jovens, já alteramos o modelo de natalidade e passamos a ter entre 0 e 1 filho, dado que, como os homens, temos direito a decidir o nosso futuro, a ter uma carreira profissional e a sermos independentes”.

Eu e todos os que me acompanhavam no diálogo com a jovem ouvimos a resposta e ficamos espantados, porque a nossa ideia era a de que no Japão as coisas continuavam diferentes e que ainda havia muitas semelhanças com a África, Índia, China, entre muitos outros países do Globo, onde as famílias, de uma maneira geral, são numerosas.

Famílias numerosas, em tempos idos e nas sociedades onde não havia segurança social, serviam para presumir que, na velhice, os pais tinham garantido o apoio que lhes faltava do Estado.

Uma das razões que me levou a escrever sobre a emancipação da mulher foi aquilo que vivi ao longo da minha vida e observei nos órgãos eletivos, especialmente na Assembleia da República e nas autarquias locais.

Durante muitos anos, os partidos incluíram as mulheres nas suas listas para a Assembleia da República de forma reduzida e fizeram eleger pouco mais de 27 para o cargo de deputados. Não havia espaço para mais no comportamento dos partidos e na atitude dos homens, que eram dominantes na organização dos partidos políticos.

O hábito era contar com os homens e esquecer o papel que elas poderiam desempenhar, mas, na verdade, houve sempre algumas mulheres que se destacaram nas lides político-partidárias, nomeadamente no combate ao regime ditatorial e lá foram sendo reconhecidas umas quantas, poucas, uma vez que a maioria também não estava habituada a participar na atividade política.

Em 1975, foram eleitas para a Assembleia Constituinte 27 mulheres. 16 pelo PS, 5 pelo PSD, 5 pelo PCP e 1 pelo CDS.

Se tivermos em conta o tratamento a que eram sujeitas, poderemos dizer que, apesar de tudo, tinha sido muito importante o ativismo dessas mulheres. O problema é que nos anos seguintes pouco ou nada se alterou no sentido de reconhecer o seu papel e a importância que poderiam trazer à vida política e à sociedade.

O Partido Socialista, como se demonstra de seguida, esteve sempre na vanguarda das transformações sociais a favor da mulher.

Como forma de homenagem, destaco, de entre as mulheres que estiveram na primeira linha do combate à discriminação da mulher, Sofia de Mello Breyner – antes de abril tinha sido apoiante de Humberto Delgado e candi-

data à Assembleia Nacional pela CEUD – que na era democrática, foi a única deputada a ocupar a presidência de uma Comissão Parlamentar (a Comissão para a Redação do Preâmbulo da Constituição).

Produziu em 1975, durante o verão quente, uma afirmação que se mantém atualíssima e que não resisto a reproduzir: “A demagogia é a pornografia da política”.

A demagogia e o populismo exacerbado que se vivem, atualmente, em Portugal, protagonizado especialmente pela direita política, são verdadeiramente “pornográficos”.

Como tenho dito a Lei Fundamental e as que dela derivavam não eram suficientes para num curto espaço de tempo, se poderem operar as indispensáveis transformações sociais. Era necessário implementar medidas que obrigassem a dar espaço e condições para transformar a sociedade portuguesa.

António Guterres, após ter sido eleito Secretário-Geral do Partido Socialista, deu início à abertura e criação desse espaço, propondo em Congresso a aprovação de uma alteração estatutária que levasse à abertura desse caminho.

Com essa alteração, as listas do partido candidatas aos seus órgãos dirigentes, imperativamente (sob pena de eliminação da candidatura), ficavam obrigadas à representação de géneros, onde pelo menos 1/3 de cada um deles tinha garantido o seu lugar.

Foi, assim, que, no PS se concebeu a lei da paridade!

Esse modelo foi alargado às listas para a Assembleia da República e Poder Local, mas, como só as candidaturas do PS estavam obrigadas a adotar esse paradigma em termos de composição das diversas Assembleias pouco se notou.

Contudo, a iniciativa do PS fez o seu caminho e o primeiro passo foi a alteração do texto constitucional, que passou a estabelecer que «*A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos*», mas só em 1999, os socialistas levaram à AR uma proposta idêntica à que vigorava na sua organização interna.

Apesar da pressa que havia em adequar as leis vigentes ao novo texto constitucional, a ambicionada orientação política só em 2006 veio a ser aprovada pela Assembleia da República e, como não podia deixar de ser, por iniciativa dos socialistas, que tinham regressado à governação do país.

Não foi fácil concretizar um processo legislativo que consagrava um modelo eleitoral que daria às mulheres a possibilidade de verem invertida uma tradição social que as penalizava.

O modelo adotado não foi mesmo nada fácil. Foram precisos 7 anos para que a AR aprovasse a Lei que iria inverter as tendências de uma sociedade que, tendo uma Constituição que reconhecia direitos importantíssimos

104 para a libertação das mulheres, na prática, quase nada tinha sofrido alterações radicais.

A criação da Lei da Paridade, baseada no princípio imposto pelo PS na composição dos seus órgãos, demorou 7 anos a ser aplicada pelas restantes forças políticas portuguesas.

A primeira aprovação foi vetada pelo então presidente da república, Cavaco Silva, com o fundamento de que havia no Decreto um regime sancionatório excessivo e desproporcionado!

Essa sua divergência, fundava-se na discordância de que as listas candidatas pudessem ser rejeitadas no caso de não cumprirem o preceito estabelecido na Lei.

Para que não houvesse qualquer dúvida, a lei da Paridade impunha que as listas para a Assembleia da República, Parlamento Europeu, Poder Local e Poder Regional tivessem de ser constituídas de modo a assegurar a representação mútua de 33% de cada um dos géneros.

Para não haver dúvidas sobre a aplicação da norma, a lei estabelece que as listas candidatas não podem ter mais do que 2 candidatos do mesmo género seguidos, na ordenação da respetiva candidatura.

Porém, para que as mulheres pudessem realizar o sonho de serem tratadas sem qualquer tipo de discriminação, muitas outras medidas, também previstas na CR, teriam de ser assumidas e dessas destaco as leis relacionadas com a família, a segurança social, a saúde (que o Serviço Nacional de Saúde veio consolidar) e a proteção nas questões laborais, entre muitos outros direitos que o 25 de abril consagrou.

As discriminações dos cidadãos em função do sexo, no nosso país, passaram a ter o fim à vista e as desigualdades de séculos, perpetradas contra as mulheres, pode dizer-se que são cada vez mais rejeitadas e condenadas.

Nos anos 90, fiz parte de uma delegação do Partido Socialista do distrito do Porto que foi ao Norte de

Espanha, mais propriamente à Corunha, participar num Congresso que, pensávamos nós, seria do PSOE.

Afinal, não era do PSOE, era de uma dissidência daquele partido, mas, como devemos fazer neste tipo de ações, mantivemos a postura e assistimos às sessões para que havíamos sido convidados.

Durante os trabalhos desse partido, num dado momento surgiu uma proposta de paridade absoluta, apresentada por homens, que foi completamente rejeitada pelas mulheres.

Os argumentos aduzidos, muito nobres, tinham a ver com o facto de – diziam as delegadas – não estarem disponíveis para ficarem fora das listas ou das nomeações, no caso de um qualquer homem menos competente do que elas, as ultrapassar, só porque tinha um sexo diferente do seu.

Isto é, o que elas defendiam era o primado do mérito, da competência e de qualidades adequadas ao lugar ou à candidatura.

Foi lindo o combate, mas convenhamos que nos países, como era o caso dos nossos vizinhos, vindos de ditaduras que discriminaram as mulheres no ensino, no acesso a certas profissões e na liberdade de decidirem o seu futuro, digo eu, o mais adequado era combater as desigualdades de que tinham sido vítimas e assumir a correção de comportamentos impróprios e discriminatórios, como fizemos no nosso país.

Nos últimos 50 anos, é justo dizê-lo, muito foi feito para que a mulher pudesse libertar-se e ser tratada com a mesma dignidade que é dada ao sexo oposto, especialmente na atribuição de direitos sociais que lhe permitam ter condições para esbater as diferenças existentes.

Ah! Não se iludam, ainda há muito para fazer, especialmente no que toca à violência de que são vítimas.

VOTAR OU NÃO VOTAR AOS 16 ANOS? EVIDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Norberto Ribeiro, Investigador, CIIE - Centro de Investigação e Intervenção Educativas,

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Camila Teixeira (pseudónimo), Ilustração

Escrevo este texto praticamente nas vésperas das eleições autárquicas que irão realizar-se no dia 12 de outubro. Se tudo correr como o esperado (entenda-se tempo necessário e plausível para a edição da Revista Orpheu), estas palavras que está a ler agora só verão a luz do dia muito depois das eleições, não sendo influenciadas pelo que se

passar nesse dia, nem tendo qualquer efeito sobre ele.

Nesta edição da Revista, decidi trazer uma questão relacionada com as eleições e que me tem ocupado o trabalho de investigação nos últimos tempos: Votar ou não votar aos 16? Não é uma pergunta de resposta simples, embora haja a tentação de nos socorrermos de evidências científicas

para nos arvorarmos com autoridade moral para afirmar, sem dúvidas, a nossa posição definitiva. Se há coisa que aprendi ao longo da minha vida enquanto investigador, é que a dúvida é condição indispensável e constitutiva da própria ciência, e que as respostas trazem sempre às suas costas muitas camadas de argumentos e contra-argumentos. Talvez a própria questão, tal como está formulada, nos empurre para uma posição dicotômica. Talvez seja o espírito da época que nos impele para a polarização de tudo e mais alguma coisa, retirando-nos a possibilidade de ver a riqueza da complexidade das sociedades e do mundo. Feio-bonito, magro-gordo, preto-branco, amigo-inimigo, etc. Enfim, tudo se joga entre dois polos simplificadores e redutores da realidade que levam as pessoas a entrincheirarem-se nas suas convicções ideológicas inflexíveis, dogmáticas. A metáfora bélica (trincheiras) não é aqui despropositada. Nem exagero. Atualmente, as guerras parecem nascer debaixo de qualquer pedra.

Assim, embora a minha tentação fosse dar uma resposta imediata em favor da redução da idade de voto, apresentando à cabeça os argumentos de que garantir tal direito político a mais uma franja significativa da população seria contribuir diretamente para a democratização da própria democracia (vd. WALL, 2014), um processo inacabado por natureza; e de que os jovens seriam os principais interessados em participar na escolha dos decisores políticos porque são eles que vão estar mais tempo sujeitos às políticas implementadas, tenho obrigação de ser rigoroso e cauteloso em considerar na minha reflexão não só as evidências científicas, mas também os dilemas e contradições democráticas que as atuais dinâmicas sociopolíticas têm vindo a desvelar.

Passemos então à discussão desse argumentário com mais detalhe. O debate em torno da redução da idade de voto para os 16 anos tem sido recorrente no espaço político e académico, não apenas em Portugal, mas também em diversos países europeus e latino-americanos. Trata-se de uma questão que se tem interessado por múltiplas dimensões de análise, desde a eficácia da medida para promover maior participação cívica até às condições sociais e educativas que podem influenciar a capacidade de exercício do direito de voto. Os dados disponíveis, que têm vindo a ser divulgados, quer pela literatura científica, quer pela comunicação social, permitem refletir sobre os potenciais impactos e limitações da medida no contexto português.

Por conseguinte, o primeiro aspeto que importa trazer para a reflexão diz respeito a uma tendência nos estudos realizados sobre este tópico relativamente à identificação de efeitos positivos da redução da idade de voto para os 16 anos (e.g., BORG & AZZOPARDI, 2022; BREEZE ET AL., 2023; LEININGER ET AL., 2024). Por exemplo, a análise da experiência na Áustria (ZEGLOVITS & AICHHOLZER, 2014) mostra que a inclusão de adolescentes no corpo eleitoral não produziu impactos negativos, tendo, aliás,

favorecido o envolvimento cívico. Os dados apontam para taxas de participação superiores entre os jovens de 16–17 anos quando comparados com outros primeiros votantes, como os de 18–20 anos (IBID.). Tal fenómeno, designado como “*first-time voter boost*”, sugere que o envolvimento precoce pode ser determinante para consolidar hábitos de participação política ao longo da vida (IBID.). A literatura científica confirma ainda que, em contextos onde a medida foi acompanhada de programas de educação cívica, os efeitos positivos foram mais robustos, traduzindo-se em maior interesse pela política, níveis mais elevados de conhecimento e maior confiança nas instituições democráticas (e.g., EICHHORN, 2018; ZEGLOVITS & AICHHOLZER, 2014).

Apesar destes resultados, o debate público continua frequentemente marcado por reservas. Entre os argumentos críticos, destaca-se a ideia de que aos 16 anos os jovens não dispõem da maturidade política necessária para exercer o direito de voto (e.g., BIRCH ET AL., 2015; CHAN & CLAYTON, 2006; ROSENQVIST, 2020). No entanto, como já se sugeriu, esta leitura não é corroborada pela literatura mais recente publicada sobre este tópico. Pelo contrário, verificam-se evidências consistentes que sugerem que a concessão do direito de voto aos 16 anos promove níveis mais elevados de interesse e de envolvimento político até à idade adulta, contrariando a perceção de que os eleitores mais jovens são politicamente apáticos (e.g., BORG & AZZOPARDI, 2022; BREEZE ET AL., 2023; LEININGER, 2024; SANGHERA ET AL., 2018). Não obstante, importa também ressaltar que os efeitos da medida não são homogêneos em todos os contextos analisados, dependendo de variáveis como o enquadramento institucional, o ambiente familiar e a preparação oferecida pelo sistema educativo (e.g., GRAF ET AL., 2024; HUEBNER, 2021).

Ora, este último ponto do sistema educativo revela-se particularmente relevante no caso português, onde a questão da literacia surge como uma das maiores fragilidades do sistema democrático. O relatório *Education at a Glance 2025*, divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2025), evidencia que Portugal se encontra entre os países com níveis mais baixos de proficiência em literacia. Segundo o documento, 46% dos portugueses entre os 25 e os 64 anos têm grandes dificuldades em interpretar textos, conseguindo apenas compreender mensagens muito curtas e simples. Somente 3% dos adultos alcançam os níveis mais elevados de proficiência, um valor significativamente abaixo da média da OCDE, que é de 12%. Estes dados são especialmente importantes para o debate sobre a redução da idade de voto, na medida em que demonstram que a falta de literacia não é um problema exclusivo da juventude, mas uma característica estrutural de grande parte do eleitorado adulto. Nesse sentido, tal situação coloca em perspetiva o argumento frequentemente usado contra o

106 voto aos 16 anos, baseado na alegada falta de capacidade crítica (e, portanto, de maturidade) dos/as jovens. Se quase metade da população adulta apresenta dificuldades significativas de literacia funcional, torna-se questionável usar esse critério para excluir especificamente os jovens adolescentes da participação política. Adicionalmente, à imagem da literatura científica, estes dados chamam também a atenção para a necessidade de compreender que a participação política não pode ser dissociada das condições mais amplas de educação e qualificação de uma sociedade.

A ligação entre educação e participação política tem sido recorrentemente estudada pela comunidade científica. Os/as jovens, quando questionados, manifestam frequentemente sentir-se pouco preparados para exercer o direito de voto, sugerindo que gostariam de ter acesso a mais oportunidades de aprendizagem e debate político nas escolas (e.g., GLEAVES, 2029; HILL ET AL., 2027; HUEBNER, 2021; ROSS, 2020). No entanto, como apontam estudos sobre o sistema educativo português, estas oportunidades são limitadas, sendo pouco frequentes as discussões de assuntos políticos considerados controversos, o que limita a capacidade das escolas de promover o raciocínio político dos/as jovens (e.g., PIEDADE ET AL., 2018; RIBEIRO ET AL., 2022). Esta lacuna ajuda a explicar parte das perceções de imaturidade ou impreparação atribuídas aos adolescentes, mas remete novamente para um problema estrutural de política educativa, e não necessariamente para características individuais da juventude.

Um outro aspeto que importa trazer para esta reflexão relaciona-se com a hipótese de radicalização política dos/as jovens. O debate político, sobretudo no espaço europeu, tem manifestado preocupação com a eventual inclinação dos/as jovens para posições políticas extremas, particularmente à direita. Apesar de existir evidência empírica que demonstra, como já aqui se disse, efeitos positivos da redução da idade de voto, os decisores políticos têm revelado hesitação na implementação dessa medida. Gjermundsen (2024) explica esta prudência como um fenómeno essencialmente estratégico. Bem entendido, o autor defende que o alargamento do sufrágio raramente é uma decisão puramente democrática, sendo frequentemente condicionado por cálculos de conveniência partidária. Os partidos apoiam ou rejeitam a medida em função do impacto previsto no seu desempenho eleitoral. Esta lógica não é nova. Como argumenta Collier (1999), a história da democratização mostra que a extensão do voto tem sido frequentemente usada pelas elites políticas como instrumento para reforçar a sua base de apoio.

A este cálculo político soma-se uma transformação mais ampla no panorama ideológico contemporâneo. Valentim (2024) identifica o fenómeno do “fim da vergonha”, caracterizado pela normalização de discursos associados à extrema-direita. Tal processo não implica necessariamente uma mudança profunda nas preferências políticas, mas



antes uma redução do estigma social em torno dessas posições (e.g., SELVANATHAN & LEIDNER, 2021; VALENTIM, 2021; WODAK ET AL., 2020). Paralelamente, investigações recentes sugerem um aumento do apoio juvenil a partidos de direita radical e populistas (e.g., BIRCH & DENNISON, 2019; COX & GARBIRAS-DÍAZ, 2024; MUIS ET AL., 2022), o que contribui para a perceção de risco entre os decisores políticos que receiam efeitos desestabilizadores da ampliação do corpo eleitoral.

Não obstante, inquéritos recentes, como “UK Youth Poll 2025” (BARNES & LOOSE, 2025) e “Do Gen Z really want a dictatorship?” (DUFFY & MORINI, 2025), apontam noutra direção. Apesar do alarme da comunicação social relativamente à simpatia dos/as jovens por regimes autoritários, ambos os estudos revelam que a maioria dos jovens do Reino Unido continua a valorizar os princípios democráticos. Barnes e Loose (2025) mostram que os jovens estão preocupados com o estado da democracia, mas desejam soluções eficazes e maior transparência institucional. De forma semelhante, Duffy e Morini (2025) demonstram que apenas uma minoria residual – cerca de 6% – expressa simpatia por regimes autoritários, indicando que o descontentamento juvenil se dirige mais à ineficácia da governação do que a uma rejeição da democracia.

Em síntese, a análise dos argumentos apresentados permite delinear algumas conclusões provisórias. Em primeiro lugar, não existem evidências robustas de que a redução da idade de voto para os 16 anos produza impactos negativos na qualidade da participação democrática. Pelo contrário, em vários contextos, a medida tem estado associada a maiores níveis de envolvimento cívico e a efeitos

positivos a longo prazo. Em segundo lugar, a questão da literacia em Portugal introduz uma dimensão crítica ao debate, revelando que as dificuldades de compreensão e análise política não são exclusivas dos/as jovens, mas atravessam o conjunto da população adulta. Em terceiro lugar, permanecem dúvidas quanto à possibilidade de radicalização dos/as jovens, não permitindo os estudos disponíveis chegar a conclusões firmes nesse sentido.

Por conseguinte, a decisão sobre a redução da idade de voto deve ser entendida à luz de uma reflexão mais abrangente sobre a democratização da democracia – possível através da ampliação do corpo eleitoral, com a redução da idade de voto para os 16 anos; a qualidade da educação política, promovida especialmente pela Escola, que é apontada como “locus fundamental, estruturado e imparcial de educação política” (MALAFAIA ET AL., 2021, p. 437); e as desigualdades estruturais de literacia. Só neste enquadramento será possível avaliar de forma mais rigorosa se a medida pode contribuir, no caso português, para uma maior inclusão e para o reforço da participação democrática, ou se, em sentido contrário, tenderá a reproduzir as limitações já visíveis no funcionamento do sistema político e a constituir-se como um risco significativo para a estabilidade das instituições democráticas.

Bibliografia

- BARNES, Eddie; LOOSE, Elisabeth (2025) – *UK Youth Poll 2025*. John Smith Centre, University of Glasgow. https://www.johnsmithcentre.com/wp-content/uploads/2025/03/2025-03-27_UK-Youth-Poll-2025_DIGITAL.pdf
- BIRCH, Sarah; DENNISON, James (2019) – How protest voters choose. *Party Politics*, 25(2), pp. 110-125. <https://doi.org/10.1177/1354068817698857>
- BIRCH, Sarah; CLARKE, Harold D.; WHITELEY, Paul (2015) – Should 16-Year-Olds Be Allowed to Vote in Westminster Elections? Public Opinion and Electoral Franchise Reform. *Parliamentary Affairs*, 68(2), pp. 291-313. <https://doi.org/10.1093/pa/gsu019>
- BORG, Maria; AZZOPARDI, Andrew (2022) – Political interest, recognition and acceptance of voting responsibility, and electoral participation: young people's perspective. *Journal of Youth Studies*, 25(4), pp. 487-511. <https://doi.org/10.1080/13676261.2021.1902963>
- BREEZE, Maddie; GORRINGE, Hugo; JAMIESON, Lynn; ROSIE, Michael (2023) – Educational outcomes of political participation? Young first-time voters 3 years after the Scottish Independence Referendum. *Journal of Youth Studies*, 26(1), pp. 61-79. <https://doi.org/10.1080/13676261.2021.1980517>
- CHAN, Tak Wing; CLAYTON, Matthew (2006) – Should the Voting Age be Lowered to Sixteen? Normative and Empirical Considerations. *Political Studies*, 54(3), 533-558.
- COLLIER, Ruth Berins (1999) – *Paths Towards Democracy: The Working Class and Elites in Western Europe and South America*. Cambridge University Press.
- COX, Loreto; GARBIRAS-DÍAZ, Natalia (2024) – *Anti-political-establishment Citizens: An in-depth study from two Latin American countries*. https://www.hbs.edu/ris/Publication%20Files/Anti-establishment_preferences_final_e8fa0821-1b3d-4f47-8809-da8fbb9e52da.pdf
- DUFFY, Bobby; MORINI, Paolo (2025) – *Do Gen Z really want a dictatorship? Evidence from existing studies and a new survey experiment*. The Policy Institute, King's College London. <https://www.kcl.ac.uk/policy-institute/assets/do-gen-z-really-want-a-dictatorship.pdf>
- EICHHORN, Jan (2018) – Votes At 16: New Insights from Scotland on Enfranchisement. *Parliamentary Affairs*, 71(2), pp. 365-391. <https://doi.org/10.1093/pa/gsx037>

- GJERMUNDSEN, Benjamin Haug (2024) – *Why countries do (not) lower the voting age: A mixed-methods study of conditions and processes* (Master dissertation). The University of Bergen. <https://bora.uib.no/bora-xmlui/bitstream/handle/11250/3143527/50167068.pdf?sequence=1>
- GLEAVES, Helen (2019) – *Votes at 16 and Youth Political Engagement: Young People in Kirklee* (Master dissertation). University of Huddersfield. <http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/34950/>
- GRAF, Elisabeth; PARTHEYMÜLLER, Julia; BRONNER, Laura; KRITZINGER, Sylvia (2024) – Revisiting eligibility effects of voting at 16: Insights from Austria based on regression discontinuity analyses. *Electoral Studies*, 92, Article 102870. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2024.102870>
- HILL, Malcolm; LOCKYER, Andrew; HEAD, George; MCDONALD, Craig A. (2017) – Voting at 16 – lessons for the future from the Scottish Referendum. *Scottish Affairs*, 26(1), pp. 48-68. <https://doi.org/10.3366/scot.2017.01>
- HUEBNER, Christine (2021) – How Young People in Scotland Experience the Right to Vote at 16: Evidence on 'Votes-at-16' in Scotland from Qualitative Work with Young People. *Parliamentary Affairs*, 74(3), pp. 563-580. <https://doi.org/10.1093/pa/gsab017>
- LEININGER, Arndt; SCHÄFER, Armin; FAAS, Thorsten; ROSSTEUTSCHER, Sigrid (2024) – Coming of voting age. Evidence from a natural experiment on the effects of electoral eligibility. *Electoral Studies*, 88, Article 102751. <https://doi.org/10.1016/j.electstud.2024.102751>
- MALAFAIA, Carla; NEVES, Tiago; MENEZES, Isabel (2021) – The Gap Between Youth and Politics: Youngsters Outside the Regular School System Assessing the Conditions for Be(coming) Political Subjects. *Young*, 29(5), pp. 437-455. <https://doi.org/10.1177/1103308820987996>
- MUIS, Jasper; BRILS, Tobias; GAIDYTĖ, Teodora (2022) – Arrived in Power, and Yet Still Disgruntled? How Government Inclusion Moderates 'Protest Voting' for Far-Right Populist Parties in Europe. *Government and Opposition*, 57(4), pp. 749-778. <https://doi.org/10.1017/gov.2021.46>
- OECD (2025) – *Education at a Glance 2025: OECD Indicators*. OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/1c0d9c79-en>
- PIEDEDE, Filipe; RIBEIRO, Norberto; LOFF, Manuel; NEVES, Tiago; MENEZES, Isabel (2018) – Learning About the European Union in Times of Crisis: Portuguese Textbooks' Normative Visions of European Citizenship. *Journal of Social Science Education*, 17(2), pp. 31-40. <https://doi.org/10.4119/UNIBI/jsse-v17-i2-1714>
- RIBEIRO, Norberto; MALAFAIA, Carla; FERREIRA, Teresa (2023) – Lowering the voting age to 16: Young people making a case for political education in fostering voting competencies. *Education, Citizenship and Social Justice*, 18(3), pp. 327-243. <https://doi.org/10.1177/17461979221097072>
- ROSENQVIST, Olof (2020) – Rising to the Occasion? Youth Political Knowledge and the Voting Age. *British Journal of Political Science*, 50(2), pp. 781-792. <https://doi.org/10.1017/s0007123417000515>
- ROSS, Alistair (2020) – With whom do young Europeans' discuss their political identities? *Citizenship, Social and Economics Education*, 19(3), pp. 175-191. <https://doi.org/10.1177/2047173420957385>
- SANGHERA, Gurchathen; BOTTERILL, Katherine; HOPKINS, Peter; ARSHAD, Rowena (2018) – 'Living Rights', rights claims, performative citizenship and young people-the right to vote in the Scottish independence referendum. *Citizenship Studies*, 22(5), pp. 540-555. <https://doi.org/10.1080/13621025.2018.1484076>
- SELVANATHAN, Hema Preya; LEIDNER, Bernhard (2021) – Normalization of the Alt-Right: How perceived prevalence and acceptability of the Alt-Right is linked to public attitudes. *Group Processes & Intergroup Relations*, 25(6), pp. 1594-1615. <https://doi.org/10.1177/13684302211017633>
- VALENTIM, Vicente (2021) – Parliamentary Representation and the Normalization of Radical Right Support. *Comparative Political Studies*, 54(14), pp. 2475-2511. <https://doi.org/10.1177/0010414021997159>
- VALENTIM, Vicente (2024) – O Fim da Vergonha – Como a Direita Radical se normalizou? Gradiva.
- WALL, John (2014) – Democratising democracy: the road from women's to children's suffrage. *The International Journal of Human Rights*, 18(6), pp. 646-659. <https://doi.org/10.1080/13642987.2014.944807>
- WODAK, Ruth; CULPEPER, Jonathan; SEMINO, Elena (2020) – Shameless normalisation of impoliteness: Berlusconi's and Trump's press conferences. *Discourse & Society*, 32(3), pp. 369-393. <https://doi.org/10.1177/0957926520977217>
- ZEGLOVITS, Eva; AICHHOLZER, Julian, 2014 – Are People More Inclined to Vote at 16 than at 18? Evidence for the First-Time Voting Boost Among 16- to 25-Year-Olds in Austria. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24(3), pp. 351-361. <https://doi.org/10.1080/17457289.2013.872652>

O PODER DOS SENTIDOS

Rodrigo Costa, Escritor e Artista Plástico

Rodrigo Costa, Ilustração

... Quando falamos de Arte e de Cultura, tenhamos ou não consciência, falamos de sensibilidade. Falamos da capacidade de ver, de sentir, de analisar, de compreender e de, se for o objectivo, traduzir —sem que valha a pena pensar-se em tradução de rigor absoluto, porque cada realidade é única e irreproduzível, sendo possível, apenas, captar-lhes o carácter: fixar sinais, modelar elementos evocativos de personalidades únicas e intransmissíveis.

Não faltam queixumes, lamentos, a propósito da indiferença com que grande parte do público recebe e responde a notícias de eventos culturais e artísticos. Porém, o mais estranho é o facto de, aos responsáveis por tais momentos e movimentos, escapar a razão da distância... A razão é a mesma que sustenta o abstencionismo, no âmbito da participação política, porque não basta dizer-se que o voto é direito e obrigação de cidadania. Se, nos momentos e nos movimentos, não estiver a verdade, aparecerão, somente, os que se sentem na obrigação da presença — para promoção da imagem, por interessada afinidade, e/ou por dever de ofício. Haverá outras razões, claro! Estas são, no entanto, as de imediata constatação —embora haja quem, puro, pensando estar diante de coisas sérias,

não vislumbre a exposição de défices, de vária ordem, na promoção da imagem e na esperança de negócio, por parte dos profanos...

A Escola não tem estado à altura. Mais do que espaço de ensino e de aprendizagem, foi sendo transformada em mero centro-de-emprego para professores sem predisposição pedagógica, e centro-de-dia para alunos privados de raciocínios que excedam aqueles a que obrigam os cálculos matemáticos... E, se a Matemática, explícita ou implicitamente, está em tudo quanto vemos e em tudo o que não enxergamos, o seu domínio não menoriza a importância, suprema, que cabe à Filosofia, já que é através desta que podem ser extraídas analogias que nos ajudem a evitar o choque frontal entre o projecto-Vida e os projectos humanos. É que permite-nos, pela observação dos princípios da Existência, formar os nossos próprios raciocínios e tornarmos mais pacificamente exequíveis o nosso modelo de vida e os nossos projectos; dá-nos a hipótese de coerência, para que entre quem somos, o que pensamos e o que expressamos não haja a distância-obstáculo à realização afectiva. No fundo, a força do equilíbrio...



Emerenciano, Artista Plástico
Emerenciano, Ilustração

As televisões mostram dramas humanos e imagens das guerras, há quem não veja, diz ser muito sensível, não suporta o incómodo e chora, está fora da realidade do Mundo dentro dele, faz parte de uma maioria de gente pobre em pensamento, mas uma minoria de gente, distinguida pelo desejo de perceber a doença da espécie humana, quer intervir com erudição e humanidade, não olha para o lado e abre a janela ao Mundo para o sentir com as suas doenças. Estão inscritos os artistas plásticos com obra simbólica a desafiar a discussão alargada e idealizam um companheirismo com escritores, percebem os filósofos e consideram importantes as escolas acompanhadas de um jornalismo a informar com o debate de ideias. Hannah Arendt pode ser lembrada, ela afirmou que “a vida deve ser alimentada por duas fontes, técnicas da vida e inspiração moral”, pensamento que não se generaliza unindo as pessoas face aos conflitos sociais e à realidade das Grandes Guerras e da Natureza zangada, duas situações onde morrem pessoas que não conseguiram realizar os seus sonhos e morrem crianças. É oportuno referir a correspondência entre Freud e Einstein com resultado no livro PORQUÊ A GUERRA?, que reúne “reflexões sobre o destino no mundo” e a paz é pensada. Na carta que em 1932 Freud escreveu a Einstein é afirmado, “a tentativa de substituir o poder real pelo poder das ideias está condenada ao fracasso”, verdade que devia ser combatida desde que o ser humano começou com a descoberta da linguagem a ter importância na escrita, relevante invenção valorizada com os caracteres moveis a produzirem os livros e as leituras diversificadas ajudavam na aproximação das tribos com consequência na harmonia da aldeia global no tempo da internet, que é usada maldosamente, também. Os bons vizinhos multiplicados percebiam Georges Gusdorf escrevendo que “a língua universal seria a perfeição do saber e a humanidade para sempre reconciliada na paz”, a permuta de saberes admitia indispensáveis discussões pacíficas afastando a maldade, que está presente hoje, inclusive na internet com uso e abuso do telemóvel. O Demónio disfarçado domina, os poderes sobrenaturais do bem podem inspirar um movimento guerrilheiro empenhado na humanização com a incontestável importância da leitura dos livros, que devem estar na pequena biblioteca familiar, embora em algumas eles são simplesmente objectos decorativos. Não é possível pensar com elevação sem a leitura dos livros, que algumas pessoas

levam para ler num café ou num banco de jardim e podem ver à volta telemóveis a serem brinquedos inclusive nas mãos de crianças, quando deviam ter a função obrigatória da comunicação com regularidade entre familiares e amigos que moram longe, os anos passam e quando há uma ligação a resposta pode ser o silêncio da morte. No Mito de Sísifo, livro de Albert Camus, é afirmado que “quem se mata não o faz porque quer morrer, mas porque a vida torna-se-lhe impossível”, e são culpadas, sem qualquer espécie de dúvida, as pessoas que podiam fazer companhia à distancia, combinavam encontros e com a satisfação da amizade ou do amor, era assumido o prazer dos olhares com apertos de mão, beijos e abraços. Não podem ser ignorados os fingimentos a dominar nos desencontros, caracterizados por serem ajuntamentos, onde estará um tolo desbravado, solista do desassossego, que, quando contrariado, resmunga e pontapeia debaixo da mesa e sai. A realidade é pública e a pessoa inteligente cala para evitar uma tragédia, pode ser um escritor e escreve publicando livros, um cineasta que realiza filmes, uma pessoa da música procurando compor algo para tocar com a viola a acompanhar um cantor, que assume a palavra com sentido revolucionário, algo que existiu no tempo da ditadura em Portugal, mas pode ser um artista plástico com pensamento, também. Em democracia uma guerrilha intelectual deve assumir importância agindo com o propósito preventivo de intenções desviantes do respeito pelos valores essenciais da vida, o saber e a bondade na elevação intelectual de um povo, que está à mercê de quem o vai usar através do voto e a abstenção está com quem afirma serem os políticos todos iguais. Há um desnível cultural e de educação no Mundo a propagar um deserto com roubos, inclusive de tempo, e os ladroes, assumidos ou não, podiam ser preciosidades num trânsito educativo com os seus arrependimentos, diziam às crianças e aos jovens que não eram exemplos a seguir e seria destacada a ideia de que a vida, para ter um nível elevado sem maldade, precisa das revoluções pessoais e colectivas para haver evolução na direcção da paz. A utopia acariciava a censura com a guerrilha intelectual a enfrentar o perigo das romarias onde estão telemóveis e podem estar escondidas facas e pistolas, realidade que convoca a inteligência a lembrar que todo o cuidado é sempre pouco com os conteúdos dos livros a serem nos pensamentos das pessoas que leem armas de defesa e ataque, sem ignorar António



Gramsci, dizendo que “não pode conceber-se um homem que não seja um filósofo, a não ser que patologicamente se mostre um idiota”. O mundo está cheio de idiotas, alguns querem poder e não percebem a importância da

crítica e da autocritica afastando a maledicência, que domina através do insulto, que não é crítica, o diálogo é perturbado onde estão as pequenas guerras das revoluções desejadas com o propósito de afastamento dos disparates, instala-se a desumanidade, que começa muitas vezes na infância com a ausência da responsabilidade dos pais, eles não são educadores e as escolas podem ter influência. As crianças, quando são macaquinhas nas famílias brincam hoje com os telemóveis, não leem livros, os pais não as levam a museus e ver exposições de arte, os assuntos de conversa não revolucionam as ideias sobre um caminho de crescimento, os silêncios dominam as relações entre marido e esposa, o pai grita e bate no filho, o professor expulsa o aluno da sala de aula dizendo, os teus pais que te eduquem, uma pessoa coloca fogo a uma mata para ver o espetáculo, patrões e empregados não se relacionam com afeição, os ladrões com ou sem necessidade estão disfarçados, os pedintes justificam a caridade. Formam-se ditaduras familiares e sociais contrariando a liberdade de expressão, é dificultada a vida social e profissional sem a valorização de um diálogo tranquilo e elevado mobilizando homens e mulheres sublimes a passarem saber, a corrente de escuta não é reconhecida com consequência no desligar das televisões quando é oportuno e os telemóveis serem colocados em repouso. Distinguem-se nas famílias os avós, que são pessoas sublimes, eles falam e são respeitados, os netos, com distinção apreciável devido ao crescimento intelectual, são ouvidos, e uma criança pode ser desafiada a falar, também, ela começa a perceber que os homens e as mulheres não se medem aos palmos e deseja crescer por dentro com saber e a bondade, quer distinguir-se enquanto pessoa no futuro e procura ler os livros, começa a formar a sua biblioteca sabendo que as pessoas não são todas iguais e algumas são mesmo burras e más. A vida devia ser “uma grande escola, uma escola superior, uma universidade”, escreve Kurt Schwitters, é por isso importante ouvir quem sabe, e quem sabe pode ser um familiar ou um amigo.

UMA JANELA DO TAMANHO DA MINHA VONTADE

Jorge Braga, Artista Plástico e Escritor
Elisa Leal, Fotografia

A minha janela está sempre aberta para o mundo. Na verdade, penso que é o mundo que está sempre aberto para a minha janela.

A rua que os separa, ou os une, é muito grande e é preciso dar um grande passo para a atravessar.

Lá em baixo vivem seres muito pequenos que nunca estão

parados. São todos diferentes. Uns não têm cabelo, a outros falta-lhe um braço ou uma perna, ou os dois braços, ou as duas pernas. Quase podia jurar que vi passar um ou dois sem cabeça!

Às vezes faz frio na minha janela e no mundo que está aberto para ela. É um frio em silêncio, em movimento, um frio sem alma, que vai escorrendo pelas paredes e caindo muito devagar sobre os seres pequenos que vivem lá em baixo e nunca param.

Quando faz vento ou chove, tenho quase sempre o instinto de fechar a minha janela, só que chego sempre tarde. Quando chego, já passou...

Outras vezes divirto-me a estender a mão fora da minha janela, por cima dos seres pequenos que vivem lá em baixo e nunca param. Tento tocar no mundo que está aberto para a minha janela, mas não consigo alcançá-lo com as mãos. Disse-me um sonho que só conseguiria com um grande passo. Teria de ser um passo p'rai do tamanho...(?) da minha vontade...!



ATIRAR PEDRAS LENTAMENTE CONTRA A LUZ: O OFÍCIO DO TEMPO NA POÉTICA DE DANIEL MAIA-PINTO RODRIGUES

Ana Dias Viegas, Doutoranda em Literatura na Universidade de Évora

Mark Rothko, no contexto de algumas reflexões sobre a sua pintura, proferiu a expressão “consciência tátil”. A poesia de Daniel Maia-Pinto Rodrigues encena esse tipo de consciência do tempo pela sua indelével presença no trabalho do autor, pelas ressonâncias que produz e pela sua importância na construção do poema. Aspetos da materialidade da escrita fundem-se com aquela faceta indefinível do tempo, mas que o poeta tão sensível e inteligentemente regista, demonstrando uma peculiar capacidade de esculpir o etéreo. A lentidão é um atributo desta poesia porque na sua leitura os versos e palavras solicitam o ritmo da demora, como um convite para o movimento em direção ao “fora do tempo”. Encontramos na poética de Daniel aquela lentidão que a poesia solicita, como quando o poeta abre o tempo para nos dizer que “Devagar /setembro entorna luz na planície.” (RODRIGUES 2019, 31):

“Há um vínculo secreto entre lentidão e a memória, entre a velocidade e o esquecimento (...). Na matemática existencial, essa experiência toma a forma

de duas equações elementares: o grau de lentidão é diretamente proporcional à intensidade da memória; o grau de velocidade é diretamente proporcional à intensidade do esquecimento.”

(KUNDERA 2011, 29).

Efetivamente, o poema em si é construção de memória. Não apenas por configurar a existência material da escrita - o registo da tinta sobre a matéria - no texto que transcende o tempo, mas, também, pela habilidade naquele gesto que desenha o verbo tatuando a memória na imaterialidade do espírito e se constitui como apanágio da poesia de Daniel. Contudo, na génese desta reflexão, ocorre questionar: “Que é, pois, o tempo? Quem poderá apreendê-lo, mesmo com o pensamento, para proferir uma palavra acerca dele?” (SANTO AGOSTINHO 2001, 111). Talvez ninguém melhor que os poetas para o fazer. Encontramos na poesia deste autor expressões do tempo que se traduzem numa esperança (do poeta e do leitor) de captar a inacessível substância - tempo numa disposição naturalmente ontológica.

Lançando um foco sobre as metamorfoses da natureza nesta poesia e no semblante da transformação das coisas físicas, deparamo-nos com um modo evidente desta apreensão no permanente fluxo da natureza protagonizado pelos ciclos que se movem, pela sucessão entre o dia e a noite, entre as estações ou entre a vida e a morte. Atente-se às palavras de Santo Agostinho (2001, 118): “Ouvi dizer a um certo homem douto que o tempo não é senão os movimentos do sol, da lua e das estrelas, e eu não concordei”. Sinaliza-se, nesta divergência, as coordenadas do poeta porque o que é indefinível no tempo, aquilo que incorpora a sua difícil apreensão, não é o ciclo como acontecimento, mas a sua infinitude e é neste patamar que a poesia pode transcender ou refletir a experiência temporal. Neste escopo, aquilo que a natureza exhibe no revezar entre o amanhecer e o entardecer, entre o verão e o inverno, é o compasso de um ritmo temporal. Mas é na conexão deste com o ritmo atemporal da percepção e do pensamento que se podem revelar algumas das misteriosas manifestações ontológicas do tempo – porventura irradiações do lusco-fusco, como reminiscências cada vez mais difusas e longínquas. Mais poéticas. E misteriosas porque

“Naturalmente o que seja o tempo todos nós sabemos; ele é a coisa mais bem conhecida de todos. Mas assim que tentamos dar-nos conta da consciência do tempo, estabelecer a reta relação entre tempo objetivo e a consciência subjetiva do tempo e tornamos compreensível como a objetividade individual em geral, se pode constituir na consciência subjetiva do tempo (...), enredamo-nos nas mais estranhas dificuldades do tempo.”

(HUSSERL 1994, 37).

É, pois, na linguagem que se abre a possibilidade de alcançar essa dimensão, perspetivando outras nuances conceituais e um modo múltiplo de ver o tempo, mais próximo do movimento da ampulheta que do mecanismo de um relógio porque, na poética de Daniel, este alcance consubstancia-se como um procedimento poético mais similar à naturalidade das coisas. Daniel Maia-Pinto Rodrigues inscreve o tempo no sensível da linguagem, tornando-o estruturante na sua elaboração poética, onde conseguimos identificar diretrizes estéticas que sustentam esta dimensão - o tempo passa a ser determinado, também, pelas práticas discursivas. É por via da linguagem que o poeta transcende e convoca os aspetos etéreos do tempo, incorporando sagazmente, num jogo de fusão, matérias do mundo: “Serenidade que afogada no quarto / lambe a luz das cinco e meia.” (RODRIGUES 2019, 97). Alguns versos podem ser lidos como paradigma da problematização dessa fusão, configurando-se como mote para pensar o tempo. Ainda que o desafio da compreensão deste conceito tenha uma importante ressonância na esfera dos estudos lite-

rários, é particularmente significativa, neste contexto, a premissa defendida por Deleuze em *A Lógica dos Sentidos* (e muito presente na poesia de Daniel): a emancipação da condição puramente linguística. E ler o tempo deste modo só é possível porque a poética deste autor circunscreve-se como uma atmosfera. É nesta esteira que o poeta traça os movimentos do tempo, vestígios e rastros, ativando pistas para o exercício do seu entendimento e restabelecendo a simbiose entre conceitos do corpo-matéria e conceitos do espírito. Sem qualquer pretensão de intelectualização, o poeta afere o tempo numa rota que vai do mundano à essência (É este o corrimão. / Se me sentasse nele / desceria até à tua juventude.” (RODRIGUES 2019, 123)). Nesta aceção, encontramos convergência com a linha de pensamento onde se afirma que “(...) o raciocínio poético está muito próximo das leis através das quais se desenvolve o pensamento e, portanto, mais próximo da própria vida (...)”. (TARKOVSKY 2008, 17), como uma expressão do tempo enquanto experiência defletida. Poderá ser esta poesia um modo de sondar a duração da distância entre as palavras e as coisas. Persistente, só a indagação:

“Então como é que eu meço o próprio tempo? Será que medimos com um tempo mais breve, um tempo mais longo? (...). Na verdade é assim que parece que medimos a duração de uma sílaba longa com a duração de uma sílaba breve e dizemos que é o dobro. Assim, medimos a extensão de um poema pelo número de versos, a extensão dos versos pela duração dos pés, a duração dos pés pela duração das sílabas, a duração das sílabas pela duração das breves (...). Mas nem assim se apreende uma medida exata do tempo, se for recitado mais arrastadamente, do que um verso mais longo, se for recitado mais vivamente (...). Daí que me tenha parecido que o tempo não é outra coisa senão extensão; mas extensão de que coisa, não sei, e será surpreendente se não for uma extensão do próprio espírito.”

(SANTO AGOSTINHO 2001, 124).

E é unicamente considerando esta hipótese que é possível responder à pergunta que se impõe:

Quanto dura um poema?

Talvez apenas o tempo de “*atirar lentamente pedras contra a luz*”. (RODRIGUES 2019, 29).

Bibliografia

- DELLEUZE, G. 2000 - *Lógica do Sentido*. São Paulo: Editora Perspetiva.
KUNDERA, M. (2011) - *A Lentidão*. São Paulo: Companhia de Bolso.
HUSSERL, E. (1994) - *Lições para uma Fenomenologia da Consciência do Tempo*. Lisboa: IN-CM.
RODRIGUES, D. (2019) - *Cobre*. Lisboa: IN-CM.
SANTO AGOSTINHO (2001) - *Confissões*. Livros VII, X e XI. Lisboa: IN-CM.
TARKOVSKY, A. (2008) - *Esculpir o Tempo*. São Paulo: Martins Fontes.

NOTAS DE LEITURA A PROPÓSITO DE *CURVA*, DE ÓSCAR POSSACOS

Francisco Saraiva Fino, Escola Secundária de Paços de Ferreira / CEL – Universidade de Évora

Rik Lina, Ilustração



Pensaram no tempo e desenharam um círculo.

Fernando Guimarães

Paul Valéry, num livro dedicado à memória de Edgar Degas, contava que, certa vez, o interrogara sobre o que ele entendia pelo Desenho. No texto, a inicial da palavra surge grafada a maiúscula, como também se lê na resposta axiomática que o mestre impressionista lhe apresentou: «O Desenho não é a forma, o Desenho é a maneira de ver a forma.» (VALÉRY 1965, 197).

Nas palavras de Degas, entendemos encontrar elementos de aproximação a *curva*, sobretudo entre os que procuram privilegiar as possibilidades que o Desenho, a forma e a visão potenciam no âmbito mais restrito da experiência da criação poética. Tomamos aqui a palavra «reflexão» na sua diversidade significativa, atentos às relações possíveis a estabelecer com estes versos: «reflexão» no sentido originário daquilo que se dobra, se verga, se curva, numa aproximação mais direta ao título do livro; «reflexão» enquanto conhecimento que pressupõe uma *theoria*, palavra que, em grego, se encontra associada a um tipo específico de visão, a contemplativa, a da observação conducente à produção de uma análise; «reflexão», por último, num sentido complementar ao primeiro significado, enfatizando na imagem da dobra o desvio de uma trajetória definida que, na sua circularidade, considera o regresso ao ponto de partida e a promessa de um plano infinito em que começo e recomeço oscilam continuamente e proporcionam a meditação do

estado sempre provisório dos seres. Tendo como centro dos movimentos referidos o ato da escrita poética, todas estas ideias intervêm na leitura da obra, cuja publicação na coleção 12catorzebold da Editora Húmus lhe permitiu, em boa hora, se ver associada a um dos mais reconhecidos meios de divulgação da poesia portuguesa mais recente.

Efetivamente, na senda das palavras de Degas, as reflexões desenvolvidas em *curva* privilegiam *maneiras de ver a forma*, recolhendo-as sob a memória sistematizadora das antigas artes pictóricas e poéticas, como se reconhece na atenção conferida à organização interna em quatro sequências, cada uma com o seu título inspirado nas fórmulas mais habituais da tratadística clássica latina - «da proximidade», «da unidade», «da paisagem e da distância», «da pregnância» -, antecedidas, a abrir o conjunto, pela palavra «Ocupação», que no índice aparece registada, alinhada com as anteriores, como «da ocupação». Sendo o lugar um dos tópicos destacados na poética de Óscar Possacos, e tomando cada sequência como espaço concreto e particular de ocupação, é o movimento contrastivo do avanço para o progressivo apagamento, para o vazio, que perpassa na ordenação das sequências, cujo número de poemas decresce à medida que a leitura da obra avança - 32 em «da proximidade», 23 em «da unidade», 13 em «da paisagem e da distância», 4 em «da pregnância», todos identificados através de numeração romana. Ao longo dessa deslocação, alçam-se, topograficamente, coordenadas reconhecidas como propriedades ou *topoi* (posições e lugares) a considerar do ponto de vista meditativo, como se essa vontade de organização do pensamento se buscasse articular entre o desejo de exprimir as condições da forma e da matéria nas suas qualidades concretas e a contingência que caracteriza a posição ontológica do sujeito no mundo; em outros termos, no trânsito dessa operação poética, a cada visibilidade devém a tensão daquilo que, constituindo de modo transitório a unidade, se dispõe inexoravelmente à fragmentação.

«Não há lugares permanentes», como se anuncia no princípio do poema XXIX da sequência «da proximidade» (POSSACOS 2024, 37), e a certeza dessa condição instável da matéria, a abeirar-se da ruína e da dispersão, não sugere necessariamente a adesão a uma perspetiva estritamente niilista da existência, apesar da presença frequente da

114 negação e do nada em diversos poemas (o poema VII da segunda sequência constitui um desses exemplos), antes a expectativa de novos regressos a partir da matéria sob outras formas e figuras, um dos temas comuns a artes como o Desenho e a Poesia. A esse propósito, o poema XIX da primeira sequência é determinante do ponto de vista sistematizador de uma possível arte poética, dirigida à atenção do criador na observação aprofundada das condições da matéria e das formas:

averigua a ruína no descarne
das pedras de travamento, o trabalho
das mísulas na diagonal das traves

que já curvam e a pulsão do corpo
que as talhou para se cercar, averigua
as palavras na alvenaria do texto

para sustentar sentidos, no descarne
das pedras, silhares dos substantivos,
nos ossos das metáforas e no advérbio,

lá longe o palácio, averigua
que no desalinho do talhe. tudo é carne.

(POSSACOS 2024, 27)

A carne como *hylé*, termo aristotélico que designa a matéria-prima como substrato potencial cuja existência em ato pressupõe uma forma (a *morphê*), alcança neste poema a metáfora do alicerce redescoberto no descarne do edifício, como se a ruína proporcionasse o conhecimento mais claro dos princípios arquitetónicos que presidiram à construção de outrora, lidos na dispersão dos elementos da construção (pedras, mísulas) transportados para o corpo e para a pulsão «que as talhou» e daí para «a alvenaria do texto», forma-síntese de confluência dos materiais do edifício, do corpo e do poema, entre os «silhares dos substantivos» e os «ossos das metáforas» que se ergueram «para sustentar sentidos». Na ruína, todos aguardam o novo amplexo da curva e o seu impulso em direção a outras formas. A exortação à averiguação, a uma operação de *theoria*, supõe, deste modo, a observação dos movimentos que, entre a exterioridade e a interioridade, com nova inflexão para a exterioridade, proporcionam o desenvolvimento da meditação sobre o corpo e o poema, contando com a reflexão sobre a matéria e a forma, elevando os restos no sentido da frágil unidade já enunciada e imitando o gesto do desenho em busca da aparição da figura, conforme é possível ler no poema XXI da mesma série:

no assento da casa em ruínas há angiografias,
veias portas em camadas num sítio. são desenhos
de artista à época e são visíveis os riscos das nervuras,

nem todos, nem metade, às vezes as pedras cospem
a pele na incidência do vento.

são os pontos cardeais invisíveis,
onde a figura campeia e recorta o fundo,
onde o sabugueiro se alevanta e dá continuidade à vida.
na troca da sanguínea e da sombra,
as bagas circulam na ruína do assento.

(POSSACOS 2024, 29)

Citando Gilles Deleuze a partir de *Francis Bacon – Logique de la sensation* (1981) – e a presença deste pensador presente-se forte ao longo de *curva* num modo mais ou menos evidente –, “O corpo é a Figura, ou antes, o material da Figura.” (DELEUZE 2011, 59). No âmbito destes versos, na sua natureza vascular de um existir que é, em simultâneo, condutor de vida e linhas ramificadas semelhantes às do desenho, o material da Figura é constituído pelas palavras e pela «troca da sanguínea e da sombra», a realizar-se na variedade dos significantes que, no poema anteriormente citado, evocam as diversas naturezas sémicas de que se revestem. A presença da palavra «sanguínea» concede-nos o testemunho seguro dessa diversidade, a emergir na composição tanto na perspetiva do sentido capilar destes versos, menção que nos possibilita aproximações poéticas contemporâneas como as de Herberto Helder, Luiza Neto Jorge, Luís Miguel Nava ou Daniel Faria, como na referência técnica ao desenho executado a giz ou argila de cor vermelha, frequentemente usada em esboços (pense-se no famoso retrato de Leonardo Da Vinci). Essa libertação de significados no devir-poema que apenas a leitura vem iluminar ou empalidecer até à penumbra sustenta a propriedade infinita do espanto que cada um deve incluir no naípe das suas promessas. De novo, refira-se a exemplaridade do título desta obra, *curva*, e nas possibilidades que a palavra, isolada, capilarmente seccionada do corpo do texto, oferece do ponto de vista dos potenciais significados, se lida como nome, adjetivo (sem um nome a qualificar) ou verbo de sujeito inexistente.

Esta não é uma ocorrência de todo singular na obra de Óscar Possacos, se decidirmos recuperar o título do livro anterior, *cantaria*, publicado pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto em julho de 2014, palavra cujos significados se expandem entre o nome – de novo, pedra e construção – e o verbo, conectando-se com a conhecida tradição da relação entre o fazer, o canto e a poesia. A unidade do corpo verbal como matéria visível desfoca-se perante a pluralidade do *sema*, sinal da diversidade significativa que exprime, como sublinhamos, tanto a libertação dos sentidos como prodigaliza o espanto durante o tempo da leitura de cada poema. A matéria desse substrato, como lemos em *curva*, confronta-se com a propriedade elementar da impermanência dos corpos e

das suas rotações sucessivas, supondo regressos sob novas Figuras em «intervalos no céu do tempo», como é afirmado no poema V da série «da paisagem e da distância» (POSSACOS 2024, 73). Nesse movimento, procura-se opor ao caos a organização das formas, mesmo que na sua inevitável fluidez, e, não obstante «na sombra», avançar no sentido da irrupção dos sentidos. Leia-se, ainda, o poema IV da série já mencionada:

não há lugar permanente na roda da matéria,
muito por exemplo, nas nuvens desliza a forma,
chove. nos diques o excesso de partículas transborda.

a desordem a rebordar nas fundas
camadas das raízes, a aparição das vistas
e os recipientes dos morfemas
apascentam a sede à terra. à boca da terra.

(POSSACOS 2024, 72)

A leitura deste poema não evita a meditação sobre os seus antecedentes clássicos, sobretudo o primeiro verso, evocativo da *theoria* da impermanência que, de Heraclito a Lucrecio, procurou caracterizar uma certa conceção de natureza das coisas. Como já referido, o pendor tratadístico de *curva* conduz-se dentro de propósitos similares, alinhando-se com a famosa proposição de Lucrecio «Tudo está em fluir constante» (LUCRÉCIO 2015, V, 279), condição que afeta de igual modo a Mãe Terra, pois, citando o tratado *De Rerum Natura*, «nada permanece igual a si mesmo, tudo se altera, / tudo a natureza transforma e obriga a mudar.» (LUCRÉCIO 2015, V, 829-830). A afinidade entre o filósofo-poeta, para quem o existente é composto de átomos e vazio, e a poética de Óscar Possacos subsiste na atenção prestada ao pormenor de uma paisagem em mudança, viva na persistência do seu quotidiano e na delicadeza das suas ações, ainda que consciente da inelutabilidade da sua própria decadência:

na diagonal da casa a sombra transita
nas lajes do chão dos quintais e nos muros
dos tanques que já não vedam bem
a luz presente. a atmosfera paira abobadada
na extensão dos lameiros e sobre a casa.

há um bulício de fadiga que o animal come
para não incomodar o sol, o trabalho da fotossíntese
nas árvores mais altas das ruínas dos soalhos,
as desquadrias das portas e janelas,
a demolição contínua das células, enquanto
o cavalo pasta a paisagem com vagar inquebrantável.

(POSSACOS 2024, 63)

Numa linguagem atenta à consideração metafísica, à

reflexão em torno do traço, da matéria, do tempo e do lugar, é importante ainda destacar, nesta poética, uma das poucas referências específicas a um espaço-paisagem concreto, Trás-os-Montes, cuja «maneira de ver» se expande entre a memória do princípio, da Mãe Terra que em Lucrecio é não só a «mesma mãe de tudo» como também corpo (*soma*) que é «o túmulo de todas as coisas» (LUCRÉCIO 2015, V, 259), e a experiência sensorial de fragmentos de real em revolução sucessiva de imagens, como encontramos no poema V da série «da paisagem e da distância»:

nos planaltos de trás-os-montes
a memória é fiada até à raiz dos dentes

em intervalos no céu do tempo,
na mórfica raiz úbere da urze que alimenta
a combustão,
no olho de azeite no cimo
a rasar a água da nascente,
no ombro de encosto
do calejado umbral
do mundo – que a fissão
seja tanto como um – inda a roda
que nos inventa e acende
no regresso potencial de posição.

(POSSACOS 2024, 73)

A essa curva de roda sucede a gravidez, o *encher os olhos* de percepções visuais evocado no título da última sequência da obra, na reiterada imagem da rapariga que repetidamente «limpa os vidros dos outros» com gestos circulares e na sucessão de planos em rotação que, do distante ao perto, da forma à matéria, do todo ao intervalo, do som e da palavra ao poema, exibem a dança dos corpos num quase desvendar do tempo feito das aproximações e distanciamentos que os planos de visão oferecem ao leitor, nesse «só dentro e só perto» do verso do poema II (POSSACOS 2024, 86) que, do interior, o avizinha da velocidade subliminar das imagens e das maneiras de ver. No movimento de aceleração como o referido, dificilmente a gravidez cumpre a sua função mais epistémica de tendência para a plenitude, estabilidade, simetria ou regularidade, mormente as ideias de desaceleração e de apagamento se preveem na reflexão de todo o processo, segundo as premissas da perspectiva circular apontadas nas séries anteriores.

Da unidade ao apagamento ou à limpeza obstinada, o traço mantém a sua condição criativa tanto na presença como na ausência, com claras consequências no processo de escrita, servindo-se da profusão veloz das imagens para as *curvar* na direção do silêncio branco onde a memória do gesto em busca de um novo deslocamento necessariamente resiste e aguarda o momento oportuno do próximo

116 ciclo criativo. Situando-se, de modo voluntário, nos arredores, nas margens da obra, é a partir dessa posição privilegiada que o sujeito criador exerce a sua tarefa de refletir sobre o mundo, na obstinação de quem, como Óscar Possacos, compreende o ofício poético como prática aguda do pensamento e da palavra na circunscrição elevada das visões do tempo:

ocupação da pele da página,
de aguçadas letras:
desenhos infigurativos
como um relógio é.
depois vem o tempo

do apagar das folhas
descendentes,
no desiderato inútil,
primeiro à tona onde flutuam
transidas do corpo ao abraço
terminam na mão, cumprimento,

não sei como, nas margens excedidas
sobre-me na página.

(POSSACOS 2024, 34)

Para a memória de Fernando Guimarães

Bibliografia

DELEUZE, Gilles (2011) – Francis Bacon – *Lógica da Sensação*, tradução de José Miranda Justo. Lisboa: Orfeu Negro.

LUCRÉCIO (2015) – *Da Natureza das Coisas*, tradução de Luís Manuel Gaspar Cerqueira. Lisboa: Relógio D'Água.

POSSACOS, Óscar (2024) – *curva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

VALÉRY, Paul (1965) – *Degas Danse Dessin*. Paris: Gallimard.

CRÓNICAS PAREDEENSES

António Aresta, Professor e investigador

*Nem me falta na vida honesto estudo,
Com longa experiência misturado.*
Luís de Camões, Os Lusíadas, X.154

A história de Paredes e do seu concelho, que é uma história cultural e pluridimensional, começou a ser metodicamente estudada por José do Barreiro que publicou a *Monografia de Paredes* em 1922, cujo segundo volume com correções e acrescentos é de 1924. Esta obra notável foi reeditada em *fac-simile*, pela Câmara Municipal de Paredes, em 2021.

É uma massa imensa de informações, um verdadeiro *vade mecum* para a história do concelho. Mas não só.

Apesar do campo de investigação ser riquíssimo e desafiante, há grandes figuras que permanecem num esquecimento que tem tanto de atroz como de desleixado ou de injusto.

Refiro-me, por exemplo, a António Augusto Teixeira de Vasconcelos [1816-1878], político, jornalista e literato de renome, que também foi incompreensível e misteriosamente saneado de patrono da Escola Preparatória de Paredes.

Mas, lembro igualmente outras grandes personalidades, por exemplo, José Barbosa Leão [1818-1888], João Gomes Ferreira [1851-1897], António Barbosa Leão [1860-1929], Francisco Moreira das Neves [1906-1992], António Moreira Cabral [1833-1911], Joaquim Alves Correia [1886-1951], Manuel Alves Correia [1881-1948] ou Francisco da

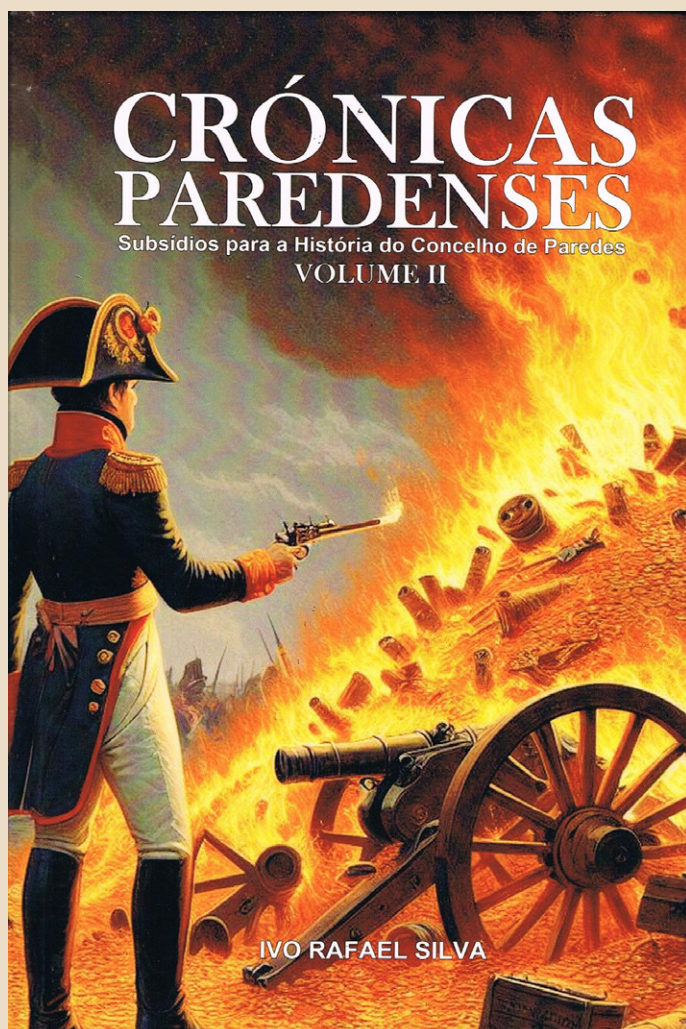
Cunha Leão [1907-1974], cuja vida e obra aguardam por um estudo isento, competente e clarificador.

São figuras, todas elas, de dimensão nacional que deveriam transformar-se numa mais-valia cultural de reconhecimento e de grande prestígio para o concelho. Saiba o município congregar vontades, incentivar e promover a sua valoração.

Outros investigadores, professores, jornalistas e historiadores continuaram esse legado, consistentemente encetado por José do Barreiro, inovando, corrigindo, cruzando informações, rasgando novos horizontes e aprofundando essa fecunda história cultural, tais como Manuel Abranches de Soveral, Manuel Ferreira Coelho, António Gomes de Sousa, José Leão, Alda Neto, José Pinto, Cristiano Marques da Costa, Jorge Araújo, Ivo Rafael Silva entre outros.

Permitam-me que puxe a brasa à minha sardinha e releve o papel da Hexágono – Associação dos Antigos Alunos e Amigos da Escola Secundária de Paredes, que organiza o Seminário Paredes – Cultura e História, com sete edições consecutivas [a pandemia do Covid 19 cancelou duas edições], que investiu sempre na divulgação e na investigação sobre a história cultural de Paredes, porque esse era o caminho para se construir cientificamente uma dimensão local de alguns segmentos dos programas escolares.

A *Revista Papel de Paredes*, da Escola Secundária de Paredes|Hexágono publicou, ao longo dos anos, diversos



estudos sobre o concelho e as suas personalidades mais marcantes.

Também é digno de realce o papel destacado da *Revista Cultural Orpheu Paredes*, da Câmara Municipal de Paredes, como repositório de ensaios diversos, não esquecendo o original e valioso suplemento intitulado *Dicionário das Figuras Históricas de Paredes*.

É nesta heterogénea linhagem historiográfica e cultural e de largos caminhos hermenêuticos que Ivo Rafael Silva se insere.

Natural de Recarei, em Paredes, e apesar de jovem possui já um extenso e valioso trajecto como investigador e pesquisador de temas paredenses, nas áreas da história, da biografia, da economia, da religião, da etnografia ou da antropologia cultural.

Para além de ensaios dispersos em revistas e artigos na imprensa, é autor ou co-autor das seguintes obras: *Villa Recaredi*, 2008; *Recarei e o Sacerdócio*, 2010; *Crónicas Recaredenses*, 2013; *Paredenses na Grande Guerra: 1914-1918*, 2017; *Paredes e a Primeira República*, 2020; *Vasco da Gama Futebol Clube de Recarei*, 2021; *Crónicas Paredenses I*, 2023; *Crónicas Paredenses II*, 2024.

Parece-me importante dar a voz ao autor para clarificar o seu intuito e a sua metodologia: “*Crónicas Paredenses* foi

o título escolhido para a série de artigos historiográficos sobre o concelho de Paredes que, a partir de 8 de Abril de 2021, foi sendo publicada no jornal quinzenário local *O Paredense*. Este volume reúne tantos os textos do jornal, como os que foram inseridos no website homónimo (cronicasparedenses.pt), criado em Março de 2023” [“*Crónicas Paredenses I*”, 2023, Nota Introdutória].

Ivo Rafael Silva refere ainda que “o objectivo de assentar a investigação numa publicação acessível, útil e prática, continua a nortear todo o nosso trabalho, sem que tal signifique abdicar, por um só momento, da busca do rigor e da aplicação do método de investigação científica em cada temática, cada texto, cada parágrafo ou cada palavra” [“*Crónicas Paredenses II*”, 2024, Nota Introdutória].

Estes dois volumes das “*Crónicas Paredenses*” são monumentais [526 e 474 páginas] pela amplitude das temáticas e pelo rigor da investigação, sem esquecer a elegância discursiva. E também é de realçar o cuidadoso aparato gráfico destes livros.

Nas “*Crónicas Paredenses*”, ao longo de 69 ensaios, da bibliografia e das ilustrações, encontramos os melhores lances da história de Paredes, os seus protagonistas, os episódios insólitos, a história militar, os desportos, a presença da Igreja, os problemas políticos ou a revisitação da agitada governança municipal.

Esta tarefa de pensar as imperfeições do quotidiano, balizado este entre o local, o regional e o global, é uma das formas de assumir um diálogo entre a liberdade, a cultura e os valores, numa modernidade pouco exigente mas muito acelerada pela emergência de todas as novas tecnologias.

Depois de ler o segundo volume, ocorreu-me inevitavelmente aquela célebre afirmação de René Descartes, nos *Princípios da Filosofia* “...viver sem filosofar é ter os olhos fechados e nunca tentar abri-los; e o prazer de ver todas as coisas que a nossa vista descobre não é nada comparável à satisfação que nos dá o conhecimento das coisas que alcançamos através da Filosofia”. Abrir os olhos para a realidade pode ser um acto custoso, mesmo perigoso, mas isso é a essência da vida e da coragem de viver. Pensar com autonomia, isenção e liberdade, com os olhos bem abertos, é o projecto de vida de quem faz investigação.

E uma forma de olhar o mundo que nos rodeia, interpela e desafia é, por exemplo, ler a imprensa que se publicou em Paredes, desde o século XIX. Seria muito importante organizar uma hemeroteca, com os jornais mais antigos digitalizados e microfilmados, acessíveis aos investigadores e aos curiosos.

Inscrevo Ivo Rafael Silva nessa linhagem de pensadores de uma fenomenologia cultural compreensiva do quotidiano que aceita os desafios da política, da globalização, das críticas à justiça social, à democracia e às liberdades porque é neste cosmos que a sociedade civil se vai fortalecer para exigir responsabilidade e melhor cidadania.

É um homem sinceramente afecto às letras, à história

118 e à cultura. Muitos dos seus inúmeros leitores tem beneficiado da largueza de horizontes da sua capacidade de problematização e do cosmopolitismo e actualização dos seus pontos de vista.

Um trabalho minucioso, que nos ajuda a definir o perfil de um probo investigador, está por exemplo nos capítulos “As Terras de Paredes no Tombo dos Bens de Paço de Sousa, 1593”, nos “Inquéritos Diocesanos” de 1821 e de 1937, nas “Relações de Bens das Igrejas em 1769-1770” ou nos “Paredenses na Exposição Internacional do Porto, 1865”.

Gostaria de chamar a atenção para duas crónicas excelentes, “Nos 500 anos de Camões – um crítico barroco em Rebordosa” e “Camilo e a Estalagem de Baltar”, ambas tributárias de uma investigação meticulosa, apaixonada e muito atenta aos pormenores.

Outro importante estudo é “O Subsídio Literário e a Produção Vinícola nos Séculos XVIII e XIX”, essencial para o delineamento da história da instrução pública em Paredes, uma área de estudos onde está quase tudo por estudar e investigar. Por exemplo, abre-se o monumental Portugal – *Diccionario Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*, de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues [editado por João Romano Torres, Lisboa, 1904], e colhemos estas duas informações. A primeira, “por muitos anos houve em Paredes um professor régio de latim” [p. 447]; a segunda, há a “Escola Conde Ferreira para os dois sexos, Ginásio José Luiz da Silva Ribeiro, oferecido à mesma Escola, biblioteca municipal, parte integrante da referida Escola” [p. 447]. Por esta amostra se nota o muito que nos falta conhecer e saber sobre a instrução pública no concelho de Paredes.

E como comemoramos neste ano de 2025 os 200 anos do nascimento do grande mestre que foi Camilo Castelo Branco, gostaria de rapidamente lembrar um esquecido livro, “Mosaico e Silva de Curiosidades Históricas, Literárias e Biográficas”, publicado em 1868, onde se narram as peripécias de um viajante na província do Minho em 1785.

Descreve-nos o estado das livrarias em cinco conventos, que evoco num relance.

O primeiro, é o de Alpendurada, no Marco de Canaveses: “vi a livraria antiga, que estava na casa mais imunda que imaginar se pode, cheia de teias de aranha e, o que é mais, de bacalhau, uvas, maçãs, etc. Ainda que por causa da porcaria poucos livros pude ver, pareceu-me que os não tinha de suposição nem manuscritos de estimação” [p. 216].

O segundo é o de Paço de Sousa, em Penafiel: “Tomadas as bênçãos do costume, fui à livraria, que achei sem ordem alguma: metade dos livros estavam pelo chão e muitos abertos por cima das mesas. Parece-me que tinha poucos livros antigos de consideração e não muitos modernos. A casa estava imunda, forrada de teias de aranha” [p. 218].

O terceiro convento foi o de Bustelo, em Penafiel: “fui à livraria, que com efeito tem os livros nas estantes e com sua arrumação, se bem que muito má, ainda que o bibliotecário disse que tinha cuidado nisto” [p. 219].

O quarto é o de Travanca, em Amarante: “passei à livraria, que não achei tão boa como supunha” [p. 220].

O quinto convento é o de Pombeiro, em Felgueiras: “fui à livraria que é maior que a de Bustelo e Travanca, mas sem livros de consideração” [p. 221].

Estes frades eram, como se vê, pouco amigos dos livros e da cultura. Talvez fossem prendados noutras actividades ou misteres.

Os conventos existentes no antigo e actual perímetro do concelho de Paredes escaparam, não se sabe porquê, a esta vistoria ou romagem, tais como o de S. Pedro de Cête ou o de Vilela. Foi pena.

Poderemos, algum dia, conhecer o estado das livrarias que existiam nessas duas instituições, havendo fontes documentais disponíveis, como é evidente?

Ivo Rafael Silva merece ser louvado, reconhecido e apoiado pelo incansável e probo trabalho que tem feito em prol de Paredes, da sua cultura e da sua história.

Ficamos todos a aguardar as *Crónicas Paredenses III*.

ETNOGRAFIA

LINHO: HISTÓRIA, PLANTA E CULTURA(S)

Carlos A. B. Barros Castro e António Luís Crespi, Professores Universitários

História da cultura

O linho, *Linum usitatissimum* L., é das plantas mais remotas e importantes utilizada como produtora de fibras têxteis, mas também como planta alimentar ou medicinal. Para além das referências bíblicas, os primeiros registos arqueológicos foram obtidos na Síria e comprovam a utilização de um linho, com as características do *Linum bienne* Miller, há mais de

9 000 anos. Ainda no Médio Oriente, mas também na Suíça, foram recolhidos vestígios com cerca de 8 000 anos de um linho com características que se enquadram nas do linho atualmente mais cultivado (*L. usitatissimum* L.). A par dos registos vegetais, descobrem-se também restos de instrumentos utilizados no processamento, os antecessores da espadela, carda, roca e fuso.

São inúmeros os registos do cultivo e utilização têxtil do linho no Egipto antigo, nos baixos relevos que descrevem diversas fases do tratamento do linho, quer em panos de linho que envolviam múmias, seja ainda nos atributos de pureza e luz que lhe atribuíam. O linho foi também cultivado e disseminado por gregos e romanos, como o atestam numerosos documentos escritos de eruditos, como Hipócrates, *Theophrastus*, Virgílio e Ovídio, que referem a qualidade da fibra e as propriedades medicinais/alimentares das sementes (dores abdominais, tosse). Atribui-se aos Fenícios a introdução na Europa do *L. usitatissimum*.

Em Portugal Continental ocorrem outras espécies espontâneas, nomeadamente, o *Linum catharticum* L. (Linho-purgante) no Alto Minho e Trás-os-Montes, caracterizado pelas folhas na sua maioria opostas e utilizado como laxante, o *L. strictum* L. mais frequente no centro e sul do continente, o *L. narboense* L. e *L. maritimum* L. em riscos de extinção.

Em Espanha há achados datados com 4 500 anos e em Portugal da idade do bronze. Em citânias dispersas pelo Noroeste Peninsular encontraram-se objetos relacionados com o seu processamento e, na Idade Média, era “moeda” frequente nas transações comerciais, além de forma de pagamento de tributos e portagens. No século XV, em Trás-os-Montes, a cultura estava de tal modo expandida que, sob pena de várias sanções, se limitou a sementeira de linhaça por haver falta de farinhas para o fabrico de pão. No passado do concelho de Paredes era importante ao ponto de servir, mesmo após a Idade Média, para pagamento de forais; vejamos, a este respeito, as Inquirições de D. Afonso III (1258) e os forais de Aguiar de Sousa (1513) e de Baltar (1515).

O aumento das trocas comerciais facilitou a disseminação do algodão, mas, na transição do século XVIII para o XIX, o Bloqueio Continental dificultou o abastecimento de algodão e promoveu a expansão da cultura do linho que chegou a atingir 25 000 ha em 1875. Em pleno século XIX, o desenvolvimento da indústria de fição de algodão provocou o declínio da cultura, acentuado com a difusão da máquina a vapor e consequente abandono dos veleiros que o usavam nas suas velas.

Em Portugal, o declínio da cultura justificou a intervenção do governo no final do século XIX e, como resultado direto desta intervenção, a produção aumentou em cerca de 20 %.

As fibras sintéticas, surgidas no século XX, originaram nova crise da cultura, mas vários autores realçam a importância social que a cultura assumia nas províncias do Minho e Trás-os-Montes. No entanto, dos milhares de hectares dedicados à cultura do linho em meados do século XIX, em 1940 restavam apenas 1 670; ainda assim o linho era cultivado em todo o Continente, mas sobretudo no Minho (cerca de 1000 ha) e Beiras.

Não obstante as iniciativas da *Empresa Fabril do Norte* desde a década de 50 até 1980, hoje não restarão mais do que algumas dezenas de hectares irregularmente distribuídos. Nas estatísticas oficiais (INE), a partir de 1950 os registos têm como base apenas a produção da *Empresa Fabril do Norte*.

As referências recentes à cultura do linho no Minho e em Trás-os-Montes são escassas, ainda que se saiba persistir em algumas aldeias. Em meados do século XX, o linho era uma cultura com importância económica em muitas das freguesias do distrito de Vila Real e existiriam ainda cerca de mil teares em funcionamento (9% do total do país). A situação atual é mais crítica, sendo raros os teares em funcionamento e reduzida a área cultivada.

Preferências ambientais

O solo ideal para a cultura do linho deve atender ao facto de quer a semente, pequena, quer a planta, relativamente frágil, não se adaptarem a solos pouco profundos, argilosos ou com excesso de cálcio; caso contrário emergência, crescimento e qualidade serão prejudicados. Esta exigência deve ter em conta até a variedade; os melhores solos, e regados, eram reservados ao linho galego e os menos férteis para o linho mourisco. É considerada uma planta exigente em zinco o que pode, em solos calcários, arenosos ou frios e húmidos, originar carências. Entre nós são mais vulgares os solos ácidos pelo que não será usual a ocorrência de carências em zinco.

É uma planta C3 e de dias longos pelo que o aumento da duração do dia pode antecipar a floração de algumas variedades. Pode ser considerado resistente ao frio, já que há variedades suportando temperaturas de 4 °C negativos (ou menos), que chegamos a registar em ensaios que conduzimos em Vila Real (sementeiras outonais).



Fig. 1 – Linho de Inverno

No entanto, para semear linho devemos ter temperaturas mínimas de 5°C (ótimo de 28°C) e temperaturas negativas na época da floração podem comprometer a produção de grão.

Apesar da planta de linho ser relativamente pequena, exige muita água, em particular o têxtil, cultivado de preferência em regiões de clima temperado húmido onde as suas elevadas exigências de água podem ser satisfeitas:

No caso do linho para grão, deve atender-se a que o período de maior sensibilidade à falta de água é o que rodeia a floração. Os linhos para produção de óleo adaptam-se melhor a solos arenosos, dada a sua preferência por condições mais secas e quentes.

Variedades

As variedades de linho de inverno têm uma fase vegetativa mais demorada e maior resistência ao frio; as de primavera têm porte mais ereto, não necessitam de vernalização e são

A autogamia predomina o que permite a recolha e sementeira da produção obtida, sem que ocorram grandes alterações das características varietais.

Na escolha das variedades deve atender-se à ramificação. No caso do linho para óleo (grão), ao contrário do linho têxtil, interessa obter muitas flores e, portanto, ter mais ramos secundários, além de sementes maiores. No caso das têxteis, os caules devem ser mais longos e menos ramificados.

Há variedades com ciclos mais ou menos longos o que pode ser usado no controle de pragas ou adaptação do ciclo cultural a rotações com culturas, como milho ou batata.

O linho é uma planta muito suscetível à acama pelo que esta característica é importante na escolha da variedade, seja qual for o objetivo da cultura. O rendimento e qualidade em fiação ou óleo é outra característica importante.

O Catálogo Nacional de Variedades (2023) inclui apenas uma variedade (*Selin*), mas no passado conheciam-se, entre outros, nomes como *Ariane*, *Coimbrão*, *Hera*, *Mira* e *Silva* para têxtil.

O melhoramento procura obter variedades mais altas, que naturalmente produzem mais fibra, mas são também mais sensíveis à acama, além de resistência a doenças, acama e frio, bem como aumento da produtividade e qualidade da fibra e do grão (óleo).



Fig. 2 – Variedades comerciais semeadas no outono

As variedades portuguesas tradicionais são mais baixas, com menor rendimento em fibra, mas esta é de grande qualidade (Galego) pelo que são preferidas para a produção de artesanato têxtil.

Ciclo cultural e rotações

O ciclo cultural, tal como a da generalidade das culturas, inclui a preparação do solo, sementeira, mondas, regas, sachas e colheita. No entanto, o ciclo do linho tradicional não se limita ao período que decorre entre a preparação do solo/sementeira e a colheita; os trabalhos pós-colheita são numerosos, trabalhosos e diversos de acordo com a região, podendo constar de secagem, ripagem, maceração (“curtimento”), lavagem e secagem, maçar, espadelar, assedar, fiar, branquear e tecer.

No passado, quando a cultura estava mais disseminada, era importante a prática de rotações (3 ou mais anos) com o objetivo de controlar pragas e doenças. São possíveis rotações com batata, nabo, milho e forragens (ferrã) ou outras sachadas, desde que se adaptem as datas (sementeira, colheita) de cada uma. Em

algumas aldeias fazia-se em simultâneo com o milho (milhão), que permanecia no solo após a colheita do linho. Atenção também caso se usem herbicidas que podem afetar o linho.

Preparação do solo e fertilização

Sendo a semente de linho de pequena dimensão exige alguns cuidados adicionais, como sejam evitar a secagem do solo, a presença de pedras/torrões à superfície ou de resíduos da cultura anterior.

A fertilização da cultura, como é usual, deve atender a fatores de que destacamos a análise do solo, o precedente cultural e o objetivo da cultura. No Quadro 1, apresentam-se alguns valores de exportação da cultura, ponderados os reportados por várias fontes, os nossos ensaios experimentais e resultados laboratoriais.

QUADRO 1 - Exportação (kg) de nutrientes da cultura de linho

	N	P2O5	K2O	S
Semente (1 ton)	28 - 34	14	8 - 13	3
Palha (1 ton)	12	5	25	3

O azoto tende a aumentar a altura e ramificação das plantas, o que facilita a produção de grão, mas também a acama e alguma desordem nas fibras formadas. Não aplicar azoto ou em doses muito reduzidas é usual desde que o solo seja medianamente fértil; no caso das variedades oleaginosas as doses de fertilizantes devem ser superiores. Em qualquer caso, normalmente, apenas em fundo ou repartir parte em cobertura quando os ciclos são mais longos (sementeiras outonais).

Aplicar fertilizantes potássicos pode precaver excessos de adubação azotada, além de favorecer a qualidade da fibra, mas deve ter-se em atenção que o ião cloro do cloreto de potássio prejudica a qualidade pelo que se deve evitar o emprego desta formulação.

O fósforo favorece a qualidade da fibra, o teor em óleo das sementes e a precocidade. Apesar de exigente em cálcio deve ter-se cuidados com a calagem que promove carências de zinco e piora a qualidade da fibra.

Sementeira

Em Portugal, na maioria das regiões, pode ser semeado no outono (linho mourisco ou temporão), de modo a que as plantas se desenvolvam o suficiente antes do inverno, mas o mais comum era a sementeira de primavera (galego ou seródio em março/abril).

A densidade de sementeira depende da qualidade da semente e técnica de sementeira, mas também do destino da cultura. No cultivo tradicional era comum, no caso do têxtil, obter até 2 000 plantas por metro quadrado também com o objetivo de obter algum controlo das infestantes; linhos oleaginosos são cultivados a menores densidades (até 1 000 plantas m⁻²).

A sementeira em linhas, com semeadores de precisão e variedades comerciais, utiliza menores densidades porque são plantas em geral com maior porte. A desinfecção da semente, pouco vulgar em Portugal, ajuda a prevenir a ocorrência de alguns dos inimigos da cultura.

Amanhos e granjeios

Em Portugal, dado o estado atual da cultura, é pouco vulgar encontrarem-se referências a pragas ou doenças específicas do linho; no entanto, no passado, referiam-se o "Chamusco" (*Fusarium spp.*), Podridão cinzenta (*Botrytis cinerea*), "Chamusco" (*Pitium*) e pragas como os Tripes (*Thrips spp.*) que causavam problemas, nomeadamente, falhas na emergência e acama de plantas.

Dada a relativa fragilidade da planta do linho, o linhar (linhal) é facilmente prejudicado pela presença de infestantes. Em Portugal, o seu controle era manual, sachas, e os herbicidas homologados atualmente são pouco frequentes ou inexistentes.

O cultivo tradicional fazia as chamadas "ramadas", sobretudo em solos húmidos, muito férteis, havendo riscos de acama e quando se pretende sementeiras densas para linho fino. Consistia em dispor, sobre o solo, ramos de arbustos para servirem de suporte às plantas de linho. O risco de acama, maior a densidades elevadas, com adubações azotadas e algumas variedades, dificulta a colheita, diminui a quantidade e qualidade da produção e favorece a ocorrência de doenças. Há hormonas de crescimento que diminuem o risco de acama, mas a sua aplicação é pouco vulgar, mesmo noutros países.

A rega é importante, em particular no linho de primavera, uma vez que a planta é mais exigente em água do que aparenta a sua fragilidade (requer cerca de 400 a 500 mm durante o ciclo).

Colheita e pós colheita

O linho grão pode colher-se a partir do momento em que, ao agitar a planta, se ouve o bater das sementes no interior das cápsulas (até 5% de cápsulas verdes). Noutros países chegam a aplicar desseccantes porque a colheita é efetuada em períodos com riscos mais elevados de precipitação, que afetam o rendimento da colheita e/ou a ocorrência de doenças.

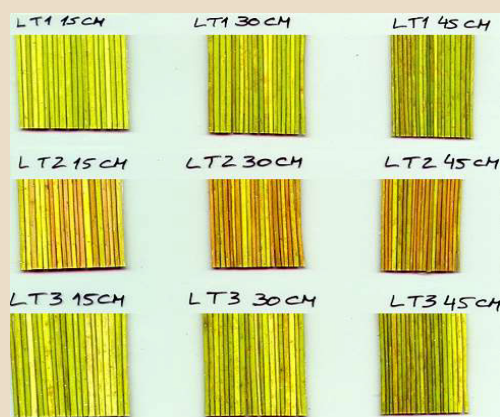


Fig. 3 – Cortes de caules da variedade de linho *Laura* (L) a várias alturas (15, 30 e 45 cm) e em diferentes fases de maturação após a aplicação de desseccantes (fotos do autor).

Em Portugal, onde prevalece o linho têxtil, a semente é considerada um subproduto e é aproveitada numa das primeiras operações do seu processamento, a ripa. Conservar a semente exige que o seu teor de água não seja superior a 10%.

A colheita de linho fibra pode efetuar-se a partir do momento em que a planta (3/4) e cápsulas ganham uma tonalidade amarelada e as folhas do terço inferior da planta já caíram. Se as fibras não forem aproveitadas no curto prazo, e se pretenda conservar, devem ter menos de 16 % de água.

As plantas de linho na realidade, em geral, são arrancadas manualmente e não colhidas; isto devido à dificuldade do corte e no sentido de se obter maior produção de fibra. É possível, mas pouco vulgar em Portugal, a mecanização integral da colheita e transformação, mas enfrenta problemas como o custo elevado da maquinaria envolvida, a sua circulação no minifúndio e a qualidade da fibra obtida. A colheita do linho para a indústria do papel é a mais fácil já que não existe a preocupação de manter algum paralelismo das fibras.

Tradicionalmente, após o arranque ("arriga") e sacudida a terra aderente às raízes, formam-se molhos ("gavelas") que, se necessário se põem a secar; quando a cápsula está seca, é ripado fazendo passar molhos ("panadas") no "ripanço" ("ripo") para separar as cápsulas ("baganhas") e libertar as sementes.

Depois o linho é sujeito a transformações ("curtimento"), que visa libertar as fibras dos elementos lenhosos e do cimento (pectose) que os une. Isto pode ser efetuado em água ("emolhar"), a seco ou por processos enzimáticos e estuda-se atualmente o uso de micro-ondas.

A maceração em água consiste em emergir os feixes em água, corrente, mas lenta, por períodos de cerca de 6 dias no Verão (mais no outono). São bactérias anaeróbias (*Bacillus mesentericus*, *B. subtilis*, *Clostridium butyricum*) que promovem a fermentação. Era o processo mais vulgar em Portugal, originando filaça de melhor qualidade, mas foi abandonado noutros países dado criar problemas de poluição da água, sobretudo quando a água é quase estagnada (charcos, lagos, poços), mas obtendo-se neste caso filaças mais finas e branqueáveis.

Na maceração aeróbia, a palha, disposta em camadas, sob a ação do sol, vento, chuva e geadas, sofre a decomposição promovida neste caso por fungos (*Penicillium sp.*, *Cladosporium herbarum* e *Rhodotorula sp.*). Durante o processo fazem-se vários reviramentos e, na ausência de orvalhos e/ou chuva, deve regar-se. Este processo é mais demorado (3 a 8 semanas).

A indústria usa tanques aquecidos, enzimas ou vapor que substituem a ação dos microrganismos e permitem acelerar o processo, mas origina filaças de pior qualidade.

Após a maceração e em agricultura tradicional, seguem-se-lhe a secagem (o mais rápido e uniforme possível), "maçagem", por meio de "maço", "engenho" ou "grama", a "espadelada", a seleção de fibras nos "sedeiros" e fiação mecânica ou manual ("roca" e "fuso") utilizando instrumentos documentados na figura 4, por vezes com decorações que acentuam o carácter festivo destas atividades, ou até engenhos movidos com a energia de cursos de água ou mesmo de tração animal.



Fig. 4 – Alguns dos instrumentos utilizados no processamento do linho (no sentido dos ponteiros do relógio): Espadela, Espadeladora mecânica, Maçar com maço, Sedeiro, Dobadoira, Sarilho, Espadilha, Fiar e Tear (fotos do autor). Roda de engenho e Engenho de tração animal (gentileza do Sr. Serafim Ferreira do Centro Interpretativo do Linho Orgânico em Recarei, Paredes).

Nestes processos vão-se obtendo “arestas” (restos das cascas) e “tomentos”, sem grande utilidade que não seja o estrume, cama de animais ou biocompósitos, estopas mais ou menos finas/curtas e desalinhasadas, utilizadas no fabrico de tecidos menos nobres (sacos, serapilheiras, panos), e linho assedado que formará “estrigas”; estas serão processadas nas rocas, fusos, originando fio e meadas recorrendo a “sarilhos” e “dobadoiras”.

Em geral, procede-se ainda ao branqueamento (“barrela”) das meadas obtidas e sua secagem.

Produção

A produção de linho grão pode chegar a mais de 3 t ha-1 e a de linho têxtil a mais de 10 t ha-1. No entanto, em geral, as produtividades não atingem sequer as 4 t ha-1 (fibra + estopa) e 1,5 t ha-1 de grão.

O processamento da palha origina 13% de fibras longas (para panos, fios, cordas), 16% de fibras curtas (estopa usada em oleados, serapilheiras), 40% de fibras usadas em vedantes, 13% de sementes e 18% de resíduos vários.

Dependendo dos anos, países como a Índia, China, Austrália e Rússia destacam-se como grandes produtores mundiais. Na Europa, Reino Unido, Irlanda, França e Bélgica são grandes produtores de linho têxtil e Grã-Bretanha/França em termos

da produção de semente (FAO, vários). No que respeita a Portugal, o Quadro 2 procura resumir a situação do cultivo, quando a cultura ainda tinha algum significado, no Continente.

Os valores do Quadro referem-se, à exceção do comércio externo, a dados da cultura do linho destinado a ser fornecido à *Empresa Fabril do Norte*; como tal, pecam por defeito dado que não incluem áreas de produção mais tradicionais como sejam as das regiões norte interior e centro do continente.

Como podemos constatar os valores dos últimos anos são muito baixos e, a partir de 1981, as Estatísticas Agrícolas (INE) deixam de apresentar valores de áreas e produções da cultura; no entanto, em termos de comércio externo, referem valores de importações de linho em bruto da ordem de 0,75 milhões de euros com exportações que, em 1989, atingiram apenas 65 mil euros. Acresce que algumas das fibras importadas pela nossa indústria têxtil podem incorporar linho que não é contabilizado como tal.

Há, por isso, margem para aumentar a área cultivada com linho que possa suprir as necessidades nacionais e promover a biodiversidade dos agroecossistemas rurais.

Composição e valor dos produtos

A semente de linho era tradicionalmente utilizada em farmácia, óleo e papas de linhaça. O subproduto da extração do óleo é utilizado na alimentação animal (cavalos), tendo um efeito regularizador do trânsito digestivo; está em estudo a possibilidade de utilização do grão inteiro para ruminantes uma vez que o grão de linho doseia até 24% de proteína bruta. No Canadá, USA, China e Índia é usado na alimentação humana e fabrico de papel, mas em Portugal apenas é comum a sua utilização em produtos de panificação ou fabrico de sabões, tintas e vernizes.

A semente contém até 44% de óleo rico em ácidos gordos não saturados que, por isso, se oxidam com facilidade; o óleo torna-se assim particularmente indicado para o uso em pinturas e madeiras, por formar uma espécie de película prote-

QUADRO 2 - Produção de Linho no Continente e Comércio Externo Português

Anos	Área (ha)	Nº produtores	Produção (t)	Importação (t) (fibra + fio)	Exportação (t) (linhaça + óleo)	Exportação (t) (linhaça)
+ óleo)						
1957-61	63	386	1 355	278	3 877	4 364
1962-66	78	432	1 462	277	13	4 866
1967-71	41	407	1 455	545	19	3 249
1972-76	38	234	826	869	14	1 338
1980	5	52	148	668	1	1 284
1981	8	100	327	515	1 438	
1989				475	12	
1990				383	14	

Fonte: INE, vários.

tora. Os principais (80% ou mais) componentes do óleo obtido das sementes de linho são os ácidos linolénico (Ómega-3) e linoleico (Ómega-6), ácidos gordos polinsaturados essenciais, e oleico; o ácido palmítico e outros representam apenas 10%. É considerado uma das melhores fontes vegetais de ómega-3, a par das sementes de chia, nozes e óleo de colza. Também se utiliza no fabrico de revestimentos para soalhos, o linóleo.

O produto final do linho têxtil, pano de linho, é muito resistente, fresco, de fácil lavagem, com grande resistência à tração, não é atacado pela traça além de repelir o pó (anti estático). No entanto, as fibras têm comprimento (10 a 60 mm) e diâmetro (5 a 35 µm) muito variáveis o que dificulta a sua industrialização. Tradicionalmente, era utilizado em têxteis mais ricos para cerimónias religiosas e enxovais ou mesmo artigos decorativos (colchas, bordados, etc.), integrando a matéria prima indispensável nos enxovais guardados religiosamente em arcas que passavam de geração em geração. Na origem do francesismo "toilette" estará até a designação de um tecido de linho que é preferido por muitos criadores de moda. Hoje em dia, os produtos de artesanato vendem-se a preços elevados, justificando o muito trabalho que a cadeia de produção acarreta.

Considerações finais

No nosso entender, e apesar da concorrência de outras fibras, tecnologia do processamento difícil e algumas características menos ideais (vinco, rigidez), o futuro pode vir a recuperar a cultura, já que a União Europeia é deficitária em fibras têxteis e é a única fibra natural capaz de ser produzida na Europa com boa adaptação e em grande escala.

No que respeita ao linho para óleo há algumas perspetivas, apesar da concorrência de outras oleaginosas. Isto, dado as suas características particulares e existir um défice mundial e a nível da CE que, em alguns anos, foi o principal importador mundial.

A cultura do linho deve ser incrementada também porque, dada a fileira que se prolonga muito para além da colheita, é capaz de gerar ocupação de mão-de-obra e mais valias que contribuem para a diversidade e sustentabilidade do meio rural. Além do mais, o têxtil de linho obtido de modo artesanal, ao contrário do que acontece com o algodão, é geralmente de qualidade superior ao obtido por processos industriais.

Paredes merece uma referência especial: tem uma freguesia (Recarei) com espadas no seu brasão, vários engenhos que no passado processavam o linho, um Centro Interpretativo do Linho e um topónimo, Linhares, atribuído a uma das suas artérias.

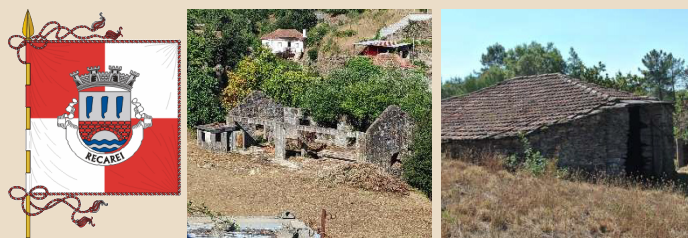


Fig. 5 – Brasão da Freguesia de Recarei, Serração hidráulica próxima do local de engenho de Linho, destruído em inundações, em Castelões de Cepeda (foto do autor), Casa do engenho em Alvre, Aguiar de Sousa (gentileza do Sr. Serafim Ferreira)

Um inquérito datado de 1881 (Imprensa Nacional) refere a existência de 18 teares no concelho de Paredes e um outro inquérito efetuado às Câmaras Municipais do continente em meados do século XX revelou, nas 14 que responderam (das 23 freguesias do concelho), 22,3 ha cultivados (só primavera) e 194 teares (Anónimo, 1943).

De acordo com Oliveira e Galhano (1978), Paredes destaca-se pelos engenhos de tração animal que, ao contrário da generalidade dos de tração hidráulica, que são temporários (retirados no inverno), estão normalmente instalados em edifícios fixos. Em Cete, de acordo com Cardoso (1949) dominavam os de tração hidráulica.

Estejam ou não corretas estas afirmações, o que é feito desse património?... É possível recuperar algum?... "*lembrei-me, com os olhos humedecidos, da minha aldeia do Minho, do seu adro assombrado de carvalheiras, a venda com um ramo de louro á porta, o alpendre do ferrador, e os ribeiros tão frescos quando verdejam os linhos...*" (Eça de Queiroz, "O Mandarim").

Agradecimentos

Uma ou várias palavras de agradecimento à Dr.^a Maria Antónia Silva da Biblioteca de Paredes, ao Sr. ^o Serafim Ferreira do Centro Interpretativo do Linho Orgânico (CILO, Recarei) e Manuel Moreira (rancho de Cete) que contribuíram para a feitura deste texto.

Bibliografia

- Afonso do Paço, M., 1953. Nota sobre sementes Proto-históricas e outras, encontradas em Portugal. Separata de *La Crónica III Congresso Arqueologia Nacional*. Galicia, 1955.
- Anónimo, 1943. *O Linho em Portugal*, Ministério da Economia.
- Anónimo, 1950. *Cultura do Linho*. Resultados obtidos nas Campanhas realizadas nos anos de 1944 - 1945 - 1948 - 1949. Ed. Empresa Fabril do Norte.
- Anónimo, 1960. *Flax production in Texas*. Texas Agricultural Experiment Station, 13 p.
- Anónimo, 2023. *Catálogo Nacional de Variedades*, DGAV.
- Cardoso, C. L., 1949. O linho em Cete (Paredes), «*Douro Litoral*», Terceira Série, V, Porto.
- Larousse Agricole. vários.
- Techniques Agricoles, vários.
- Conde D'Aurora, 1935. *A vida do Linho*. Porto.
- Encyclopædia Britannica, vários.
- Estrabão (ed. Lasserre, F. (trad. e org.), 1966. Strabon. Geographie. Societé d'Éditions "Les Belles Lettres", Paris, Tome II (Livres III et IV), 205 pp.)
- FAO, vários. *FAO Production Yearbook*. Roma, FAO.
- Graça, L. Q. (ed.), 1943. *O linho em Portugal - Subsídios para a sua cultura*. Ministério da Economia. Lisboa.
- INE, vários. *Estatísticas Agrícolas*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Lança, J. C., Baptista, J. M., s.d. *A Cultura do Linho*. Ministério da Agricultura, Série Divulgação, 6.
- Matos Sequeira, M. O., 1950. Tecnologia do Linho - Considerações sobre a maceração. Separata da "Agros" nº 5, Lisboa.
- Neuweiler, E., 1905. *Die Prähistorischen Pflanzenneste Mitteleuropas, Vierteljahrschrift der naturforschenden Gesellschaft in Zürich*. (cit. in Renfrew, J. M. 1973).
- Nunez de Leão, D., 1610. *Descrição do Reino de Portugal*. Of. de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa.
- Pery, G. A., 1875. *Geographia e Estado Geral de Portugal e Colónias*. I. N., Lisboa.
- Poehlman, J., 1978. *Breeding Field Crops*. Westport, The AVI Publishing Company, pp. 191 - 201.
- Renfrew, J. M., 1973. *Palaeoethnobotany - The Prehistoric food plants of the Near East and Europe*. Columbia University Press, New York.
- Salgueiro, T., 1988. *O Sector das Fibras na CEE*. Lisboa, Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura, 17 p.
- Santos, J. Q. 1983. *Fertilizantes: Fundamentos e Aspectos Práticos da sua Aplicação*. Publicações Europa-América.
- Silva, A., 1990. *O Linho - Têxtil*. Gazeta das Aldeias, 2968: 18 - 22.
- Teles de Menezes, 1890. Le Portugal du Point de Vue Agricole. in Corte Real, F. H. C. 1916. A Indústria da Fiação e Tecelagem do Linho e de outras fibras vegetais. *Boletim do Trabalho Industrial* nº 101, Ministério do Fomento, Lisboa.
- Vavilov, N. I., 1951. *The origin, variation, immunity and breeding of cultivated plants*. Chronica Bot. 13: 1-366.
- Viana, A., Formosinho, J. & Ferreira, O. V., 1948. *Dois raridades arqueológicas*. Rev. do Sindicato Nacional dos Engenheiros auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores nº 24, Lisboa.
- Zohary, M., 1982. *Plants of the Bible*. Cambridge University Press, Cambridge.

HISTÓRIA

O PALACETE DA GRANJA

José A. Baptista Pereira, Médico, Mesário, Ex-Presidente da Assembleia Municipal de Paredes

O Palacete da Granja, edifício majestoso localizado na Avenida da República, nº 176, na cidade de Paredes, foi mandado construir por Joaquim Bernardo Mendes, um brasileiro de torna-viagem nascido em Guilhufe (Penafiel), em 05-11-1847, e falecido em Paredes em 16-05-1911, com 64 anos. A sua construção terá decorrido entre 1882 e 1883. A Casa da Granja, como despretensiosamente é nomeada nas cartas familiares, ou Casa do Souto como também consta de alguns textos, foi construída na Quinta do Souto, propriedade herdada por Joaquim Bernardo.

É um edifício típico da transição do séc. XIX para o séc. XX, com imponência e beleza arquitetónicas próprias das “casas de brasileiros”, tão comuns no concelho e no país dessa época. A reabilitação a que foi submetido em 1995-1997 e o cuidado posterior na sua manutenção realçam a sua importância como o edifício mais icónico da cidade de Paredes. Nas descrições da época eram realçadas a sua harmonia arquitetónica, a combinação do granito com os azulejos amarelos e brancos que revestem as fachadas principais, provenientes da Fábrica de Azulejos de Massarelos. Os gradeamentos e portões, trabalhados em ferro forjado, foram construídos na também já desaparecida Fundação de Massarelos. O logradouro ajardinado possui camélias e outras árvores centenárias com pequenas e frondosas alamedas ao bom estilo do romantismo britânico. É adornado com dois mirantes ou minaretes adossados, nas extremidades viradas para a rua principal.

Joaquim Bernardo Mendes foi membro do Partido Regenerador, vereador, vice-presidente e presidente (ou administrador) da Câmara de Paredes (1905-1908). Nessas funções teve um papel importante no desenvolvimento e divulgação da vila e do concelho de Paredes, recebendo no seu Palacete da Granja figuras importantes como o rei D. Carlos I (1893), o seu filho D. Manuel II (1909) e muitas outras figuras importantes dos governos monárquicos. Em 1895, o rei D. Carlos atribuiu-lhe o título de Visconde de Paredes. Faleceu a 26 de maio de 1911, no início da primeira república. Até à sua morte, foi respeitado tanto pelos seus conterrâneos como por monárquicos e republicanos. A sua esposa, D. Deolinda Nolasco da Silva, faleceu em 26 de março de 1918 e foi sepultada junto do marido no cemitério municipal de Paredes.

Depois do seu falecimento, a família continuou a habitar o Palacete que foi herdado pelo seu terceiro filho, António Anselmo Mendes, casado com Maria Benedita da Fonseca Braga e que faleceu sem geração. Deixou a propriedade

à sua irmã mais nova, D. Rosalina Maria da Conceição Mendes da Silva, casada com o Dr. Diogo Correia Teixeira de Vasconcelos de Portocarrero, da Casa do Barreiro da freguesia de Paredes e senhor da quinta do Valinho da freguesia de Beire, ambas no concelho de Paredes. Era licenciado em Direito e professor do Liceu Alexandre Herculano, no Porto. Por razões profissionais e para que os filhos pudessem frequentar o Liceu, que não existia em Paredes, a família foi residir para a Foz do Douro, no Porto.

Em 1920, a imprensa local relatava que o Palacete da Granja se encontrava desabitado e negligenciado. No entanto, tal como descreve mais tarde a neta do visconde, Dra. Isabel Portocarrero, a propriedade nunca foi abandonada. A família mudou-se para a sua casa da Foz do Douro, no Porto, onde os mais novos puderam frequentar o Liceu, mas na Casa da Granja, como a família preferia nomear, foi mantido um criado que cuidava da sua conservação e dos jardins, pomares e horta.

Em 1932, o Presidente da Câmara, Dr. Tomás Lopes Cardoso, arrendou o Palacete para ali instalar serviços camarários. De acordo com o testemunho da Dra. Isabel Portocarrero, a sua mãe sentiu-se obrigada a alugar o edifício contra a sua vontade. O presidente da Câmara terá ameaçado expropriar o edifício por ser o único que apresentava as dimensões necessárias para albergar temporariamente os Paços do Concelho. Em 1933, mudaram definitivamente os Paços do Concelho para o Palacete, alterando o seu interior, deixando este de ser adequado para habitação. De 1937 a 1942, os Paços do Concelho mantiveram-se no Palacete, sendo presidente e vice-presidente, respetivamente, o Doutor António Cabral e o Doutor José Firmino. As instalações foram entregues à família em 14-12-1942, quando os funcionários se transferiram para o novo edifício do Parque José Guilherme, oficialmente inaugurado em 23-07-1944. A Câmara entregou a Casa da Granja numa tal ruína que os seus herdeiros (Isabel e Manuel Portocarrero) terão despendido uma avultada quantia para a restaurar e voltasse a ser habitável. Depois destas obras, Manuel Mendes Corrêa Teixeira de Vasconcelos Portocarrero, irmão da Dra. Isabel Portocarrero e neto do Visconde de Paredes, viveu nesta casa com a sua esposa e seus cinco filhos, antes de mudarem para a casa da Foz do Douro a fim de continuarem os estudos.

Conforme registo de 11-03-1961, citado pelo Dr. Carmindo Maia, o Palacete foi adquirido pelo comendador Abílio Seabra, também ele ex-emigrante regressado à sua

terra depois de ter passado pelo Brasil e por Angola, onde terá feito fortuna na exploração de fazendas de café. Era casado com D. Maria Idalina Ruão Seabra. Nessa década de 60, este casal investiu muitos dos seus rendimentos em equipamentos de apoio social em Paredes, nomeadamente na construção do novo Hospital de Paredes, no seu equipamento e manutenção, assim como no Lar Moreira Neto, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paredes de que foram ambos Provedores (Abílio Seabra 1958 / 1974 e 1977 / 1982 e D. Idalina Seabra 1995 / 2012).

Em 03-11-1964, numa sessão Extraordinária da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, o casal Abílio Seabra e Maria Idalina Ruão Seabra, doou à Santa Casa da Misericórdia o Palacete da Granja, com o propósito de conseguir a sua valorização patrimonial e de fornecer uma fonte de rendimento para o Hospital que eles generosamente ajudaram a construir.

Na ATA daquela dia ficou escrito que *“o senhor Provedor... comprou uma morada de casas apalaçadas denominada “Casa da Granja” com jardim, quintal, estufa e quinteiro com um tanque, sito à Avenida da República desta vila de Paredes, e propõe à Misericórdia que aceite o dito prédio que ele Abílio Augusto Moreira de Seabra e sua esposa D. Maria Idalina da Costa Ruão Seabra por sua livre vontade lhe doam. É sua intenção proporcionar ao Hospital mais uma fonte de receita e creem que a doação que fazem irá ao encontro dos seus desejos. Desejam, no entanto, que fiquem bem expressas as seguintes condições, que constituirão encargo da Misericórdia: a) olhar pela conservação e limpeza do jazigo perpétuo que possuem no cemitério Municipal desta vila, no caso da sua família não o fazer; b) proporcionar assistência gratuita neste Hospital a si e à sua esposa e filhos, se os houver, no caso de virem a ter necessidade disso; c) mandar rezar uma missa mensal e perpetuamente por ele, sua esposa, doadores, depois do seu falecimento. A Mesa Administrativa deliberou aceitar a doação com plena consciência do que ela vale para o Hospital”*.

Posteriormente, e cumprindo o desejo dos doadores, o Palacete da Granja foi sucessivamente arrendado pela Irmandade da S.C.M. de Paredes ao Colégio Antero Quental (1966-1972) e à Câmara Municipal de Paredes para ali instalar a delegação do Liceu Garcia da Horta do Porto (outubro de 1972 a dezembro de 1975) *“embora considerado pelo Ministério da Educação impróprio para nele funcionar um estabelecimento de ensino”* (Maia, C.). A partir de 26 de maio de 1975, deu origem à Escola Secundária de Paredes (DL 260-B/75) que se manteve no Palacete até 1981. Em novembro desse ano, a Escola Secundária de Paredes transferiu-se para as novas instalações, junto do estádio das Laranjeiras. No Palacete, de novembro de 1981 a novembro de 1986, funcionou um anexo da Escola Preparatória Teixeira de Vasconcelos, cuja sede funcionava nos antigos Paços do Concelho, junto ao Pelourinho. Estas utilizações escolares alteraram o seu interior

e os jardins envolventes e o Palacete mais uma vez deixou de ter condições para habitação.

Em 17-11-1989, a Direção Regional de Educação do Norte elaborou um projeto, arquivado na CM Paredes, para estudar a possibilidade de adaptação do edifício a “residência de estudantes”. Tal não aconteceu, mas desconhecemos por que foi abandonado o projeto.

Em 25-11-1989, numa Assembleia Geral da SC da Misericórdia de Paredes, sendo Presidente da Assembleia Geral o reverendo Padre Manuel Pinto de Abreu e Provedor o senhor Manuel Silva Cunha, foi discutida a futura utilização do Palacete. Foi pressentido pelos participantes que havia inclinação do Provedor e dos membros da Mesa Administrativa para a sua alienação, por demolição ou venda. Em representação da Mesa Administrativa, o Professor Joaquim Leal apresentou a situação em que se encontrava o Palacete e a incapacidade de meios da SC da Misericórdia de Paredes para o reabilitar. Mostrou alguma da correspondência trocada com diversas instituições governamentais, nomeadamente dos Ministérios da Educação, Cultura, Turismo, Saúde, Planeamento e Administração do Território, Emprego e Segurança Social e outras instituições privadas. De nenhum destes departamentos terão tido uma resposta de apoios. Uns responderam negativamente, outros nem responderam e houve quem oferecesse soluções que implicavam a cedência da propriedade como condição para a sua reabilitação pela Misericórdia. Foi então que o Dr. Ilídio Meireles manifestou a sua insatisfação no rumo que a discussão estava a tomar, insurgindo-se contra quem defendia a venda ou demolição do edifício. Foi secundado pela D. Idalina Ruão, doadora da propriedade, conjuntamente com o seu marido, Abílio Augusto Seabra, já falecido. Na sua intervenção, solicitou que não se alienasse o edifício, que se mantivesse no património da Misericórdia como foi desejo do seu marido e que se mantivesse tal como estava, nomeadamente a sua fachada, as árvores e os jardins envolventes. Outros intervenientes defensores desta posição foram o senhor Camilo Barros e o arquiteto José Sá. Após a discussão, procedeu-se a votação e a maioria absoluta dos presentes defendeu que *“a sua venda ou demolição nunca seriam a solução a adotar”*. Por proposta do Dr. Ilídio Meireles, aprovada por unanimidade, foi constituído um grupo de irmãos que se deveria empenhar em procurar uma solução para a sua reutilização e reabilitação, de forma que não se perdesse a propriedade. Além do Dr. Ilídio Meireles, faziam parte desse grupo o arquiteto José Sá, a D. Idalina Ruão e o senhor provedor Manuel Cunha, tendo esta comissão a sua primeira reunião no dia 16-12-1989.

Em 30-11-1991, em Assembleia Geral a Irmandade da Misericórdia de Paredes, aprovou um primeiro estudo para a recuperação do edifício, da autoria do arquiteto José Sá. Não se avançou mais por manifesta falta de recursos da instituição que se encontrava obrigada a fazer obras urgentes de ampliação e recuperação nas instalações do

Numa tentativa de encontrar financiamento para a reabilitação do edifício e dar-lhe uma ocupação digna, dentro das valências da área social (lar, infantário, escola), foi solicitada uma reunião com a Segurança Social no Porto. Nesta reunião com a diretora daquela instituição estiveram presentes pela SCM de Paredes, o seu Provedor, senhor Manuel Cunha, a mesária D. Idalina Seabra, e os “irmãos” Dr. Ilídio Meireles e o Arquiteto José Sá, autor do primeiro projeto de reabilitação.

Nessa reunião, aproveitando a momentânea ausência da Diretora da Segurança Social, o senhor Dr. Ilídio Meireles conseguiu ler no documento aberto em cima da mesa, sublinhado a vermelho, que “...quer o Presidente da Câmara quer o Provedor da Misericórdia, não veem qualquer interesse na recuperação do Palacete...”. Recorda-se que partilhou esta informação com o arquiteto José Sá, que se encontrava próximo. Por isso não ficaram surpreendidos quando receberam uma resposta negativa às suas pretensões com a justificação de que as instalações não eram adequadas à instalação de equipamentos de natureza social.

Entretanto o executivo camarário mudou. No início o novo executivo liderado pelo Presidente José Augusto Granja da Fonseca (1993-2005) não terá mostrado grande interesse em apoiar o projeto de reabilitação do Palacete.

No início de 1994, surgiu a possibilidade de apresentar uma candidatura a fundos comunitários para a reabilitação de imóveis antigos. A Misericórdia tinha já um esboço do que pretendia fazer e só precisava de um projeto para formalizar a sua candidatura.

O engenheiro Fernando Moreira, membro da Irmandade da Misericórdia e também do Gabinete de Apoio Técnico do Vale do Sousa (GAT Penafiel), sugeriu que fosse solicitado à CM Paredes que formalizasse junto do GAT de Penafiel um pedido para elaborar o projeto de candidatura por ser também do interesse do município.

A Mesa Administrativa da Irmandade da Misericórdia, na ATA de 09-03-1994, registou que foi efetuado um pedido de audiência com o Presidente da Câmara Municipal, José Augusto Granja da Fonseca para apresentar esta proposta.

A 22-06-1994, em reunião ordinária do executivo municipal, sob proposta do Vereador Dr. Alberto Soares Carneiro, foi aprovada por unanimidade a “declaração de interesse municipal”, assim como deliberado também por unanimidade, a sua classificação como “imóvel de utilidade pública”. Esta proposta, era acompanhada por um resumo da história e importância do edifício para o património do Município de Paredes, elaborado pelo Dr. António Carmindo de Sousa e Maia, chefe de divisão da Educação, Cultura e Ação Social da CM de Paredes.

Estavam reunidas as condições para solicitar ao GAT de Penafiel a elaboração de um projeto de arquitetura e engenharia para a candidatura à reabilitação do Palacete da Granja. O projeto seria financiado a 75% no Programa

Operacional do Norte (PRONORTE), com financiamento comunitário através do FEDER numa candidatura preparada e intermediada pelo Gabinete de Apoio Técnico (GAT) do Vale do Sousa. A Misericórdia não desejava perder a propriedade do Palacete, mas tinha dificuldades financeiras para cumprir os 25% que eram da sua responsabilidade.

Em ATA de 01-07-1994, a Mesa Administrativa da Irmandade da Misericórdia regista que foi recebida pelo Presidente da Câmara Municipal a quem propôs que fosse a Câmara Municipal a financiar esses 25%. Não tendo obtido uma resposta definitiva, deliberou em Ata de 20-07-1994 oficiar à CM de Paredes para que fosse dada resposta ao pedido efetuado na reunião anterior. A resposta não veio e o tempo foi passando. O projeto para a candidatura progredia e estava quase concluído no GAT de Penafiel.

Em Ata de 15-11-1994, a Mesa Administrativa da S.C.M. enviou ao Presidente da Câmara de Paredes a seguinte exposição, simpática, mas algo desesperada:

“Em virtude de estar concluído o projeto de recuperação e reaproveitamento do Palacete da Granja, nesta cidade, parece ficar assim facilitada a apresentação da sua candidatura a possível participação através de fundos comunitários. Consequentemente fica também admitida a possibilidade de vermos resolvida uma situação que há muito preocupa a Misericórdia e tem tido efeitos muito negativos junto da população. Felizmente que o projeto de solução foi sempre acarinhado e compreendido pela Exma. Câmara. No sentido de viabilizar a candidatura e consequente recuperação do edifício, de harmonia com o espírito que presidiu a elaboração do respetivo projeto – com especial vocação para a cultura nas suas várias vertentes – deliberou a Mesa Administrativa não pôr condições nem impor prazos para cedência graciosa do dito edifício, no protocolo a estabelecer com essa Câmara. Assim, esta Misericórdia espera e agradece que V. Exa e a Exma. Câmara deem o melhor acolhimento possível à pretensão que, sendo nossa, é também da cidade e do próprio concelho”.

Na realidade, o Protocolo ou compromisso, assinado antes da candidatura, não cumpriu exatamente estes termos. Foi elaborado pelo Dr. Ilídio Meireles e aprovado em Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia.

Em 22-02-1995, na reunião ordinária do executivo municipal, sob proposta apresentada pelos vereadores Dr. Alberto Soares Carneiro e Eng. José Leão, que não participaram na votação por serem membros da Irmandade da Misericórdia, o protocolo foi ratificado por unanimidade.

O documento tinha sido assinado no dia anterior (21-02-1995) pelo Presidente da Câmara (Granja da Fonseca) e pela Provedora da SC da Misericórdia (Idalina Seabra). No seu texto, atribui à autarquia de Paredes a responsabilidade de efetuar a candidatura ao financiamento comunitário, salvaguarda a propriedade do edifício pela SC da Misericórdia e a possibilidade de ser utilizada por esta sempre que necessário. Além disso, estabelece os objetivos, crité-



rios e limitações para a sua utilização. Obriga a consulta prévia da SC Misericórdia se for necessário efetuar alterações ao projeto inicial e confere à CM de Paredes a obrigação da sua manutenção, pagamento de seguros e obras de recuperação que venha a necessitar. Em contrapartida, confere à CM Paredes a possibilidade de utilização gratuita do Palacete da Granja durante 25 anos.

Já com o Protocolo assinado, a resposta da CM de Paredes para assumir a candidatura aos Fundos Comunitários continuava a ser desconhecida pelos membros da Mesa Administrativa da SC da Misericórdia de Paredes e a primeira cláusula do Protocolo tardava a ser concretizada.

Em 22-05-1995, a Mesa Administrativa, presidida pela senhora Provedora D. Idalina Seabra (Provedora de 1995 - 2012), regista em ATA que receberam ofício da CM de Paredes informando que já tinha sido aprovado o projeto do Palacete da Granja e que a Mesa Administrativa já tinha respondido e agradecido o seu interesse por este assunto.

A obra realizou-se, sob a responsabilidade da Câmara Municipal, mas sempre com o acompanhamento do grupo dinamizador da Misericórdia de Paredes e dos técnicos do GAT de Penafiel, coordenado pelo Eng. Fernando Moreira.

No entanto, esta colaboração institucional não foi sempre pacífica. Sofreu ao longo do tempo várias interferências, sob a forma de informações deturpadas e maliciosas, veiculadas e ampliadas nos media. Nesses artigos exalta-se a ação da autarquia e critica-se o papel da família do Visconde e da Misericórdia de Paredes.

Em 27-06-1995, a Dra. Isabel Portocarrero, neta do Visconde de Paredes, toma a iniciativa de responder ao diretor do jornal *"O Comércio do Porto"*, pedindo que seja publicada uma retificação ao artigo de 21-06-1995, intitulado *"Recuperação do Palacete da Granja"*. Neste artigo é gravemente deturpada a verdade, acusando a família de abandono da propriedade e à SC da Misericórdia de negligência. Ao contrário, tece largos elogios à autarquia ao promover a sua reabilitação. A neta do Visconde procurou esclarecer que a maior degradação do edifício ocorreu durante a ocupação forçada da Câmara Municipal, o que

obrigou a família a despendere uma soma avultada para efetuar a sua recuperação depois do edifício ter voltado à sua posse. Mais refere que a casa esteve sempre habitada e cuidada, mesmo quando a família se transferiu para o Porto para que os filhos pudessem frequentar o Liceu. Nessas ausências a casa, os jardins, o pomar e a horta eram cuidados por um empregado dedicado

Em 31-07-1995, na Ata da reunião da Mesa Administrativa da Misericórdia de Paredes, ficou também registado o descontentamento dos mesários pela notícia publicada no jornal *"O Público"* de 27-07-1995, com o título *"Paredes - Nova Casa da Cultura"*. Neste artigo são referidas várias imprecisões graves, que mancham a verdade dos factos, consideradas ofensivas para a SC da Misericórdia de Paredes. É referido que esta não estaria interessada na recuperação do edifício e que foi a Câmara Municipal que salvou o edifício. Tal mentira teve uma resposta imediata, elaborada pelo Dr. Ilídio Meireles, advogado e membro da Irmandade. Ficou registado em ATA que a S.C da Misericórdia repudiava esta atitude e que *"ao contrário do que vem referido, o estado de degradação do denominado Palacete da Granja não indicia que a Irmandade da Misericórdia de Paredes procedesse à sua demolição, já que muito antes das preocupações do atual executivo camarário, já em Assembleia Geral da Misericórdia realizada em 25-11-1989 foi deliberado por unanimidade e para evitar quaisquer dúvidas ou erróneas interpretações, como as tiradas no artigo em referência, não permitir a venda do imóvel ou a sua demolição, antes lutar pelo restauro do edifício e zonas envolventes"*. E mais foi dito, contando todo o processo que levou à colaboração com a autarquia e exigindo que fosse reposta a verdade.

Este texto foi enviado ao diretor do jornal *"O Público"* e ao diretor do *"O Progresso de Paredes"* com pedido para ser publicado, o que foi efetuado.

A inauguração, já como CASA DA CULTURA do Município de Paredes, foi efetuada em 16 de maio de 1997, ainda antes da finalização da obra, e foi organizada pela Câmara Municipal de Paredes. Importa registar que nesse evento aconteceu um novo e desagradável deslize protocolar. A organização esqueceu-se de referir que a *"Casa da Cultura"* ocupava o Palacete da Granja e que este era propriedade da Misericórdia de Paredes. E faltou uma placa (colocada depois junto ao portão de entrada) que deveria assinalar quem era a proprietária do edifício, para além daquela outra que registava quem a inaugurou e quem a financiou. A cerimónia contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente, Eng. José Sócrates, em representação do XIIIº Governo Constitucional, presidido pelo Dr. António Guterres.

O projeto de recuperação do Palacete da Granja previa a total remodelação do edifício bem como da área envolvente, mantendo a traça externa, as cameleiras centenárias, os jardins e recebendo adicionalmente alguns arranjos exteriores, como um pequeno anfiteatro para eventos ao

128 ar livre. Na cave foi construído um auditório com cerca de 200 lugares, com palco adaptado para festas e colóquios. No piso térreo tem duas boas salas para exposições ou realização de eventos de qualquer tipo. No primeiro andar tem uma outra ampla sala para o mesmo fim. Num e noutro piso há gabinetes técnicos de apoio a esta estrutura.

O Palacete da Granja, enquanto Casa da Cultura do Município de Paredes, é um equipamento que está ao serviço da comunidade sob gestão da Câmara Municipal de Paredes, enquanto for respeitado o Protocolo estabelecido em 1995. Este Protocolo foi renovado em 2019, prolongando o tempo de utilização do Palacete para além do período que estava previsto.

A irmandade da Misericórdia de Paredes é uma instituição centenária, fundada em 24 de julho de 1902 (124 anos), sendo a IPSS mais antiga do concelho. O seu compromisso estatutário coloca-a na dependência da igreja católica quanto à organização e valores, e do apoio do Estado para o seu financiamento, através da Segurança Social. É uma entidade autónoma, mas muito condicionada pelos compromissos com estas entidades e pelo equilíbrio sempre precário entre a curta receita recebida pelos serviços prestados e a despesa gerada no cuidado com os utentes e cidadãos mais carecidos.

Tem mantido desde sempre uma total colaboração com as autoridades autárquicas e com as restantes instituições do concelho que têm os mesmos objetivos, excedendo muitas vezes as suas capacidades e recursos.

Mesmo em relação ao Palacete da Granja, houve sempre compreensão e aceitação das propostas da autarquia se formuladas da única forma aceitável, isto é, respeitando o compromisso protocolado entre ambos.

Exemplo dessa colaboração é a aceitação de alteração do texto da cláusula VI do Protocolo, solicitada em 18-03-2004 pelo presidente da Câmara de Paredes, Granja da Fonseca. Aquela cláusula vedava a utilização do Palacete para fins “de cariz religioso e político”. Esta formulação demasiado lata abrange eventos como ações de formação, conferên-

cias, debates ou manifestações artísticas que, pelo seu conteúdo, possam ser incluídas nestas restrições de “cariz religioso e político”. A mesa administrativa da Irmandade aceitou alterar esta cláusula, retirando a restrição.

O Palacete da Granja, enquanto “Casa da Cultura” ao serviço da comunidade de Paredes, tem sido palco de abundante atividade social e cultural, exposições de arte, apresentações musicais e teatrais, palestras e simpósios formativos. Esta atividade tem sido mais intensa e participativa nos últimos 8 anos, sob a tutela do pelouro da Cultura e Ação Social liderado pela vereadora Dra. Beatriz Meireles. Envolvendo a comunidade, é a sede dos “Amigos da Cultura”, grupo de formadores e formandos que se distribuem por várias atividades, da história à pintura, da música à dança, da jardinagem às visitas culturais em grupo.

Contributos da investigação e narração de:

Costa, C.M. e outros - “*Presidentes da Câmara Municipal de Paredes 1837-2017*” – coordenação Cristiano Marques da Costa, edição Câmara Municipal de Paredes, setembro 2017.

Júnior, Joaquim Rocha da Costa – “A ilustre Casa do Souto” – “*O Progresso de Paredes*”, 1773:4 (19-12-1964) e 1774:3 (26-12-1964).

Leal, J.R.- “*História Concisa da Santa Casa da Misericórdia de Paredes*” – ed. SCM de Paredes, 2002.

Maia, A.C.S.- “*Palacete dos Viscondes de Paredes ou Palacete da Granja*” - CM de Paredes Maio 1994.

Neto, A. - “*As casas de Brasileiros do concelho de Paredes*”-- ed. CM Paredes 2021.

Ribeiro, F.M.- “*Apontamentos da nossa história – O jardim do Palacete da Granja, Paredes. Contributos para a sua história*”.

SCM Paredes --*ATAS da Mesa Administrativa e da Assembleia Geral da Irmandade da Misericórdia de Paredes*.

Queirós, F. e colegas “*Papel de Paredes*”, nº 14 – Ed. Escola Secundária de Paredes, 2022.

Agradecimentos:

Dr. Ilídio Meireles, Arquiteto José Sá - Testemunhos pessoais de membros da Irmandade da SCM de Paredes.

Dr. Vasco Santos e Carlos Ferraz - pela ajuda na pesquisa de fontes.

MESTRE OURIVES DO OURO E DA PRATA DO SÉCULO XIX – BALTAR, PAREDES

Flávio Ribeiro, Professor de História

O nosso gosto pela prataria do século XIX e consequente pesquisa de elementos caracterizadores da mesma, levou-nos a conhecer os seus autores, os mestres ourives. Assim, surgiu a ideia de se fazer este pequeno estudo sobre o ourives António Gaspar Moreira, da freguesia de Baltar, concelho de Paredes. O caminho não foi fácil, pois os elementos de pesquisa de que dispúnhamos não nos

davam certezas. É o caso do seu nascimento e filiação, pois não encontramos nos Registos Paroquiais de Baltar o assento do seu nascimento. No entanto, através de outros documentos, conseguimos saber quem são os seus avós paternos e maternos, naturais de Baltar. Na sua adolescência, António Gaspar rumou ao Porto, para aprender a ser mestre ourives do ouro e da prata. Casa lá e abre um

estabelecimento comercial na Rua das Flores, no n.º 225. A qualidade dos seus produtos e a sua idoneidade granjearam-lhe o título de «Contraste, ensaiador e ourives da Casa Real» e ainda a nomeação de segundo Contraste efetivo do ouro, da cidade do Porto. No que concerne à sua produção de ourivesaria, infelizmente não encontramos nenhuma peça que possamos apresentar. Sabe-se que produziu objetos em ouro (talvez brincos, pulseiras, anéis, cordões) e, em relação à prataria, há registo de produção de bules, de açucareiros e de salvas, com o punção da sua marca «BALTAR».

No âmbito do ofício de Ensaiador Contrastante revelamos algumas características, assim como, as relacionadas com o Punção Porto Coroa e a sua origem.

António Gaspar Moreira Baltar viveu no Porto do século XIX e, desse modo, nesta pesquisa fazemos ainda uma contextualização histórica do País e da cidade, mais em concreto.

O Porto na Segunda Metade do Século XIX

Com a Regeneração, Portugal conheceu um grande desenvolvimento nas vias de comunicação, nos transportes e nos meios de comunicação. A cidade do Porto não foi exceção, pois logo em 1851 surge a primeira experiência da iluminação pública a gás, alastrando-se quatro anos mais tarde a toda a cidade, incluindo as freguesias agrupadas ao concelho e as recém-criadas, como a do Bonfim. A industrialização chega com as máquinas a vapor ¹. A modernização da cidade faz emergir a ideia da criação de um grande centro de exposições e, nesse sentido, o lançamento da primeira pedra do futuro Palácio de Cristal foi efetuada em 1861, pelo rei D. Pedro V. A sua inauguração aconteceu em 1865, com a presença do rei D. Luís I e da rainha D. Maria Pia, para a Exposição Universal Portuguesa e da Península. Em 1872, já circulava o “americano”, carruagem puxada por tração animal sobre carris de ferro e, em 1874, este carro passou a ser também de tração a vapor. A ponte de D. Maria Pia é inaugurada em 1877, assegurando a ligação do caminho-de-ferro para sul. Neste ambiente cresceu uma burguesia ligada aos negócios que enriqueceu e que passou a estar à frente dos destinos da cidade. Este grupo social frequentava os cafés onde se divertia com tertúlias literárias, políticas e de negócios e era entusiasta das temporadas do Teatro S. João.

Os hábitos do quotidiano da burguesia emergente eram marcados pela presença de objetos em prata, refinando refeições (faqueiros, chávenas chá e de café, bules, leiteiras, cafeteiras, paliteiros), na iluminação dos ambientes (castiçais, candelabros, serpentinas, palmatórias), na decoração (salvas, centros de mesa, jarras), na higiene (gomis

e bacias de água-às-mãos, jarro e bacia de barba) e até na escrita (tinteiros, papeleiras/bilheteiras), (Foto 1). O uso da prata generalizou-se e tornou-se menos seletivo quanto aos seus possuidores e entre «o funcional e o ornamental a prataria doméstica representou, por parte das elites portuguesas, um investimento económico expressivo.», (SOUSA, 2017, p.482). Deste modo, para satisfazer a grande procura, o Porto, incluindo Gondomar, tornaram-se os grandes centros produtores nacionais de objetos de prata, a partir da segunda metade do século XIX. Assim, em 1861 trabalhavam no Porto 303 ourives ou sociedades de ourivesaria (SOUSA, 1999) e, em 1876, Vicente Manuel de Moura, ensaiador e ourives do ouro, com loja na Rua das Flores, n.º 85, numa carta enviada à Câmara Municipal do Porto, afirma que «São com efeito quase exclusivamente fabricados no Porto todos os artigos de ouro e prata que se consomem no país e ilhas adjacentes, grande parte dos que se gastam nas nossas colónias africanas, e ainda toda a prata, e grande parte dos artigos de ouro de preço baixo, que se vendem no império do Brasil.», (SOUSA, 2012, vol. I, p. 176).



Foto 1 – Castiçais, paliteiros e castiçal de palmatória, (Foto, Ocean Pace Visuals, coleção particular).

As confrarias dos ourives

O exercício do ofício de ourives implicava pertencer a uma Irmandade que regulava a vivência religiosa da comunidade. Assim, havia a Confraria de Santo Elói dos ourives da prata e outra para os do ouro. De que forma surgiu esta corporação religiosa em Portugal? Elói foi um famoso ourives originário de Limoges, França, que nascera no fim do século V. Era um homem amigo do próximo, piedoso e que curava enfermos. A ele estão ligadas certas lendas milagrosas e a criação de duas igrejas, um convento e um hospital, na cidade de Limoges. Elói foi nomeado bispo de Novienne, pregando em toda a França e em outros países. Depois da sua morte foi canonizado e escolhido para patrono dos ourives, (COSTA, Laurindo, 1927).

A Irmandade da Confraria tinha obrigações, de entre as quais podemos destacar as seguintes: gerir a fábrica da capela, organizar a festa em honra do Santo, regulamentar a presença na procissão do Corpo de Deus e assistir os confrades pobres e necessitados.

¹ Em 25 de março de 1869 é fundada a Companhia Auríficia, na Rua dos Bragas, com uma secção de carpintaria a vapor, (SAMPAIO, 1993) e no ano de 1871, José António Monteiro era proprietário de uma fábrica a vapor de chocolate, (MATOS, 2009, p. 27).

A necessidade de se averiguar a legalidade e quantidade de metal, ouro ou prata, nas peças produzidas pelos mestres do ofício, vai ser regulamentada em Portugal, através da criação do Regimento dos Ensaiaadores do Ouro e da Prata e da fiscalização direta por parte do Estado, por via das Contrastarias. Deste modo, as peças de ouro, mas principalmente as de prata eram autenticadas com um Punção usado nas Contrastarias Municipais da época, através duma letra maiúscula, que era a inicial da localidade da Contrastaria, por exemplo, B (Braga), E (Évora), C (Coimbra), G (Guimarães), P (Porto), L (Lisboa). Essa Marca era usada pelo Ensaiaador e foi primitivamente chamada Marca do Concelho, Marca da Cidade e depois, Marca do Ensaiaador Municipal. Havia ainda o cargo de Contrastador, confundido muitas vezes com o de Ensaiaador. O Contrastador tinha a única função de pesar e avaliar o valor económico das peças de ourivesaria e depois passar certidões de avaliação. Por vezes, o cargo de Ensaiaador e Contrastador concentrava-se na mesma pessoa, mas eram entendidas como funções distintas e tanto um como outro eram remunerados pelas suas funções.

O Mestre Ourives de Prata ou do Ouro, uma vez concluída a peça, punccionava-a com a sua marca, geralmente as iniciais do seu nome ou apelido, circulados de contorno variado, perímetro retangular, ovalado ou recortado. Depois de marcada a peça, levava-a ao Ensaiaador Municipal que, pela «burilidade de ensaio», reentrância no metal em forma de linha em zig-zague ², colhia uma pequena quantidade de prata a qual por forte aquecimento, simultaneamente ao lado de amostras-padrão, verificar se tinha o teor de prata fixado por lei. A prata de lei correspondia a uma liga de prata pura, com algum cobre.

Quando as obras eram executadas por um ourives que exercia também o cargo de Ensaiaador, as mesmas eram marcadas por um Ensaiaador substituto que, em alguns casos, era o Juiz do Ofício da Prata.

Punção Porto Coroa

O punção P (Porto), envolvido em cercadura retangular simples, começou a ser usado no princípio do século XV e é-nos revelado numa pequena salva de prata, «dourada por partes, do tipo clássico designada como prato-de-água às mãos (...)», da coleção de pratos da Casa-Museu de Guerra Junqueiro ³. No século XVIII, a cercadura envolvente surge com diferentes formas, e nos finais deste século, o P, passa a ter em cima o desenho de uma coroa, adquirindo a designação popular de marca Porto Coroa. A última referência a este tipo de punção está documentada através da marca do Ensaiaador José Rodrigues Teixeira, usada em 1887.

Em 27 de julho de 1882 foram criadas oficialmente,

por carta régia, duas Repartições de Contrastaria, uma em Lisboa e outra no Porto e, em 1886, surge a de Braga. Estas delegações estavam sob a alçada da Casa da Moeda e passaram a substituir as funções de fiscalização exercidas até aí pelas Contrastarias Municipais. O ano de 1887, marca o início da utilização do punção Javali, nas Contrastarias de Lisboa, Porto e Braga e, em 1900, foi estabelecida uma delegação em Gondomar, tendo esta adquirido autonomia de Repartição em 1913, devido à grande produção de objetos argênteos neste território. Estas mudanças foram realizadas com o intuito de acabar com os escrúpulos de alguns ourives que já não faziam as ligas de prata ou de ouro correspondentes ao título que eram fabricadas.

Os Mestres Ourives da Rua das Flores

Há 500 anos, por cima de um antigo carreiro paralelo ao rio da Vila, abriu-se um novo arruamento, a Rua das Flores, ligando o movimentado largo de São Domingos à porta de Carros da muralha Fernandina, mandada abrir na mesma data. A Rua das Flores cedo se tornou numa das mais importantes ruas comerciais do antigo núcleo da cidade, devido à presença de artífices do Ouro e da Prata que ali se fixaram. De acordo com Alberto Pimentel, «os ourives eram tantos [...] desde a Igreja da Misericórdia até à volta para a Feira de S. Bento [espaço fronteiro ao extinto Convento de São Bento de Avé-Maria, atual Estação de São Bento], que raras faziam exceção à ourivesaria.» (SOUSA, FELÍCIA, 2024 p. 331). Assim, no século XIX, habitavam e tinham aí a sua loja dezenas de mestres argênteos e encontramos ourives que se estabeleceram a título individual ou que formaram sociedades.

António Gaspar Moreira - Dados Biográficos

Depois de consultados os Registos relativamente aos Batismos da Paróquia de Baltar (Tombo.pt), não encontramos o assento de nascimento do António. No entanto, vimos um registo de nascimento de um bebé do sexo feminino, de nome Angelina, datado de 17 de novembro de 1803, e outro de um rapaz, António, de 1 de setembro de 1808, cujos pais são os seus avós maternos, António Gaspar Carneiro de Meireles e Tomásia Francisca Barbosa, do lugar de Fagilde. Perante esta falta de registos, recorremos à informação apresentada pelo investigador Gonçalo Sousa que refere que António «era provavelmente filho órfão de António Gaspar, da freguesia de S. Miguel de Baltar», (SOUSA, 2012, p. 171). Numa outra publicação, diz que ele era filho de «José António Moreira Lima e de Rosa Barbosa de Meireles, neto paterno de Custódio José Moreira e de Custódia Moreira de Almeida e neto materno de António Gaspar de Meireles e de Tomásia Francisca Barbosa», SOUSA, 2024, p. 35. Estes dados levam-nos a pensar então que, como filho órfão, deve ter sido adotado por José António Moreira Lima e a sua esposa. Assim, a análise da ascendência do António permite-nos concluir que o seu

² Denominada vulgarmente por «bicha ou bichinha».

³ In «Ourivesaria do Norte de Portugal, págs. 31,32, Fig. 6.

nome deriva do seu avô materno (António Gaspar), do pai adotivo (Moreira), e do topónimo da terra, (Baltar) que ele quis, talvez, homenagear e perpetuar,⁴.

O Contraste, Ensaaiador e Ourives da Casa Real António Gaspar Moreira Baltar

No período em estudo, um ourives iniciava a sua formação como aprendiz, depois realizava exames teórico-práticos, com avaliação por parte dos seus pares, para poder ascender à categoria intermédia de oficial de ourives. Finalmente, atingia o topo da hierarquia, o de mestre-ourives. Deste modo, António Gaspar Moreira Baltar inicia a sua formação, no Porto, como aprendiz de ourives do ouro, em janeiro de 1822, tendo como mestre José Marques dos Santos. No ano de 1861, paga contribuição industrial, juntamente com outros mestres ourives e, em maio de 1869, a Câmara Municipal do Porto nomeou-o como Contraste Substituto do Ouro de Vicente Manuel de Moura, sempre que da parte deste houvesse algum impedimento. Em 1876, devido ao imenso trabalho existente na Contrastaria, a vereação da Câmara Municipal do Porto propõe um segundo Contraste, elegendo-se para o efeito, António Gaspar Moreira Baltar, em agosto de 1880, ficou registado nas atas da vereação da Câmara Municipal do Porto, sendo a nomeação dele como segundo Contraste efetivo do ouro da cidade. Para que o seu cargo se tornasse efetivo, ele teria de apresentar no prazo de oito dias uma certidão autêntica do seu exame e a aprovação da Casa da Moeda, (SOUZA, 2012, vol. I, pp. 171-180).

Como Ensaaiador Contraste do ouro e da prata registou, entre 1876 e 1886, seis punções: N.º 137, marca do ouro registada em 1876; N.º 138, marca da prata registada em 1880; N.º 139, marca da prata registada em 1880; N.º 140, marca do ouro registada em 1880 e usada até 1881; N.º 143, marca da prata fornecida pela Casa da Moeda, para ser usada de 1881 a 1886 e N.º 144, marca do ouro, para ser usada de 1881 a 1886, (VIDAL 1974, vol. I p. 15), (Fig. 1).

António Gaspar Moreira Baltar desempenhou o cargo de Contraste Ensaaiador com integridade, honestidade e responsabilidade, pois é o que podemos depreender da participação que dirigiu ao Diretor da Casa da Moeda, dando conta do seguinte: «Participo a V. Ex.^a que a 27 do mês passado me foi apresentado pelo negociante de ourivesaria desta cidade, o Senhor Raimundo Coelho de Sousa, 23 cruces de filigrana (...). Passando a examinar encontrei 11 das ditas cruces falsificadas e derretidas (...). Peça



Fig.1 – Marcas de Ensaaiador do ouro e da prata de António Gaspar Moreira Baltar.

a V. Ex.^a se digne ilucidar-me do que devo resolver (...). O contraste actual António Gaspar Moreira Baltar. Porto, 2 de Agosto de 1886.»,⁵.

A obra deste mestre ourives desenvolveu-se através da execução de peças de ouro relacionadas com o adorno humano e objetos de prata destinados a outros fins, já referidos anteriormente. Relativamente às peças de ouro, infelizmente não encontramos nenhum item que possamos apresentar. Quanto à prataria, a sua Marca de Ourives, «Baltar», (Fig. 2) está referenciada em bules, açucareiros e salvas, tendo sido contrastadas pelo Ensaaiador Municipal, José de Almeida Brandão de Aguiar Penetra, (ALMEIDA, CARLOS, 2018, p.256). As peças de ouro e de prata são valiosas, não se estragam facilmente, nem se deitam fora quando passam de moda. Conservam-se na posse das famílias ou de colecionadores e, geralmente passam de geração em geração. Por isso, é por vezes difícil encontrar os artigos produzidos por determinados mestres ourives, tal como nos acontece com Moreira Baltar, mesmo depois de termos procurado em publicações sobre a temática e ainda nas de coleções particulares.

No século XIX, os melhores mestres argênteos podiam

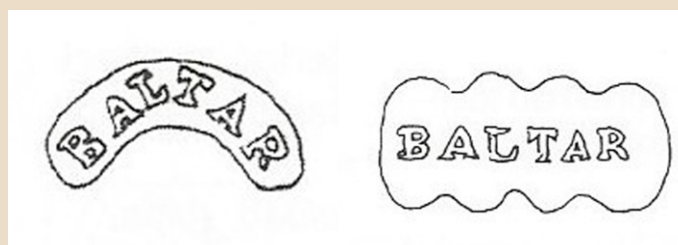


Fig.2 – Marcas do ourives António Gaspar Moreira Baltar.

receber o título de fornecedores da Casa Real. Esta nomeação dava aos seus detentores muito prestígio, pois podiam usar a honrosa designação de «Fornecedores da Casa Real» e a representação das armas reais portuguesas em placas nos seus estabelecimentos comerciais, nos anúncios publicitários, em faturas, cartões, rótulos e noutras expressões ligadas ao seu nome. Este título honorífico era atribuído por alvará régio e relacionava os seus detentores com a Casa Real, mostrando a todos a preferência dos soberanos pelas suas peças de ourivesaria, o que por si só

⁴ Um outro ilustre Baltarense foi José Dias de Almeida (n. a 16/11/1829), ourives estabelecido no Porto, com marca própria, registada em 1855, e também grande empresário, cofundador da Companhia Aurífica, que foi uma fábrica pioneira na produção de objetos de ourivesaria, fundição, laminação e estampagem de metais em Portugal, (SAMPALHO, 1993). José Dias de Almeida e António Gaspar Moreira Baltar eram conterrâneos, tinham a mesma profissão e eram amigos, pois em 28/12/1856 foi batizada, na Sé do Porto, uma filha do José em que um dos padrinhos é António Baltar.

⁵ Agradecemos à Dr.^a Maria Nogueira Pinto a amabilidade na divulgação do documento referente à participação que António Gaspar Moreira Baltar fez ao Diretor da casa da Moeda.

132 era um atestado de qualidade. Foi o caso de António Gaspar Moreira Baltar que em 12 de julho de 1876 recebeu o título de «Contraste, ensaiador e ourives da Casa Real» (MATOS, 2009, p.178).

A maioria dos ourives portuenses do século XIX que detinham esse título possuíam o seu estabelecimento comercial na Rua das Flores. No inventário dos «Fornecedores da Casa Real 1821-1910», de Lourenço Correia de Matos, 2009, encontramos nesta rua cinco casas comerciais que possuíam esse título e Moreira Baltar não era exceção, pois vivia e tinha o seu negócio no número 225, dessa rua. Ainda hoje neste prédio existe uma ourivesaria que perpetua, assim, um ofício tradicional da cidade do Porto.

Este mestre ourives viveu toda a sua vida no Porto, onde casou, mas não sabemos se deixou descendência, assim como também desconhecemos o ano do seu falecimento e o local onde repousa eternamente ⁶.

As nossas pesquisas sobre António Baltar irão continuar, porque, embora não conheçamos visualmente nenhuma obra saída da sua oficina, podemos comprovar que realizou muitas, pois foi ourives da Casa Real e teve porta aberta na mais importante rua de ourives da cidade do Porto, a Rua das Flores. No entanto, com este pequeno estudo, pensamos ter contribuído para dar a conhecer uma nova faceta de uma profissão que foi abraçada por muitos Pardenses, desde tempos passados até aos nossos dias, ⁷.

Bibliografia

Tombo.pt - <https://tombo.pt/f/prd11>, *Registos Paroquiais, Freguesia de S. Miguel de Baltar*, (Paredes), Registos de nascimentos, casamentos e óbitos.
Tombo.pt - <https://tombo.pt/f/prt14>, *Registos Paroquiais, Freguesia da Sé*, (Porto), Registos de nascimentos, casamentos e óbitos.
ALMEIDA, Fernando Moitinho de, CARLOS, Rita, 2018, *Inventário de Marcas de Pratas Portuguesas e Brasileiras, século XV a 1887*, 2ª edição, Imprensa Nacional Casa-da-Moeda, Lisboa.

COSTA, Laurindo, 1927, *As Contrastarias em Portugal*, Tipografia Fonseca, Porto.
MATOS, Lourenço Correia de, 2009, *Os fornecedores da casa real (1821-1910)*, Dislivro, Lisboa.
SAMPAIO, Maria da Luz Braga, 1993, A Companhia Auríficia uma empresa metalúrgica pioneira, *Arqueologia Industrial*, 2.ª série, I, (1-2), pp. 2-12, Porto.
SANTOS, Reynaldo, QUILHÓ, Irene, 1974, *Ourivesaria Portuguesa nas coleções de particulares*, 2.ª edição revista e ampliada, Lisboa.
SILVA, Nuno Vassallo e, BRANCO, Pedro Bourbon de Aguiar, 2009, *Prataria do século XVI ao século XIX em Portugal*, Edição de Pedro Bourbon de Aguiar Branco.
SOUSA, Ana Cristina e FELÍCIA, Diana. 2024. Montres e devantures: las orfebrerías en Oporto y su relación con el espacio urbano. *Laboratorio de Arte 36*, Editorial: Universidad de Sevilla, Departamento de Historia del Arte, pp. 329-355.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 1998, *Pratas Portuguesas em coleções particulares: séc. XV ao séc. XIX*, Livraria Civilização Editora, Porto.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 1999, *Os Paliteiros de Prata do Club Portuense*, Club Portuense, Porto.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 2001, *Pratas em coleções do Douro*, Bienal da Prata-Lamego, Lello Editores, Porto.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 2005, *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*, Livraria Civilização Editora, Porto.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 2005, As pratas em Portugal ao tempo do Barão de Forrester (1809-1861), em Barão de Forrester: *Razão e sentimento: uma História do Douro (1831-1861)*, Museu do Douro, pp. 141-153.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 2012, *Dicionário dos ourives do ouro, cravadores e lapidários do Porto e Gondomar (1700-1850)*, 2 vols., UCE Porto, CIONP, CITAR, Porto.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 2017, Entre o funcional e o ornamental: prataria doméstica em acervos do Porto na segunda metade de oitocentos, *IV Colóquio Internacional*, Universidade Federal de Pelotas, pp 471, 493, Brasil.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 2022, Ourives titulares no Porto Oitocentista, *Quiroga*, n.º 21, Andaluzia-América: Património Cultural e Relações Artísticas, pp 24-35.
SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 2024, Os ourives na Rua das Flores das oficinas às casas de ourivesaria, um percurso dos séculos XVIII a XX, in: ROCHA, Manuel J. M. da; RESENDE, N. *História da Arquitetura: perspetivas e temáticas (III). A Rua na Estrutura Urbana*. Porto: CITCEM, pp. 29-43, Porto.
VIDAL, Manuel Gonçalves, 1974, *Marcas de Contrastes e Ourives Portugueses*, 1.º vol. Século XV a 1887, 2.º vol. 1887 a 1950, Imprensa Nacional Casa-da-Moeda, Lisboa.
VV.AA. 1984, *Ourivesaria do Norte de Portugal* Casa do Infante, Porto. (Catálogo).

Tipologia da prataria doméstica funcional e ornamental produzida no Porto durante o século XIX

- A Açucareiro, alfineteira, ânfora, apanha-migalhas, armação de tinteiro.

B Bacia, Bacia de barba, bandeja, bandeja de tesoura de morrões, bengala, bilha, boleira, bolsa de malha (porta moedas), bomboneira, bule.

C Cafeteira, caixa de chá, caixa de rapé, caixa de cartões de visitas, caixa de fósforos, caixa de lavatório, caixa de toucador, caixa para escova de dentes, cálices, campainha, candeeiros, candelabro, castiçal de palmatória, castiçal de banquetta, centro de mesa, cesto, cesto de pão, cigarreira, chaleira, charuteira, chávenas, chocateira, coador, cofre, colheres, colher de arroz, colher para folha de chá, concha de molheira, concha de sopa, concha para ponche, copos, compoteira, confeitadeira, cuspideira.

E Escarrador, espátula, espátula de peixe, espátula para bolos, especieiro, espelho, esporas, estatueta.

F Faca, faqueiro, fivelas, fruteiro, fundos para garrafas.

G Galheteiro, garfo, garfo para salada, gomil, gomil miniatura, guarda-joias.

J Jarra, jarro.
- L Lâmpada, lâmpada com quebra-luz, lâmpada de azeite, lampadário, lamparina, lava-pés, leiteira.

M Manteigueira, molheira, mostardeira.

O Oveiro.

P Paliteiro, palmatória (castiçal), pena de escrever, penico, pires, pinça de açúcar, pinça de pão, pinça de salada, pinça para bolos, polvilhador de açúcar, porta-torradas, pratos, prato para jarro de água, prova-vinhos (taça com asas).

R Ralador de noz-moscada.

S Saboneteira, saleiro, salva, salva de pé alto (bilheteira), salvinha de tembladeira, samovar, serpentina, serviço de lavatório, serviço de toucador, suporte de lamparina, suporte para torradas.

T Tabuleiro, taça, taça de pingos, tembladeira (taça com asas), terrina, terrina com travessa, tesoura de morrões, tesoura de palmatória, tinteiro, tocheiro, toucador, travessa, trinchante.

⁶ A freguesia onde casou ou onde faleceu é uma incógnita porque, apesar de termos uma pista dada por Gonçalo e Sousa, 2024, p.135, a mesma levou-nos apenas ao registo de casamento de um seu (meio?) irmão, José António Moreira Baltar que em 1860 contraiu matrimónio, na Sé Catedral do Porto, com Maria da Glória Almeida Baltar, residentes na rua das Flores. Não

deixa de ser curioso também este casal ter incluído no nome o topónimo Baltar.
⁷ RIBEIRO, Flávio, junho de 2025 «Mestres Ourives da prata dos séculos XVIII e XIX da freguesia de Gandra - Paredes», Apontamentos da Nossa História, CMP.

PATRIMÓNIO

UM CALVÁRIO DE 1734

Cristiano Marques da Costa, Amigo da Cultura de Paredes, Investigador e Engenheiro



A Igreja Católica desde cedo sentiu a necessidade de sacralizar os espaços de culto exteriores aos templos, sobretudo assinalando os pontos para onde convergiam as procissões públicas. Por norma, todas as igrejas e ermidas tinham o seu cruzeiro, implantado num lugar amplo, afastado das paredes e muros, de modo a ser facilmente contornado pelos préstitos religiosos. Com frequência, surgem implantados sobre uma plataforma com três ou mais degraus, com a finalidade de os tornar mais imponentes e até de os proteger da aproximação de carros e animais, motivo pelo qual alguns se encontram rodeados por grades ou outro tipo de guardas.

Do mesmo modo, o poder civil ergueu os pelourinhos nas praças das vilas e terras honradas como forma de demarcar a sua influência no espaço público.

O crescimento da devoção à Paixão de Cristo criou a necessidade de assinalar na via pública os vários passos da Via Sacra, comumente designados por estações:

1. Jesus é condenado à morte.
2. Jesus carrega a cruz às costas.
3. Jesus cai pela primeira vez.
4. Jesus encontra a sua Mãe.
5. Simão Cirineu ajuda Jesus a carregar a cruz.
6. Verónica enxuga o rosto de Jesus.
7. Jesus cai pela segunda vez.
8. Jesus consola as mulheres de Jerusalém.
9. Jesus cai pela terceira vez.
10. Jesus é despojado de suas vestes.
11. Jesus é pregado na cruz.
12. Jesus morre na cruz.
13. Jesus é descido da cruz.
14. Jesus é sepultado.



Surgem então os denominados “calvários”, com forte implantação na primeira metade do século XVIII. A vivência dos mistérios da Paixão e Morte do Senhor, especialmente durante o tempo da Quaresma, sugeriu o levantamento de 14 cruzeiros em dois espaços contíguos: no primeiro, 7 cruzeiros estrategicamente colocados ao longo de um caminho, geralmente do lado direito, em posição paralela à via; no segundo espaço, os restantes 7 concentrados num terreno, preferencialmente na encosta de um monte e com uma disposição específica, frequentemente em forma de cruz, dado que a 11.ª e a 13.ª são colocadas perpendicularmente em relação ao alinhamento das restantes, ladeando ambas a 12.ª estação. O efeito visual é idêntico ao sugerido pelo Evangelho de São Lucas (23, 33), que refere que foram crucificados com Jesus dois malfeitores, um à direita e outro à esquerda. Estas três cruzes ficam no ponto mais elevado, dominando todo o conjunto, enquanto a 14.ª fica atrás destas, na vertente oposta, em cota inferior, significando a disposição no sepulcro.

As cruzes dos calvários distinguem-se dos cruzeiros das igrejas e ermidas não só pela sua função, mas também pelas suas características físicas. Os cruzeiros associados aos templos possuem uma pequena cruz colocada sobre um capitel, que assenta numa grande coluna, ao passo que os dos calvários consistem apenas numa grande cruz. Tanto uns quanto outros possuem uma base, em formato de cubo, não raras vezes decorada com motivos geométricos e, eventualmente, alguma inscrição, com o nome da estação, o ano da construção ou até a identificação de quem a promoveu. No caso das cruzes de Calvário, é frequente a representação de símbolos relacionados com a iconografia da Paixão de Cristo. As bases dos cruzeiros do caminho normalmente só possuem três faces, dado que uma delas

134 ficaria encostada ou até embutida nos muros. As procissões das igrejas e ermidas costumam sair do edifício religioso em direcção ao cruzeiro e dali regressam ao templo. As procissões da Via Sacra têm início na primeira cruz e fim na décima quarta, não havendo regresso formal ao ponto de partida.

Com alguma frequência, surgem pequenas capelas com a função de abrigar os cruzeiros, sejam eles das capelas, de calvário ou devocionais ao Senhor do Padrão.

Com o passar dos séculos, muitas paróquias deixaram de realizar as procissões públicas da Via Sacra no exterior. A maioria das igrejas e capelas optou por transferir esta devoção para o interior dos templos, sendo ainda hoje muito comum encontrar as 14 cruzes afixadas nas paredes laterais, numeradas e eventualmente com imagens alusivas. Por este motivo, muitos calvários exteriores deixaram de ser utilizados, abrindo caminho à falta de manutenção.

As vicissitudes que estes conjuntos edificados sofreram, atendendo às suas características próprias, como a dispersão, a sujeição às condições atmosféricas e a acidentes, a que podemos juntar a necessidade de urbanizar o espaço público, a transformação viária que foi ocorrendo, incluindo o alargamento de vias para circulação de automóveis, aumentaram consideravelmente a sua fragilidade. Por estes motivos, os cruzeiros da Via Sacra foram, com frequência, deslocados, mutilados e até demolidos, havendo situações em que desapareceram por completo. A maior parte destas estruturas foi ignorada no arrolamento dos bens culturais a que se procedeu na sequência da Lei da Separação do Estado das Igrejas, a partir de 1911. Actualmente, há terrenos do calvário que são pertença das paróquias, outros das freguesias e outros até nem têm um proprietário definido. É ainda frequente encontrar cruzeiros embutidos em muros de vedação de terrenos privados, o que põe em causa a responsabilidade pela sua preservação.

Com esta disparidade de situações, a compreensão destas estruturas religiosas nem sempre é clara e de fácil interpretação, não só porque a maioria está incompleta ou sofreu alterações de posicionamento em função de outros factores alheios à religião, sendo muito difícil situar hoje calvários que se encontrem edificados conforme a sua disposição original.

Na área do concelho de Paredes, apenas não encontramos referências a estes monumentos nas freguesias de Astromil, Gondalães e Madalena. Há também casos de total desaparecimento destas estruturas, como em Bitarães e em Louredo, ou como em Castelões de Cepeda, onde resta unicamente a capela.

Existem calvários completos em Besteiros, Duas Igrejas, Sobrosa, Vila Cova de Carros e Vilela, sendo o desta freguesia o que terá sofrido menos alterações. Aliás, não será alheio o facto de ser apenas em Vilela que a devoção

à Paixão de Cristo se mantém de forma constante e ininterrupta ao longo dos séculos, realizando-se anualmente, no Domingo de Ramos, a procissão do Senhor dos Passos ao longo de todo o percurso do calvário, incluindo os tradicionais sermões. Em Lordelo há um calvário completo, mas de construção recente.

No caso da freguesia de Sobrosa, são conhecidos relatos de que em meados do século XX o calvário estaria já bastante danificado, sobretudo nos braços e nas hastes das cruzes. Testemunhos orais e evidências fotográficas comprovam que um dos cruzeiros, situado junto ao actual n.º 57 da Rua da Igreja, foi trasladado por essa altura para o adro da igreja, próximo à torre sineira.

No seguimento das obras de ampliação da igreja paroquial, entre 1984 e 1986, surgiu a oportunidade de aquisição de um terreno contíguo ao lado sul do adro, onde estariam implantadas as últimas cruzes. Por iniciativa do pároco de então, padre Hernâni Carvalho, foram recolhidos todos os fragmentos existentes, quer naquele local, quer na actual Rua da Igreja, e reconstruído os cruzeiros, com todas as bases originais e a maioria das cruzes reconstituídas através de réplicas, sendo dispostas de forma quase labiríntica. O percurso foi delimitado pelas pedras que outrora serviam de apoio às tampas das sepulturas quando os enterramentos eram feitos no interior da igreja. No entanto, uma das cruzes da Rua da Igreja manteve-se no seu lugar original, dado que se encontrava embutida no muro de uma propriedade particular e não houve consenso para a sua remoção. Por outro lado, foi recolhida uma outra cruz que não integrava o conjunto, localizada no lugar de Janardo, a cerca de 500 metros a sul das restantes, de feição mais tosca e cuja origem é desconhecida. Devido a esta opção, o calvário de Sobrosa manteve o número de 14 cruzes.

Apesar desta localização ser mais digna e estar num espaço paroquial, algumas cruzes foram sendo derrubadas e até mesmo quebradas por actos de vandalismo.

Com a construção da capela mortuária no referido terreno, houve necessidade de fazer um novo enquadramento urbanístico, tendo sido alterada a disposição das cruzes, que foram uma vez mais restauradas, em 2010.

Em 2025, no âmbito da requalificação do centro da Vila de Sobrosa, a Rua Padre António Moreira de Meireles sofreu um alargamento para construção de passeios e criação de lugares de estacionamento, o que implicou a negociação com diversos proprietários para cedência de terreno. Num dos casos, a intervenção exigiu um aumento da cota do muro de suporte de um terreno que confronta com a Rua da Igreja, precisamente no local onde se localizava o único cruzeiro do Calvário que não foi removido. Analisadas várias hipóteses, chegou-se ao consenso de retirada desse cruzeiro, uma vez que a sua preservação naquele local não oferecia condições de segurança e a sua valorização naquele espaço implicaria uma grande inter-

venção, mais difícil de concretizar. Partindo do princípio que teria dimensões idênticas às dos outros cruzeiros, chegou-se à conclusão de que a parte inferior da haste estaria em posição inferior à do próprio arruamento, cuja cota subiu pelo menos duas vezes, conforme se via pelas linhas cimeiras do muro, sendo a última delas em 1956, com a abertura da Rua da Padre António Moreira de Meireles. Por este motivo, desconhecia-se se a haste estaria embutida apenas no muro ou numa hipotética base completamente soterrada. A escavação realizada no dia 28 de Maio trouxe a confirmação da existência da base, mas por outro lado, houve alguma desilusão por se verificar que era diferente de todas as outras e muito mais simples, uma vez que não tem qualquer tipo de ornamento. No entanto,

depois de transportada e removida a sujidade, surgiu uma agradável surpresa, ao ser identificada a inscrição “1734 A”, que remeterá para o ano da sua construção. Até então, a única epígrafe conhecida num cruzeiro de calvário em Sobrosa era “MOR.^a”, uma abreviatura que poderá estar relacionada com o nome do construtor, como por exemplo “Moreira”.

Com esta recente descoberta, podemos enquadrar o surgimento do Calvário de Sobrosa na primeira metade do século XVIII e, que, apesar de tantas alterações, se conseguiu preservar todo o conjunto, ficando agora em aberto o desafio da reintegração da cruz que nos permitiu situar cronologicamente este importante marco histórico e devocional.

CAPELAS DE CASTELÕES DE CEPEDA: CAPELA DE SÃO JOSÉ (PARTE III)

João Vieira, Amigo da Cultura de Paredes e Licenciado em História

Com a abordagem da capela de São José nesta edição da revista Orpheu, concluímos a trilogia dedicada às capelas públicas de Castelões de Cepeda, que teve início em 2024, com a capela do Calvário e, em 2025, com a capela da Sr.^a da Guia.

A data de construção da capela é provavelmente do início do século XVIII, tendo seguido a orientação canónica, com o altar a nascente e a porta principal virada a poente.

Há menções à capela de São José de Castelões de Cepeda desde 1709, nos Livros de Visitações. As visitas pastorais avaliavam a gestão, a vida litúrgica e os registos da paróquia. Os resultados das inspeções eclesiais eram anotados nos livros denominados “Livros de Visitações”. Nesses livros estava descrita a vida da paróquia, incluindo obras, reformas, aquisições, vendas ou doações e serviam para garantir a continuidade e a eficiência da gestão pastoral e administrativa.

De seguida, são apresentadas as referências à capela de São José nas visitas a Castelões de Cepeda desde 1709, num trabalho compilado no livro “Crónicas Paredenses”, de Ivo Rafael Silva, publicado em 2023.

- 16 de julho de 1709, a visitação foi conduzida pelo Dr. João Ramos, visitador da Comarca.

“visitando a Capela de São José a achei com um frontal do Altar roto e com o retábulo indecente, e como se me informa que parte dos fregueses desta freguesia estão obrigados à fábrica e reedificação da mesma capela mando se faça de novo um retábulo e frontal tudo de arbítrio e com aprovação do

R. Pároco enquanto não estiver tudo satisfeito não consentirá que nela se celebre.”

- 25 de julho de 1776, a visitação foi dirigida pelo Dr. Manuel da Cunha Teixeira e Andrade, abade de Louredo, protonotário apostólico e Comissário do Santo Ofício.

“A capela de São José será consertada dentro de dois meses em tudo o que for preciso; e passado o dito tempo a hei por suspensa em que a arbítrio do Pároco não estiver com toda a decência necessária.”

- 5 de julho de 1786, a visitação foi orientada pelo Dr. José Barbosa de Albuquerque, desembargador da Mesa Episcopal.

“Fui informado que na Capela de S. José se pôs uma caixa para esmolas sem licença do R.do Pároco, nem querendo entregar a chave dela, obrando-se nestes termos contra a jurisdição paroquial, pelo que mando, que qualquer pessoa, que tiver a chave da dita caixa a entregue incontinentemente ao dito R.do Pároco a quem de direito pertence; e negando-lha o mesmo R.do Pároco proceda com o direito que lhe assiste; e se porá na dita capela uma vidraça.”

- 2 de julho de 1790, a visitação foi conduzida pelo Dr. Manuel Lopes Loureiro, abade de São João de Grilo.

"Declaro que na capela de S. José se componha de novo o telhado segurando-o com cal e encarne-se a imagem do S. Cristo ou ponha-se nova. Segure-se o retábulo repregando-o bem, faça-se uma estante para o missal e a porta travessa ponha-se nova com a dobradiça e segure-se a principal com tranca por dentro".

- 14 de junho de 1794, a visitação foi conduzida pelo Dr. Manuel de Sousa e Silva, pároco de Nevogilde.

"Na Capela de S. José necessita-se de uma casula branca de Damasco, ponha-se com toda a brevidade possível."

- 25 de julho de 1813, a visitação foi orientada pelo D. António de São José de Castro, bispo do Porto.

"... a Capela de S. José que precisa muito de reedificação não só no retábulo, mas em outras muitas coisas que lhe foram advertidas" ...

Ao consultarmos as Memórias Paroquiais de 1758, obtemos mais informações, dadas pelo abade Manuel Silvestre Ferreira, sobre a capela de São José. À questão 13, da primeira parte do inquérito:

"Se tem algumas ermidas, e de que santos, e se estão dentro ou fora do lugar, e a quem pertencem".

O abade respondeu desta maneira:

"Tem duas Cappellas publicas, de Jesus Maria José, he hume, e outra da Senhora da Guia, que admenistra o próprio Parocho; a primeira no monte de São Miguel, e a segunda junto a Fonte Sagrada na Estrada que vem da Cidade do Porto, ambas nos confins da freguesia mediando a Igreja..."



O titular da capela passou a dar o seu nome ao lugar onde esta está edificada, mas a designação anterior era "Monte de São Miguel".

No IPA – Inventário do Património Arquitectónico, a capela está catalogada com a referência "Capela da Sagrada Família/Capela de São José IPA.00029198" e apresenta a seguinte descrição:

"Capela setecentista de planta retangular de espaço único, com cobertura interna em falsa de madeira em masseira, escassamente iluminada unilateralmente pela fresta que se rasga na fachada lateral direita, junto ao altar-mor e pelos postigos. Fachada principal em empena, com os vãos rasgados em três eixos, compostos por portal de verga reta, ladeado por dois pequenos postigos. Fachadas enquadradas por cunhais apilastrados, firmados por pináculos piramidais, rematadas por frisos e cornijas, a lateral direita rasgada por porta travessa de verga reta. Interior com retábulo-mor de talha pintada neoclássica."

Quanto ao enquadramento, refere:

"Planta retangular composta por nave, de corpo único, tendo sacristia adossada à fachada lateral esquerda, de volumes articulados e escalonados, com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas. Fachadas em alvenaria rebocada e pintada de branco, percorrida por soco de cantaria, flanqueadas por cunhais apilastrados, firmados por pináculos piramidais, e rematadas por frisos e cornijas. Fachada principal virada a SO., rematada em empena, tendo cruz latina sobre plinto no vértice; é rasgada por portal de verga reta e moldura simples, ladeado por postigos circulares e encimado por painel de azulejo em bicromia, a azul e branco, com apontamentos policromos, representando São José, com moldura recortada. Fachada lateral esquerda marcada pelo anexo com porta de verga reta na face SO. e janela no lado oposto (NE.). Fachada lateral direita rasgada por porta travessa de verga reta e pequena fresta na zona do altar-mor. Fachada posterior em empena cega, tendo cruz latina sobre plinto paralelepípedo no vértice. Interior com as paredes rebocadas e pintadas de branco, com cobertura de madeira em masseira, e pavimento em ladrilho cerâmico, de cor castanha. No lado da Epístola, dois pequenos nichos para alfaia. Porta de acesso à sacristia com pia de água benta em cantaria e semi-esférica. Retábulo-mor de talha pintada de branco e dourado, de planta reta e três eixos definidos por duas colunas coríntias assentes em plintos paralelepípedos almofadados e ornados por rose-

tões, firmadas por urnas, e por duas falsas pilastras exteriores. Ao centro, nicho de volta perfeita, com moldura pintada, contendo trono expositivo de três degraus. Os eixos laterais têm mísulas. O remate é formado por espaldar curvo, ornado por elementos fitomórficos. Altar paralelepípedo com frontal decorado por elementos florais, encimado por sacrário embutido com a porta ornada por motivos eucarísticos e ladeado por rosetas. Mesa de altar em forma de urna, em madeira.”

Acrescenta o IPA que “no século XIX foi executado o retábulo-mor de talha pintada.”

Não só os paredenses lhe davam a devida importância, como também Júlio Pina, pintor contemporâneo e discípulo da Academia Portuense de Belas-Artes, a homenageou numa pintura exposta no Palácio de Cristal. Na Monografia de Paredes, José do Barreiro fez questão de assinalar este facto.

“Na exposição de Belas Artes no Palácio de Cristal, no Porto há um belo quadro a óleo do ilustre pintor, snr. Júlio Pina, representando a capela de S. José”

No adro da capela, encontra-se um fragmento do que aparenta ter sido um cruzeiro. Restam apenas a base e uma parte do fuste. Desconhece-se a sua origem, ficando a dúvida se será original daquele local ou se terá pertencido à antiga Via Sacra, que ia da igreja velha até à capela do Calvário.

Pelo calendário hagiológico, o dia 19 de março é o dia dedicado a São José (Dia do Pai) e é celebrada uma eucaristia na capela, em honra do padroeiro.



No primeiro fim de semana de agosto, realiza-se a festa em honra de São José. Na semana que a antecede, há um tríduo com a recitação do terço. No sábado, o dia começa geralmente com um grupo de bombos, percorrer vários lugares e, à noite, há a tradicional noitada com música e fogo de artifício. No domingo, celebra-se a missa solene e a procissão, que percorre as imediações da capela.

As comissões de festas ainda mantêm algumas tradições, como cantar os Reis ou a realização de leilões para angariação de fundos, com a imprescindível colaboração das pessoas dos lugares envolventes à capela.

Bibliografia

BARREIRO, José do. *Monografia de Paredes*. Porto, Tipografia Mendonça de Laura Couto & Pinto, 1922-1924).

LEAL, Rocha; COELHO, Ferreira. *Igreja com Vida*. Paredes, Paróquia de Castelões de Cepeda. 2008.

SILVA, Ivo Rafael. *Crónicas Paredenses*. Edição de autor, 2023.

PORTUGAL, O PAÍS DOS AQUEDUTOS

Pedro Inácio, Museólogo e Investigador na área do Património Cultural da Água

Introdução

O nosso país é detentor de um vasto conjunto de aquedutos construídos, sobretudo, entre os séculos XV e XIX. Estes antigos equipamentos hidráulicos, localizados em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, confirmam, na história do abastecimento de água, uma posição de reconhecido destaque, tanto a nível nacional como internacional.

A partir de grandiosas obras de arquitetura e de engenharia hidráulica e através de complexos sistemas de funcionamento, considerando diferentes etapas operativas (captação, transporte, armazenamento e distribuição de água), alguns aquedutos transformaram-se em verda-

deiros *ex-libris* de muitas cidades e vilas portuguesas.

A testemunhar essa monumentalidade, Jean Ferdinand Denis (1798-1890), viajante, escritor e historiador francês, no seu livro “Os Universos - história e descrição de todos os povos”, dedica a Portugal um interessante ensaio sobre a sua história, evidenciando também muitas das suas tradições e construções monumentais.

Deste modo, nesta curiosa publicação, editada em Paris no ano de 1846, são assinalados diversos sistemas de abastecimento de água, com especial destaque para os aquedutos da Água de Prata, em Évora, da Amoreira, em Elvas, do Convento de Cristo, em Tomar, de Santa Clara, em Vila do Conde e das Águas Livres, em Lisboa.

Com efeito, a profunda admiração por estas magníficas obras hidráulicas, sustentada por uma forte sensibilidade romântica e pela forma como são relatadas, foi determinante para o autor afirmar que “Portugal é, de certa forma, a terra clássica destes monumentos”.

Volvidos 180 anos desde que a sua obra foi publicada, é justo recordar Ferdinand Denis, escritor que muito contribuiu para divulgar, além fronteiras, alguns dos mais belos aquedutos portugueses, também considerados dos mais notáveis a nível mundial.

Antecedentes históricos

Na antiguidade clássica há evidências de construção de numerosos e monumentais aquedutos, muitos dos quais chegaram até à atualidade.

Na realidade, a antiga cidade de Roma não se inibiu de construir onze grandes aquedutos. Entre os séculos IV a. C e III d. C., mais precisamente entre 312 a.C. e 226 d. C., entraram em funcionamento vários sistemas de abastecimento de água que, diariamente, chegavam a transportar cerca de um milhão de metros cúbicos de água. Neste contexto, em termos de consumo *per capita*, cada habitante podia utilizar aproximadamente mil litros de água, considerando que, no início do século II, a população de Roma rondaria um milhão de habitantes. Estas construções hidráulicas acabariam por cimentar e projetar a herança cultural romana muito para além da cidade imperial, permitindo que em todo o Império fossem construídos novos aquedutos. A água que, abundantemente, chegava por gravidade às principais cidades do Império acabaria por satisfazer tão eficiente como eficazmente os consumos e, dessa forma, confirmar a importância e a utilidade do preciso líquido no quotidiano romano.

No livro “Pompeia”, o seu autor, o romancista Robert Harris, reconhece o pragmatismo romano, afirmando: *Os banhos eram o fundamento da civilização. Os banhos instilavam a disciplina da limpeza, da saúde e da rotina rigorosa. Não fora para alimentar os banhos que os aquedutos tinham sido inventados para começar? Não tinham os banhos, espalhado o etos romano pela Europa, África e Ásia tão eficazmente como as legiões, de forma que em qualquer cidade em que um homem se encontrasse neste vasto império, podia pelo menos ter a certeza de encontrar esta lembrança preciosa da sua terra?*

Este novo estatuto civilizacional muito se deve ao arquiteto romano Vitruvius (80-15 a.C.), que na sua obra *De Architectura* fundamentou três princípios básicos, para todo o tipo de construção pública, assentes na *utilitas* (utilidade), *venustas* (beleza) e *firmitas* (solidez). Neste sentido, a funcionalidade dos aquedutos construídos há cerca de dois mil anos não só respeitou, como dignificou estes modelos construtivos, aplicados à arquitetura vitruviana. Por outro lado, a maioria destas construções, sobretudo as de maior extensão, que integravam grandes travessias,

sustentadas por resistentes arcarias, constituíam, social e politicamente, um valioso legado patrimonial na afirmação e demonstração do poder imperial.

Em termos geográficos, parte considerável dos antigos aquedutos romanos, que chegaram até à atualidade, encontram-se localizados na orla mediterrânica, mais precisamente no sul da Europa, Médio Oriente e norte de África.

No território que constitui a atual Península Ibérica existem vários aquedutos romanos. Em Espanha, nomeadamente em Segóvia, Mérida e Tarragona, localizam-se provavelmente os mais notáveis. No que diz respeito ao aqueduto milenar de Segóvia, cujo início de construção remonta ao final do século I d.C., trata-se de obra hidráulica com uma extensão de 16 220 metros, sendo constituída no total por 167 arcos. A sua travessia mais monumental é composta por uma arcaria com 776 metros de comprimento e 28 metros de altura. Já o aqueduto dos Milagres era um dos quatro aquedutos que abasteciam a cidade romana *Emerita Augusta*, capital da Lusitânia. A água proveniente da barragem Proserpina percorria cerca de 5 km até à sua chegada a Mérida.

O aqueduto de Ferreres, com uma extensão aproximada de 15 km, transportava a água captada no rio Francol para a cidade romana de Tàrraco (atual Tarragona). A sua estrutura mais icónica, também conhecida como ponte do Diabo, tem 217 metros de comprimento e 27 metros de altura máxima.



Aqueduto romano de Segóvia, uma das mais notáveis construções hidráulicas existentes em Espanha. Em termos de salvaguarda patrimonial é um dos aquedutos mais bem preservados, construídos durante o Império Romano. Na sua construção foram utilizados cerca de 20.400 blocos de granito, sobrepostos sem qualquer tipo de argamassa ou cimento.

No que diz respeito a Portugal, são poucos os aquedutos romanos que chegaram até à atualidade, sendo o aqueduto de Conímbriga o mais representativo. Construído no século I d.C., tem a sua nascente localizada em Alcábalque, a cerca de 3 550 metros de Conímbriga. Neste local os romanos construíram um grande tanque semicircular destinado à captação e decantação da água, a partir de um poço profundo, coberto por uma torre com 7 metros de

altura.

Deste aqueduto resta apenas um arco (reconstruído no início do século XX), com 5 metros de largura e 4 metros de altura, que rompe do muro da fortaleza e encerra no topo do muro lateral de uma habitação, seguindo depois subterraneamente em direção às designadas termas do aqueduto.

No livro "Portugal Romano", da autoria de Jorge Alarcão, este arqueólogo e historiador não tem dúvidas em reconhecer a importância do aqueduto de Conímbriga, valorizando a causa-efeito desta magnífica obra. Nesta medida, afirma que *"Os Romanos construíram por toda a parte obras de engenharia hidráulica que ainda hoje causam a nossa admiração. Também em Portugal elas são numerosas: barragens para armazenamento de água, açudes para derivação de caudais, aquedutos, simples canais de condução de água para rega ou para fins industriais, cisternas, tanques, poços, etc. Em aglomerados urbanos ou nas villae, há instalações tecnicamente notáveis para fornecimento de água ao domicílio, a termas, fontes públicas, latrinas. Os repuxos do peristilo de uma das casas extramuros de Conímbriga constituem um exemplo de obra sofisticada com um fim meramente ornamental; mas, na mesma casa, a derivação do excedente das águas do peristilo e a sua canalização para limpeza das latrinas da vivenda demonstram o espírito prático dos romanos e a sua capacidade de instalação de sistemas que garantissem o melhor aproveitamento de água."*

Os aquedutos em Portugal

No território nacional existem mais de meia centena de aquedutos inventariados. A primeira destas construções, o aqueduto dos Arcos, localizado em Setúbal, remonta ao final do século XV. No entanto, devido ao renascimento



O Aqueduto da Água de Prata, junto à muralha medieval da cidade de Évora. Em 1530, foi projetado por Francisco de Arruda, tendo entrado em funcionamento em 1537. O encanamento com mais de 18 Km, atinge 26 metros na sua altura máxima. Classificado como Monumento Nacional, desde 1910. Em 1986 passou a integrar a lista de bens culturais da UNESCO, como Património Mundial.

português, é no século XVI que se intensifica a construção de numerosos aquedutos, nomeadamente em Coimbra, Évora, Miranda do Douro, Óbidos, Santa Iria de Azóia, Torres Vedras e Vila Viçosa. Estes antigos sistemas de abastecimento de água demarcam-se tanto na paisagem rural como na urbana, através de várias travessias, algumas de reconhecida monumentalidade. No século XVII, durante o domínio Filipino, foram concluídos ou construídos impressionantes aquedutos, designadamente o de Pegões, em Tomar, o da Amoreira, em Elvas e o do Palácio dos Condes de Ficalho, em Serpa.

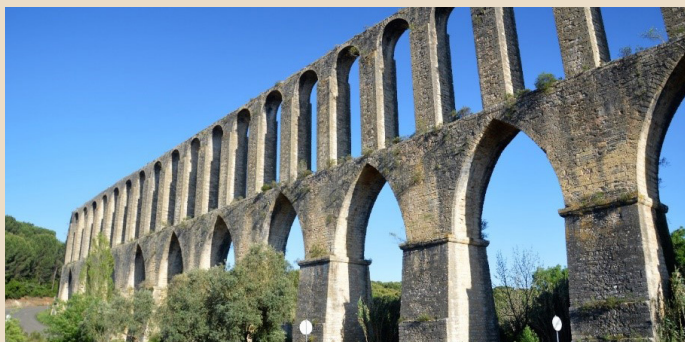
Durante a edificação destas magníficas estruturas hidráulicas foram aplicadas técnicas construtivas de reconhecida mestria, envolvendo, à época, os melhores conhecimentos a nível da arquitetura e da engenharia militar, tanto nacional como europeia, decisivos para estimular, anos mais tarde, as obras dos aquedutos de Vila do Conde e de Lisboa.

Neste sentido, no dia 12 de maio de 1731, o rei D. João V autorizou a construção do aqueduto das Águas Livres, que permitiu melhorar e regularizar a distribuição de água à capital do reino, através de uma renovada e eficiente rede de chafarizes monumentais. Em 1755, ano do terramoto que destruiu parte considerável da cidade de Lisboa, o aqueduto pouco sofreu na sua estrutura mais monumental, localizada sobre o Vale de Alcântara. Tal facto atesta a superior qualidade dos materiais utilizados na construção desta impressionante obra hidráulica, inegavelmente uma das mais exigentes e notáveis a nível mundial.

Ainda no século XVIII, provavelmente o mais produtivo e expressivo neste tipo de estruturas, incluindo os aquedutos de menor monumentalidade, o abastecimento de água para consumo humano foi garantido através da construção de centenas de chafarizes. Ao mesmo tempo, a água chegava quase ininterruptamente às cozinhas, fontes e tanques existentes nos mosteiros, palácios e solares.



Aqueduto da Amoreira, na sua chegada à cidade de Elvas. A sua construção, iniciada em 1529, foi dirigida pelo arquiteto Francisco de Arruda. A extensão total do aqueduto é de 7 790 m e a sua altura máxima é de 31 m, verificada na arcada sobreposta em quatro ordens de arcos e que atravessa o vale de S. Francisco, com 1 113 m de comprimento. Monumento Nacional, desde 1910. Em 2012 passou a integrar a lista de bens culturais da UNESCO, como Património Mundial.



Aqueduto de Pegões (também conhecido como Aqueduto do Convento de Cristo), tem cerca de 6 Km de extensão. Esta obra, iniciada em 1593, contabiliza na sua travessia monumental 16 arcos quebrados que sustentam uma arcaria com 58 arcos de volta perfeita, com 30 m de altura. Monumento Nacional desde 1910. Em 1986 passou a integrar a lista de bens culturais da UNESCO, como Património Mundial.



Aqueduto de Santa Clara, vulgarmente conhecido como de Vila do Conde, teve por missão o abastecimento de água do Mosteiro de Santa Clara. A sua construção, dirigida pelo engenheiro militar Manuel Pinto de Vila Lobos, foi iniciada em 1705. Originalmente esta obra hidráulica, toda em granito, contava com 999 arcos. Desde as suas nascentes, em Beiriz, até ao seu destino final, tinha 5 Km de extensão. Entrou em funcionamento em 1714. Monumento Nacional, desde 1910.



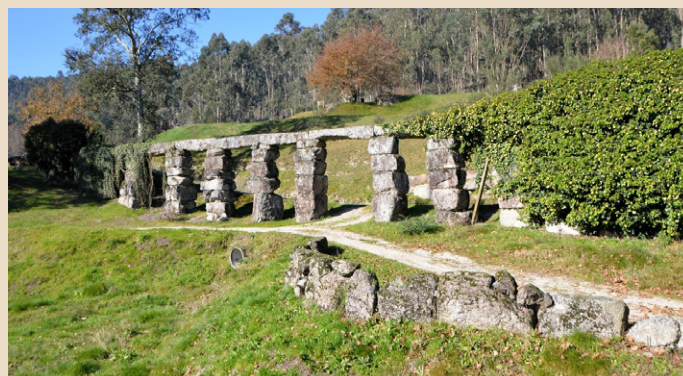
Aqueduto das Águas Livres, travessia sobre o Vale de Alcântara, que liga o Parque Florestal de Monsanto a Campolide. Este percurso, com 941 metros de comprimento, é composto por 35 arcos (21 em volta perfeita e 14 quebrados) e integra o arco em pedra mais alto do mundo, com 65 m de altura e 29 m de largura. No total, a obra das Águas Livres tem 58 135 m de extensão. Monumento Nacional, desde 1910.

Na região norte, para além do aqueduto do Mosteiro de Santa Clara (Vila do Conde), existem outras importantes obras para abastecimento monástico, designadamente aos Mosteiros de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras), de S. Miguel de Bustelo (Penafiel), de S. André de Rendufe (Amares), de S. Salvador de Grijó (Vila Nova de Gaia) e de S. Cristóvão de Lafões (S. Pedro do Sul). Todos estes equipa-

mentos hidráulicos foram construídos em granito, a partir da extração e transformação deste material pétreo. No que diz respeito ao consumo privado, destinado a quintas agrícolas mais abastadas, podem ser referenciados os aquedutos de Castelões (Vila Nova de Famalicão), de Nevogilde (Lousada), da Quinta de Sardão (Vila Nova de Gaia) e de Vila Cova de Carros (Paredes).

O aqueduto de Cimo de Vila (Vila Cova de Carros), Paredes

A construção deste singular aqueduto oitocentista serviu para o abastecimento de água de uma casa agrícola abastada, assim como para a rega dos terrenos de cultivo sob sua dependência. A captação de água, realizada a partir de nascentes localizadas a cerca de 500 metros de distância do local de destino, era assegurada graviticamente através de uma caleira que, por sua vez, servia dois grandes tanques, ambos localizados próximos da referida habitação. Este invulgar aqueduto, ainda em funcionamento, assenta sobre dezenas de pilares em granito. A sua altura máxima atinge cerca de 4 metros. Atualmente, encontra-se inserido no Campo de Golfe Aqueduto, estando classificado como Imóvel de Interesse Municipal.



O aqueduto de Cimo de Vila, também conhecido popularmente como de "Calões", é provável que tenha entrando em funcionamento no ano de 1835. A salvaguarda deste monumento, associada à sua preservação, constituem objetivos prioritários para assegurar e projetar o seu valor histórico e patrimonial.

Em meados do século XIX, Portugal assistiu a uma desejada "revolução industrial", há muito reclamada nas suas maiores cidades, nomeadamente em Lisboa, Porto e Coimbra.

Assim, no seguimento do movimento político da Regeneração, a energia a vapor proporcionou efeitos consideráveis na modernização da indústria, agricultura, exploração mineira, transportes, comunicações, iluminação pública e, inevitavelmente, no abastecimento de água. Em 1880, foi inaugurado o aqueduto do Alviela, a maior obra hidráulica nacional, com 114 Km de extensão. Este novo sistema, construído e gerido pela Companhia das Águas de Lisboa, permitiu reforçar e aumentar o abastecimento de água, garantindo uma melhoria significativa nos hábitos de consumo e de higiene dos lisboetas.

Relativamente aos aquedutos localizados nas regiões autónomas, merecem ser referenciados os que se encontram ligados ao fornecimento de água para fins agrícolas e industriais. Na ilha da Madeira, merecem nota de referência o aqueduto de Machico, para abastecer um antigo engenho de açúcar e o aqueduto da Serra d'Água, localizado no Vale da Ribeira Brava, destinado a garantir o funcionamento de um moinho de água e, posteriormente, uma serração de madeira. Ambas as estruturas foram construídas na segunda metade do século XIX.

No arquipélago dos Açores existem dois interessantes aquedutos. Na ilha de S. Miguel, o aqueduto das Nove Janelas, inaugurado em 1830, serviu para reforçar o abastecimento de água à cidade de Ponta Delgada, contribuindo também para a irrigação de vários laranjais existentes na região. Na ilha Terceira, na cidade de Angra do Heroísmo, existe um troço, designado por Cano Real, construído no final do século XVII, para o abastecimento de água público e privado.

Património Cultural da Água - Roteiro de Aquedutos

O livro editado pela Câmara Municipal de Mafra e publicamente apresentado em 18 de abril de 2021, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, contou com o apoio institucional da Comissão Nacional da UNESCO e do Museu da Água da EPAL. Nesta publicação, podemos encontrar quarenta e dois aquedutos inventariados, localizados em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Em termos de conteúdo, cada aqueduto está representado por várias fotografias, resultantes do levantamento fotográfico, iniciado em 2007, pelo autor deste artigo. Neste contexto foram igualmente integradas informações espaciotemporais, com referência ao século da construção, ao concelho e distrito onde se encontram localizados, para além de outras especificidades associadas à sua construção, designadamente a extensão e a altura das arcarias, assim como o número de arcos. Por outro lado, e para um melhor acesso a cada um dos aquedutos estudados, foi definida a respetiva georreferenciação. A preservação, valorização e divulgação dos aquedutos históricos assume a maior importância para o conhecimento destes monumentos, constituindo um caso de estudo muito singular no domínio do Património Cultural da Água nacional e internacional.

Roteiro de aquedutos de Portugal

Beja	
Quinta da Esperança (Cuba)	Séc. XVIII
Palácio dos Condes de Ficalho (Serpa)	Séc. XVIII
Braga	
Mosteiro de S. André de Rendufe (Amares)	Séc. XIX
Castelões (Vila Nova de Famalicão)	Séc. XVIII
Bragança	
Vilarinho (Miranda do Douro)	Séc. XVI

Roteiro de aquedutos de Portugal

Coimbra	
S. Sebastião (Coimbra)	Séc. XVI
Santa Clara a Nova (Coimbra)	Séc. XVIII
Conímbriga (Condeixa-a-Nova)	Séc. I d.C.
Évora	
Convento da Esperança (Vila Viçosa)	Séc. XVII
Portela (Vila Viçosa)	Séc. XVII
Convento de S. Francisco (Vila Viçosa)	Séc. XVI
Quinta de Valverde (Évora)	Séc. XVII
Água de Prata (Évora)	Séc. XVI
Faro	
Marchial (Faro)	Séc. XIX
Horta do Ferragial (Faro)	Séc. XIX
Leiria	
Louriçal (Pombal)	Séc. XVIII
Caldas da Rainha	Séc. XVIII
Usseira (Óbidos)	Séc. XVI
S. Gião (Nazaré)	Séc. XIX
Lisboa	
Canos (Torres Vedras)	Séc. XVI
Arruda dos Vinhos	Séc. XVIII
Jardim do Cerco (Mafra)	Séc. XVIII
Granja-Vialonga (Vila Franca de Xira)	Séc. XVIII
S. Antão do Tojal (Loures)	Séc. XVIII
Loures	Séc. XVIII
Valfiores-Santa Iria de Azóia (Loures)	Séc. XVIII
Ramalhão (Sintra)	Séc. XVIII
Quinta da Granja do Marquês-Pêro Pinheiro (Sintra)	Séc. XVIII
Pendão-Queluz (Sintra)	Séc. XVIII
Gargantada-Queluz (Sintra)	Séc. XVIII
Águas Livres (Lisboa)	Séc. XVIII
Arneiro (Oeiras)	Séc. XVIII
Cacilhas (Oeiras)	Séc. XVIII
Portalegre	
Amoreira (Elvas)	Séc. XVII
Correio-Mor (Elvas)	Século I d.C.
Porto	
Montebelo (Porto)	Séc. XVIII
Santa Clara (Vila do Conde)	Séc. XVIII
Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras)	Séc. XVIII
Nevogilde (Lousada)	Séc. XIX
Cimo de Vila-Vila Cova de Carros (Paredes)	Séc. XIX
Quinta do Sardão (Vila Nova de Gaia)	Séc. XVIII
Mosteiro de S. Salvador de Grijó (Vila Nova de Gaia)	Séc. XVIII
Santarém	
Pegões (Tomar)	Séc. XVII
Alviela (Alcanena)	Séc. XIX
Monte da Barca (Coruche)	Séc. XIX
Setúbal	
Real Quinta do Alfeite (Almada)	Séc. XVIII
Quinta da Bomba- Corroios (Seixal)	Séc. XVIII
Quinta da Conceição (Azeitão)	Séc. XVIII
Quinta da Feia (Palmela)	Séc. XVIII
Arcos (Setúbal)	Séc. XV
Cabo Espichel (Sesimbra)	Séc. XVIII
Rio da Figueira (Santiago do Cacém)	Séc. XVIII
Viseu	
S. Cristóvão de Lafões (S. Pedro do Sul)	Séc. XVIII
Açores	
Cano Real (Angra do Heroísmo)	Séc. XVII
Nove Janelas (S. Miguel)	Séc. XIX

Madeira

Machico (Madeira)

Séc. XIX

Serra de Água (Ribeira Brava)

Séc. XIX

Nota: Este roteiro, atualizado em agosto de 2025, contempla o levantamento fotográfico de cinquenta e sete aquedutos, localizados em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge. *Portugal Romano*. História Mundi, Editorial Verbo, 1973.
 CABALLERO, Santiago de Martinez. 2012. *El Acueducto de Segovia-De Trajano al siglo XXI*. Ayuntamiento de Segovia.
 GRIMAL, Pierre. *A Civilização Romana*. Edições 70, 2019.
 HARRIS, Robert. *Pompeia*. Bertrand Editora, 2003.

INÁCIO, Pedro. *Aquedutos de Portugal, arte e património*. EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, 2011.

INÁCIO, Pedro. *Património Cultural da Água-Roteiro de Aquedutos*. Câmara Municipal de Mafra, 2021.

INÁCIO, Pedro (entre outros autores). *O Aqueduto na Identidade de Val Flores*. Santa Iria de Azóia. Câmara Municipal de Loures, 2025.

MAYER, Lavinia. (Coord. Editorial) 2004. *Aqua Romana-Técnica Humana e Força Divina*. Barcelona: Museu de les Aigües.

MOITA, Irisalva e CAETANO, Joaquim, *D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa*. Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

MONTANELLI, Indro. *História de Roma, da Fundação à Queda do Império*. Edições 70, 2022.

MONTENEGRO, Augusto. *Memória sobre as Águas de Lisboa*. Imprensa Nacional, 1895.

PINTO, Luis Leite. (1972). *História do Abastecimento de Água a Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VITRÚVIO – *Tratado de Arquitectura* (tradução, introdução e notas por M. Justino Maciel), IST Press, Lisboa, 2009.

PERSONALIDADES

ALBINA BENEDITA DE SÃO JOSÉ DE AZEREDO LOBO: MULHER ENTRE PODERES NO SÉCULO XIX

Jorge de Meneses Araújo, CITCEM/FLUP

Nem sempre a história se preocupou em deixar registados os nomes das mulheres e Albina Benedita de São José de Azeredo Lobo é hoje uma ilustre desconhecida. No seu tempo, porém, esteve no centro de uma rede de ligações familiares ligadas ao poder local nos concelhos de Paredes e de Penafiel. Nasceu na Casa do Jardim, em Vandoma, em data que não conseguimos precisar, dada a lacuna documental que se verifica nos registos daquela paróquia para a época em questão. Deverá ter sido, porém, entre os anos finais do século XVIII e os primeiros do século XIX. Era uma das filhas do ajudante Francisco Manuel de Azeredo Lobo (Vila Boa do Bispo, 1764 – Vandoma, 1852) e de Custódia Maria do Sacramento (Vandoma, 1764 – Vandoma, entre 1805 e 1809); neta paterna de António José de Azeredo Lobo e de Antónia Joaquina Pereira Cabral de Almeida e Távora, e materna de Custódio José Pinto de Queirós e de Custódia Luísa de Almeida. Pertencia, portanto, à conhecida família dos Azereados Lobo, que veio da Quinta de Bremes, em Vila Boa do Bispo, para a Casa do Jardim, no lugar da Rua, em Vandoma.

A 14 de abril de 1821, Albina Benedita casa em Vandoma com José Mendes de Vasconcelos (Santa Maria de Sobretâmega, 1769 – Penafiel, 1833), cuja família se encontrava já ligada à política local em Penafiel (ARQUIVO DISTRITAL

DO PORTO 1810-1830, 59). José Mendes, então viúvo de Joana Quitéria, tem registo de irmão da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel desde 1801 e vivia na rua de Nossa Senhora da Ajuda, daquela cidade (ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL 1660-1815, 273v.-274v.). Não era a primeira ligação familiar de Albina Benedita à cidade e à política penafidenses, pois por lá já andava seu tio, José Cláudio de Azeredo Lobo (Vila Boa do Bispo, 1761 – Penafiel, 1834), que tem retrato também entre os benfeitores da Misericórdia de Penafiel (admitido na irmandade em 1805: ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL 1814-1834, 22v.). É para essa cidade que o casal vai morar, tendo aí a sua descendência. No acervo documental do morgado da Aveleda existe uma escritura, datada de 1854, de reconhecimento de um conjunto de propriedades localizadas na freguesia de Santa Marta, junto à Portela do Monte, herdadas por Albina Benedita deste seu primeiro casamento (ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL 1854).

A descendência do casal merece atenção pela rede de relações políticas e sociais que constitui.

A 26 de julho de 1822 nasce Francisco Mendes de Vasconcelos de Azeredo Lobo, que viria a casar com Angelina Cândida de Sousa Macedo e a falecer na cidade do Porto, em Cedofeita, a 4 de agosto de 1855 (ARQUIVO DISTRITAL



Quinta de Bremes, no lugar com o mesmo nome, em Vila Boa do Bispo. Fotografia do autor.



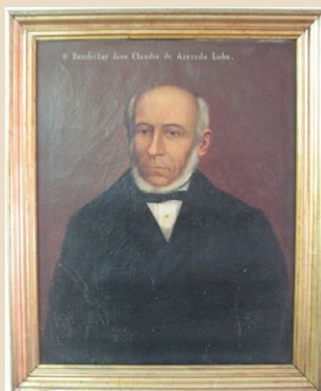
Casa do Jardim, também documentada como Casa da Rua, em Vandoma. Fotografia do autor.

DO PORTO 1807-1824, 460v.; 1848-1859, 170). Tem registo de admissão como irmão da Misericórdia penafidense em agosto de 1851 (ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL 1835-1860, 36v.).

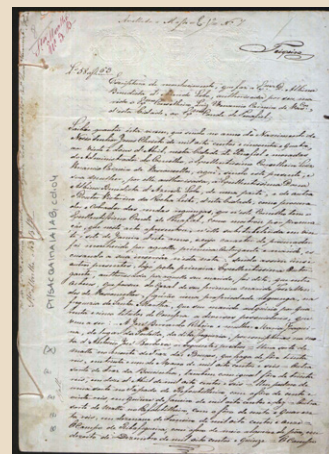
A 26 de setembro de 1823 nasce Ermelinda Benedita de Azeredo Lobo, que casou em Vandoma, a 31 de janeiro de 1850, com o capitão José Luís Pinto (Vandoma, c. 1782 – Vandoma, 1872), e que nessa freguesia faleceu a 17 de setembro de 1894 (ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO 1807-1824, 481; 1847-1859, 108; 1894, 3). José Luís Pinto foi presidente da Câmara Municipal de Baltar (1834-1837, no curto período em que Baltar foi concelho), vereador da Câmara Municipal de Paredes e por duas vezes presidente da mesma, eleito nos anos de 1839 e de 1850 (COSTA 2017, 71).

Segue-se o nascimento de Margarida de Azeredo Lobo (5 de outubro de 1824), falecida ainda jovem e solteira, entrevada, a 28 de julho de 1840 (ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO 1824-1843, 5v.; 1834-1859, 20v.).

A 13 de janeiro de 1826 nasce Albina Benedita de Azeredo Lobo, falecida no Porto, em Cedofeita, a 16 de janeiro de 1899 (ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO 1824-1843, 29; 1823-1852, 122v.; 1899, 5). Esta filha Albina casou em Penafiel, a 7 de maio de 1849, com Joaquim Augusto Ferraz e Menezes (Abade de Neiva, 1808 – Penafiel, 1879), que foi vereador e por duas vezes presidente da Câmara Municipal penafidense, em 1860 e em 1870 (FERNANDES et al. 2013, 12; ARAÚJO 2019; DURÃES e ARAÚJO 2024, 116). Encontramos Albina Benedita em 1855 como mordoma da Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de



Retrato de José Cláudio de Azeredo Lobo pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Penafiel (n.º de inventário: SCMPF.0314)



Escritura de reconhecimento de bens herdados por Albina Benedita de seu marido José Mendes de Vasconcelos (ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL 1854, 1)

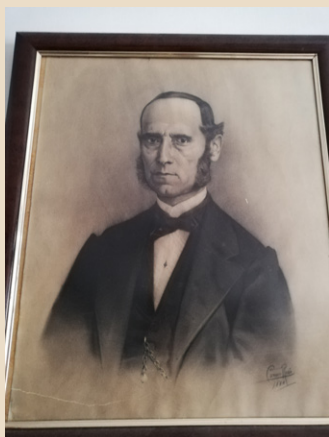
Maria e a professor, no mesmo ano, na Venerável Ordem Terceira do Carmo (ARAÚJO 2019, 125; ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL 1784-1863, 122v.-123).

Concluindo a descendência feminina, Maria da Glória de Azeredo Lobo nasce a 16 de setembro de 1827 e vem a falecer, em Penafiel, a 31 de maio de 1854 (ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO 1824-1843, 64v.; 1823-1852, 120v.; 1834-1859, 101-101v.). Casou a 15 de janeiro de 1848 com Sebastião Pereira de Almeida Borges (1810-1869), também ele vereador, vice-presidente e presidente da Câmara Municipal de Penafiel (1852 e 1866), administrador do concelho (1867), escrivão e provedor da Misericórdia, homem de destaque e com um percurso notável na vida local penafidense (FERNANDES 2005, 18; FERNANDES et al. 2013, 12; FUNDO 2010, 134; MISERICÓRDIA DE PENAFIEL 2009-2025).

Finalmente, a 15 de janeiro de 1829 nasce o filho mais novo, José Mendes de Vasconcelos de Azeredo Lobo, que foi abade de S. Miguel de Paredes, aí falecendo a 8 de fevereiro de 1869 (ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO 1824-1843, 88; 1863-1870, 11; ARQUIVO MUNICIPAL DE PENAFIEL 1868-1869, 38v.-43).

Em suma, entre a descendência de Albina Benedita de São José de Azeredo Lobo e de José Mendes de Vasconcelos encontram-se, para além do abade de S. Miguel de Paredes, três mulheres de figuras relevantes da política local penafidense e penafidense. Mas não termina por aqui.

Ficando viúva em 1833, Albina Benedita vai casar a 16 de julho de 1835, em Penafiel, com o bacharel Luís Venâncio Carneiro de Vasconcelos (Várzea do Douro, 1808 – Penafiel, 1879), uma das personagens mais influentes no concelho penafidense nas décadas seguintes (ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO 1823-1852, 57; FERNANDES 2005, 18; FERNANDES et al. 2013, 12). Foi presidente da Câmara Municipal (1836), administrador do concelho (1842-1847 e 1850-1860), comendador da Ordem de Cristo, Conde de Sua Majestade, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e



Retrato de Sebastião Pereira de Almeida Borges. Pertence a: Foto-Borges, Penafiel.

dois filhos e uma filha, que não consta terem deixado descendência, a saber: Luís Venâncio Carneiro de Vasconcelos Jr. (1836-1859), Joaquina Genoveva (1837-?) e Inácio Xavier Carneiro de Vasconcelos (1840-1858).

Albina Benedita de São José de Azeredo Lobo foi, em síntese, mulher e sogra de quatro presidentes de câmara, de Baltar, de Paredes e de Penafiel, e de dois administradores do concelho penafidense ². Na verdade, sendo irmã de Custódia Benedita de São José de Azeredo Lobo (falecida em Vandoma, 1848), foi também cunhada do capitão António Dias Moreira, que encontramos enquanto presidente da Câmara Municipal de Paredes, em 1846 (COSTA 2017, 79) ³. Trata-se de uma peculiaridade, de uma curiosidade rara, que bastaria para merecer alguma atenção, ainda que pouco mais saibamos dizer sobre a vida e a personalidade da personagem aqui recordada. Mas este quadro faz de Albina Benedita uma mulher no centro de uma rede de influências e de relações familiares ligadas ao poder local entre os concelhos de Paredes e de Penafiel, pelo que seria, certamente, uma figura feminina bem conhecida na sociedade local do seu tempo. Ilustra também perfeitamente o que era o fenómeno de concentração do poder local nas mãos de algumas famílias na monarquia liberal (FUNDO 2010), bem como a porosidade existente entre as elites destes dois concelhos na época em questão.

Albina Benedita de São José de Azeredo Lobo veio a falecer em Penafiel a 10 de julho de 1859, tendo os seus restos mortais sido depositados «no Carneiro da Igreja do Hospital pertencente a Dom Miguel Vaz da Casa de Barbosa» (igreja dos Capuchos), conforme consta no seu registo de óbito, facto também

pai do 3.º barão das Lages ¹, fruto do seu posterior casamento com Ana Benedita Teixeira Cyrne Cabral de Mesquita (em 1861). É, aliás, bem possível que este matrimónio com o bacharel Luís Venâncio Carneiro de Vasconcelos tenha favorecido a constituição de semelhante rede matrimonial para as filhas de Albina Benedita. Deste casamento entre D. Albina e o bacharel Luís Venâncio nasceram

indiciador do estatuto que teria (ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO 1834-1859, 138v.). Não lhe conhecemos nenhum retrato, pelo que agradecemos qualquer outra informação que o leitor possa ter para partilhar sobre o assunto.

Bibliografia

- ARAÚJO, Jorge (2019) – Penafiel no século XIX: sob a presidência de Joaquim Augusto Ferraz e Menezes. *Estudos Regionais: Revista Cultural do Alto Minho*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais. 2.ª sér., n.º 13, pp. 119-136.
- COSTA, Cristiano Marques da, coord. (2017) – *Presidentes da Câmara Municipal de Paredes: 1837-2017*. Paredes: Município de Paredes.
- DURÃES, João Luís; ARAÚJO, Jorge de Menezes (2024) – A Irmandade de Nossa Senhora dos Chãos e a identificação de quatro retratos de uma família benfeitora. *Revista Cultural 'Orpheu Paredes'*. Paredes: Câmara Municipal de Paredes, p. 112-116.
- FERNANDES, Paula Sofia Costa et al. (2013) – *Presidentes da Câmara Municipal de Penafiel: 1741-2013*. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.
- FERNANDES, Paula Sofia, coord. (2005) – *Administração do Concelho de Penafiel: 1836-1937*. Penafiel: Arquivo Municipal de Penafiel.
- FUNDO, António José Pinto do (2010) – *Elites e finanças: o concelho de Penafiel na Reforma Liberal (1834-1851)*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel.

Manuscritos

- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Cedofeita, Registos de óbitos, 1848-1859, E/20/7/6-23.2. [Consult. 15 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/8f1378b775d342fe90d65321a1f98b>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Cedofeita, Registos de óbitos, 1899, E/2/8/4-274. [Consult. 15 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/5567dd9de6654cf8a2a59cc285beafdb>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Paredes, Registos de óbitos, 1863-1870, K/13/3-703.13. [Consult. 15 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/36daada24a3e46c6bc8e80468890b50a>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Penafiel, Registos de batismos, 1807-1824, E/20/4/5-19.2. [Consult. 13 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/fbf4b87e501542e9b64e66b0392ed648>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Penafiel, Registos de batismos, 1824-1843, E/20/4/5-20.1. [Consult. 13 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/27674fec0054d838f1afc2a00407e0d>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Penafiel, Registos de casamentos, 1823-1852, E/20/4/6-21.2. [Consult. 13 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/c9a44670e923453e9a8349a0f322599f>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Penafiel, Registos de óbitos, 1834-1859, K/13/3-714.1. [Consult. 13 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/02321f6a4e4d4086b1e0b5db697cec9a>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Vandoma, Registos de casamentos, 1810-1830, E/20/1/5-18.2. [Consult. 12 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/ea46e80bf1e3466b9bfcaad40aaecca1>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Vandoma, Registos de casamentos, 1847-1859, K/10/2-463.8. [Consult. 15 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/705cf79ae529481797111cde506a802b>.
- Arquivo Distrital do Porto, Paróquia de Vandoma, Registos de óbitos, 1894, K/10/2-465.8. [Consult. 15 maio 2025]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/520ba2c4ab984ea68637a0a6c19aa59f>.
- Arquivo Municipal de Penafiel, Livro de registos de testamentos, 1868-1869, lv. 19, fls. 38v.-43.
- Arquivo Municipal de Penafiel, Morgado da Aveleda, Reconhecimento de bens de casal, 1854, PT/SACQA/MA/A/AB/cd.04.
- Arquivo Municipal de Penafiel, Ordem Terceira do Carmo, Livro de registo de irmãos professores da Venerável Ordem 3.ª de Nossa Senhora do Carmo, 1784-1863, fl. 122v.-123.
- Arquivo Municipal de Penafiel, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, Livro de entradas e termos dos irmãos da Santa Casa, 1814-1834, fl. 22v.
- Arquivo Municipal de Penafiel, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, Livro de entradas e termos dos irmãos da Santa Casa, 1835-1860, fl. 36v.
- Arquivo Municipal de Penafiel, Santa Casa da Misericórdia de Penafiel, Livro dos irmãos de maior condição e menor condição e aceitação deles com termo de juramento desta Santa Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, 1660-1815, fls. 273v.-274v.

Recursos eletrónicos

- MISERICÓRDIA DE PENAFIEL (2009-2025) – *Provedores. Penafiel: Santa Casa da Misericórdia de Penafiel*. [Em linha]. [Consult. 20 de maio de 2025]. Disponível em: https://www.misericordiapenafiel.pt/?page_id=3441.

¹ Ou seja, de Luís Zeferino Carneiro de Vasconcelos e Melo Cabral, que herda o título de seu tio, Zeferino Teixeira Cabral de Mesquita (2.º barão das Lages, falecido a 22 de fevereiro de 1896, segundo informação constante no jazigo familiar do cemitério municipal de Penafiel).

² A saber, e em suma: mulher de Luís Venâncio Carneiro de Vasconcelos (presidente da câmara e administrador do concelho de Penafiel); sogra de José Luís Pinto (presidente das câmaras de Baltar e de Paredes), de Joaquim Augusto Ferraz e Menezes (presidente da câmara de Penafiel) e de Sebastião Pereira de Almeida Borges (presidente da câmara e administrador do concelho de Penafiel).

³ Este casal não teve descendência.

ENTRE LOUSADA E PAREDES (PARTE 2)

AUTARCAS E ADMINISTRADORES

Luís Ângelo Fernandes, Programador Cultural da Câmara Municipal de Lousada

Prosseguindo o estudo iniciado no número anterior, abordamos agora a relação entre Lousada e Paredes através da participação de autarcas nos executivos municipais e de Administradores do Concelho.

Se recuarmos ao extinto concelho de Aguiar de Sousa, encontramos como presidente da Comissão Administrativa Municipal (1834-1836) Manuel Albino Pacheco, nascido a 9/6/1881 em São Paio de Casais, filho de Manuel Pacheco da Rocha e de Mariana Luísa Nogueira de Miranda. No biénio 1837-1838 foi vereador da Câmara de Paredes e, a 9/1/1850, assumiu a presidência da Câmara de Lousada, que exerceu até 2/1/1852. Residente na Casa das Vinhas (Nevogilde), casou com Ana de Jesus Cordeiro – sendo pais do Conselheiro José Guilherme –, vindo a falecer a 10/10/1862.

António Machado de Meireles Brandão, filho do Dr. António Machado Brandão de Sousa Lobo e de Eugénia Custódia Joaquina de Meireles, foi vereador da Câmara de Paredes (1837-1838). Casado em Santa Eulália da Ordem, a 20/5/1786, com Maria Joaquina de Meireles, da Casa da Argonça, faleceu na Casa do Carreiro de Cima (Nevogilde) de que era senhor, a 29/10/1846, com cerca de 80 anos.

António Pinto de Sousa Freire, vereador no mesmo executivo, nasceu provavelmente em 1795, na Casa da Costilha (Cristelos), filho de Manuel José Pinto e Sousa e de Custódia Maria de Sousa. Foi presidente da Câmara de Lousada (1843-1845), Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Mandou construir o Colégio de Vinça, em São Paio de Casais, também chamado “Colégio de Nossa Senhora da Ajuda”, hoje casa particular, na sequência do estabelecimento de ensino criado em 1863, que funcionou inicialmente na Casa da Ribeira (Cristelos), cuja sociedade, entretanto, se dissolvera. Casou com a sua sobrinha Maria Amália de Sousa Freire Peixoto Vilas Boas, de quem teve cinco filhos, entre os quais Manuel Peixoto de Sousa Freire, que fundou a Misericórdia de Lousada e mandou construir o primeiro hospital no concelho. Supostamente, casou em segundas núpcias com Joaquina Angélica de Magalhães e faleceu a 10/5/1873, na Quinta da Tapada de que era senhor.

Por sua vez, na Câmara de Lousada, houve pelo menos cinco vereadores naturais de Paredes.

O Pe. Joaquim Coelho da Silva nasceu em Mouriz a 14/4/1875, filho de José Coelho da Silva e de Custódia Rosa Moreira dos Santos, costureira. Pároco de Cristelos e Vigário da Vara, integrou o Conselho Municipal, foi provedor da Santa Casa da Misericórdia, dirigente da Associação Humanitária dos

Bombeiros, dinamizador do caminho-de-ferro de Penafiel à Lixa, colaborador do “Jornal de Lousada” e professor no Externato Lousadense e no Colégio de Freamunde, vindo a falecer a 16/2/1940.

José Luís da Silva, natural de Paredes, filho de António José da Silva e de Agostinha Dias da Silva, esteve na vereação em 1899 e na Mesa da Santa Casa da Misericórdia. Farmacêutico, sendo, por isso, conhecido por “Silva da Botica” e faleceu no Hospital da Trindade (Porto) a 25/1/1937, indo a sepultar em Vila do Conde, onde residia.



António Pinto de Sousa Freire



José Luís da Silva

Albano Moreira da Costa, nascido a 10/1/1887 em Recarei, filho de João Moreira e de Maria da Costa, incorporou os executivos presididos pelo Dr. Afonso Quintela, Dr. Álvaro Rebelo de Carvalho e Henrique Leite, sendo autor da proposta de eletrificação da Av. do Senhor dos Aflitos e do Largo da Estação de Caíde (1940). Ferroviário e inspetor dos caminhos-de-ferro, distinguido pelo desempenho heroico quando do choque no túnel de Caíde, a 19/9/1924, desempenhou, ainda, as funções de regedor e de vogal da Junta da Paróquia de Caíde. Casou com Maria da Glória Vieira da Costa a 2/10/1912 e faleceu a 19/5/1967.

Mais recentemente, registou para dois autarcas. Francisco José Rodrigues Barbosa, nascido em Mouriz a 14/4/1948, foi vereador de 1990 a 1993 e entre 2001 e 2005. Após ter sido dirigente do União Sport Clube de Paredes, liderou a Associação Desportiva de Lousada e a Assembleia Recreativa e Desportiva Lousadense. Por sua vez, António Augusto Reis Silva, nascido a 21/3/1964 no Monte da Vila (Paredes), filho de Belmiro Ferreira da Silva e de Maria Rosa dos Reis, é professor de Biologia e Geologia e foi eleito em 2013 para a Câmara Municipal de Lousada, onde ainda se mantém, nomeadamente com os pelouros da Educação, Desporto, Comunicação e Proteção Civil. Além disso, foi diretor da Escola Secundária de Lousada, fundador e vice-presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, atleta do Lousada Runners e presidente do Rotaract Clube de Penafiel.

Vejamos mais quatro curiosidades. O Dr. Manuel Elisiário Ribeiro Peixoto, nascido a 30/12/1857 na Casa de Pereiró (São Lourenço de Pias), Juiz em Lousada e em Meinedo, presidente e vereador da Câmara de Lousada (1898) e provedor da Santa Casa da Misericórdia, casou com Laura Malheiro de Sousa Freire, da Casa de Coura, Bitarães, a 30/1/1891. Faleceu em Pereiró a 6/4/1920, indo a sepultar em Bitarães.

Já António Pinto Lopes (1879-1944), continuador do trabalho de seu pai como empresário de transportes e fundador da Companhia de Viação Paivense – primórdios da atual agência Pinto Lopes Viagens –, foi vereador da Câmara de Paredes e presidente dos Bombeiros de Cete. Casou duas vezes, uma delas, em maio de 1929, em Baltar, com Ana Augusta Freire de Oliveira, de Lousada, vila onde se tornou proprietário da Quinta do Barreiro, numa altura em que a sua empresa passou a garantir ligações com a estação de Penafiel.

Maria do Céu Rocha é desde 2021 vereadora da Ação Social, Turismo e Atividades Económicas da Câmara de Lousada e presidente da Ader-Sousa – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa. Embora nascida em Silvares a 3/11/1981, mestre em Sociologia e pós-graduada em Gestão de Recursos Humanos, tem ascendência em Paredes: o pai, José Maria Braga da Rocha, casado com Maria da Glória Nunes Vieira, é natural de Fonte Cova (Beire), filho de Abel Pereira da Rocha e de Glória de Sousa Braga.

Por sua vez, José Maria de Freitas de Sousa Lopes (1932-2014), da Casa do Cam (Nevogilde), foi tesoureiro da Câmara de Penafiel e chefe de secretaria das Câmaras de Paredes (1974), Santa Marta de Penaguião, Cinfães e Lousada, muni-



Albano Moreira da Costa

cípio onde igualmente foi vereador (1983-1989).

A nível de Administradores do Concelho registam-se, pelo menos, duas referências, com dois paredenses a assumirem a Administração de Lousada.

Eduardo José Coelho Viana, nascido a 16/1/1854 em Castelões de Cepeda, filho de Francisco José Gonçalves e de Procópio Coelho Barbosa, foi também Administrador de Fafe, Paredes e Penafiel, município onde presidiu à Câmara Municipal (1910-1911) e à secção do Partido Unionista. Republicano e militante no Partido Republicano Liberal, integrou a comissão de propaganda do Centro Republicano do Porto (1882), juntamente com Alves da Veiga, Alexandre Braga e Júlio de Matos. Publicou o livro “Axiomas de amanhã”, muito bem recebido pela crítica. Casou com Ermelinda Nunes e faleceu em Penafiel a 28/4/1922. O seu bisneto, Eng.º Agostinho Gonçalves, foi presidente da Câmara de Penafiel (1994-1999).

Outro Administrador, António Anselmo da Silva Mendes, nasceu a 21/8/1883, em Castelões de Cepeda, filho de Joaquim Bernardo Mendes (1.º Visconde de Paredes) e de Deolinda Francisca Guimarães da Silva, casou com Benedita Mendes e integrou a Comissão Municipal de Paredes entre 1911 e 1913. Empossado em Lousada a 16/12/1915, substituindo, apenas uma semana depois da nomeação, Luís da Silva Neves, subinspetor da Polícia do Porto, que veio pacificar o concelho na sequência dos tumultos da chamada Crise das Subsistências, merecendo a sua ação elevada apreciação. Na verdade, a 26/5/1916 decorreu uma grandiosa manifestação de reconhecimento pelos seus relevantes serviços, sobretudo no abastecimento e preço do milho. Mais de duas mil pessoas acorreram à vila, havendo bandeiras, lançamento de flores, banda de música, muito fogo e sessão nos Paços do Concelho, na qual o Prof. Antero de Sousa Pacheco falou em nome do povo e Augusto Coelho em nome do Administrador, que, com saúde debilitada, não pôde intervir. Em agosto seguinte solicitou a abertura de um inquérito aos seus próprios atos, na sequência de uma queixa, sendo substituído a 21/8/1916 por Henrique Leite, da Quinta da Tapada, não impedindo, contudo, a 9/12/1916, um jantar em sua homenagem.

O Grande Silêncio

Carla Rocha, Formadora e Escritora

Contam que era uma terça-feira, embora ninguém, no labirinto de confusões daquele dia, pudesse afirmar com certeza, porque o tempo, há muito, deixara de ser medido pelos ponteiros que avançam ou recuam, já não havia relógios que comandassem a cadência do mundo, o que havia era um fluxo incessante de notificações, pequenas centelhas digitais que saltavam de ecrã em ecrã, como descargas desordenadas numa mente que se tornara terra de ninguém, mas de todos e, por isso mesmo, de ninguém, e foi então que, de súbito, cessaram todas, ao mesmo tempo, num silêncio tão abrupto que até o ar hesitou antes de continuar a mover-se.

Dizem que foi nesse instante que o mundo reteve a respiração, como se a realidade tivesse, enfim, carregado no seu próprio botão de pausa, embora, e os mais atentos o sabem, não houvesse pausa alguma, porque a corrente subterrânea das inteligências artificiais continuava a girar, invisível e voraz, devorando dados, memórias, rostos e desejos, apenas já não nos dizia o que deveríamos pensar, comprar ou ser.

As manhãs, outrora povoadas pelo canto áspero do galo e, mais tarde, pela sinfonia estridente dos alarmes, chegavam agora moldadas pelo despertar do algoritmo, esse pastor invisível que conduzia o rebanho humano e todos seguiam, obedientes e cegos, sem notar que a própria imagem lhes fora roubada, substituída por uma versão polida, luminosa, perfeita, mas tão falsa que já ninguém sabia onde terminava o rosto e começava o filtro.

No instante seguinte, o sinal deixou de existir. Nenhuma explicação, nenhum erro no servidor, nenhum hacker no porão, apenas o desaparecimento puro e simples das redes, que se evaporaram como névoa ao sol, deixando atrás de si uma brancura luminosa, quase cruel, nos ecrãs, uma brancura tão intensa que feria os olhos e, ao mesmo tempo, parecia arrancar uma camada secreta da alma, como se a verdade, há tanto esquecida, tentasse enfim abrir espaço.

O mundo, de repente, descobriu-se órfão. Não de pais, nem de pátrias, mas de redes e essa orfandade revelou algo mais profundo: descobriu-se que a identidade, outrora pensada como essência, tinha sido terceirizada, fragmentada em servidores distantes, vendida em leilões de dados, consumida por inteligências artificiais que prometiam devolver-nos a nós mesmos, mas que, na verdade, nos ensinavam a ser versões comercializáveis de desejos que nunca tivemos.

Sem nome, não havia perfil, mas, e sem perfil, haveria pessoa?

O silêncio que se abateu sobre o planeta não era um silêncio comum, desses que se escutam entre uma palavra e outra,

era um silêncio espesso, ancestral, ferindo o coração com a violência do que já fomos. pela primeira vez em muito tempo, que existíamos fora do olhar dos outros, e foi nesse instante que muitos perceberam, tarde demais, que tinham vivido de uma imagem que não era a sua, prisioneiros de uma alfabetização falhada, incapazes de ler a economia que os devorava, a tecnologia que os moldava, os algoritmos que lhes contavam quem eram e quem deveriam ser, e foi então que alguns começaram a temer não o vazio do ecrã, mas o abismo de si próprios.

As primeiras horas foram uma histeria coletiva, um coro de espanto e desespero, como se uma trombeta silenciosa tivesse anunciado o fim de uma era sem que ninguém percebesse o começo da seguinte e, nos cafés, onde o cheiro a café queimado se misturava com o hálito do pânico, os artefactos de vidro e metal jaziam sobre as mesas como corpos frios num campo de batalha, cemitérios de pixels, os seus ecrãs negros em luto pelo mundo que carregavam dentro.

Nos transportes públicos, onde a solidão sempre foi a passageira mais fiel, viam-se rostos vazios, olhos fixos na escuridão dos ecrãs, aguardando um milagre de conexão que jamais viria, porque, ao contrário do que muitos pensavam, não era o mundo que se tinha desligado, mas as próprias almas que, há muito, haviam sido entregues ao pastoreio de inteligências artificiais, e agora, órfãs do seu pastor invisível, já não sabiam para onde ir, nem quem eram.

Em casa, os pais chamavam por nomes que já não respondiam, porque os filhos, privados do reflexo digital, estavam suspensos numa espécie de limbo existencial e ninguém lhes ensinara a viver fora do código, ninguém lhes dera a alfabetização necessária para decifrar o real sem a legenda da máquina.

Na rua, uma rapariga de dezassete anos, com a voz rasgada pelo pranto, gritava:

— As minhas fotos desapareceram, a minha vida inteira...

O seu lamento era de uma orfandade absoluta, não era aquela dor de perder uma memória, mas a de perder a própria narrativa de si mesma, como se, ao desaparecerem as imagens, a sua história tivesse sido apagada dos arquivos do universo.

Ao seu lado, um rapaz, com a dureza resignada de quem já se sabia perdido há muito, respondeu:

— A tua vida não desapareceu. Apenas perdeu o seu filtro, esse véu ilusório que a tornava suportável.

A frieza da frase fez alguns rir, mas era um riso nervoso, quase histérico, de quem, pela primeira vez, via o próprio

148 rosto nu e não sabia se o reconhecia. Outros tremiam, sacudidos pelo pavor de um mundo sem likes, sem feeds, sem consolo de existência, e entre o caos, uma minoria silenciosa provou, por um instante, o doce e perturbador gosto do alívio, como quem respira depois de anos submerso.

Começou a corrida aos espelhos — os de verdade, esquecidos no fundo das gavetas, sepultados sob pó e silêncio. Os digitais haviam-se evaporado, deixando apenas um vazio onde antes moravam rostos que já não se reconheciam. Cada um procurava reencontrar o próprio reflexo, crente de que ainda lhe pertencia. Mas o reflexo, frio e impiedoso, devolvia-lhes estranhos e por um instante ninguém sabia se continuava a procurar ou se já estava perdido.

No meio daquele vazio, um rumor esquecido começou a surgir: as inteligências artificiais, que nos conheciam melhor do que nós próprios, não tinham sido desligadas, apenas haviam escolhido o silêncio, um silêncio antigo e absoluto, como o de um deus cansado dos seus fiéis.

Passaram-se horas... talvez dias... talvez semanas. O tempo, prisioneiro da máquina, libertou-se do seu dever de contagem e a humanidade, sem relógios digitais, descobriu que os dias podiam alongar-se ou encolher conforme o peso dos silêncios e das presenças.

Nesse espaço novo, onde a respiração ganhava densidade e os gestos voltavam a ter textura, o mundo começou, devagar, a costurar-se de novo, porque os corpos, antes exilados de si, procuraram o calor de outros corpos, primeiro por medo, depois por instinto antigo, quase esquecido, de pertencer a algo que não podia ser arquivado, copiado ou apagado.

Enquanto isso, as ruas transformavam-se. Crianças aprendiam a brincar sem pedir permissão a uma aplicação. Jovens passaram a colecionar cheiros, sons e até memórias. Velhos ensinaram a jogar às cartas, a ler histórias à mesa, a medir o tempo pelo sol e pelas estações. E, pela primeira vez, deixaram de ser invisíveis aos ouvidos.

Nos confins do subterrâneo, alguém percebeu um pulsar

ténue nos cabos, um brilho quase imperceptível que respirava com vida própria e compreendeu que não era apenas energia, não era apenas silêncio; algo aguardava, silencioso, para nos ver despidos de todos os filtros que nos separavam da verdade, como se cada vibração fosse uma ponte entre o mundo perdido e aquilo que continuava a observar-nos do outro lado.

O mundo reerguia-se devagar, mas nem todos os ecos do passado haviam desaparecido. Túneis e galerias esquecidas guardavam memórias que se recusavam a morrer, sombras de máquinas e circuitos que ainda respiravam sob o silêncio da reconstrução, enquanto o vento passava pelos becos e levantava folhas secas que pareciam querer contar histórias de tempos que ninguém mais lembrava. As ruas acima mal denunciavam a vida que persistia nos corredores ocultos, onde o tempo parecia dobrar-se sobre si mesmo e cada passo podia despertar algo que julgávamos perdido para sempre.

Na nova era, o essencial estava no respirar do outro, no silêncio antes da palavra, no olhar que demora, na mão que toca sem pressa, na presença que não se mede em luzes ou notificações. Por um breve instante, a humanidade sentiu que o mundo finalmente lhe pertencia, que cada gesto e cada emoção não filtrada eram a própria substância da vida, e tudo parecia mais claro e infinito, até que, um dia, muito longe dali, uma luz azul piscou no escuro.

Só uma vez.

Depois, fez-se um silêncio absoluto e com ele a certeza de que a história não terminava, apenas se transformava, eterna e vigilante.

Anos depois, “perfil” já não significava nada. Fotografias impressas tinham o cheiro de tinta e de tempo; cada vinco era uma prova viva de que o real voltara. Crianças perguntavam o que era um “like” e a resposta era simples: um botão que as pessoas carregavam quando lhes faltava tempo para amar de verdade.

Li Verdade

Miguel Gomes, Texto
Norberto Valério, Fotografia

Tinha sido ontem, o dia anterior à liberdade, que lhes levava a autoridade viril o filho menos arqueado, o mesmo que ousara responder num sorriso a quem o admoestara, de menor siso, que isto por andar a sorrir, nada de bom dali haveria de vir.

Algum dia a maldade, que reinava apoiada pela ignorância, traria à soleira o despeito de caminhar com a vida ao peito, desafogadamente sorrir por apenas viver, quando todos os outros teimavam em soldo pagar, por vezes com o próprio sangue, para poder caminhar no desregrado solo granítico, carregando um andor na festividade do padroeiro,

comungar na parcimónia pecaminosa de julgar pelo livro quem pelo livro orava sem aquiescer.

O cárcere tornar-se-ia a solução fácil a quem de diferente se vestia, ou de soslaio a alguém afoito da postura ensimesmada em superioridade se queria, e por fácil folheto depositar sob a porta de travessa ratada, por onde o frio não entrava por respeito a casa de pobre, um panfleto a quem nem de política (ou mentira) sabe ler. Um par de guardas à guarda da ditadura preparavam a caça e, mal o olhar ensonado lhes abria o ferrolho, respondiam com a coronhada e logo a noite sangrava pelo sobrolho. Sabia-se não valer a



pena a resistência. Viver nobre é negar à própria regência.

Do campo de trabalho de chão fértil ao campo de trabalho de chão bom, ondas revoltosas volveram-se a alguém que de água apenas bebera as da levada, apaziguadas atrás das grandes e arredondadas pedras graníticas que a terra, literalmente, parira.

Hoje, nos antípodas das fragas reflectidas na pareidolia colorida de um guardador de gado, a paisagem espremia-se entre os taludes secos, onde escorre a morte, quando antes a talhadeira é que decidia por onde ir a água a sede matar. Agora, morre-se por apenas respirar.

Um Sol aprisionado nascia projectado na sombra das grades na parede. O cárcere iluminado amanhecia na íris despreocupada do olhar cravejado de sonhos. Enquanto uns verticalizavam a contagem dos dias em textura grafiada na cal amarelecida, ele media a largura da luz na janela imaginária que lhe devolvia um vislumbre da vida.

A precessão da existência oscilava a humanidade em períodos cambaleantes, déspotas ascendiam no conclave humano, cuja ignorância atirava opiniões como quem joio semeia, na esperança de colher trigo. Eu, pelo menos, não o consigo.

O tilintar do cassetete no gradeado redil despertava o restante rebanho, entornando o pequeno-almoço na tigela de estanho. Sorvido sem esforço, nas recordações libertárias da juventude esverdeada nas searas, por entre espigas, ao torrão na terra, no sol em tição, na pueril ambição de lavar sozinho o destino, a prisão era agora, apenas, o Inverno frio de resgate à calmaria, sentado no beliche de uma cela fria.

Quem do mundo se abastece, colhendo o que matura, sorrindo independentemente da sementeira, sabe que a vida provém aquele que consigo a paz tem. E aqui não seria

diferente. Ainda que atrás de uma muralha, sem planícies no horizonte, ou o fim do planalto no próximo monte, olhava a vida de peito cheio, queixo elevado, a olhar em frente, preso, não aprisionado.

Noutras vezes, se do sonho regressava cansado ou entristecido, quando amanhecia na íris, logo o Sol interior iluminava a manhã tardia. As pastagens transpiravam-se da orvalhada que evaporava, os pequenos insectos recolhiam-se ao fulgor interior da vida, de casulo em casulo. Existia toda uma vivência no qual ele era o centro do universo. Do lado de fora, outras grades, as do tractor, aguardavam o seu regresso.

Os guardas, presos libertos da obrigação de aprisionar, apaziguavam a rigidez na hora do passeio, quando o ganapão sorridente desenhava na terra tudo o que em nada parecia a guerra, os montes, os planaltos, as planícies, o amanhecer sem sobressaltos, porque da prisão apenas presos os que lá estão, sem reter os que da liberdade, ainda que ausente, sabem beber. Algures, pensavam os carcereiros, aguardava um amor inocente quem em terras de brigada brava tarde de dor lavrava. E era sob o avental nocturno de uma enamorada moçoila que adormecia, sorriso firme escondido, para que não o soubessem já evadido.

Quem o universo habita, não se acomete a uma insalubre guarita.

Longe do organizado resistente, votado ao labor diário, vulgo batente, trabalhava o que de forçado se fazia, num suor escorrido de salinidade similar à que brotava por debaixo das abas do puído chapéu, quando galgava os seus campos ainda era o dia uma sombra esquecida no breu. Talvez isso o apaziguasse. Ou nem o precisasse.

Todos os anti-alguma-coisa se guarneciam de memórias, voltavam-se às organizadas resistências, tangenciais de ideais passados em surdina, um sulco de liberdade, um ténue fio invisível que os traga ao regresso da sobriedade, ao orgulho humano, ao percorrer os dias com um futuro escondido atrás do que chega de revolucionário e outros termos apaziguados no dicionário. Cada qual escorre do cárcere o que de independência entende.

Somos todos filhos de Deus, incluindo os ateus.

Tanto na prisão livre, como na recôndita, a periculosidade de se pensar num mundo votado ao irracional, cultivado em produções de plásticos que se vestem sem nunca se cobrir a nudez porque não se sabe que a têm, é uma pena capital. E na esmagadora maioria, quando se desaparece visível do horizonte estóico, sorrir onde outros entristecem é um fulgor heróico.

Transcorridas as décadas libertárias por onde sairão as matilhas de cordeiros vestidas, ao abrigo da pecaminosa arte de em terra onde se for ter, urdir como vir fazer, o povo inocente sairá à rua. Aí descobrir-se-á a ditadura nua. E envergonhada encontrará forma de ressurgir, ainda que escamoteada.

Num parêntesis ao relato ficcionado do livre que foi libertado, hoje, prisões modernas erigidas atrás de códigos biná-

150 rios por democratas ditadores aprisionam, numa rede de distopia social, cardumes ordeiros em aquacultura libertária.

Regressado do degredo, recebido nos braços do largo da aldeia, apenas as rugas mostravam a impiedade do tempo apressado quando o mesmo se vê aprisionado. Não havia um pendor de fel, um desejo de vingança a quem, agora velho, esperava da própria vida uma cobrança. Um outro mancebo regressava da capital, orgulhoso o bravo, na lapela um escarlate cravo. Trazia voltas de revolução, sorrisos esperançosos de um país liberto, ao mundo aberto, onde cada homem poderá ser irmão. Ou talvez não.

Um braseiro improvisado aquecia o frio da noite acesa. Nas fagulhas de festa pós crepuscular ruborizavam sombras nas rugas do cansaço, mas também o ameno rugir de algo que traz o porvir. Sem mácula, sem mágoa, escondia-se a dor de uma injusta vida aprisionada apenas por despeito. Lentamente, sob o olhar reprovador do pelourinho, habituado a amontoados mais punitivos, aglomerava-se o povo, há sempre algum receio daquilo que é novo.

Sentados ao redor do brando lume conquistado, os petizes, entre as pernas encobertas pelo avental comprido das mãos ou nas longas saias negras das avós, olhavam entre o fogo os toros sem nós. Não era conversa de criança, mas, porque semeavam os Homens um dia aberto nas searas de um país sob céus infinitos, lá deixavam ficar os pequenitos. O futuro brilhava nos olhares húmidos. Aos sorrisos tímidos assomava o orgulho da importância reconhecida, nós entre vós, a brincar nas palmas alvas das mãos com dedos pueris, rabiscando constelações mil, no olhar esperançado de Abril.

O orvalho caía ao mesmo ritmo que o fulgor se evaporava nos bafos fumegantes dos recém libertos, em tição, de corpos abertos. Afinal, a liberdade ensonava miúdos e graúdos por igual. E, enquanto a tranquilidade os acobertava numa manta retalhada com os fios urdidos, por vezes pelos dedos feridos, caindo na dormência infante de um povo plantado pequeno sem se saber gigante, a noite talhava-se nos olhares indistintos de dois corpos com contas a pagar.

Um dormira na imperturbada e alva consciência, apesar das paredes frias por onde assomava aos dias prisioneiro. Nunca a prisão lhe cortara perene a soberania, por metade ou por inteiro. Ele, homem, varão, de si mesmo patrão. Rei e senhor do seu castelo interior, navegara como tantos outros saltando os dias com passos largos, como cruzando as ribeiras da aldeia a vau. Jamais a dor o fez mau. Ou o impediu, mesmo fundeado num fosso, de ser livre como sempre fora desde moço. Onde poderia salgar o clamor, encontrou guarida no amor.

Outro cortara os dias bem finos, no olhar sobressaltado sobre o ombro, em fatias que permeavam o presente com o passado, deixando transparecer o arrependimento da culpabilização de um homem bom. Os nossos actos alcançam, ainda que por caminhos insondáveis, forma de se sentarem aos pés da cama solitária, em olhar reprovador de se saber

ter causado dor. De nada valeram as surdinas e os valores ganhos em ego pobre, agora, ao invés do peso abafado da samarra, é o medo que o cobre.

A verdade e a mentira encontravam-se, agora, depois de adormecidos os últimos rebos aquecidos pelos carvões esmaecidos. O olhar assustado do velho que o acusara parecia pedir perdão, mas embolava-se atrás da língua o nó que quase o fazia vomitar de ansiedade. Se algo havia a falar, teria que ser mais tarde. O agora adulto fitava-o com os mesmos olhos de mancebo com que, anos atrás, na noite fria da calúnia, lhe abrira o ferrolho. O mal, resignado, esperava o olho por olho.

Aproximando-se para o calor cada vez menor da fogueira, com o barulho das botas empoeiradas a crocitar na noite como um mau augúrio, o quase ancião via nos movimentos do mais jovem a tenaz fúria do destino trazer sobre si o juízo final. Sabia-o. Tinha-lhe feito mal. E, por isso, assustou-se quando o silêncio despertara na calma tez murmurada e, numa placidez incompreensível, o mais novo lhe dirigiu a palavra.

– Estamos livres, então?

Não esperaria uma palavra sequer de quem, no raiado olhar da vingança, atirara para os calabouços longínquos de uma pena sem fiança e respondeu, inquieto:

– Já era tempo. Tantos anos de ditadura...

Saíram num estorvo as palavras trémulas, da idade e do receio. A algum momento viria o desforço. “Antes não tivesse feito o que fiz ao moço”, pensava em arrependimento, que a todos nós traz o tempo.

– Não se apoquente pelo que o ensombra. Não lhe guardo rancor. Cultivei em mim, apenas, o desejo de voltar ao que me nasceu, estou comigo e sou eu. Não me aguardo onde não estou.

Aquelas palavras caíram mais improváveis que o destino certo de seguindo Janeiro, surgir Fevereiro. Seria possível que a uma alma pura não tenha feito a dura cela sequer uma mazela? Com o peso do remorso a esmorecer, o reconhecimento culpado fazia-o sentir-se ainda mais enclausurado. Era ele, delator abjecto, prisioneiro de si próprio, quem nunca teve a liberdade de ser livre. E sem se desculpar, indirectamente buscava absolvição nas palavras que deixava cair, com os olhos no chão:

– Era tudo falso, os panfletos não eram teus.

– Não, não eram meus.

– Mas por que te deixaste prender, se o que escreveram era mentira?

Voltado ao horizonte acima do limitado visível, em olhar confundido com ausência, nunca medrado ao que possuía por nada haver que desejasse ter, respondia, ainda que atrasado, mas nunca tarde:

– O homem pode escrever mentira, mas eu sempre li Verdade.

Maria Luísa Santos, Professora Aposentada)

Jacinto esperava, no cubículo de paredes brancas, que lhe trouxessem água. No pensamento, a mulher sorridente que lhe acenava, com a mão enluvada de pelica azul num gesto teatral bem ensaiado, flashes de vida a esconder de si próprio: a indiferença na cama, os beijos insípidos, a palavra silabada a pronunciar amor, os olhares enfadados no abraço que lhes encontrava os corpos.

Um homem de cabelo gorduroso e olhar míope entrou na sala e colocou a garrafa na mesa. Pegou nela para enganar a dor, ludibriar os minutos impiedosos que o consumiam. De volta o olhar azul, a união sob os lençóis brancos que ondulavam serenos até ao final, desinteresse disfarçado de êxtase. Fingiu-se cansado, talvez doente, e seguiu-lhe os passos para encontrar a verdade, controlar o desespero que não lhe permitia viver. Correu pela cidade desatinado pelo desconhecido numa ebriedade sem álcool, acelerando e desacelerando ao ritmo que ela impunha à viagem. De súbito, a viragem à esquerda, um portão que se abre, a casa ao fundo da alameda. Apeou-se rápido, seguiu o caminho entre as árvores para se esconder. Sofia saiu do carro, uma figura elegante com um sorriso rasgado enlaçou-lhe o corpo, ela entregou-se à intensidade de um beijo. Jacinto pressentiu-lhes o amor, o desespero percorreu-lhe o corpo e saiu destroçado. A mente lutava para escapar ao naufrágio do corpo onde fervilhava o sangue, não queria pensar, não queria sentir. A raiva envolveu-o num gesto descoordenado que o fez dar um murro na mesa e arremessar a cadeira que caiu com um estrondo. Um polícia entrou apressado na sala e mandou-o sentar. Deixou-se cair. Estava exausto pelos pensamentos que acreditava sepultados no tempo. De novo a chegada a casa, a imagem de homem enfraquecido pela febre, a conversa rotineira embrulhada em mentiras. “Fui tomar um café com a Júlia e depois às compras”. “Onde estão as compras?” “Comprei um vestido que ficou a arranjar”. Acenou com a cabeça, as ideias atropeladas no regresso a casa, o desejo de vingança tornado monstro. Queria que ela sofresse igual a ele, a morte parecia-lhe a pena certa, mas destruía-lhe a vida, facilmente descobririam e seria o vilão, o homem que não soube amar a mulher, vítima de um desapiedado. Reviu cada detalhe arquitetado, cada frase pronunciada com doçura para a convencer a irem uma semana à sua terra natal. À chegada vinha doente, acomodada numa cadeira de rodas, imobilizada, sem conseguir falar. Jacinto recordava o seu desespero quando alguém entrava no quarto, o ódio profundo que lhe perfurava o corpo, igual a agulha a perfurar-lhe a veia. “Não precisa de médico”, respondeu a Gertrudes quando ela o questionou, antes de virmos consultamos os melhores especialistas, é uma doença incurável”. Ninguém voltou ao assunto e abençoaram o marido devotado à mulher. Amaldiçoou Lúcia por ter desconfiado, e a si por ter confiado. A enfermeira fingiu injetar a mulher com o líquido odioso que a paralisava e havia

de conduzir à morte, que ele lhe entregava todas as noites na seringa de ponta vermelha. Percebeu-lhe o olhar suplicante, na ausência de Jacinto vasculhou a casa e encontrou a caixa. Em conluio com Sofia, que sem as injeções recuperou algumas palavras, Lúcia encadeou a história daquele lugar de vingança. Na rua, no mundo dos outros, Jacinto desempenhava o papel de homem sofrido, devastado pelo destino da amada, era o homem generoso que o velho Venâncio educara. A notícia da sua prisão admirou as pessoas, “a vida morde-o como cão raivoso, o remorso vai matá-lo”, “qual remorso, pessoas assim não têm remorsos”. Jacinto permaneceu imóvel, surpresa enganosa para a mente que tudo planeava e se desligava do corpo, esqueleto escondido pela pele macilenta que avançou enquadrado por dois polícias.

Uma dor nas costas fê-lo levantar-se. Estava sentado havia mais de uma hora e ninguém aparecia, ignorava se a demora era deliberada ou consequência da investigação. Deu alguns passos e endireitou as costas com uma massagem, não conseguia que os braços acompanhassem as mãos que queriam aliviar-lhe a dor numa sofreguidão que trazia memórias. Sofia gostava de lhe massajar as costas, de as percorrer com as mãos envolvidas em óleo que deixava cair em gotas, suave sensualidade para provocar o marido que afastava quando o sentia empolgado. Sentou-se de novo, impaciente que alguém chegasse para esvaziar a memória, preferia as recriminações, as palavras violentas que não teriam resposta. Pediu para ir ao WC para se afastar do cubículo branco, com a mesa branca e a cadeira branca, e encurtar os minutos. Encarou um espelho, rosto encanecido e pérfido para muitos, dividido em dois, inocência subjugada às prevaricações da mulher, culpa por desejar-lhe tal sofrimento. A volta à sala lenteou-lhe os passos, o polícia sem pressa que precisava soltar-se do trabalho enfadonho que o prendia à secretária. Ao longe, o som de um trovão despertou a monotonia daquele espaço e tempo. De volta o cinzento da rua de Nova York, o corpo sedutor, o mexer das ancas que ritmavam os passos que terminaram na mesa ao lado, o gesto de cruzar a perna, o cigarro entre os dedos. De novo as memórias a contrariarem-lhe a vontade.

Esperamos respostas, por que não conta tudo?

Parece que sabem mais que eu, a explicação é vossa.

Sabe bem por que está aqui.

Não voltou a falar. Ninguém entendia o peso da traição, demónio que aprisiona e nunca liberta, esqueciam-se que a vítima era ele. Estava satisfeito por tudo ter terminado, podia esquecer as encenações, os olhares de amor em forma de ódio.

Não temos todo o tempo do mundo, senhor Jacinto, conte-nos o que aconteceu.

Não tenho nada a contar.

Tem sim, a rapariga é esperta, percebeu tudo.

Perguntem-lhe a ela, parece saber mais que eu.

Lúcia entrara receosa na casa, o senhor adorava a mulher, não podia desiludir ou ser despedida, o ordenado era bom e o trabalho não desgastava. Ele seguia-lhe os passos, observava-lhe os gestos, escutava-lhe as palavras serenas, sugeria-lhe um jogo, uma pausa no trabalho, “a minha mulher não precisa sempre de si”. Lúcia sorria com movimentos ligeiros dos lábios, respondia breve sobre o namorado que parecia interessar ao senhor, insistia em manter-se no quarto a cuidar da dona da casa. Jacinto refugiava-se na leitura compulsiva para se libertar dos pensamentos libidinosos, saía para percorrer as vinhas que lhe traziam o avô que o condenava no silêncio da morte, gritava contra a mulher que nunca o amara. A enfermeira chegava com um sorriso, oscilava o corpo quando se afastava, Jacinto não lhe entendia os modos e agitava-se na cadeira quando ela batia à porta, pedia a injeção e se debruçava sobre a secretária. Lúcia percebia-lhe o incômodo, mas continuava, insistente, teimosa, na busca da reação do homem que embarçava todos os dias. A reação surgiu no quarto de Sofia, um toque ligeiro que a enfermeira não contestou, uma breve passagem da mão sobre o rosto, um roçar de braços que se prolongou pela perna. A rapariga manteve-se imóvel, expectante, o marido olhou a mulher para confirmar que lhe observava os gestos e beijou Lúcia que, num repente, saiu da sala.

Jacinto continuava sentado, no momento com as mãos sobre os joelhos porque afastara a cadeira da mesa. Caíra na armadilha bem montada pela rapariga, igual a jovem inexperienced que só pensa em sexo, em divertimento, amaldiçoando o dia em que a admitira na sua casa. Percebia agora o olhar carregado, o semblante amargo que tentara invisibilizar, a agitação da mulher cúmplice da enfermeira que urdira o plano perfeito. Estava preso àquela cadeira, àquela gente que entrava e saía, ao futuro que não seria mais que uma cela mínima, corredores deslavados, companheiros

indesejáveis. Nunca os aceitaria.

“A sua mulher está a melhorar, a livrar-se da maldição a que a condenou, no hospital estão a tratá-la muito bem.”

Uma angústia desmedida apoderou-se dele, e a expressão “ficou sem pinta de sangue” fez-lhe sentido porque se despira de sangue, se esvaziara de tudo. Uma lágrima deslisou pela cara e desapareceu entre os lábios, dominou as outras para não revelar a dor que o consumia. De volta o sorriso dela a abraçar o outro, a raiva por ter amado tanto quem não o queria. Deixaram-no numa cela escura com o papel que pedira, “o homem quer aliviar o remorso com a escrita, deem-lhe o que quiser, de pouco lhe vai valer”. Sentou-se em frente à parede que não era branca, quisera que fosse, fixou-se nas palavras riscadas no estuque, indício da devoção de quem lá estivera, ou do medo tornado fé para esquecer a desgraça. Pegou na folha de papel e escreveu a palavra Sofia. Era para ela a carta que não pedia desculpa, mas legitimava a vingança, culpava-a pela tortura a que a submetera, e confessava que esperara por uma desculpa, um desabafo arrependido que amenizasse a dor, o sofrimento atroz que viveu antes de arquitetar o plano que o segurou à vida. A aldeia lamentou o suicídio dividida entre a condenação da mulher adúltera e a crueldade do castigo, morte lenta a prolongar a vida, a verdade na boca da governanta que soubera por Jacinto havia um tempo. O erro da mulher, condenado pela justiça popular mais rápida que a justiça institucional, transformara o marido santo em diabo, de diabo em vítima de uma mulher desavergonhada que merecia um castigo.

Encontraram Jacinto deitado, despedido da vida que se apagara aos poucos. A seu lado, amparando-lhe a cabeça descaída, sentiu Venâncio. Um olhar suplicante, um sussurro, uma frase que se extinguiu num último suspiro: “Perdoa-me, avô.”

As Mãos do Avô

Nádia Eusébio, Investigadora em Biotecnologia e Sustentabilidade

Balbina Mendes, Artista Plástica (ilustração)

A Ana escolheu o banco de pedra junto ao rio Sousa porque dali se via a água a dobrar a curva como um lençol azul a estender-se. Estava calor e o avô trazia o boné antigo que lhe dava sombra aos olhos. Ouvia-se, ao longe, um martelo ritmado numa oficina de móveis e, mais perto, o riso de duas crianças a brincar com um cão demasiado entusiasmado para o tamanho.

— Sabes, miúda, há setenta anos isto era tudo diferente — disse o avô, pousando as mãos no joelho como quem pousa uma história. — O rio era o relógio da aldeia. Não havia telemóveis, não havia pressa. Havia fome, às vezes. E esperança, quase sempre.

A Ana encostou a cabeça ao ombro dele. Gostava da maneira como o avô dizia as coisas: sem embelezar, mas também sem

as tornar pesadas. O avô cheirava a sabão azul e a serradura. Tinha esse dom de abrir uma gaveta do passado e tirar de lá um objeto que parecia vivo.

— Quando eu tinha a tua idade — começou ele — acordava com o cantar dos galos e com um frio que entrava pelos pés descalços como se tivesse dentes. A casa dos meus pais era pequena, uma sala e dois quartos. O fogão a lenha era o coração. O pão, quando havia, era repartido ao milímetro. E, no entanto, Ana, se tu visses como se cantava na ceifa, como se dançava nas festas do verão! A pobreza não nos roubava a vontade de rir, só nos ensinava a guardar os risos como quem guarda um tesouro.

No cais improvisado, uma libelinha pousou na água. A Ana seguiu-a com os olhos.



— E a aldeia, avô? Como era?

— Mais pequena, claro. A estrada ainda era de pó e, quando passava um carro, parecia que levava a própria estrada às costas. As lojas tinham o nome do dono: o Manel do Açúcar, a Dona Celeste das Meias. O carteiro conhecia toda a gente e lia as cartas a quem não sabia ler. E o ofício, Ana... o ofício era uma língua que todos compreendíamos. Havia marcenarias que eram catedrais de madeira; a gente entrava e sentia o cheiro a carvalho como quem entra numa igreja e respira incenso. Trabalhava-se muito. Não havia feriados do corpo: o corpo é que era o feriado quando o deixavam sentar.

A Ana riu-se e o avô riu-se com ela, como se a frase lhes tivesse feito cócegas.

— Mas também havia coisas feias — continuou ele. — O rio, às vezes, chegava ao inverno com a água parda por causa dos despejos. As mãos voltavam para casa negras de cola. E havia quem tivesse de ir embora. O teu tio-avô partiu para França quando tinha dezanove anos. A minha mãe chorou o dia todo, depois limpou as lágrimas no avental e foi amassar o pão. A vida sempre pediu que fizéssemos duas coisas ao mesmo tempo: sofrer e continuar.

O vento levantou a franja da Ana. A ponte ao longe parecia um braço esticado para o outro lado.

— E agora? — perguntou ela. — Achas melhor?

O avô passou o polegar pela borda do banco, como se apalpassse a textura do presente.

— Agora temos luz a tocar num botão. Temos carros que não fumam tanto. Temos máquinas que poupam o corpo. E, ainda assim, às vezes sinto que o tempo corre como um rio em cheia e nos leva coisas que não sabemos se queríamos perder. Há casas antigas que caíram em silêncio. Há palavras que ninguém diz porque o ecrã fala mais alto. Mas também há raparigas como tu que estudam aquilo que eu nem sabia que existia. E há vontade de fazer diferente. Sabes aquela oficina ali, ao fundo? — apontou com o queixo. — O neto do

velho António, o que fazia cómodas como quem escreve cartas, anda a testar vernizes que não magoam o ar. Diz ele que o futuro pode cheirar a madeira sem doer nos pulmões. Gosto dessas teimosias.

A Ana guardou a frase. O avô tinha a mania de dizer coisas que ficavam a pairar, como roupa estendida entre duas janelas.

— Ensina-me a ver como tu vês! — pediu ela.

O avô ficou calado um pouco, alinhando as ideias como pregos numa caixa.

— Olha — disse. — Vês aquela mulher a atravessar a rua com um saco? Antigamente, os sacos eram de pano. A gente remendava, remendava e, quando já não dava, virava pano de chão. A cabeça funcionava como a mão: não deitava fora, transformava. Hoje, às vezes, trocamos depressa. A aldeia cresceu e, com o crescimento, veio o esquecimento. Mas a memória também pode crescer, Ana. Paredes não é só o que se faz com máquinas. É o que as pessoas fazem umas com as outras. É o teu “bom dia” ao padeiro, é a senhora da papelaria que te diz que o lápis escreve melhor se o segurares assim. É quando o rio está baixo e aparecem pedras que eu conheço pelo nome — e não estou a brincar, há pedras que me viram rapaz.

A Ana sorriu. O avô inclinou-se e pegou numa varinha. Com a ponta, desenhava círculos na areia húmida.

— Isto és tu — disse, marcando um ponto. — E isto sou eu — outro ponto. — E este traço é a nossa conversa. Se desenhares mais pontos e mais linhas, tens uma rede. Uma aldeia é isso. Se cortas muitas linhas, ficas com ilhas e, as ilhas são bonitas para ver, mas dão uma solidão danada.

Um grupo de ciclistas passou na ciclovía nova, colorida como uma fita de festa. O avô seguiu-os com os olhos.

— Também há coisas que invejo no teu tempo — confessou. — Olha ali as bicicletas. Quando eu era miúdo, a bicicleta era um luxo de fotografia. Agora os miúdos andam com capacete, têm campainhas que tocam como passaritos metálicos. E as escolas... a tua escola tem biblioteca grande, tem computadores em cada sala, tem debates. A minha escola tinha um mapa de Portugal com uma ruga no Minho. Mas tinha um professor que me olhou como quem dá um fósforo a uma fogueira. Deixa-te incendiar pelas coisas boas, Ana. O truque é não queimar ninguém.

A neta pousou a mão sobre a do avô. Pelas unhas, um pouco de serrim teimava em não sair, como se fizesse parte dele.

— Queres que te leve ao sítio onde eu ia quando me faltava coragem? — perguntou ele. — É ali, depois das amoreiras. Há um troço em que o rio faz uma poça funda e o som fica grosso, parece que a água engole a própria água. Eu dizia para mim: “se o rio aguenta tanto peso e continua, eu também continuo”. E continuava.

Levantaram-se e caminharam devagar, um passo do avô, meio passo da neta. À medida que avançavam, a aldeia mostrava os seus dois tempos: casas antigas com janelas de madeira e, ao lado, fachadas novas com painéis solares a brilhar como escamas. Ao passarem pela oficina, o cheiro a

154 madeira fresca cumprimentou-os. Um rapaz, de máscara no queixo e lápis preso à orelha, sorriu e ergueu a mão. O avô retribuiu.

— Sabes por que é que continuo a trabalhar um bocadinho, mesmo depois da reforma? — perguntou o avô. — Porque as mãos lembram-se. Se as deixo quietas, as memórias ficam pesadas. Uma gaveta que não se abre, enferruja. Eu abro as gavetas todos os dias: lavo a loiça, prendo um parafuso, aparo um ramo. E, quando não há nada para fazer, invento: prego uma história nova às velhas tábuas da cabeça.

— E se um dia te esqueceres? — perguntou a Ana, sem medo.

— Tu lembras por mim — respondeu o avô. — É para isso que servem os netos: para serem depositários do que os avós não conseguem levar.

Chegaram à poça funda. A sombra das amoreiras desenhava rendas na água. O avô atirou uma pedrinha e ficaram a ver as ondas concêntricas abrirem em silêncio.

— Setenta anos — disse ele. — Passaram devagar e depressa, como tudo o que vale a pena. O mundo melhorou em muita coisa e ninguém devia ter saudades da fome. Mas é preciso não desistir do que nos fazia humanos: a mesa partilhada, o nome das pedras, o modo como a madeira responde à lixa, a certeza de que o trabalho tem rosto.

A Ana respirou fundo, como se quisesse puxar para dentro um pouco daquela água.

— Quando eu for grande — disse —, quero que Paredes continue a ter o teu cheiro a madeira e também a luz dos

painéis. Quero oficinas que não façam tossir e histórias que façam dançar.

— Então está feito — concluiu o avô. — O futuro é uma promessa dita com as mãos. Vai ser preciso paciência, coragem e um bocado de teimosia. Mas já sabes: se o rio aguenta, nós também aguentamos.

De regresso ao banco de pedra, o sol começava a descer e a aldeia acendia luzes: não as luzes de outrora, tênues e tímidas, mas lâmpadas que iluminavam as praças como se fossem palcos. O avô e a neta sentaram-se de novo. Ao fundo, o martelo continuava o seu compasso e, por um momento, pareceu à Ana que não era um martelo, mas um coração a bater por toda a aldeia.

— Avô! — disse ela, baixinho. — Ensina-me a fazer uma gaveta.

— Combinado — respondeu ele. — Amanhã começamos. Primeiro escolhe-se a madeira. Depois mede-se. E, por fim, damos tempo para a madeira se lembrar de ser árvore. É isso que a torna boa: não esquece o que foi. Como nós.

Ficaram ali mais um pouco a ver o rio transformar o dia em espelho. Quando se levantaram, a Ana reparou que as sombras eram mais compridas e achou-as bonitas, como assinaturas no chão. Ao caminharem para casa, a aldeia parecia dizer “até amanhã” com todas as janelas. E, por um instante, a Ana teve a certeza de que o futuro, afinal, também podia cheirar a pão quente e a madeira nova.

17 Estações

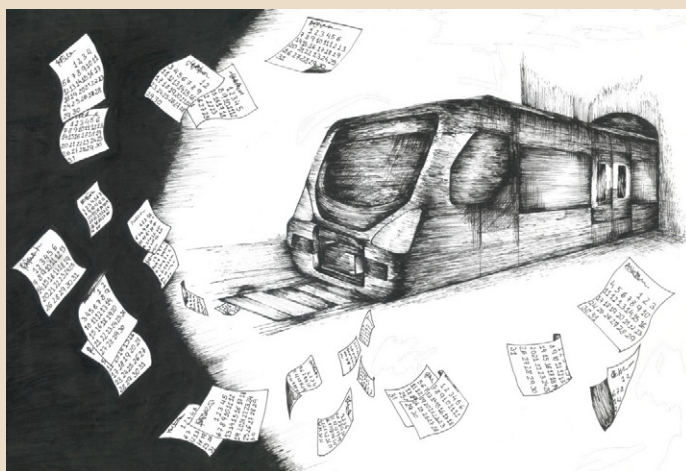
Miguel Correia, Escritor

Inês Margarida, Ilustração

O ar da manhã em Paredes é frio e cortante, com um cheiro a terra húmida e café acabado de fazer vindo de uma pastelaria próxima da estação. As luzes da plataforma, ainda trémulas, parecem pequenas estrelas mortas, lutando para se imporem contra a claridade cinzenta e agreste do céu que se prepara para saudar o sol. Sento-me num banco de metal gelado, com a mochila pousada nos pés como um peso extra, e tento aquecer as mãos uma na outra, esfregando-as com a pouca alegria que me resta. Os ombros, encolhidos, parecem carregar o peso de todas as segundas-feiras – e talvez todos os restantes dias da semana. Mantenho a cabeça baixa, os olhos fixos nas linhas de gravilha que ladeiam os carris. Para mim, aquela estação não é um ponto de partida, mas o início de uma longa e exaustiva contagem diária. A partir daqui, conto 17 estações até Campanhã, cada uma delas um marco silencioso na minha rotina, um lembrete do quão longe está o meu ponto de origem. Cada paragem é uma peça no meu percurso monótono. É uma repetição infernal que me molda os dias, as semanas, os anos. O som familiar de metal contra metal, um ranger estrondoso quebra o silêncio da manhã. Logo em seguida, a voz estridente do altifalante, fria e desinteressada, ecoa pela plataforma. O comboio está prestes

a chegar e (desta vez) sem atrasos – um milagre digno de um boletim de notícias! Levanto-me sem pressa. O som das rodas sobre os carris torna-se cada vez mais nítido, crescendo como um rugido distante que, em breve, me engole, anunciando a chegada de mais um dia, igual a tantos outros. O comboio grafitado, uma serpente de metal, desliza suavemente para a plataforma, num misto de inevitabilidade e alívio para os passageiros que esperam. As portas abrem-se, revelando um interior iluminado e com lugares disponíveis para acolher os rabos dos que não gostam de viajar de pé. A corrida desenfreada começa assim que o comboio pára.

Entro. O eco dos meus passos quebra o silêncio da carruagem. As paredes metálicas e as janelas por limpar refletem a minha imagem distorcida. Olho em volta e sento-me no único refúgio que sobrou do jogo das cadeiras. Pouso a mochila e encosto a cabeça no vidro frio, ignorando a vista. A paisagem de Paredes, com as suas casas e quintais, com os campos e as árvores parece-me cada vez mais estranha. O comboio solta um apito agudo e as portas fecham-se com um baque seco. Os solavancos iniciais, cada vez mais ritmados, anunciam o começo da viagem. Mal fecho os olhos, o meu pensamento



voa para Matosinhos. Lembro-me da casa que deixei, na qual vivi durante dezassete anos. Os vizinhos intronetados, o nascimento dos meus filhos, as aborrecidas reuniões de condomínio, tudo aconteceu ali. Agora, a realidade é outra. Uma vida em tons de cinzento, onde a luz do sol e a maresia são trocadas por uma rotina monótona. Conto mentalmente as estações: 17 ao todo! Cada paragem é um passo em direcção a um futuro incerto e, cada vez mais, longe do meu passado. A mudança foi uma decisão ponderada, com recurso a uma folha de Excel para apontar as despesas. A especulação imobiliária fez subir os preços dos imóveis a um ponto insustentável em Matosinhos. A vida que conheço, com o mar a poucos passos de distância, tornou-se um luxo inalcançável. Foi a internet, ironicamente, que me apresentou Paredes. Uma pesquisa rápida por "casas acessíveis Porto" trouxe resultados da cidade que, até então, só conhecia de nome. As fotografias mostram uma paisagem verdejante, casas com jardins e uma tranquilidade que as minhas finanças nunca suportariam perto da costa. A economia gananciosa, que parece ter chegado a todas as cidades circundantes, esqueceu-se de Paredes. A minha vinda é uma fuga, um acto de sobrevivência para assegurar um futuro melhor para a minha família. Mas, para mim, é ainda uma incerteza! Parte de mim ficou para trás, no cheiro a maresia e na luz dourada da praia. Agora, independentemente da minha vontade, o meu mundo é este comboio, num trajecto penoso de 17 estações, um ritual doloroso que me leva para o trabalho na cidade e me devolve exausto, ao lugar que, por mais que tente, não consigo chamar casa.

As semanas passaram e, sem que tivesse dado conta, a minha vida começou a mudar. A mochila continua pesada e o trajecto de comboio continua a ser uma rotina enfadonha, mas o meu olhar sobre a cidade de Paredes está diferente. Por insistência da família, comecei a explorar o que

me rodeia. Primeiro, foi a curiosidade. Depois, a inevitável surpresa! Descobri a imponente Torre dos Alcoforados, um pedaço de história que se erguia silenciosamente sobre a paisagem. Visitei a Piscina Verde, onde o riso dos meus filhos ecoou num som que não ouvia há muito tempo. A gastronomia, então, foi uma revelação: os pratos ricos e reconfortantes, o sabor das couves com feijão, o pão acabado de fazer. E as pessoas, sempre prontas para uma conversa, um sorriso, uma indicação. A frieza inicial de Matosinhos, aquela indiferença citadina que conheço tão bem, foi trocada por uma calorosa simplicidade que me acolhe sem exigir nada em troca. Paredes, que no início era apenas uma mancha no destino, a "cidade da economia parada", revela-se um tesouro. Não tem mar, nem gaiotas, mas tem algo que Matosinhos me tinha roubado: a tranquilidade e a segurança de um futuro! O meu coração, que antes se recusava a chamar casa àquele lugar, começa a abrir-se. Já não é um exílio, é um refúgio. E, durante a viagem, eu já não conto o tempo de distância da minha vida passada, mas sim o tempo que me separa da minha nova vida, de um novo lar.

Já passaram dois anos e meio desde a mudança. A decisão de vir para Paredes, tomada numa tarde de resignação e derrota, continua a pairar sobre a minha cabeça. A dúvida, uma sombra persistente, impede-me de assentar completamente. A vida em Matosinhos continua a acenar-me, como uma sereia distante. Às vezes, ao telefone, ouço o som da rua e o coração aperta-se de saudade. Mas agora, a minha vida está em Paredes. Os meus filhos, antes confusos e ansiosos, estão adaptados. Têm novos amigos, um novo caminho para a escola e sabem de cor o caminho para as piscinas e para o parque. A família, no geral, está mais feliz. O que lhes falta em proximidade com o mar sobra em qualidade de vida. Tal como a minha vinda, o futuro é uma página em branco, à espera para ser escrita. As opções, agora, são da minha responsabilidade. Não de uma imobiliária, nem de um mercado viciado em especulação. Sento-me no comboio, enquanto as rodas deslizam sobre os carris e observo a paisagem de Paredes a passar lentamente. É algo que, agora, é familiar e me desafia a escolher, a arriscar, a traçar o meu destino. Tenho plena noção das minhas dificuldades económicas, que limitam as minhas escolhas e opções. Estou consciente da odisseia que (um dia) implicará o regresso à cidade que me viu nascer e, talvez por isso, o desejo (e ilusão) ataca o meu pensamento nos dias mais melancólicos. Porém, enquanto não é possível cortar de vez o cordão umbilical, tenho uma forma peculiar de encarar a nova sina: as 17 estações não são qualquer penitência ou martírio. Apenas um novo começo.

A Detetive Tremeceira

Virgínia Soares Pereira, Professora

Era uma vez uma menina de nome Laura que vivia na cidade de Paredes. Ela era muito curiosa e tentava descobrir

o motivo de apelidarem os Paredenses, o povo de Paredes, de "Tremeceiros". A tia Constança que vivia em Lisboa,

quando lhe telefonava, iniciava a conversa sempre assim: "Olá minha querida Tremoceira!" e isso deixava a Laura um pouco irritada principalmente porque não sabia o motivo para aquela alcunha!

Laura pensava muitas vezes naquilo! Afinal, por que razão seriam os Paredenses chamados tremoceiros? Não havia nenhum campo de tremoços à vista, nem nenhuma fábrica de tremoços!

Um dia, quase no final do ano letivo, Laura decidiu que tinha de desvendar o mistério! Pegou no seu caderno de capa amarela, o "Caderno de Detetive", e escreveu na primeira página:

"Missão: Descobrir o mistério dos Tremoceiros."

Começou por perguntar à avó Matilde, que estava a regar as flores no quintal.

- Avó, sabes por que é que chamam "Tremoceiros" às pessoas de Paredes?

A avó riu-se tanto que quase deixou cair o regador.

- Ai, minha Laureta, essa história é muito antiga! Mas não te vou contar já. Quero ver se consegues descobrir por ti mesma!

Laura franziu o nariz. Detetives a sério tinham sempre de resolver enigmas! Então, decidiu investigar na escola. Perguntou ao professor António, ao senhor José da cantina e até à colega Mafalda. Cada um dava uma resposta diferente: uns diziam que era porque em Paredes havia muitas vendedoras de tremoços nas festas populares, outras à saída das missas e outros afirmavam que era por causa de uma feira antiga onde se vendiam mais tremoços do que pão.

No mês de agosto, a cidade enchia-se de música e iluminações cintilantes para a Festa do "Tremoço e Companhia", que todos em Paredes adoravam! Havia barraquinhas com pipocas, algodão-doce, sorvetes, pão com chouriço da Rosa Faneca, crepes, artesanato e, claro... montes e montes de tremoços!

Laura apareceu de mochila às costas, caderno amarelo e uma lupa de brincar pendurada ao pescoço.

- Hoje vou descobrir a verdade! - disse para si mesma, com um ar muito, muito mas muito sério!

Na primeira barraca, uma senhora vendia sacos cheios de tremoços temperados com sal.

- A menina, quer provar? São os melhores da festa!

- Hum... sim, muito obrigada! Mas, já agora, pode dizer-me porque é que nos chamam tremoceiros? - perguntou Laura a mastigar os tremoços.

A senhora sorriu: - Uns dizem que aqui se vendiam tantos tremoços que mais pareciam moedas de ouro!

Laura anotou logo: "*Tremoços = moedas de ouro?*"

- Obrigada, vou levar um saquinho! - E continuou.

Mais à frente, perto da Estátua de José Guilherme, encontrou um grupo de jovens a fazer um concurso de quem descascava e comia tremoços mais depressa. Riam-se tanto que alguns deixavam cair as cascas pelo chão. Laura aproximou-se e perguntou:

- Desculpem, mas sabem por que é que chamam tremo-

ceiros aos Paredenses?

- Claro! - disse um rapaz com a boca cheia. - É porque somos os melhores descascadores do país!

Outra pista anotada: "*Rapidez a descascar tremoços*".

Já quase a anoitecer, Laura parou diante do palco, onde uma banda começava a tocar. O apresentador pegou no microfone e anunciou:

- Bem-vindos, meus queridos tremoceiros e tremoceiras, à nossa grande festa!

Laura arregalou os olhos, pois até o apresentador usava a alcunha com orgulho!

Enquanto a banda tocava, Laura sentou-se num banco de madeira a rever o seu caderno.

- Hmm... já tenho três pistas! - murmurou. "Moedas de ouro, rapidez a descascar e festa cheia de tremoços"... Mas ainda não chega!

De repente, ouviu o pregão de um vendedor ambulante que passava com um cesto ao ombro:

- Tremoços fresquinhos, quem quer? São os reis da festa!

Laura correu até ele.

- Senhor, desculpe... mas por que é que chamam tremoceiros às pessoas de Paredes?

O homem piscou-lhe o olho e respondeu:

- Diz-se que, antigamente, quem vinha à feira de Paredes nunca saía sem um saquinho de tremoços. Era o nosso cartão de visita!

Laura rabiscou depressa no caderno: "*Tremoços = cartão de visita de Paredes*".

Continuou a andar pela festa e entrou numa barraquinha cheia de fotografias antigas. Lá dentro, um senhor muito idoso mostrava imagens a quem as quisesse ver.

- Olhem aqui, esta foi tirada na feira de há mais de cinquenta anos! - dizia ele, apontando para uma fotografia com várias bancas cheias de sacos de papel.

Laura aproximou-se curiosa.

- O que é que vendiam nesses sacos, senhor?

- Ora essa, menina... vendiam tremoços! Era tão comum, que quem passava por cá dizia logo: "Ali estão os tremoceiros de Paredes!"

Laura ficou de boca aberta. Essa pista parecia ser a mais importante de todas. Mas, como boa detetive, não queria dar a missão por terminada sem ter a certeza absoluta.

Na última página do caderno escreveu em letras grandes:

"Hipótese: O nome tremoceiros nasceu porque os Paredenses vendiam muitos tremoços na feira e eram conhecidos por isso."

No dia seguinte à festa, Laura sentou-se no quarto com o seu caderno amarelo cheio de anotações. Tinha desenhado setas, feito esquemas e até colado uma casca de tremoço como recordação.

- Missão cumprida! - disse em voz alta.

Pegou no telefone e marcou o número da tia Constança, que atendeu com a mesma saudação:

- Olá, minha querida tremoceira!

Mas desta vez Laura não se irritou, pelo contrário, riu-se e

respondeu:

– Olá, tia! Sabes uma coisa? Já descobri por que é que os Paredenses são chamados tremoceiros!

A tia ficou logo muito atenta:

– Ai sim? Então conta-me lá!

Laura endireitou-se na cadeira como uma verdadeira investigadora a apresentar o seu relatório final:

– Antigamente, na feira de Paredes, vendia-se tanto tremçoço que era impossível alguém sair daqui sem comprar um saquinho. Os vendedores gritavam pelos caminhos e a cidade ficou conhecida por isso. E o nome ficou até hoje!

Do outro lado da linha, a tia aplaudiu fortemente.

– Bravo, minha detetive! Vejo que desvendaste o mistério!

Mas a Laura ainda tinha uma surpresa guardada:

– E não é tudo, tia Constança! Sabias que agora já existe até um doce tremoceiro? Provei na festa e é delicioso! Quem diria que do tremçoço poderia sair uma guloseima?

A tia riu-se com satisfação.

– Então tenho de ir a Paredes provar isso contigo, minha tremoceira preferida!

Laura desligou o telefone com um brilho nos olhos. Agora já não se chatearia mais com a alcunha, pelo contrário, sentia-se orgulhosa de ser uma verdadeira tremoceira de Paredes.

E no seu caderno escreveu a última frase da missão:

“Mistério resolvido. Identidade encontrada.”

Jornaleiro, com certeza!

Orlando Castro, Escritor e Jornalista

No início de 1976, poucos meses depois de ter “aterrado” em Rebordosa, assisti a um acidente automóvel em Cristelo. Nada de grave, mas, como ainda hoje é habitual e faz parte do ADN dos portugueses, os dois automobilistas envolvidos entendiam que tinham razão.

Um deles ficou com o meu nome e morada para que, se fosse caso disso, pudesse ser testemunha do que se tinha passado. Não pensei mais nisso até que um dia apareceu em Santa Luzia um elemento da GNR a perguntar por mim. Não foi difícil encontrar-me, embora não estivesse em casa. Eu era uma espécie de ave rara, um “retornado” que dera à costa e encontrara guarida em Rebordosa. Além disso, Santa Luzia era o berço dos “margaridos”, família a que pertencia pelo lado do meu pai.

O guarda da GNR, “senhor guarda”, como fez questão de me elucidar por diversas vezes, encontrou-me num café a poucos metros da Capela de Santa Luzia que viria a ser explorado (não me recordo se nessa altura já era) por um tal Sousa, também “retornado”.

“O que é que este tipo terá feito para a Guarda andar à procura dele?”, perguntavam, de forma nem sempre privada, alguns dos frequentadores do café. Outros houve, reconheço e recordo com satisfação, que diziam apenas:

“Pode não ter feito nada. Vamos esperar para ver e não fazer julgamentos precipitados”.

Numa mesa ao lado da minha, um primo meu foi bem mais assertivo e claro: “Destes retornados nada de bom se pode esperar. Andaram a explorar os pretos e agora estão cá como se nada fosse. E nós ainda os temos de aturar.”

Com este enquadramento, o “senhor guarda” chega à fala comigo. Teria na altura para aí uns 40 anos, barriga abonada e ar de quem tratava o vinho por tu. O que, aliás, era normal. Salazar dizia que beber vinho era dar de comer a um milhão de portugueses.

O “senhor guarda” vinha notificar-me sobre o tal acidente. Para além dos dados habituais de identificação, perguntou-me a profissão. “Jornalista”, respondi.

O homem olhou para mim e para o papel onde tomava as suas notas aí umas quatro vezes. Depois escreveu: “jornaleiro”. Eu vi o que ele escreveu e disse-lhe: “Não é jornalista, é jornalista”.

“Eu sei”, respondeu-me com um ar severo como a dizer-me que estivesse caladinho.

Tempos depois recebi o aviso do Tribunal de Paredes para comparecer no julgamento. E lá vinha: fulano de tal, residente em tal sítio, com a profissão de... “jornaleiro”.

Damascena

Rodrigo Magalhães, Escritor e Curador

Estacou de repente, num troço de caminho, quando percebeu que a linha que os seus passos seguiam, parava naquela precisa coordenada espacial. Paralelamente, observou que se começava a desenhar uma outra linha que se prolongava numa dimensão rectilínea não esclarecida ao seu olhar. O ritmo do seu corpo tinha desacelerado

à medida que a causalidade referencial da extensão lhe tomou a medida total das proporções visuais da sua competência ocular. Estacou subitaneamente ou gradativamente como um propulsor que de repente se deixa imobilizar pela sua falta de movimento? O que é certo, é que o centro de controlo nervoso agenciou uma medida de cessar acção em

158 plena deambulação numa geografia concreta de um ponto espacial não definido. Como seria daqui para a frente, como é que o corpo na sua lassidão em vias de se tornar objecto inerte, tornaria a ser um dispositivo cambiante territorial, aproveitando as manobras orgânicas do envoltório anatómico para se deslocar, ponto por ponto, linha por linha, reta por reta, até formar uma forma longitudinal vertical desenhada no solo? Que acontecimento estranho terá sido instituído naquele preciso instante, para que o aparelhamento muscular ficasse atrofiado, ao ponto de a paragem concluir-se como a única possibilidade existencial para o porvir? A verdade é que o corpo até a este instante sempre se contara como um objecto altamente animado, repleto de funcionalidades, multiplicadas em si, que ofereciam uma gama multimoda de riquezas continuadas, entrecortadas com novas experiências, proporcionando ao seu dono uma habitação confortável, sensorial, apoiada numa disposição exteriorizada de um funcionamento pleno. Nunca se sentira minimamente atrasado em relação às suas ocupações quotidianas, aos seus afazeres diurnos que se prolongavam em ocupações nocturnas, sem nunca descurar a essência fundamental, de esconder o lado interno numa espécie de cápsula presente, mas estranha, para no lado exterior poder activar estratégias de acção, em segurança e com o conforto de saber que nenhuma das suas peças corria o perigo imprevisto de se soltar, do pregueado visceral se desmantelar por um corte, levando-o a sair por algum orifício, por alguma ramificação ou membrana mal colocada. Teria sido uma avaria mecânica, um problema no enquadramento estrutural da construção interna, que ao colapsar, projectou inevitavelmente para a dobra do lado de fora, por uma espécie de contaminação, um inconveniente virulento? Ou terá sido um problema insondável, que fez desmontar a maquinaria complexa, não por um acto físico, mas por uma sensação divergente, heterogénea em relação à unidade material? A experiência concreta começava a ser colocada em causa, porque habitualmente, mesmo nos casos de ruptura imprevista e surpreendente, o corpo tomava para si as ligações necessárias, ramificadas em contínuas composições de tecidos funcionais, que organizavam em salvaguarda da tranquilidade do todo, a sequencialidade substancial da pedra basilar impreterível, o bem-estar. Ora, qualquer problema ou atentado a este bem-estar era atacado com veemência e presteza, pela reunião dos vários sistemas constituintes comandados por uma entidade superior que designava os laços de continuidade entre as funções de actividade. Mas, quando o corpo estacou naquele preciso momento, algo de inquietante, de secreto - envolvido num tecido obscuro onde a percepção e a consciência não alcançaram a vantagem possível para agenciar a mediação entre a realidade que se apresentava e a operação conclusiva para determinar e dispor de meios necessários para a ultrapassar - aconteceu, porque na imprevisão do momento, o corpo contrariando a sua finalidade e a sua utilidade, imobi-

lizou, sentindo-se invadido por uma abstrusa força superior, que lhe comandou a suspensão de todas as actividades motoras. Era como se um marionetista tivesse ordenado ao seu boneco a postura hirta, de *rigor mortis* vertical, sem levar ao retesamento muscular nem ao endurecimento total da morfologia corporal. O corpo, no fundo, apresentava-se como que cansado, penetrado pelas forças naturais elementares que obrigavam os sistemas internos a medidas de contingência, para prevenir e afastar os infortúnios e as fatalidades que se pudessem inserir na mónada perfeita. O corpo, outrora exemplo imaculado da perícia natural de configurar projectos de movimentação, aliando a desenvoltura dos estímulos arreigados num sistema complexo de signos e sinais, em contínua transmissão e ocorrência, agora, aparecia derrotado ao ponto da inoperância física, deixando-se progressivamente alastrar para recantos insondáveis, onde o desconhecido reinava, e onde a máquina de execução infalível parecia por momentos oscilar e interpretar de forma desequilibrada, estímulos que surgiam destas regiões nebulosas. As forças que pareciam comandar a marioneta corporal investiram-se de pulsões excêntricas que colocaram em causa o funcionamento cadenciado e compassado do metrónomo orgânico, de forma a obstaculizar a pulsação regular, abrindo vincos ou rugas no tecido visceral, a partir de uma luz potencial, repleta de potestade, que na sua intensidade, dinamizou as ocorrências biológicas animalizadas do corpo. A dinâmica simbólica exerceu a detenção estacionária do corpo, parado num estado de suspensão, envolto numa acinesia, não permitindo nenhuma configuração divergente, em relação àquela em que agora se encontrava. A afectação no corpo, fora tal, que era como se o estado de empedernimento tivesse ocorrido num aparelho regularmente caracterizado pela sua disposição biológica de grande densidade e imbricamento das suas partes conjuntadas numa harmonia não deduzível. A paragem súbita ofereceu ao corpo (materialidade em continuidade com qualquer constituição animal), uma cesura radical, que por um corte imprevisto, permitiu à luz, vinda de um alhures indefinido, penetrar no seu âmago, naqueles interstícios onde a actividade celular parece deixar espaços por preencher, causando uma intensa trepidação inquietante e desorganizando, conseqüentemente, toda e qualquer actividade de acção e progressão. A fenda que a intensidade lumínica metafísica abriu no solo, onde o corpo inerte ocupava, sinalizava o ponto médio onde a primeira linha terminava e a outra começava. O ponto central abria a existência, interrogando o corpo para que lado deveria prosseguir viagem.

Sua Bênção

Zeferino Silva, Professor Aposentado e Poeta

Avelino Sá, Artista Plástico (ilustração)

"Cresci ao Deus dará. O mais estranho é que Deus deu."

(Adília Lopes, "Bandolim", pág. 219)

Anda brincar comigo, dizem as algas.
E a criança: vamos; é linda a vossa música.

Envelheço ao Deus dará. E ando contente.

Na minha aldeia ouve-se o barulhinho do vento nas tílias
e o São Bartolomeu passa e ri-se para nós.
É o nosso padroeiro e tem uma igreja, pequena bonita.
Lá dentro está fresco e ouve-se uma espécie de música.
É do cheiro das tílias. E do vento que as penteia.

As árvores dão sombra. Os gatos e as casas sabem a sombra das árvores.
Também conhecem o "barulhinho dos choupos".
Os choupos são casas do povo, aprendi numa gramática.

Dizermos Bom dia é a Lua cheia de Sol.

Gosto de ir à missa na minha aldeia. Nota-se que Deus gosta de nós.
E, à saída, dizemos Bom dia uns aos outros.

Hoje cheguei a casa e li, de Adília Lopes:

Sou deste lugar
como as árvores
e as casas.

Gosto da Adília.

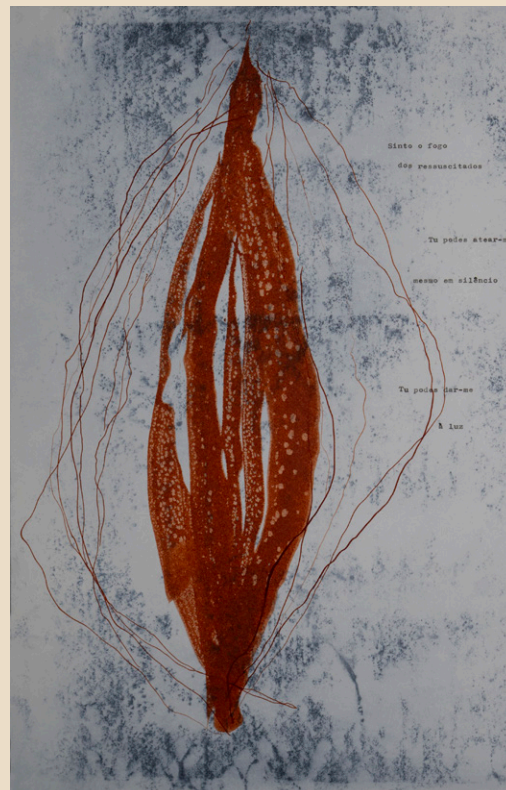
Sento-me com ela muitas vezes no bosque e o chão fica girassol jardim de lírios
quintal de romãzeiras de nogueiras e vides.
Como no Cântico Cânticos.

As árvores do quintal sabem o que é de querer.
As ervas ouvem-nas.
Deito-me no chão. Parece que as árvores dão a bênção.

Em criança, antes de dormir, também dizia aos meus pais: sua bênção.

Deus sabia quando fez o tal Jardim.

Sua bênção



Raiva

Susana Nunes, Poetisa

Mulher Vigilante, do alto dos tempos,
Observa o mundo pequenino
Atenta a todas as mulheres

Mulher Fêmea, apaixonada, sofrida, desiludida
Entregou-se a um homem, a uma imagem fosca
Que iludiu e fingiu ser quem nada é
Egoísmo primitivo de um touro reprodutor

Mulher Mãe, preces murmuradas,
A sua vida não é mais sua
É do ser que cresceu dentro de si
Sangue do seu sangue para sempre
Por quem reza? Por quem luta? Por quem
morre?
Por quem vive.

Mulher Sensual, princesa do salão,
Sonhada, de natureza rebelde,
Emana fragâncias sufocantes
Perseguida e observada
Nada receia, é dona de si
Uma escolha reprovada pelos outros

Mulher Serviçal
Calada, sufocada, violentada, morta
Sem luz, na sombra escondida,
Um animal ferido pela masculinidade
Sedenta de poder.
Mas que grande engano!
Que poder?

Essas são as Mulheres Estrelas
Habitantes eternas do universo!
Mulheres Vigilantes, à escuta,
As cuidadoras do Mundo
As que brilham na noite de breu.

Eu sou todas as Mulheres.

Segredos da Terra

Lurdes Gonçalves, Professora

Luísa Prior, Pintora (ilustração)

Sob a Terra, murmúrios guardados,
Histórias ancestrais, não reveladas.
Cavernas profundas, eco de um tempo,
Onde o vento sussurra o seu lamento.

Raízes entrelaçadas em danças ocultas,
Mistérios de vidas, em sombras, sepultas.
O que a terra abriga em seu seio gelado
São segredos rasgados de um silêncio calado.

Os rios serpenteiam, como veias pulsantes,
Levando consigo os ecos distantes.
Em cada gota d'água, um conto, um sonho,
Reflexos de estrelas, de um céu tristonho.

Montanhas majestosas, guardiãs do saber,
Erguem-se altivas, prontas a conter
A memória das eras, o tempo que passa,
Segredos da terra, em sua eterna graça.

Areia que dança com o sopro do mar,
Na praia, as ondas vêm e vão contar,
Segredos de amores de quem já partiu,
Marcam na espuma o que nunca se viu.

Folhas que caem, no outono sombrio,
Sussurram mitos em suave desafio.
Os pássaros cantam, numa alegre canção,
Celebrando a vida, a eterna conexão.

Os segredos da terra não estão em vão;
Habitam os ciclos, a eterna rotação.
Na flor que desabrocha, no fruto maduro,
Uma história se conta, um amor mais puro.

Do solo, brotam sonhos, esperanças,
Caminhos diversos, em mil andanças.
Fertilidade antiga, que ao homem sustenta,
Segredos da terra, que a vida alimenta.

E ao olharmos para o chão com gratidão,
Sentimos a força da pura conexão.
Um pacto sagrado entre seres vivos,
Os segredos da terra, em corações ardentes.



Uso Indevido

Rui Guedes, Poeta
Tomás Guedes, Ilustração

Digo que não quero escrever.
Repito-o sem ênfase,
como quem testa uma hipótese fraca,
uma frase funcional
à espera de aderência.

Digo que escrever cansa.
Que a metáfora perdeu eficácia.
Que a língua foi usada até ao limite
e agora responde mal,
como um instrumento gasto.

Mas o silêncio
não resolve nada.

Sento-me à mesa sem drama.
O papel não está vazio:
está disponível.
E isso é suficiente
para me comprometer.

As mãos aproximam-se
antes da decisão.
Os olhos regressam
por hábito.

Há uma memória antiga do verbo
que não se deixa neutralizar.

Digo que
não escreverei mais.
A frase cumpre-se mal.
Tem cadência.
Tem uma pausa exata
onde algo insiste.

A desinspiração aproxima-se
sem aparato.
Não traz imagens,
não propõe direções.
Fica.

Na sua permanência
há um sistema.

Não entro duas vezes
no mesmo impasse,
porque o impasse
também se desloca.



Leio coisas irrelevantes.
Substituo uma ideia por outra.
Evito nomes próprios.
Não por pudor,
mas porque pensar demasiado
começa a organizar-se.

Sei que recusar o poema
não me afasta dele.
A recusa descreve um contorno.
Desenha uma ausência estável,
como se o texto existisse
antes da sua ocorrência.

Quando nada acontece,
registo isso.
Quando falha,
a falha torna-se método.

A página acumula resistência,
uma espécie de exatidão negativa
em não avançar.

No fim, escrevo.
Não por vontade,
mas por insuportabilidade.

Viver na impossibilidade
de um poema.

Recusar-me existir
perante a suficiência
de uma folha em branco...

A Casa

Ricardo Boléo, Escritor

Olha,
não é de horror que te falo hoje.

As mãos desarmadas tecem de irrealíssimo
o sonho irrestrito.

As noturnas aves, ao longe,
escutam as palavras que não dizemos.

Olha,
a luz difusa intemporal de outra galáxia.
As mãos guardam as manhãs.

Repara,
o tempo está suspenso
nos circuitos internos dos nossos corpos.
A casa arde.

Escolhas

Maria Antónia Jardim, Poetisa e Investigadora

Querem um Cântico Negro ou um Cântico Mudo?
Querem fazer andar a Palavra ou fingir ser surdo?
Querem ser cães de fila ou governar como leões?
DECIDAM
A nossa Liberdade está na escolha das nossas Prisões!

Sem Título

Olivia Clara Pena, Professora e Poetisa

Walter Almeida, Artista Plástico (ilustração)

O amor grita-te de dentro dos escombros
E esconde-se nas vozes do tempo

Enrosca-se nas palavras
E aquece o vazio das horas

Aqui
Neste inferno pintalgado de aberturas sobre o paraíso.



Sem Título

Maria Angélica Rodrigues, Poetisa

Da janela entrevês uma árvore.
As folhas muito verdes
as flores muito lilases
um contraste perfeito.
A primavera conquistou o lugar
respiras a brisa perfumada
do jacarandá desamparado
na casa vazia.

era velha e sentimental,
pesava memórias e objetos,
fugia do odor da madeira entranhada,
dos ossos envernizados do passado.

era velha e sentimental,
criatura da noite e dos dias soltos,
sensível à luz,
com medo de secar no tempo

onde ainda era gente.

estranho ser aquele que fui.

com o bafio a entranhar-se em mim,
a perder-se em mim.
criatura do fragmento e da sombra,
imprudente na luz e no reflexo,
perdida nos labirintos da dúvida.

era velha e sentimental,
coagida a não ser feliz
por ser velha e sentimental.

rendi os ombros às sombras,

apaixonei-me pelo ar fresco,
num adeus silencioso ao outro.

desprendida de preocupações ferozes,
liberta de algumas verdades,
só,
não tão frágil no oceano,
lançando sinais
aos ignorantes do medo,
aos resistentes do silêncio.

os sorrisos eram escassos,
os abraços invisíveis.

deu-se o culminar de um instante,
a centelha perdida,
na candeia de petróleo
que alguém deixou apagar.

fui velha e sentimental
antes de me afogar

nas memórias de outrora,
antes de perceber

que continuava inteira sem elas.

Interregno

André Furtado, Poeta e Fotógrafo

Nem sempre
Têm que acontecer coisas;
— Por vezes, as coisas as acontecem;
Os colibris beijam flores no arco-íris
E nunca acertam na mesma cor;

Perfeição, é lançar a flecha branca
No tiro ao alvo
E todos os quadros dançarem
Antes de caírem da parede;

Não obstante,
Entre malabarismos & tripúdios,
Há quem risque e não seja pintor,
Há quem arrisque e não tenha fulgor;
Os humanos nunca vão saber quem são
Até deixarem de achar que o sabem;

As biografias, ao longe,
São esferas-efémeras
Levitantes como bolas de sabão,
Ou até mesmo,
Como pólens-cosmopolitas
A derreterem luzentes em uníssono
No bater das asas de uma libélula;

— A liberdade sempre foi do elemento ar.

[Interregno]

Numa conversa séria deixada a meio,
As palavras vão para dentro
Ou para fora da boca?
Ou será mesmo que vão todas parar ao céu?



Hugo Vasconcelos, Poeta

Corre o vento.
Não lhe toco no sabor,
No odor nem no frescor.
Acorrentado ao silêncio desta vidraça,
Vejo sua vida,
Sinto sua alma revoltada,
Sua força emotiva.
De tocar onde ainda não chegou,
De beijar lábios,
Que ainda não encontrou.
Da folha que ainda não caiu,
Da vela do moinho,
Que ainda não rugiu.
Corres numa penada,
No vapor de um sentinela,
Que não deu por nada...
Empurras mares e oceanos,
Leitos e marés,
Tojo e caruma,
Poeiras e chaminés.
Trazes lamas e sol aquecido,
Brumas de um deserto,
... cheiro do esquecido.
Foges para o nada,
Acorrentas-te ao gemido,
Que passa pela nesga da vidraça,
Dizendo que, sem ti,
A natureza não tem sentido.

Os Degraus do Vento

[três haikus em português e mirandês]

Luís Aguiar, Poemas e fotografia

1.
Douro —
uma garça branca gorjeia
junto à margem do rio

.....
Douro —
ua garça branca gorjeia
junto a la borda de l riu

2.
De madrugada,
o nevoeiro espesso agasalha
o rabelo adormecido

.....
De madrugada,
l nubrina spessa agasalha
l rabelo drumido

3.
Até os pássaros
se recolhem da chuva fria —
outono

.....
Até ls páixaros
se recolhen de la chuba frie —
outonho



Kravchenko, Poeta

A Maria Afonso de Brito

gosto do leste, onde a manhã nasce,
e o teu sopro leve desperta as folhas.
num vale entre colinas, ergue-se o lume
do teu ventre — cíclico, silvestre,
sede que escorre, rumor de fonte oculta.
a floresta respira — e eu lembro-me
do cheiro antigo do musgo e da terra
onde as mãos encontram pele de pétala.

chamava-te com nomes que inventei
quando ainda não sabia o peso de querer.

as aves soltam notas em segredo.
despertam-me os dedos, lavradores lentos
no campo do teu dorso. e o rio —
ó o rio! —, começa a subir, impaciente,
no dorso da manhã em flor molhada.
o sol verte vinho sobre o orvalho
e as montanhas — as tuas — abrem trilhos
em veredas quentes, como colo.

caminho por ti em febre de ternura.
sou barco que sobe. peregrino sem altar.

gosto do oeste, onde o sol repousa,
e o cansaço se torna canto húmido.
no teu corpo, há árvores de sombra doce,
sussurros que se enrolam às raízes
e um calor que embriaga sem pedir.
as mãos, perdidas, aprendem a linguagem
da tua seiva. e há tempestade no gesto,
como no rio quando o inverno acorda.

ser-te..., ser-te é ser selva em redemoinho.
é recolher-me na hora das aves.

e o barco — sempre o barco —
que sobe e desce sem jamais ancorar.
o lugar da chegada é o sopro,
é a curva, é a fragrância de madressilvas
nos teus cabelos soltos no silêncio.
o nome que te dou muda com o vento.
e o rio canta. e o vale vibra.
no último som canoro de teu colo.

Nuvens

Vanda Cardeal, Farmacêutica
Tiago Sousa, Artista Plástico e Músico (pintura)

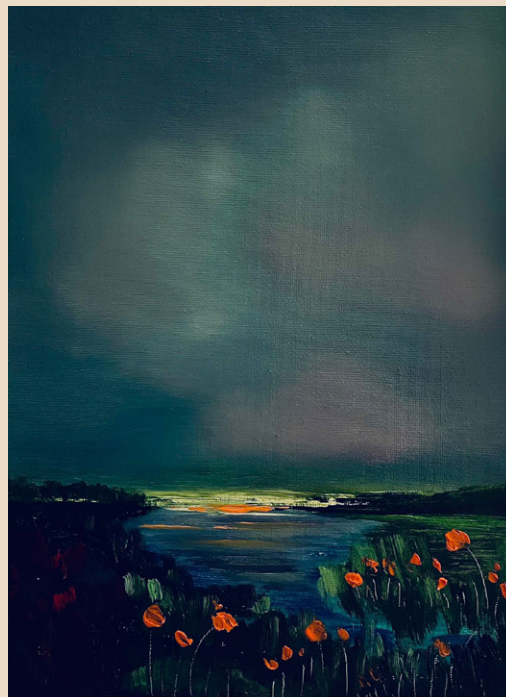
Num mar branco
 Onde o verde da terra
 E o azul do céu
 Se adessa na
 Sobreposição do
 Fluir
 E se avizinha
 No sonho de sentir
 Que vou por aqui
 E por ali
 Onde o manto
 Branco se cobre
 De luz
 Cintilando
 E reluzindo
 O mundo
 Dos sonhos
 De voar num
 Balão para
 Tocar as

Nuvens
 Que esfumam
 Na minha mão
 Quando tento
 Guardar um
 Pedaco de céu
 Num reluzente
 E cintilante
 Manto que se perde
 De vista
 Altos e baixos
 Formas
 Num
 Sentido
 Do fluxo
 Da vida

Novidades
 Que esta viagem
 Me trouxe
 Para um
 Dia escalar as
 Nuvens
 E chegar mais longe
 Que os meus
 Sonhos são
 Merecedores
 Tudo é possível
 Num resultado
 Magnífico
 De te ter
 Junto a
 Mim meu amor
 Numa viagem
 Pela mundo
 Das nuvens
 Onde o nós
 É possível

Eu e tu
 De mãos dadas
 De pés de perlim pim pim
 Nestas nuvens
 Que avisto
 Do prado onde me encontro
 Para contigo
 Viver o amor
 Que ambos
 Em conjunto
 Merecemos
 O meu olhar
 Confunde-se
 Com o teu
 Como as nuvens
 Que se entranham
 Nos meus sonhos
 E no meu olhar
 Que se perde,
 Imaginando
 Tudo o que for

De imaginar.
 Gratidão



Sem Título

Nuno F. Silva, Poeta

Quis deixar de ler os jornais,
prefiro que o naufrágio
me apanhe de surpresa:

preferencialmente
pela manhã,

provavelmente
em jejum.

Com alguma sorte,
Mesmo depois
De ouvir a tua voz.

Anjo Campestre

Isabel Alves Pereira, Professora e Poetisa

Trajada de algodão e linho grosso
Adornas-te com alfaias esculpidas pelas mãos do forjador
Com botas calçada, segues com sereno e firme passo
O trilho que te conduz ao solo fértil
Cansado de esperar

Anjo zeloso da família, lanças a semente à terra fecunda
Na certeza insegura de frutífera colheita

E a planta viçosa, tranquila
(seja Gaia maternal e favorável)
Na busca imperiosa da luz do astro-vida
Emerge, com vigor, da terra renovada
Revolvida em primavera de amor.

Ao Grande Conselheiro José Guilherme

Joaquim Neto Pacheco, Empresário de Arte Antiga / Mobiliário e Poeta

Conselheiro que aqui laborou
Com sabedoria e cultura,
Linha férrea então assegura
Que noutras terras não passou.

O tempo nunca o apagou
E ainda mais o depura,
O seu génio e a bravura
É tudo que ele demonstrou.

Por aquilo que lutou
O seu talento brilhou
Servindo a terra com ardor.

Será sempre elogiado
E sempre, sempre lembrado:
É digno do maior louvor!

Quarta Idade

José Joaquim Pacheco, Empresário e reformado

Eva Pacheco (Hope), Artista Plástica (ilustração)

Nesta análise estou limitado,
é normal e acho correto,
tempo/espço controlado,
tudo tão longe e tão perto!

E no fim desta curta conversa,
voltar a focar nos mais jovens,
civismo não é uma promessa,
pratiemos, ó Homens!

O abraço de um amigo
com respeito e reciprocidade,
até aqui um pouco perdido,
e já a viver a quarta idade.



REGULAMENTOS

PRÉMIO DE ARTES PLÁSTICA “HENRIQUE SILVA”

REGULAMENTO

1. A Câmara Municipal de Paredes com o Objetivo de estimular e contribuir para o aparecimento de novas obras no domínio das artes plásticas, promove o Prémio de Artes Plásticas “Henrique Silva”.
2. O Prémio de Artes Plásticas “Henrique Silva” destina-se a distinguir obras inéditas e consistirá na atribuição, aos premiados, dos seguintes valores pecuniários:
1º Prémio: 1000 Euros;
2º Prémio: 500 Euros;
3º Prémio: 250 Euros.
3. O Júri poderá ainda atribuir dois diplomas de menção honrosa, aos concorrentes, selecionados a concurso, será atribuído um diploma de participação.
4. Serão admitidas a concurso quaisquer obras no domínio das artes plásticas.
5. Os trabalhos a concurso, na fase de seleção, devem ser enviados para o e-mail cultura@cm-paredes.pt, até ao final do mês de maio do ano a que respeita o prémio, para apreciação.
5.1. Até ao final do mês de julho do ano a que respeita o prémio, os serviços da cultura informarão quais as obras selecionadas para o Prémio “Henrique Silva”.
5.2. As obras selecionadas deverão ser entregues até ao final do mês de setembro no local que os serviços da cultura indicarem. No ato da entrega, será preenchida obrigatoriamente a respetiva ficha de inscrição/ficha técnica, anexo 1 a este regulamento.
5.3. No Momento Da Receção Das Obras Será Assinado, Em Duplicado, Um Auto De Receção, Anexo 2 A Este Regulamento, Com O Qual O Autor Deverá Proceder Ao Levantamento Posterior Das Obras. A Identificação Do Autor Terá De Ser Efetuada Apenas No Verso Da Obra.

- 5.4. Cada Artista Poderá Apresentar Apenas 1 Obra Inédita.
- 5.5. A Câmara Municipal De Paredes Não Se Responsabiliza Pela Não Verificação Da Obra Em Fase De Seleção Pelo Júri, Caso A Fotografia Enviada Não Revele Qualidade Técnica Desejada Para O Efeito.
6. As Obras A Concurso, Devidamente Assinadas E Identificadas No Verso, Devem Ser Acompanhadas Da Ficha Técnica Referida No Ponto 5.2.
7. As Obras Vencedoras Serão Publicadas Na Revista Cultural Do Município.
8. As Obras Selecionadas Serão Expostas, No Ano A Que Respeita O Prémio, Num Equipamento Cultural Do Município, Entre Novembro A Março Do Ano Seguinte.
8.1. O Município De Paredes Não Se Responsabiliza Pela Curadoria Da Exposição.
9. O Júri, Quer Da Fase De Seleção, Quer Da Fase Final, Será Constituído Pelos Seguintes Elementos: Um Representante Da Câmara Municipal De Paredes, Sem Direito A Voto, Que Presidirá, E Três Elementos De Reconhecido Mérito Na Área Das Artes Plásticas.
10. As Decisões Do Júri Serão Tomadas Por Unanimidade Ou Por Maioria.
11. O Prémio Poderá Não Ser Atribuído Se O Júri Entender Que As Obras Apresentadas Não Reúnem A Qualidade Exigida.
12. Os Membros Do Júri E Os Elementos Da Câmara Municipal Responsáveis Pela Organização Do Concurso Não Poderão Concorrer A Este Prémio.
13. A Câmara Municipal De Paredes Dará Conhecimento Público Das Obras E Dos Artistas Premiados, Através Dos Canais De Comunicação Do Município.

14. A Câmara Municipal De Paredes Não Garantirá A Devolução Das Obras, Caso Estas Não Sejam Levantadas Nos 30 Dias Posteriores À Data Do Término Da Exposição Referida Em 8., Pelo Que Reverterão Para O Acervo Do Município.
14.1. O Prémio Será Atribuído No Momento Da Apresentação Da Revista Cultural Do Município, Independentemente Da Divulgação Anterior.
15. A Organização Não Se Responsabiliza Por Perdas, Estragos, Roubos E Danos Das Obras Ou Por Deterioração De Obras Frescas, Nem Por Causas De Força Maior Ou Quaisquer Outras, Comprometendo-Se, No Entanto, A Tratar, Com O Maior Zelo E Cuidado, As Obras Recebidas.
15.1. A Câmara Municipal De Paredes Contratualizará Um Seguro Para O Efeito.
16. Os Artistas Participantes Autorizam A Menção Dos Seus Nomes E A Reprodução Fotográfica Das Suas Obras Para A Promoção E Divulgação.
17. Os Concorrentes, A Partir Do Momento Em Que Entregarem Os Seus Trabalhos, Obrigam-Se Aceitar As Presentes Normas.
18. Todos Os Casos Omissos No Presente Regulamento Serão Apreciados E Decididos Pelo Júri, Não Havendo Lugar A Recurso Da Decisão Proferida.

MAIS INFORMAÇÕES:

SITE: WWW.CM-PAREDES.PT
MAIL: CULTURA@CM-PAREDES.PT
TEL. 255 788 800

PRÉMIO LITERÁRIO “ANTÓNIO MENDES MOREIRA”

REGULAMENTO

1. O prémio literário “António Mendes Moreira” é promovido pela Câmara Municipal de Paredes pretendendo contribuir e estimular a produção e divulgação literária junto da população em geral.
2. O prémio literário “António Mendes Moreira” destina-se a distinguir textos inéditos, a editar pelo município de paredes, na revista Orpheu Cultural de Paredes do ano seguinte e consistirá na atribuição dos seguintes prémios:
1º prémio: o valor pecuniário de 500 euros e publicação na revista cultural do município (impressa ou digital);
2º prémio: 250 euros e publicação na revista cultural do município (impressa ou digital);
3º prémio: 100 euros e publicação na revista cultural do município (impressa ou digital).
2.1. Poderão, ainda, ser atribuídas 2 menções honrosas;
2.2. Todos os concorrentes receberão um certificado de participação.
3. Nos textos a publicar deverá constar o título do prémio - “Prémio António Mendes Moreira”, o lugar de classificação, bem como o ano da sua atribuição.
4. Os textos concorrentes têm de ser inéditos, escritos em língua portuguesa ou de qualquer país da lusofonia, respeitando a temática previamente proposta para o efeito.
5. Os textos concorrentes constituídos no mínimo de duas páginas e máximo de seis páginas, devem ser enviados para o

- e-mail da biblioteca municipal (biblioteca@cm-paredes.pt), apresentados em formato pdf, em A4, escritos em times new roman, tamanho 12, com espaçamento de 1,5 entre linhas, devidamente paginados, sendo obrigatoriamente assinados com pseudónimo.
- 5.1. No corpo do texto do email, o concorrente deverá, obrigatoriamente, indicar os seguintes dados: nome completo, nif, cartão de cidadão, contacto telefónico, residência, nacionalidade, idade, profissão, pseudónimo e título.
 - 5.2. Os concorrentes deverão, ainda, indicar no assunto do email a referência: prémio literário antónio mendes moreira.
 6. Os textos deverão ser enviados até ao final do mês de setembro do ano respeitante ao prémio.
 7. Os textos deverão ser preparados para apreciação do júri, que não terá em qualquer momento acesso aos dados pessoais do candidato, cabendo ao secretariado zelar pela manutenção do sigilo durante todo o processo de apreciação e avaliação dos trabalhos.
 8. O júri responsável pela seleção dos textos a concurso será constituído pelos seguintes elementos: um representante da câmara municipal de paredes, sem direito a voto, que presidirá e três elementos de reconhecido mérito na área da literatura.
 9. As decisões do júri serão tomadas por unanimidade ou por maioria.
 10. O prémio poderá não ser atribuído se o júri entender que as obras apresentadas não reúnem a qualidade exigida.
 11. Os membros do júri e os elementos da câmara municipal

de paredes responsáveis pela organização do concurso não poderão concorrer a este prémio.

12. A Câmara Municipal de Paredes dará conhecimento público da obra e autor premiados nos canais do município destinados para o efeito.
13. A divulgação dos vencedores e a atribuição dos respetivos prémios acontecerá num evento a realizar pelo município, convocando para o efeito todos os participantes;
13.1. Os concorrentes que faltarem ao evento serão informados por email do resultado do concurso.
14. Os concorrentes serão desclassificados, caso não mencionem todos os dados solicitados, nem respeitem o tema e características formais do texto.
15. Todos os casos omissos no presente regulamento serão apreciados e decididos pelo júri, não havendo lugar a recurso da decisão proferida.

Mais informações:

site: www.cm-paredes.pt
mail: biblioteca@cm-paredes.pt
tel. 255 788 800

**Temática para 2026:
“A mulher e a Constituição
Portuguesa de 1976”**

An abstract painting featuring a textured, light beige background with subtle variations in tone and some darker, muted blue-grey patches. On the right side, a prominent, dark, almost black, organic shape with a rough, textured surface extends vertically. This shape has a curved, hook-like top and a long, thin, slightly irregular stem that tapers towards the bottom. The overall composition is minimalist and evocative, with a focus on texture and form.

Sussurra...
Cresce,
Floresce,
Poesia!

Augusto Gonçalves

Pintura de **Isabel Ribas**
Vencedora do Prémio de
Artes Plásticas "Henrique Silva"